

**MAURÍCIO RUIZ CÂMARA**

**O TURISMO NO LITORAL DE SANTA CATARINA:**

**Tensões, Conflitos e Reorganização Espacial**

**Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Geografia e obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, pela Universidade Federal de Santa Catarina.**



03438032

**Florianópolis  
2001**

**MAURÍCIO RUIZ CÂMARA**

**O TURISMO NO LITORAL DE SANTA CATARINA:**


**Tensões, Conflitos e Reorganização Espacial**

**Florianópolis  
2001**


**“O TURISMO NO LITORAL DE SANTA CATARINA: Tensões, Conflitos e Reorganização Espacial”.**

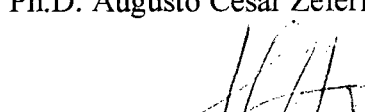
**Maurício Ruiz Câmara**

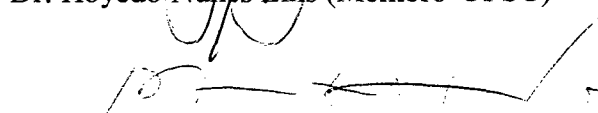
*Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.*

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn Filho  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 20/12/2001

  
\_\_\_\_\_  
Ph.D. Augusto Cesar Zeferino (Presidente e Orientador-UFSC)

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Hoyedo Nunes Lins (Membro-UFSC)

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Róland Luiz Pizzolatti (Membro-UFSC)

Florianópolis - 2001

À  
Thereza,  
Sônia e Arthur



*As areias da praia me conhecem  
A vaga e o vento  
A chuva e o calor.*

*Maurício Ruiz Câmara*

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Augusto César Zeferino pela orientação em todas as etapas desta pesquisa e pelos questionamentos efetuados;

A Prof<sup>a</sup>. Jandira M. C. Spalding, por sua amizade e convivência nestes anos, o que me possibilitou aprender e ensinar Geografia e pela revisão final do trabalho;

Aos professores Hoyêdo Nunes Lins e Roland Luiz Pizzolatti, pelo aceite em participar da banca como examinadores;

À colega Mariza Emmer, pela elucidação de várias questões que estão presentes neste trabalho e auxílio nas traduções;

À Coordenação do Curso de Pós-graduação em Geografia, pela ajuda na realização do trabalho de campo e especialmente à Secretária Marli T. Costa, pela atenção em todos os momentos que necessitei;

À Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, pelo apoio institucional;

À CAPES, pela bolsa de estudos que efetivamente possibilitou a finalização deste trabalho. Esta entidade exerce uma grande função social pela relevância de seus programas de bolsa de estudos, o que tem possibilitado a formação de profissionais de nível superior no país;

À Universidade Federal de Santa Catarina, pois este trabalho só foi possível de ser realizado porque a UFSC ainda é uma universidade pública.

## RESUMO

Busca compreender a reorganização espacial no litoral catarinense pela atividade de turismo. Analisa as principais condicionantes da reorganização do espaço mundial pela reestruturação (globalização e acumulação flexível) e analisa o papel do turismo no contexto da reestruturação, difundido como uma das principais atividades econômicas mundiais e que tem intensificado o fluxo de pessoas, capitais e serviços e gerando empregos flexíveis. Analisa o significado do turismo no Brasil na atualidade e, em Santa Catarina, verifica como a inserção da atividade tem criado especificidades na organização do espaço litorâneo. A partir da teoria da renda fundiária e da teoria da valorização do espaço, busca entender o significado desta reorganização, inter-relacionando o processo histórico, a urbanização e o crescimento econômico. Finalmente, identifica e caracteriza as tensões, conflitos e processos sociais em curso, bem como as paisagens decorrentes da inserção do turismo.

## ABSTRACT

This study aims at understanding the reorganization of space in Santa Catarina's seaside caused by tourism activities. The main conditionings of world space reorganization by the reformation (globalization and flexible accumulation) are analyzed as well as the role of tourism in reformation context, which is one of the main economic activities in the world that has intensified the flow of people, capital and services, generating flexible employment. The current significance of tourism in Brazil is also analyzed, and, in Santa Catarina, it is verified how the insertion of such activity has created specificities in the organization of seaside space. Considering the territorial income theory and the space valorization theory, this study attempts to understand the significance of that reorganization, interrelating the historical process, the urbanization and the economic growing. Finally, it identifies and characterizes the tensions, conflicts and social processes currently in progress, as well as the sceneries resulting from the insertion of tourism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIF - Associação Comercial e Industrial de Florianópolis

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Mundial

CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina

DPU - Delegacia do Patrimônio da União

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMT - Organização Mundial do Turismo

SANTUR - Santa Catarina Turismo S. A.

SDE - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao  
MERCOSUL

SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis e  
Região

WTTC - World Trade and Tourism Council - Conselho Mundial de Viagens e  
Turismo

## SUMARIO

Dedicatória .....	iv
Epígrafe .....	v
Agradecimentos .....	vi
Resumo .....	vii
Abstract .....	viii
Lista de abreviaturas e siglas .....	ix
Lista de ilustrações e mapas .....	xii
Lista de quadros .....	xii
Lista de tabelas .....	xiii
Lista de fotos .....	xiv
 Introdução .....	 15
 CAPÍTULO I - REESTRUTURAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL .....	  24
1. Transformações espaciais e econômicas .....	25
1.1- Acumulação flexível e reestruturação .....	26
1.2- Globalização e reestruturação .....	28
2. Reflexos da reestruturação no espaço mundial .....	31
2.1- Divisão do trabalho e fragmentação .....	32
2.2- A reestruturação no Brasil .....	33
3. O turismo e a reorganização do espaço mundial .....	36
3.1- O terciário no contexto da reestruturação e o turismo .....	36
3.2- O turismo no mundo .....	39
3.3- Expressão mundial do turismo .....	41
3.4- O caráter flexível do turismo e o mundo do trabalho .....	44
3.5- Breve histórico e características do turismo no Brasil .....	49
4. Considerações sobre o capítulo I .....	57
 CAPÍTULO II - O LITORAL: URBANIZAÇÃO NUM ESPAÇO VALORIZADO .....	  60
1. A valorização do espaço .....	63
1.1- A valorização do espaço litorâneo .....	67
2. O padrão de assentamento e estrutura do povoamento no litoral : um olhar sobre os processos que conferiram o caráter de espaço valorizado ao litoral .....	  74

2.1- A ocupação do litoral .....	74
2.2 - Industrialização e modernização .....	77
3. A urbanização, o turismo e a ocupação do litoral na atualidade .....	80
3.1- Dinâmica atual no litoral catarinense .....	80
4. O turismo no litoral de Santa Catarina na atualidade .....	92
4.1- Características da organização espacial ao norte e ao sul do litoral catarinense .....	100
5. Considerações sobre o capítulo II .....	108
<b>CAPÍTULO III - O TURISMO E A REORGANIZAÇÃO DO LITORAL: PROCESSOS RECENTES, TENSÕES E CONFLITOS .....</b>	
1. A paisagem do litoral .....	114
2. Principais processos em curso no litoral .....	119
3. Tensões e conflitos no litoral .....	124
3.1- Tensões e conflitos: quadro de problemas inter-relacionados .....	124
3.2- Tensões e conflitos: fotos de ocupações em áreas de preservação .....	131
3.3- Tensões e conflitos: mapa com os problemas inter-relacionados .....	134
3.4- Tensões conflitos no litoral: um dossiê .....	136
4. Considerações sobre o capítulo III .....	140
Considerações Finais .....	142
Referências Bibliográficas .....	155
Anexo 1. Programas de âmbito nacional para o turismo .....	156
Anexo 2. Repercussões do PRODETUR-SUL em Santa Catarina .....	160
Anexo 3. Classificação dos países segundo a receita e fluxo de turistas .....	165
Anexo 4. Polêmicas sobre emancipação municipal .....	168
Anexo 5. População dos municípios litorâneos em 2001 .....	173
Anexo 6. Lei que regulamenta os bens da União e repercussões .....	175
Anexo 7. Tensões e conflitos no litoral: reportagens .....	185
Anexo 8. Comentário sobre o turismo no litoral .....	214

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E MAPAS

Doc. 1 e 2 - O caráter flexível do turismo .....	47
Doc. 3 - Comércio de terrenos no litoral .....	71
Doc. 4 - Investimento da construção civil no turismo .....	90
Fig. 1 - Dimensão territorial dos municípios em relação aos fluxos .....	105
Mapa 1 - Localização da área de estudos e das tensões e conflitos no litoral catarinense .....	135

## LISTA DE QUADROS

01- Classificação dos principais serviços turísticos .....	38
02- Expansão do turismo no mundo .....	40
03- Marcos do planejamento turístico nacional .....	51
04- Origem dos municípios litorâneos catarinenses .....	87
05- Projetos e intervenções no litoral catarinense .....	97
06- Conflitos e tensões no litoral catarinense .....	126
07- Conflitos e tensões no litoral catarinense - dossiê .....	137



## LISTA DE TABELAS

01- Movimentação do turismo mundial: 1998-1999 .....	42
02- Participação do Brasil no movimento turístico mundial .....	53
03- Turismo no Brasil e participação no <i>ranking</i> das exportações .....	54
04- Principais mercados emissores internacionais para o Brasil .....	54
05- Cidades mais visitadas no Brasil .....	55
06- Evolução da população urbana em cidades catarinenses .....	78
07- População do estado de Santa Catarina: 1960-2000 .....	82
08- População dos municípios do litoral catarinense: 1960-2000 .....	84
09- População urbana absoluta de distritos de Florianópolis: 1970-2001 .....	85
10- Número de municípios litorâneos segundo o tamanho da população .....	88
11- Relação entre população absoluta dos 30 municípios litorâneos em relação ao estado de Santa Catarina em 2001 .....	88
12- Movimento estimado de turistas em Santa Catarina: 1998-2001 .....	93
13- Principais mercados emissores estrangeiros: 1998-2001 .....	93
14- Receita estimada em dólares: 1998-2001.....	94
15- Principais mercados emissores nacionais: 1998-2001 .....	95
16- Meios de hospedagem utilizados: 1999-2001 .....	95
17- Meios de transporte utilizados: 1998-2001 .....	96
18- Movimento estimado de turistas nacionais e estrangeiros em 2001 .....	104

## LISTA DE FOTOS

1- Ocupação em campo de dunas - Morro dos Conventos - Araranguá .....	91
2- Ocupação em campo de dunas - Morro dos Conventos - Araranguá .....	91
3- Ocupação em campo de dunas - Passo de Torres .....	91
4- Ocupação em campo de dunas - Camacho - Jaguaruna .....	91
5- Comércio de terrenos - Morro dos Conventos .....	131
6- Comércio de terrenos - Bal. Barra do Sul .....	131
7- Comércio de terrenos - Bal. Gaivotas .....	131
8- Comércio de terrenos no litoral - Passo de Torres .....	131
9- Ocupação em área de sítio arqueológico, topo de morro e costão - Itapirubá - Laguna .....	132
10- Ocupação em costão - Farol de Santa Marta - Laguna .....	132
11- Ocupação em costão - Praia de Ubatuba - São Francisco do Sul .....	132
13- Ocupação na margem do Rio Mampituba - Passo de Torres .....	133
14- Ocupação em linha de praia - Praia de Zimbros - Bombinhas .....	133
15- Ocupação em linha de praia - Bal. Arroio do Silva .....	133
16- Ocupação na restinga - Praia do Costão - Barra Velha .....	133

## INTRODUÇÃO

O problema estudado nesta dissertação foi concebido a partir de observações empíricas realizadas nos últimos dez anos no litoral catarinense. Originou-se a partir de questionamentos sobre as causas da urbanização dos municípios litorâneos e o porquê do ritmo acelerado do processo. Em trabalhos de campo realizados à alguns municípios litorâneos uma questão sempre se fez presente: qual a relação existente entre o turismo e a urbanização? Pode-se afirmar que o turismo é a principal atividade dinamizadora da urbanização no litoral? O processo em curso ocorre com a mesma intensidade em todo o litoral catarinense?

A abordagem pretendida foi discutida por ocasião do exame de qualificação do projeto e, a partir de sugestões dos professores da banca e do orientador direcionamos o problema.

A abordagem efetuada se situa entre os temas de atualidade na Geografia, pois a urbanização é um processo recente em curso no Brasil e, especificamente no litoral, ganha ritmos e características específicas, como por exemplo o *boom* demográfico e do crescimento urbano nos últimos vinte anos em Florianópolis. É um processo estudado porém não esgotado, necessitando de outras abordagens.

Os estudos sobre a temática turismo e a Geografia têm mostrado aspectos da realidade internacional, nacional e local. Muitos pesquisadores

têm contribuído com estudos, destacamos Maria L. Silveira (Argentina), Remy Knafou (França), Geoge Cazes (França), Daniel Hiernaux Nicolas (México), Álvaro Gallero (Uruguai). No Brasil, Adyr B. Rodrigues (USP), Silvio B. de Melo e Silva (UFBA), Rita de Cássia A. Cruz (USP), Maria T. D. L. Luchiari (UNICAMP), Eduardo Yázigi (USP), Antonio C. Castrogiovanni (PUC-RS). Em Santa Catarina Hoyêdo N. Lins e Helton R. Ouriques (UFSC), E. V. Machado (UFSC) entre outros, além das diversas pesquisas em nível de pós-graduação, realização de eventos, encontros temáticos e publicações específicas. Desta forma, percebemos que este é um campo explorado com várias e diversificadas abordagens como, por exemplo, a reorganização de regiões e lugares turísticos, políticas de turismo e reflexos no território, modificações na paisagem, valorização e uso do solo, análise de fluxo de visitantes e reorganização espacial.

Nesta pesquisa buscamos estudar o turismo como um fenômeno que organiza o espaço, e não fazer uma "Geografia do Turismo", apenas inventariando lugares turísticos. Este fato se deve à concepção de Geografia que buscamos trabalhar, avançando da visão de Geografia e do Geógrafo como um inventariante do concreto, que somente descreve as paisagens. Buscamos ir além desta, compreendendo quais relações sociais fazem com que a paisagem se manifeste sob determinada forma.

Com este estudo buscamos contribuir para o entendimento de alguns aspectos da urbanização e reorganização no litoral e contribuir para a gestão urbana litorânea. Torna-se também relevante pela escala de análise, pois estuda o litoral como uma unidade, em um momento histórico determinado e com o problema situando neste contexto.

O limite encontrado na pesquisa foi o pouco tempo para a realização do estudo, pois o tempo acadêmico de pesquisa não concorda com o tempo

imposto por atos administrativos e nem com os equívocos e “atropelos” da história.

Desde os anos sessenta vêm se processando mudanças espaciais no litoral catarinense a partir da antiga organização baseada na agricultura e na pesca. As mudanças caracterizam-se pela estagnação e declínio das atividades tradicionais, pela urbanização acelerada e crescimento desordenado dos atuais 30 municípios litorâneos, pela metropolização, pelo crescimento do setor de comércio e serviços, com destaque para a inserção da atividade turística<sup>1</sup> em praticamente todos os municípios litorâneos, pela criação de novos municípios a partir de emancipações, pela verticalização na orla marítima e com o aparecimento de novos padrões residenciais (residências de veraneio, hotéis de alto padrão (*Resorts, Flats*); pela concentração de serviços turísticos e comércio (agências de viagens, bares, restaurantes, entre outros) pela

---

1 O turismo tem sido objeto de pesquisas por diferentes áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Economia, a Geografia, a História, a Antropologia. Estes estudos têm apresentado contribuições importantes para o entendimento de um fenômeno que se expressa com intensidade a partir dos anos cinquenta e intensifica-se neste final de século. Outra característica é que os estudos apresentam diferentes concepções, algumas entendendo o turismo como a expressão clássica de uma atividade econômica numa sociedade pós-industrial até posturas mais críticas, onde o turismo é entendido como uma atividade tipicamente capitalista, baseado na exploração do trabalho e da paisagem. A multiplicidade de análises ocorre porque o turismo apresenta facetas econômica, política, social e cultural; estrutura-se sobre diferentes modalidades turísticas, apresenta diversas fases evolutivas e que se expressa em diferentes escalas, local, regional e global. Este caráter fluído articula-se com realidades distintas, ocorrendo no espaço rural e no urbano, no litoral e nas montanhas, sob clima frios e quentes, sob diferentes condições econômicas, em países centrais e periféricos e diferentes culturas. Esta característica impõe diferentes determinações, sejam territoriais (via reorganização espacial e divisão do trabalho), cultural (pela influência exógena), política (através do planejamento e decisão), ambiental (implantação de mega-projetos e impactos ambientais), além da econômica, com a implantação de atividades correlatas. Sobre o turismo em Santa Catarina ver F. A. C. FERREIRA (1992), E. R. OURIQUES (1996), C. S. U. SANTOS (1993), L. MORETTO NETO (1993).

implantação de infra-estrutura turística e a inserção de um novo ritmo de produção, a sazonalidade.

Estes processos ocorreram no bojo do processo de modernização brasileira, nos anos setenta pelo processo de integração econômica catarinense às novas formas de produção nacional e no contexto das transformações globais atuais. A partir dos anos oitenta e noventa, entretanto, a massificação dos fluxos turísticos têm intensificado a produção de novas formas urbanas ao longo do litoral, às vezes convivendo, ora substituindo e, em alguns lugares, disputando o mesmo espaço com as antigas formas de organização.

Esta reorganização espacial (como denominaremos estes processos de mudança doravante) ocorre de forma tensa e conflituosa, apresentando diferentes agentes com variados graus de envolvimento e organização e com uma multiplicidade de características, como por exemplo, os conflitos do desenvolvimento do turismo com a pesca, do turismo com meio ambiente, do turismo com a geração de empregos e outros abordados no decorrer do trabalho.

Esta reorganização espacial ocorre num contexto de transformações macroeconômicas mundiais e num momento histórico determinado, culminando em nova fase do modo de acumulação capitalista (globalização e acumulação flexível). Neste contexto, o reflexo das transformações nos territórios ocorre de forma diferenciada. Em cada realidade produz-se uma organização específica, mantendo a lógica com o processo global. Partindo do pressuposto de que a reorganização do espaço é resultado destas inovações, que produzem novas relações num contínuo processo de substituição da antiga forma de produzir pela imposição/determinação de um novo modelo de organização, os conflitos e tensões presentes no litoral catarinense são decorrentes destas inovações. Estes conflitos e tensões gerados pelo turismo

são resultado de uma nova forma de produzir valor, se contrapondo ao antigo modelo, baseado na agricultura e na pesca<sup>2</sup>. Assim, a reorganização do espaço pela atividade turística é resultado: *a)* do processo de reestruturação mundial e *b)* de uma valorização do espaço local pelo capital, determinado por uma nova divisão do trabalho, onde o litoral, por ser um espaço raro, adquire novas características.

No litoral catarinense, a reorganização espacial se dá pela substituição da antiga organização por um novo modelo, tendo expressão à atividade turística. Observa-se o movimento em todo o litoral, porém, as formas produzidas são diferenciadas. No caso catarinense, o processo torna-se mais complexo em virtude da presença da capital e principais cidades do estado, agora regiões metropolitanas, com os espaços turísticos funcionando na hinterlândia e recebendo a influência dos centros.

A substituição do velho pelo novo tem gerado conflitos e tensões de natureza social, econômica, ambiental, entre outras. Neste contexto, a questão central é identificar quais os principais impactos da reorganização espacial no litoral catarinense em virtude da inserção do turismo e, secundariamente, qual a natureza destes impactos. Origina-se de processos isolados ou se inserem/resultam de um processo de reestruturação global?

Decorrentes destes questionamentos traçamos como objetivo geral caracterizar a reorganização espacial do litoral catarinense a partir dos

---

2 Não queremos afirmar que a pesca e a agricultura foram as únicas atividades existentes no litoral. Porém, foram as atividades que durante séculos caracterizaram o litoral e o modo de ser na costa. Outras atividades como o comércio e serviços nas áreas urbanas, a atividade portuária, imobiliária, se desenvolveram e todas convivem dentro de determinado contexto histórico, além das atividades dos centros próximos, das cidades industriais. Porém, o que chama atenção é o fim destas atividades tradicionais e o lugar onde se desenvolviam (beiramar a pesca e morros e planícies a agricultura) serem totalmente apropriados e destinados para o turismo e atividades correlatas.

conflitos e tensões decorrentes da estruturação da atividade turística. Especificamente, *a*) explicitar os condicionantes do processo de estruturação do turismo no litoral; *b*) identificar e caracterizar as tensões, conflitos e processos decorrentes da reorganização espacial pela inserção da atividade turística e *c*) caracterizar a paisagem do turismo, buscando entender as novas configurações produzidas.

No capítulo I buscamos responder parte dos questionamentos, analisando as principais condicionantes da reorganização do espaço mundial, os reflexos no Brasil e a expressão da atividade turística na atualidade. A análise foi efetuada a partir dos conceitos de reestruturação de Soja (1993), da acumulação flexível (Harvey (1993), Scott (1994), Leborgne e Lipietz (1994) e Preteiceille e Valadares (1990)) e de globalização (Chesnais (1997), Benko (1996) e Santos (1998)). A caracterização do turismo no mundo foi efetuada a partir do resgate histórico da atividade e de dados quantitativos atuais.

Verificamos que neste contexto o turismo surge como uma das principais atividades econômicas mundiais, intensificando o fluxo de pessoas, capitais e serviços. Como característica fundamental, destaca-se a geração de empregos flexíveis. No Brasil, observamos a profissionalização da atividade e mudanças no papel do Estado nas últimas décadas na relação com o turismo, passando de executor da atividade a regulador e financiador.

No capítulo II, explicitamos um outro condicionante do processo de estruturação do turismo no litoral catarinense, a valorização do espaço. Buscamos compreender as relações no litoral a partir da teoria da renda fundiária e valorização do espaço, bem como entender o significado da reorganização do espaço litorâneo a partir da valorização. Para tanto, trabalhamos com Harvey (1980), Moraes (1999) ; Moraes e W. M. da Costa (1996; 1993), Singer (1982) e Queiroz Ribeiro (1997).



A partir do entendimento de como ocorre a valorização do espaço procuramos retratar as características históricas mais significativas do litoral, como a urbanização e o crescimento econômico. Posteriormente, caracterizamos a urbanização no litoral e procuramos compreender o significado do turismo na atualidade.

A questão central neste capítulo é a valorização do espaço litorâneo e como aquele adquire um caráter raro e estratégico. Verificamos que, em função de sua localização ímpar, do caráter finito e limitado da superfície, das singularidades presentes, das particularidades na localização e decorrentes especificidades na forma de ocupação, o litoral tem um potencial para gerar renda diferencial e de monopólio. Este caráter específico condiciona as formas de uso, atualmente para o lazer e o turismo, o que o torna um atrativo para o capital e geram demandas por novas áreas, propiciando a especulação imobiliária.

No caso catarinense, o litoral possui especificidades com relação ao restante do território, com expressivo significado histórico, com a natureza relativamente preservada, a atratividade cultural, a proximidade das metrópoles e cidades industriais e a localização no contexto do MERCOSUL, o que tem gerado uma demanda pela segunda residência (casa de veraneio) e um aumento nos fluxos turísticos nacional e internacional.

Posteriormente, caracterizamos a urbanização na atualidade, com análises realizadas a partir de dados estatísticos do censo do IBGE de várias décadas e dados estatísticos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, com o objetivo de entender as características básicas da urbanização de Santa Catarina e o significado da inserção do turismo.

Com relação ao turismo, tem sido um vetor de ocupação nas últimas décadas e está associado a vários processos, como organização do setor dentro

da estrutura urbana das cidades litorâneas, a articulação de espaços de segunda residência e de ocupação de novas áreas. Atualmente há o incentivo do estado com planos para implantação de infra-estrutura e investimentos. Para compreender o significado do turismo realizamos uma análise quantitativa a partir de dados da EMBRATUR e da SANTUR e analisamos o significado.

No capítulo III objetivamos identificar e caracterizar as tensões, conflitos e processos em curso decorrentes da inserção do turismo no litoral catarinense, bem como caracterizar a paisagem do turismo na atualidade.

A partir de consulta aos relatórios do Projeto de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (diagnóstico ambiental do litoral de Santa Catarina), do Trabalho de Campo realizado no litoral (com objetivo de conhecer os municípios em estudo e caracterizar, registrar e analisar a paisagem e os conflitos e tensões) e montagem de um dossiê com reportagens, caracterizamos os conflitos, as tensões e a paisagem do litoral catarinense.

A paisagem foi classificada em duas macro-divisões: áreas consolidadas com ocupação permanente e áreas destinadas à ocupação turística e suas especificidades. Produzimos um mapa temático que retrata a realidade litorânea, identificando os municípios e os principais conflitos e tensões existentes. Por fim, o dossiê resgata as tensões e conflitos no litoral, traz reportagens que caracterizam os lugares e os agentes envolvidos no processo.



**CAPÍTULO I**

**REESTRUTURAÇÃO E REORGANIZAÇÃO  
DO ESPAÇO MUNDIAL**

## CAPÍTULO I

### REESTRUTURAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL

As transformações no espaço mundial efetivada através da sua reestruturação têm redefinido os papéis dos estados-nação e das regiões/lugares na divisão internacional do trabalho. A reestruturação refere-se a uma mudança na dinâmica do capitalismo, que através de dois vetores, acumulação flexível e globalização, têm reconfigurado a vida social, política e econômica mundial, com reflexos no espaço. Neste processo, novos territórios são anexados ao sistema produtivo que se torna global, caracterizando-se por um mercado global. Neste contexto, o setor terciário tem se desenvolvido e, com particularidades, o setor de turismo. O turismo se expande em todo o mundo e tem provocado transformações onde se insere, gerando conflitos e tensões.

Neste capítulo, buscamos entender este contexto global, a expressividade que o turismo adquire e seus reflexos no Brasil.

## 1- TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E ECONÔMICAS

Para compreender a reorganização do espaço macro-mundial nesta pesquisa, buscamos o conceito de reestruturação trabalhado por Soja (1993) dadas sua abrangência, precisão conceitual e por responder, em parte, aos nossos questionamentos. Partindo do pressuposto de que as paisagens urbanas têm se alterado historicamente e que estas alterações na sua forma social, política e econômica são acionadas com o desenvolvimento do capitalismo, buscamos compreender as ações humanas que geram as novas paisagens.

A reestruturação pode ser entendida como uma ruptura/freada das tendências que se apresentam até então. Esta cisão provocaria uma mudança em direção a uma nova ordem, promovendo uma configuração diferente da vida social, política e econômica. São momentos onde há uma combinação de desmoronamentos e reconstrução provenientes de deficiências e perturbações no sistema de pensamento e ação no modo de produção capitalista. Soja destaca, ainda, que a antiga ordem está desgastada, o que impede os “remendos adaptativos” convencionais e de que há exigência de uma expressiva mudança estrutural, instalando uma crise competitiva entre o velho e o novo (1993: 193). Salienta que o processo não é mecânico nem automático e que os resultados não são pré-estabelecidos, superando os tradicionais esquemas evolucionistas que pregam que as mudanças surgem/ocorrem de uma tendência inevitável ou natural para o progresso.

Num processo de ruptura, originam-se graves choques e tensões nas situações e práticas pré-existentes, o que desencadeia intensas lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material, tendo seu reflexo na paisagem.

Sendo assim, para o entendimento da reestruturação, buscamos compreender dois vetores da transformação mundial, a [acumulação flexível]

(Harvey, 1993)<sup>1</sup> e a globalização, e como esta reestruturação redefine o papel das regiões e cidades no contexto mundial. Fora deste contexto, corremos o risco de perder a [noção da totalidade<sup>2</sup>] e da redefinição política, social, econômica e espacial neste momento histórico da sociedade.

### 1.1- Acumulação Flexível e Reestruturação

Autores como Harvey (1993), Scott (1994), Leborgne e Lipietz (1994) e Preteceille e Valladares (1990) têm mostrado o esgotamento do chamado Fordismo–Keynesianismo<sup>3</sup>, uma fase do modelo de acumulação hegemônico desde a Segunda Guerra Mundial, baseado na produção em série e em grande

---

1 “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, organizacional e tecnológica. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas...” (Harvey, 1993:140).

2 A noção de totalidade refere-se a relação que se estabelece entre o todo e suas partes constituintes. A concepção é de que o todo é formado por partes inter-relacionadas e em cada parte a totalidade se expressa. Desta forma, a parte é o próprio todo em movimento, e não somente um fragmento desconexo. Sendo assim, não podemos entender um lugar ou uma região por si só, como único e isolado. Sendo os lugares/regiões constituintes do mundo, são a reprodução e expressão deste mundo, sofrendo a determinação de outros níveis, que se interpenetram e mutuamente se influenciam.

3 O esgotamento do fordismo e seu modelo de organização do trabalho ocorrem no início dos anos setenta, devido a uma série de crises inter-relacionadas, como os movimentos sociais urbanos, a recessão econômica mundial com o fim da expansão econômica do pós-guerra, crise nas estruturas institucionais, na divisão do trabalho existente, na distribuição do poder político e econômico macro, as próprias funções contraditórias do estado nas diferentes realidades, a crise no sistema previdenciário que afetou o Estado de Bem Estar Social, os padrões de desenvolvimento regionais desiguais, declínio da arrecadação pelo estado e conflito entre contratos sociais entre empresas, estado e trabalhadores organizados (Soja:1993), aliado às formas de exploração dos trabalhadores, mulheres, meio ambiente e minorias. Este processo afetou o processo produtivo, gerando perda de lucratividade. Sobre o tema ver: G. BENKO e A. LIPIETZ (1994) e D. HARVEY (1993).

escala para mercados de massa. De acordo com esta linha de pensamento, a superação do modelo (e da crise) pelo capital ocorreu pela reestruturação produtiva do sistema possibilitado por novas formas de produzir e pelo desenvolvimento das novas tecnologias (informática e comunicação) baseadas no conhecimento técnico, científico e da informação, determinando novo paradigma técnico-científico (Becker, 1995).

Neste processo ocorre a reestruturação produtiva e a flexibilização, na qual o processo de reestruturação produtiva por um lado redefine a forma de produzir e de outro, impõe flexibilidade na organização do trabalho, nas qualificações e relações de trabalho elevando a rotatividade de trabalhadores e intensificando o trabalho temporário e o trabalho informal. Desta forma observamos que a tecnologia foi a base para alterar a base produtiva, a organização do trabalho e decorrentes relações sociais.

Neste novo contexto do capitalismo ocorre a expansão do terciário e há uma dependência cada vez maior das estratégias e decisões de estruturas empresariais, agora organizadas em escala mundial e através de redes, utilizando-se da liberalização econômica, aumento da competição e desregulamentação e politicamente do neoliberalismo<sup>4</sup>, com os capitais destinando-se aos setores mais dinâmicos e para áreas com menores riscos de investimentos e que oferecem maior rentabilidade. A atratividade do território se deve ao conjunto de atributos que oferece, como as vantagens locacionais e disponibilidade de mão-de-obra barata. A busca pela acumulação e crescimento é globalizada.

---

4 Neoliberalismo é uma doutrina política fundamentada no liberalismo do século XVIII. Surgiu no contexto da "derrota" do socialismo na década de 80. As políticas neoliberais sustentam-se em cinco metas essenciais: a) estabilização dos preços e das contas nacionais; b) privatização dos meios de produção e das empresas estatais; c) liberalização do comércio e dos fluxos de capitais; d) desregulamentação da atividade privada e austeridade fiscal, com restrição nos gastos públicos (Petras, 1997). Os postulados neoliberais são implementados nas diferentes economias nacionais através dos chamados "ajustes estruturais" ou "reformas econômicas", atrelando as economias às instituições como o FMI, o Banco Mundial e outras organizações supranacionais.

## 1.2- Globalização e Reestruturação

Não é objetivo da pesquisa aprofundar o debate sobre a globalização, e compreendendo que existem diferentes abordagens que buscam o entendimento deste processo, procuramos destacar os pontos básicos que efetivamente têm influenciado na organização do espaço. Existindo diferentes conceitos de globalização que trazem diferentes níveis de complexidade para o entendimento da nova ordem mundial, destacamos duas posições básicas:

A posição oficial de muitos governos e empresas, de caráter conservadora e estimulada pela mídia. Nesta visão, a globalização é definida como um processo recente, fruto da terceira revolução industrial, baseada no livre mercado e livre circulação de bens, capitais e serviços no contexto de uma sociedade informacional e pós-industrial. A resultante seria a afirmação de regimes multipartidários, economias sem fronteiras e crise do estado-nação, processo entendido por muitos como o fim do espaço e do tempo. Nesta visão, este cenário só foi possível com o fim da guerra-fria e da bipolarização que promoveu a universalização de valores (Haesbaert, 1998b) pelo mundo com cidadania planetária e sem fronteiras.

A segunda posição, de caráter crítico e defendido por intelectuais e setores sociais progressistas, na qual incorporamos neste trabalho, é uma crítica ao próprio conceito de globalização<sup>5</sup>. Esta vertente concorda na profundidade das mudanças do mundo, porém as atribui ao ápice ou

---

<sup>5</sup> Existem diferentes conceitos de globalização e que trazem diferentes níveis de complexidade para o entendimento da nova ordem mundial. Os estudos sobre a questão têm proporcionado discussões e proposições com diferentes enfoques de análise, e não há uma definição aceita por todos, ou seja, um conceito único, o que existem são leituras diferenciadas dos processos de transformações sociais, políticas, econômicas e territoriais ocorridas no final do século XX. Além da diferenciação conceitual sobre globalização e mundialização, outros termos ou metáforas referem-se à nova forma de organização global. Existem diversas expressões usuais como “economia-mundo”, “sistema-mundo”, “shopping-center global”, “cidade global” etc. Nesta pesquisa adotamos o termo globalização por ser mais usual, porém não desconsiderando as divergências conceituais do termo.



intensificação de um processo cuja origem é secular e se encontra na formação do capitalismo. Constitui-se de uma internacionalização dos mercados, mas não de livre-mercado, e sim pelo domínio de oligopólios e blocos econômicos protecionistas; internacionalização dos principais fluxos econômicos (capital, mercantil, produtivo e financeiro) com predomínio do capital financeiro e especulativo, e atuação dos principais agentes econômicos, os chamados conglomerados internacionais. Constitui-se numa nova etapa do capitalismo, e, nesta perspectiva, alguns autores avançam na compreensão:

Haesbaert (1998a:13) entende a globalização como um produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo, que acarreta uma crescente mercantilização da vida humana e que atingiu níveis inéditos na história.

Benko (1996) entende que a mundialização constitui-se do espaço de acumulação flexível que se caracteriza pela hipermobilidade do capital pela integração flexível de estratégias de exploração e de modos de dominação. Há uma nova distribuição histórico-geográfica e político-cultural das estratégias de divisão social do trabalho em nível global, caracterizando-se pela mobilidade do capital, pela concorrência entre espaços nacionais, blocos (inter)regionais e empresas transnacionais, pela crescente transnacionalização da economia e da produção.

Chesnais (1997) destaca que a mundialização constitui-se mais que uma fase suplementar do processo de internacionalização do capital industrial desencadeado há mais de um século. Aponta que estamos diante de um novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo mundial, ou seja, de uma nova modalidade de regime de acumulação ao qual nomeia de "regime mundializado sob égide financeira".

Touraine (1997) faz uma advertência, ponderando que mundialização e globalização não têm o mesmo sentido; que estes conceitos são tão diferentes quanto o são uma descrição e uma ideologia. A economia se mundializa, as

grandes empresas traçam estratégias mundiais e os mesmos produtos materiais e imateriais espalham-se pelos continentes. Mas, do mesmo modo que a criação de uma sociedade informatizada é de crucial importância, pondera que é arbitrário entender que daí surge uma sociedade global ou mesmo uma aldeia global:

Uma coisa é afirmar o triunfo da sociedade de mercado; outra, totalmente diferente, é dizer que a sociedade deve ser regulada como um mercado e, portanto, ser liberal, ou seja, reduzir tanto quanto possível às intervenções centralizadas e voluntaristas do estado, dos monopólios, da igreja (1997).

Defende a tese da submissão social a uma intensa campanha ideológica que tenta convencer do ingresso na sociedade global e da irrefreável tendência do planeta em tornar-se uma imensa zona de livre comércio.

Santos (1998:48-52) destaca que o processo global constitui o estágio supremo da internacionalização. Trata-se de nova fase na história humana ou conjunto de novas possibilidades concretas que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei e que a globalização se exprime por meio de funcionalização, e reflete no espaço geográfico. Chama atenção para o fato de que, historicamente, tentou-se unificar o mundo e não unir. Atualmente constrói-se um mundo baseado num sistema de relações hierárquicas e para a perpetuação de um subsistema de dominação sobre outros subsistemas, beneficiando poucos e a busca pela dominação e competição no mercado mundial é realizada com atores mundiais, instituições supra-nacionais e organizações internacionais.

Concluimos que a globalização refere-se à intensificação do processo de internacionalização de relações seculares e que na atualidade evidenciam características peculiares, como a internacionalização da economia e decorrentes relações produtivas e comerciais, mudanças políticas na organização dos estados-nação com a concorrência se estabelecendo internacionalmente.

## 2- REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO NO ESPAÇO MUNDIAL

A reestruturação tem definido um rearranjo espacial mundial, pois existem relações entre decisão política, processos econômicos e territoriais que refletem, por exemplo, na forma urbana<sup>6</sup>. Na atualidade, podemos afirmar a cada transformação de base do sistema produtivo e formas econômicas decorrentes, ocorrem alterações correlatas nos modelos de urbanização e desenvolvimento regional, e este processo tem sido verificado desde a industrialização de larga escala (Soja (1993), Scott (1994)); como Rochefort nos ensina, “às mutações do sistema produtivo e da Sociedade correspondem novas formas de organização do espaço” (1988: 149),

Os reflexos no espaço ocorrem com diferente intensidade e forma, como a desindustrialização de regiões inteiras (Leborgne e Lipietz, 1994), intensa urbanização, aumento do valor do solo urbano (especulação imobiliária) e crescimento desordenado nas metrópoles, com reflexos sociais como o desemprego em massa, aumento da pobreza urbana, violência urbana e no campo. Corrêa mostra que a capacidade do capitalismo foi ampliada, ao dizer que

A capacidade do capitalismo (re)fragmentar e (re)articular a superfície terrestre foi ampliada (...) fazer, desfazer e refazer as diferenciações espaciais tornou-se, de forma mais eloqüente, uma das características da economia global, ainda que permaneça a diferencialidade espaço-temporal (*mímeo*: 6-7).

---

6 A associação entre a evolução urbana e social com a sucessão de períodos do regime de acumulação e a passagem de um período a outro através da crise e reestruturação é subsidiada pela teoria da regulação. Porém, entendemos que não há consenso entre a referida associação: se ocorre com as mesmas características nos países centrais e periféricos; se a associação é direta, ou seja, à emergência de um novo regime implica diretamente nas transformações urbanas ou mesmo como outros processos, além do macro-econômico, determinam na urbanização. Desta forma, a discussão efetuada sobre os paradigmas macro-econômicos e reestruturação regional e urbana procuram enfatizar no contexto o crescimento do terciário e do turismo. E, neste sentido, parece haver um consenso do papel adquirido pelo terciário, como assinalam Lipietz (1988), Chesnais (1996), Compans (1999) e Harvey (1993), entre outros, o que nos interessa diretamente e que analisaremos detidamente.

Neste sentido, a reestruturação passa pela reformulação das hierarquias periféricas regionais e aglomerados urbanos. Há a fragmentação ou especializações produtivas, um aumento de fluxos de pessoas e mercadorias, de tecnologia, de capitais e informação e a organização social e administrativa por meio de redes. Há também uma redefinição da divisão do trabalho e novos lugares são valorizados em detrimento de outros, e especializam-se para desempenharem papel no circuito mundial. Outros processos são apontados por Santos como:

... a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional; a exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço (...) a aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e divisão social do trabalho (...) a produtividade espacial como dado na escolha das localizações (...) a tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização (1998:50).

Algumas destas mudanças no espaço serão trabalhadas nos capítulos posteriores com enfoque no litoral catarinense.

## **2.1- Divisão do trabalho e fragmentação**

Diretamente relacionado ao processo de reestruturação global existe um processo de fragmentação ou regionalização, ou seja, são os lugares buscando uma inserção no contexto global. Desta forma há uma valorização da identidade e as diversidades continuam existindo através do específico, do único. Formam espécies de "ilhas", ou lugares produtivos no contexto global, ou pontos luminosos no dizer de Milton Santos.

Corrêa (*mimeo*) argumenta que a economia global traz como consequência o processo de fragmentação/articulação entendida como a divisão territorial do trabalho que se caracteriza por especificações produtivas e outras características sociais, culturais e políticas. Por articulação, define os fluxos que percorrem a superfície terrestre integrando os pontos e áreas

diversas e, partindo desta fragmentação articulada, conclui que a globalização da economia não gerou a homogeneização global, apenas ratificaram as diferenciações espaciais existentes.

Falcão (1996) observa que este contexto global permitiu uma conexão internacional de fluxos, organizando a produção, criando uma divisão do trabalho e novas relações com o aumento de fluxo de pessoas, de tecnologia, capitais e informação, agora realizados por meio de rede. Novos territórios são selecionados e associados ao sistema produtivo, criando um mercado e uma cadeia de consumo global. Neste processo há uma busca de especialização dos países e domínios das áreas centrais, há uma produção de espaço integrado e fragmentado, pois há uma busca constante de realização de lucro e redução de custos via desenvolvimento tecnológico e aumento da escala de produção, buscando diminuir o tempo de produção e circulação. Nesta lógica, determinados lugares são mais valorizados em detrimento de outros. Alguns perdem importância, outros são valorizados e criam-se os espaços da produção conectados com a escala global (Corrêa, 1989a:48). Por consequência, regiões e lugares especializam-se, vindo a desempenhar um papel no circuito produtivo mundial, são valorizados segundo a intencionalidade e são alteradas as formas de seu uso, conforme assinala Becker:

Neste contexto, a vantagem competitiva de um território, em qualquer escala geográfica, tende a decorrer da velocidade em passar à nova forma de produção; na medida em que o capital e a tecnologia são seletivos, estabelece-se forte tendência à valorização da diferença e a competitividade entre os lugares (1995:1).

Assim, a especialização, nesta pesquisa, refere-se a lugares reservados à produção de lazer e turismo, onde o turismo é desenvolvido e apresentado muitas vezes como "vocação" (natural ou criada) e como única alternativa econômica, como por exemplo, em países do Mar do Caribe ou na Região Nordeste brasileira ou no litoral catarinense.

## 2.2- A reestruturação no Brasil

A dificuldade que se apresenta é compreender qual a influência da reestruturação nas regiões/lugares onde se insere. Para tanto, partimos do conceito de totalidade, pois este conceito possibilita compreender como as partes se articulam com o todo, e partimos do pressuposto metodológico de que o lugar não se explica por si só, mas articula-se com outras realidades que interagem.

Desta forma, buscamos entender o significado da reestruturação no contexto mundial, seus reflexos no Brasil e nas regiões/lugares, aqui referenciadas as regiões do turismo no Brasil para finalmente chegarmos ao litoral catarinense. A abordagem desenvolvida privilegiou o setor terciário, especificamente o turismo, mas compreendemos que a reestruturação perpassa por todos os setores econômicos, porém, centramos a análise no setor que interessa diretamente à pesquisa<sup>7</sup>

Santos e Silveira (2001) no estudo sobre o Brasil, mostram como ocorre a reorganização produtiva do território brasileiro em função da ciência, da técnica da informação, o que tem gerado condições para a divisão do trabalho (especialização produtiva) nos lugares. Nesta nova divisão do trabalho, áreas periféricas dentro do território nacional são ocupadas e regiões remodeladas:

Amplia-se a descentralização industrial, despontam *belts*, modernos e novos *fronts* na agricultura e especializações comerciais e de serviços se desenvolvem em porções do país que apenas no período atual puderam acolher vetores da modernidade (Santos e Silveira, 2001:105).

O reflexo desta divisão do trabalho é a fragmentação do território, ou seja, uma organização onde os lugares que se especializam são os mais aptos a atender às demandas do mercado mundial bem como se articular com os

---

<sup>7</sup> Para um aprofundamento sobre a reestruturação no Brasil, ver M. SANTOS e M. L. SILVEIRA (2001) e CASTRO, I. E. de, P. C. da C. GOMES, R. L. CORRÊA. (1996). Os autores das duas obras fazem uma análise geográfica do Brasil na atualidade.

pontos do território, o que tem gerado regiões perdendo o comércio interno (Santos e Silveira, 2001).

Esta reorganização produtiva nacional do território ocorre no bojo do processo macro e reflete no Brasil com mudanças sócio-econômicas desde os anos oitenta com o fim do regime militar, o processo de redemocratização, a desregulamentação econômica (liberalização do comércio) que se intensificou nos anos noventa, com a adesão do Estado ao "modelo neoliberal" com políticas de privatização das empresas estatais, reestruturação produtiva de empresas com "enxugamentos" e demissões de trabalhadores, aliadas às transformações no mundo do trabalho.

Este cenário tem refletido na sociedade brasileira com diferentes formas, como o desemprego crescente, a violência urbana e exclusão social e que tem contribuído para dar às cidades um novo rosto, uma nova funcionalidade e uma nova definição (Santos:1998).

### **3- O TURISMO E A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL**

O turismo surge como uma das principais atividades econômicas mundiais, intensificando fluxos de pessoas, de capitais, de serviços e produzindo espaços para o consumo. Nesta parte, procuraremos caracterizar o setor terciário e entender a expressão do turismo no mundo e no Brasil, bem como o caráter flexível deste setor.

#### **3.1- O terciário no contexto da reestruturação e o turismo**

No contexto da reestruturação, o setor terciário teve grande impulso, principalmente pela liberalização econômica e crescente divisão do trabalho. Este setor corresponde às atividades comerciais, aos transportes e à prestação de serviços, possuindo uma alta diversificação de atividades e grande geração de empregos.

Chesnais (1996:188) faz uma crítica às classificações genéricas e simplistas do terciário, como aquela que define o terciário pela exclusão, sendo este composto pelas atividades que não são do setor manufatureiro, de construção civil, da agricultura ou da extração mineral. Segundo o autor, esta classificação é insuficiente, pois não consegue precisar o lugar dos serviços na atualidade, pois o setor industrial penetra no setor de serviços pela diversificação da atividade e os serviços estão cada vez mais invadindo o industrial, o que dificulta a contraposição entre os setores.

Outra concepção é a de Lipietz, que define o terciário como o ramo “cuja função não é a valorização do capital na produção material” (1988:179). Esta caracterização é feita porque nesses setores podem se desenvolver processos de trabalho material, como exemplo cita operários dos hospitais. Inversamente, nos setores industriais há setores que não participam diretamente do processo produtivo (escritório, engenheiros, direção).



Neste sentido, há uma diferença entre setor e atividade: Setor terciário (terciário externo): “conjunto dos ramos funcionalmente terciários repartidos na divisão social do trabalho” (*idem*: 179). É constituído pelo comércio, serviço financeiro e de seguro, os serviços não mercantes (administração, ensino, etc.). As atividades terciárias (terciário interno): no interior do setor terciário, mas também nos outros setores. Por exemplo, profissionais liberais, trabalhadores independentes e ajudantes familiares.

A diferenciação entre o setor e atividade terciária é resultado de concepções atuais. Desta forma o autor faz uma definição teórica entre setor (que atuaria num plano mais técnico) e atividade, que se define dentro do plano da estrutura social.

Compans (1999), como Chesnais, aponta a tendência para a interpenetração dos setores, faz uma crítica à classificação em setores tradicionais e afirma que atualmente esta divisão é anacrônica, pois a logística de bens e serviços, associados a créditos, mercadorias e assistência técnica é complexa e que a concepção de empresa que produz um bem se tornou ultrapassada. Argumenta que não é possível o desenvolvimento de serviços sem a articulação de bens materiais, sem interagir como o todo econômico nacional e regional, com países centrais e tardios. A análise da autora centra-se à realidade metropolitana, quando discute as cidades globais.

Entendemos que as classificações do turismo são polêmicas, surgindo ora como expressão do terciário, ora como uma “indústria sem chaminés”. O entendimento do turismo neste trabalho é concebido dentro do setor terciário, estruturado em prestação de serviços e comércio, conforme quadro 1.

No quadro, verifica-se que o turismo se baseia nos serviços, porém o comércio constitui de atividade complementar fundamental, e não podemos perder de vista a influência da produção de bens materiais, como por exemplo, a construção civil, responsável (e grande setor impulsionador) pela

implantação da infra-estrutura, equipamentos e elementos da paisagem (equipamentos turísticos, edificações).

Quadro 1  
Classificação dos principais serviços turísticos

Serviço	Tipologia
Meio de hospedagem	Hotel, pousada, motel, pensão e <i>camping</i>
Serviço de alimentação	Restaurante, bar, lanchonete, casa de chá, cervejaria, barraca de praia, ambulante, feira-típica, mercado
Serviço de entretenimento	Área de recreação, praça, parques, clube, estádio, autódromo, mirante, marina, boate, casa de espetáculo, cinema, teatro, <i>shopping center</i> , eventos, feiras, mambembe
Serviço de apoio	Operadoras, agência de viagens, transportadora aérea terrestre, posto de informações, locadora de automóvel, comércio, loja de artesanato, casa de câmbio, banco, locais de convenção, exposição, culto, representação diplomática, serviço de saúde, segurança, guiamiento

Fonte: organizada pelo autor, a partir de Coriolano (1988)

Além da classificação nos setores, o próprio conceito de turismo é polêmico. A OMT entende o turismo como a “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residências temporário e voluntário, motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (De La Torre *apud* Barreto, 1995:12).

Andrade entende o turismo como um “complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transporte, alojamento, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento” (Andrade, 2000:38).

Outras concepções buscam avançar da visão econômica do turismo, como De La Torre, que entende o turismo como um fenômeno social que consiste no “deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, culturais ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro” (De La Torre *apud* Barreto, 1995:13) ou como Moesch (2000: 9), que entende o turismo como um fenômeno, sendo

... uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade ... o produto turístico.

Neste trabalho classificamos o turismo no terciário, e procuramos observar, entretanto, as classificações propostas por Barreto e Moesch, pois a atividade vai além do econômico, atuando num contexto social e mesmo de ilegalidade e contravenções, pois o turismo constitui-se uma das mais importantes formas de reprodução do capital e captação de divisas, uma atividade que se presta à lavagem de dinheiro do narcotráfico, do jogo da sonegação de impostos e da corrupção, como assinala Rodrigues (1999:18). Além desta característica, a própria abordagem sobre a urbanização demanda novas interpretações além da econômica, incorporando fatores históricos, sociológicos, geográficos e antropológicos.

### 3.2- O turismo no mundo

O turismo como prática é antigo, porém na forma organizada surgiu no século XIX com pequenos grupos de viajantes que se deslocavam por itinerários traçados para conhecer a Europa e participar de eventos (Barreto, 1995; Silveira, 1997). Surgiu como símbolo de *status* e de projeção social e sua prática era restrita às elites econômicas. Posteriormente foi imitada pelas elites dos países periféricos. A massificação ocorreu como o estabelecimento do Estado de Bem-estar Social na Europa e Estados Unidos, com as políticas de pleno emprego e num contexto social com elevados níveis de consumo, com as reduções da carga horária e leis trabalhistas, com o acesso à aposentadoria garantida e férias anuais, licenças e vantagens funcionais. Alia-se a estes

processos, o desenvolvimento do transporte e da infra-estrutura e o desenvolvimento do *marketing*.

O turismo, num primeiro momento, aconteceu nos países europeus e Estados Unidos. Posteriormente ocorreu nos países periféricos pelo caráter exótico e clima tropical, aliado ao alto potencial de expansão dos negócios relacionados com a atividade, principalmente no Mar do Caribe e Região Nordeste brasileira, conforme o quadro 2.

Quadro 2  
A expansão do turismo no mundo

Século XIX	Países europeus e EUA
1900-1940	Mediterrâneo Ocidental, Flórida (EUA)
1950-1970	Mediterrâneo Oriental, Norte da África, Califórnia (EUA), Caribe
1970-1990	África, Austrália, Ásia, América Latina, Sudeste do Pacífico
Após 1990	Antártica e áreas remotas de todos os continentes e oceanos

Fonte: adaptado de Silveira (1997)

Esta trajetória propiciou num crescimento contínuo, e atualmente o turismo aparece com novos significados: a valorização da natureza e da diferença (apelo ao exótico), e a massificação da atividade com a cristalização da sociedade de consumo (Becker, 1995) e associado à velocidade da informação; à circulação e articulação por redes e a associação ao *marketing*.

A incorporação do discurso ambiental (e a necessidade desta incorporação) tem gerado discussões e mostrado o caráter ambíguo do turismo, pois ao mesmo tempo em que necessita de lugares preservados ou com atrativos naturais para a realização, o desenvolvimento tem gerado poluição, ocupação desordenada, desestruturação de comunidades tradicionais, entre outros, como mostrado no capítulo III. Há um conflito entre revalorização do meio ambiente nas políticas e interesses econômicos<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Sobre a questão ver E. R. OURIQUES (1996).

### 3.3- Expressão mundial do turismo

Os debates e estudos sobre a reestruturação mundial e a fragmentação nesta pesquisa, concentram-se sobre a realidade metropolitana; alguns abordam as grandes cidades. Buscamos trazer este movimento e articulação macro para o entendimento do turismo no litoral catarinense, onde a atividade tem crescido significativamente e com reflexos importantes a serem compreendidos.

O turismo caracteriza-se como uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo, aproveitando-se das estruturas modernas (principalmente urbana) para realização, e ocorre em diferentes ambientes, como o rural, o urbano, a praia, o deserto, as florestas, etc. Tornou-se uma atividade relevante e há projeções para o próximo século que o indicam como a principal atividade econômica mundial. Numa análise sobre o crescimento deste setor no mundo, Cazes (1999:77) e EMBRATUR (1999) apresentam uma projeção significativa. O fluxo turístico internacional apresentava, em 1950, 25 milhões de chegadas, subindo para 528 milhões em 1994 e 625 milhões em 1998, com projeções de 661 milhões para o ano 2000 e de 937 milhões para o ano 2010.

As estatísticas da WTTC (World Travel and Tourism Council)<sup>9</sup>, e da OMC (Organização mundial do Comércio) apresentam alguns dados do setor de viagem e turismo, indicando que nos anos de 1998 e 1999 faturou US\$ 3,4 trilhões e US\$ 4,5 trilhões, respectivamente, conforme a tabela 1.

---

<sup>9</sup> World Travel and Tourism Council: instituição criada por presidentes e diretores de grandes empresas e grupos envolvidos com o turismo, como companhias aéreas, rede hoteleiras, agência de viagens e cruzeiro marítimo, empresas de cartão de crédito, locadoras de automóveis, entre outros.

Tabela 1

Movimentação do turismo mundial nos anos de 1998 e 1999

Fluxos	1998	1999
1- Faturamento (US\$ trilhões)	3,4	4,5
2- Impostos (US\$ bilhões)	655	792,4
3- Empregos gerados	260	192
4- Chegadas de turistas - milhões	625	656,9
5- Ingressos de divisas (US\$ bilhões)	439	455,5

Fontes: 1, 2 e 3: WTTC; 4 e 5: OMT. In.: EMBRATUR (1998 e 1999).

Obs.: no item 3, "empregos gerados", observa-se uma abrupta queda no número de empregos gerados, porém estes dados estão na estatística da EMBRATUR.

Os dados mostram um significativo aumento do faturamento de 1998 para 1999, cerca de 32,4%, e, no mesmo período, uma queda no número de empregos, cerca de 35,5%, apesar do aumento número de chegadas e da arrecadação de impostos.

As conexões do turismo com o mercado internacional ocorrem principalmente pelo vínculo de agentes promotores e prestadores de serviço com redes de comércio internacionalizadas e pela estruturação do sistema bancário (moeda eletrônica, câmbio).

Neste sentido, o desenvolvimento do turismo está diretamente associado às novas formas de crescimento econômico no final do século XX, ocorrendo simultaneamente em diferentes partes do globo, sempre associado ao desenvolvimento do terciário e das novas relações estabelecidas a partir da reestruturação global. No contexto da globalização, evidencia uma nova forma de integração centro-periferia, envolvendo estas áreas através dos fluxos (pacotes turísticos). A inserção do turismo ocorre de duas formas:

Primeiro pela refuncionalização dos lugares no contexto mundial e dentro de nova divisão do trabalho, quando os lugares assumem um papel de produtores de lazer/turismo para o mercado internacional, intensificando a especialização produtiva e produzindo uma nova lógica ou racionalização espacial, conectadas à racionalidade global, com funções controladas e

planejadas por empresas globais e com reflexos profundos no mundo do trabalho.

A segunda forma ocorre pelo recebimento, pelos países onde é desenvolvido, de investimentos/empréstimos de organismos internacionais (como o Banco Mundial-BIRD e o Banco Interamericano de desenvolvimento-BID) para a implantação de infra-estrutura de apoio, infra-estrutura viária, de saneamento e obras a serem realizadas em contrapartida com os governos locais, preparando os territórios para a instalação, por exemplo, dos megaempreendimentos hoteleiros do tipo *Resort* (Morandi e Gil, 2000).

Muitas críticas têm surgido sobre este processo, pois com a intensificação da desregulamentação interna, o ingresso de capitais externos torna cada vez mais os países dependentes e não conseguem um desenvolvimento autônomo, pagam *royalties* pelo uso de tecnologias e informações do mercado. Neste particular, assim se expressa Gallero<sup>10</sup>:

A globalização acompanhada de um discurso neoliberal e modernizante impede o desenvolvimento autônomo e, entre outras coisas, geralmente ataca os valores ambientais do espaço receptor, debilitando e fazendo desaparecer recursos turísticos. A globalização uniformizou os instrumentos, os veículos, os produtos de consumo, a linguagem tecnológica. As modas, os materiais e conseqüentemente os hábitos, as respostas, as aspirações de setores importantes da sociedade. E também generalizou as formas de realizar o turismo, e o que é mais grave, unificou a utilização do tempo livre (Tradução do autor).

Verificamos desta forma que a produção de espaços turísticos aparecem com novas características, sendo o espaço organizado para o consumo, sendo “preparado” e “organizado” para tal finalidade. Os lugares buscam uma

---

10 “La globalización acompañada de un discurso neoliberal y modernizador impide el desarrollo autónomo y, entre otras cosas, generalmente ataca los valores ambientales del espacio receptor, debilitando e incluso haciendo desaparecer recursos turísticos. La globalización uniformizó los instrumentos, los vehículos, los productos de consumo, el lenguaje tecnológico, las modas, los materiales y subsiguientemente los hábitos, las respuestas, las aspiraciones de sectores importantes de la sociedad. Y también generalizó las formas de realizar el turismo y, lo que es más grave, unificó - pantalla mediante - la utilización dominante del tiempo libre” (Gallero, 1999:34).

especialização no contexto mundial e são credenciados a receberem empréstimos de organismos externos e investimentos de grupos transnacionais para implantação de infra-estrutura e instalação de grandes empreendimentos.

Desta forma, o turismo vincula-se à racionalidade global e a modernidade: a) quando os lugares passam a fazer parte das redes de investimento, comércio e serviço internacional; b) pelos interesses globais e conseqüentes ações das empresas; c) pelo *marketing* turístico e d) pelos fluxos internacionais.

### **3.4 - O caráter flexível do turismo e o mundo do trabalho**

Além do exposto sobre a reestruturação mundial, Harvey tem assinalado a radical reestruturação do mercado de trabalho, apresentando a redução do emprego em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado:

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego..., rápida destruição e reconstrução de habilidades ... e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista (1993:141).

O autor citado ainda aponta o enfraquecimento do poder sindical, a grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados), a redução do nível de emprego regular e crescente do trabalho parcial, temporário ou subcontratado. Assinala também a forte insatisfação trabalhista existente, as altas taxas de rotatividade, salienta a transformação na estrutura do mercado de trabalho, na qual a subcontratação permite que sistemas "mais antigos" apareçam, como o artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (padrinhos, patronos e até estruturas mafiosas), bem como setores de economia informal ou subterrânea.



Como observado, a flexibilização traz mudanças profundas no mundo do trabalho, com altos índices de desemprego nos países centrais e periféricos, aumento do desemprego nos setores formais aliado à baixa remuneração.

Com relação ao turismo, a atividade tem sido retratada como grande geradora de empregos e esta é uma das principais justificativas dos governos para o desenvolvimento da atividade no mundo e no Brasil, embora não seja o principal objetivo da atividade. Podem surgir três categorias de empregos: a) empregos diretamente relacionados com o turismo; b) empregos resultantes do desenvolvimento do turismo (transporte, *etc*) e c) empregos indiretos decorrentes dos recursos oriundos do turismo acumulados e utilizados pelos moradores locais. Segundo Lage e Milone (1998), um em cada dez trabalhadores está vinculado ao turismo, com vínculos subordinados, num mercado competitivo e que requer cada vez mais capacitação no atendimento. Comparado com outros países, no Brasil, em 1997, 9% da População Economicamente Ativa (PEA) estava associada ao turismo, contra 75% nas Bermudas e 10% em Porto Rico e Jamaica.

Neste contexto, Ouriques (1996) desmistifica o turismo como grande gerador de emprego formal. Em pesquisa realizada em Florianópolis, o autor aponta o alto grau de trabalhadores informais (30% com carteira assinada e 70% na clandestinidade). Mostra também os baixos salários praticados, as pressões dos patrões para a não filiação ao sindicato, o desrespeito às leis trabalhistas, o trabalho contínuo com contrato de experiência e um regime informal e sazonal, além de intensa jornada de trabalho. Afirma que por conta do desemprego formal, prolifera uma economia "subterrânea". A pesquisa identifica na informalidade o trabalho familiar, o trabalho infantil, o autônomo e relações de trabalho que denomina de escravistas (no caso dos ambulantes nordestinos).

O autor acima apresenta diferentes situações de trabalho provando assim que o turismo gera emprego, porém numa qualidade informal e muitas

vezes não passando pelas vias legais. No marco da formalidade, identifica grande descontentamento dos trabalhadores em virtude dos baixos salários e altas jornadas de trabalho. Desta forma, aponta para o caráter flexível do turismo: “o que está em curso atualmente é um processo global de flexibilização no mercado de trabalho” (Ouriques, 1995:107).

A partir das considerações até aqui realizadas, concluímos que o turismo caracteriza-se como uma atividade flexível, pois o processo concentra-se entorno dos serviços turísticos, no comércio, na construção civil, finanças e negócios, com o predomínio do setor privado e da terceirização, aliado as altas taxas de trabalho em tempo parcial, sazonal e informal (portanto impondo igualmente um regime de trabalho flexível e, cabendo ao Estado, o apoio ao setor, com políticas de desenvolvimento, financiamento, ordenamento territorial e implantação de infra-estrutura).

Os documentos a seguir retratam esta questão. O documento 1 mostra a demissão de 35 mil trabalhadores no litoral de Santa Catarina com contrato temporário em todos os setores ligados ao turismo, efetuadas no final temporada, em março de 2001. Por outro lado, o documento 2 mostra a motivação para a temporada de 2002, pelos mesmos setores ligados ao turismo, projetando a criação de 50 mil empregos temporários em vários municípios no litoral.

As reportagens revelam a forma flexível do trabalho no litoral, plenamente aceito e divulgado pelos setores, o que vem a gerar uma sazonalidade, a do emprego temporário.

▼ TRABALHO

# Temporada acaba com demissão de até 35 mil

Maioria dos contratos temporários encerra até a Páscoa nos setores ligados ao turismo

Glauco Silvestre  
FLORIANÓPOLIS

Um contingente de até 35 mil trabalhadores que foram contratados no Estado durante a temporada de Verão deve perder o emprego até abril. Só em Florianópolis, o número pode chegar a 15 mil. A estimativa é do presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Capital, Tarcizio Silveira, e inclui todos os setores que, direta ou indiretamente, sobrevivem do turismo, como casas noturnas, postos de combustível e serviços de transporte, por exemplo.

Somente no setor hoteleiro, cerca de 65% dos funcionários contratados no Verão perderão seus postos, segundo o presidente da Associação Brasileira de Hotéis de Santa Catarina (Abih), Volnei Koch. "Muitos hotéis de praia chegam a desligar 80% do quadro de funcionários neste período", lembrou Koch. No Hotel Praiatur, na praia de Ingleses, os desligamentos só não serão maiores porque existe um centro de convenções que mantém uma programação regular de eventos, atraindo hóspedes durante o ano. Mesmo assim, o número de funcionários cairá de 90 para 60 depois da Páscoa.

O histórico do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Sistema Nacional de Emprego (Sine) comprova que a grande maioria dos funcionários contratados a partir de outubro deixam o emprego até o final de abril. Na última temporada, houve 4,5 mil contratações entre outubro e janeiro, e o mesmo número de demissões entre o início de fevereiro e o final de abril.

De outubro até dezembro de 2000 - último mês analisado pelo sistema - houve 4,15 mil contratações temporárias registradas pelo Sine nos municípios de Florianópolis, Balneário Camboriú, Bombinhas, Itapema e Laguna. Os números são do setor de alojamento, alimentação e comércio varejista.

Somente no restaurante Churrasco ao Vivo, em Canasvieiras, na Capital, dos 30 funcionários de janeiro, devem sobrar 10 até o final de março. Segundo a proprietária, Rosete Cristina Klein, a maioria do pessoal vem de outros municípios do interior do Estado em busca de emprego, mais muitos retornam antes mesmo do final da temporada.

Para manter o emprego formal para trabalhadores da grande Florianópolis, o presidente da Federação dos Restaurantes, Bares e Similares de Santa Catarina, Estanislau Bressolim, defende a criação de mais cursos de aperfeiçoamento no setor de serviços para cargos intermediários.

"Nós temos oito cursos superiores na nossa região, e poucos para quem não pode ingressar na faculdade. Assim, o treinamento fica apenas a cargo dos proprietários de hotéis", disse ele. Para Tarcizio Silveira, somente a chegada do turismo de negócios e de eventos durante todo o ano poderá fazer com que a indústria hoteleira comece a absorver a mão-de-obra excedente.



CAIO CEZAR/DC/FLORIANÓPOLIS

**FILÃO:** Centro de convenções segura contratados no Hotel Praiatur

## Empresas de RH facilitam renovação

Liziane Rodrigues  
JOINVILLE

A indústria e o comércio do Estado absorveram uma parcela significativa de temporários contratados a partir de novembro. Informam duas das maiores empresas de recursos humanos de Santa Catarina. Dos 4,5 mil trabalhadores temporários que a RH Brasil contratou há quatro meses para os nove municípios que atende (Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Rio Negro, Canoinhas, Itajaí, Blumenau, Florianópolis e Lages), 1 mil foram efetivados na indústria em janeiro, quando terminaram os 90 dias de contratação temporária.

A informação é do diretor da empresa, Paulo Roberto de Goes. "Outros 2 mil tiveram o contrato renovado por mais três meses e parte pode ser contratada definitivamente", acredita. As indústrias de Joinville, principalmente do setor metal-mecânico, representam 30% dessas contratações. Na Gelre, 70% dos trabalhadores temporários permanecem nas indústrias onde foram contratados no último trimestre de 2000, informa o gerente Júlio César Gualberto Ribeiro. No comércio, o percentual de efetivações foi de aproximadamente 60%. Nos dois casos, explica, os recém-admitidos não ocupam apenas novas vagas, mas substituem outros funcionários demitidos. A contratação temporária, desta forma, tem servido para reciclar o quadro de funcionários, diz Ribeiro. "O comércio é bem sazonal. Ou efetivou ou dispensou até o final de janeiro", informou.

## Indústria e comércio mantêm vagas

JOINVILLE

Ao contrário do restante do Litoral, que nesta época está extinguindo a maior parte dos postos temporários criados para a temporada de Verão, Joinville deve começar um processo inverso, principalmente na área de serviços. Com a retomada do período de congressos e eventos, que devem dobrar em número este ano em relação a 2000 em Joinville, os hotéis devem começar a fazer novas contratações a partir de março, acredita o ex-presidente da seccional catarinense da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-SC), Geraldo Linzmeyer.

A abertura de novas empresas em

Joinville, como a montadora TVR, e a transferência da Multibrás de São Bernardo do Campo, e investimentos na região também aquecerá o setor hoteleiro por conta da visita de executivos ainda no processo de implantação, prevê. Em Joinville, o movimento nos hotéis deve começar na próxima semana, com as comemorações dos 150 anos da cidade, que inclui uma feira com 180 representantes da indústria, comércio e entidades de ensino e tecnologia.

Linzmeyer, que administra hotéis na região Norte do Estado, estima que aproximadamente 10 mil pessoas foram contratadas por hotéis e pousadas no final do ano passado. Ele calcula

que 80% delas já foram dispensadas no final de janeiro, quando o movimento de turistas no Estado caiu. "Muitos hoteleiros esperaram os primeiros dias de fevereiro para ver se reagia, mas até o Carnaval ficou abaixo da expectativa e, por isso, não renovaram os contratos temporários."

Os 20% de temporários que ainda não foram dispensados se concentram em hotéis de Florianópolis e Balneário Camboriú para atender principalmente à demanda criada pela terceira idade. Estes postos devem permanecer até abril, provavelmente, em função da Semana do Turismo do Uruguai, na véspera da Páscoa, quando os uruguaios voltam às praias catarinenses.



**TURISMO** Criação de 50 mil vagas temporárias para o veraneio atrai uma multidão de diversos estados

# SC vira Meca do emprego de Verão

SIMONE KAFRUNI

A alta temporada está chegando. Com ela, 50 mil empregos temporários mobilizam uma multidão que quer aproveitar o Verão em Santa Catarina para ganhar dinheiro extra.

Qualificação e cursos de treinamento garantem facilidades de acesso às vagas abertas no Litoral de todo o Estado.

O presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav), Kid Stadler, destaca que das 50 mil vagas abertas, 45 mil são nos setores de comércio, hotelaria, bares e restaurantes. "Outras 5 mil surgem nas próprias agências de viagem e no ramo de recepção de turistas", explica. Motoristas, atendentes, seguranças, guias e recepcionistas de navios são cargos do setor que se multiplicam no Verão, conforme ele.

O setor hoteleiro é um dos que mais empregam nesta época. "São mais de 15 mil empregos temporários nos 800 hotéis do Litoral catarinense", afirma o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Volnei Koch. O comércio de alimentos vem em seguida, abrindo mais de 5 mil vagas em todo o Estado, de acordo com o presidente da Associação Brasileira de Bares, Restaurantes e Empresas de Entretenimento e Lazer (Abrasel), Luciano Bartolomeu.

## Varejistas antecipam contratação para o Natal

O comércio tradicional amplia seu quadro de pessoal já para o Natal e aproveita os funcionários temporários para dar conta da demanda de turistas nos meses da alta temporada.

São 3,5 mil vagas apenas na Capital e em Balneário Camboriú, os dois principais destinos turísticos de Santa Catarina. As prefeituras dos municípios com praias ainda disponibilizam alvarás para que ambulantes utilizem as faixas de areia.

Uma multidão de catarinenses, gaúchos e paulistas busca preencher todas estas vagas. "A qualificação do profissional é que faz a diferença na hora da seleção", afirma Bartolomeu. Convênios das entidades ligadas ao turismo e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) pretendem aumentar a capacitação deste pessoal.

Na hora da disputa, vale a dica do gerente da agência de empregos temporários Gelre, Alfredo Mauricio Neto: pos-ura e currículo adequados às vagas e sinceridade na hora da entrevista.

## Saiba mais

CONFIRA O MERCADO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

Vagas	Salários
<b>Hotelaria</b>	
Camareira	R\$ 350
Mensageiro	R\$ 350
Garçom	De R\$ 400 a R\$ 600
Telefonista	De R\$ 400 a R\$ 600
Recepcionista	De R\$ 400 a R\$ 600
Chefe de cozinha	De R\$ 800 a R\$ 1,5 mil
Maitre	De R\$ 800 a R\$ 1,5 mil
Governanta	De R\$ 800 a R\$ 1,5 mil
<b>Bares e restaurantes</b>	
Atendente	De R\$ 200 a R\$ 300
Auxiliar de cozinha/lavação	De R\$ 200 a R\$ 300
Auxiliar de cozinha/saladas	De R\$ 300 a R\$ 400
Auxiliar de cozinha/forno e fogão	De R\$ 400 a R\$ 500
Garçom	De R\$ 500 a R\$ 1 mil
Cozinheiro	De R\$ 700 a R\$ 1,5 mil
Gerente de alimentos e bebidas	De R\$ 700 a R\$ 1,5 mil
<b>Comércio</b>	
Balconistas	Os salários variam conforme o piso da categoria, entre R\$ 275, em Balneário Camboriú, e R\$ 390, em Florianópolis
Vendedores	
Atendentes	
Caixas	
Credenciadas	

Fontes: Capital Intelectual Consultoria em RH, Abrasel, ABIH e CDLs



### Currículo

- Seu currículo será avaliado com outras dezenas. Além dos dados pessoais, coloque telefones para contato
- Simplicidade**  
Seja claro e sucinto. Analise bem quais informações interessam para a vaga
- Originalidade**  
Procure passar a sua personalidade no currículo. Ser original não significa exagerar
- Objetividade**  
Deixe claro o que você busca: cargos, áreas de atuação e expectativas profissionais
- Sinceridade**  
Você pode até omitir alguns dados, porém não minta

### Visual

- A primeira impressão é importante. Para ajudá-lo, seguem algumas dicas:
- Mulher**  
Não abuse de roupas curtas e decotadas. Utilize pouca maquiagem. Escolha roupas clássicas, neutras ou básicas
- Homem**  
Evite o uso de sandálias, chinélos e tênis. Dê preferência às camisas com botões ou golas-pólo
- Mulheres e homens**  
Se pleitearem vaga numa loja de surf, não fica bem ir à entrevista com vestido clássico ou terno e gravata

## Oportunidades no comércio duram mais

O Natal puxa as contratações temporárias no comércio catarinense, que ultrapassam 2 mil apenas na Capital.

Mas, ao contrário do que ocorre em outros estados, o pessoal é aproveitado também durante a temporada de Verão, garantindo por mais dois meses o emprego temporário no varejo do Estado.

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Florianópolis, Osmar Silveira, garante que, a cada ano, os empregados que se oferecem para preencher as 2 mil vagas abertas estão mais capacitados. "Os cursos de qualificação têm dado resultados excelentes".

Segundo ele, as entidades, associações e as CDLs estão investindo na capacitação dos funcionários para melhorar o atendimento aos clientes. "As contratações iniciam em novembro, para assegurar bom atendimento para as vendas de Natal, mas não são fechadas logo. Os funcionários permanecem empregados para a temporada", revela. A média salarial dos temporários acompanha o piso da categoria praticado em Florianópolis: R\$ 390.

## Cursos dão noções básicas de atendimento e postura

Silveira destaca que a CDL da Capital desenvolveu um projeto-piloto de cursos que deve colocar no mercado 65 adolescentes no início de 2002. "Selecionamos alunos do último ano do ensino médio para a capacitação e todos estão com empregos garantidos", explica. Ele ressaltou que a ideia do projeto surgiu depois da constatação de que muitos dos empregados que se ofereciam para as vagas de Verão eram estudantes que queriam aproveitar as férias para ganhar um dinheiro extra. "Vimos que este pessoal tinha potencial e investimos no projeto", afirma.

Para 2002, a CDL vai dar continuidade ao projeto e capacitar 90 alunos. Durante a capacitação, os alunos aprendem como se vestir e se portar nas entrevistas de recrutamento, além de receber noções de informática de comércio e abordagem e atendimento.

## FCDL prevê mais contratações

O número de vagas temporárias no comércio catarinense este ano deve superar em muito o registrado no ano passado. A afirmação é do presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL) de Santa Catarina, Síd Gessner Junior.

Apesar de não ter um número exato, Gessner garante que está bem acima das oferecidas na temporada passada. "No Litoral, a

contratação está muito forte em lojas e supermercados", explica.

O varejo, conforme ele, já está contratando desde o início de novembro para poder fazer um pequeno treinamento antes da correria do Natal. O setor de confecções é o que mais contrata.

Em Balneário Camboriú, onde cerca de 5 mil pessoas trabalham no comércio varejista, o número de vagas deve ser ampliado em 30%, segundo o secretário-execu-

tivo da CDL, Helder Couto Vieira. "Precisamos de bastante pessoal, já que o comércio funciona até a meia-noite na temporada", diz.

São 1,5 mil empregos temporários de balconistas, vendedores, atendentes, caixas e credenciadas, com salários de, no mínimo, R\$ 275. De acordo com Vieira, em média 5% são efetivados. "Além disso, há um aproveitamento de 3% na troca de um funcionário por outro mais qualificado".

## Parcerias qualificam funcionários

Uma parceria entre a prefeitura de Balneário Camboriú e o Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares da Região está assegurando qualificação da mão-de-obra temporária sem custos para o trabalhador.

Destino mais procurado pelos turistas, o município abre 5 mil vagas durante a alta temporada.

O presidente do Sindicato, Cláudio Fischer, esclarece que os alvarás dos empreendimentos ho-

teleiros não são renovados sem que haja uma reciclagem dos profissionais através de cursos de higiene promovidos pela Secretaria da Saúde. "Tem dado resultado, juntamente com os cursos gratuitos, com certificação, realizados pelo sindicato", assegura Fischer.

Ele destaca que algumas empresas exigem o conhecimento da língua espanhola por causa da demanda de turistas argentinos. "Dependendo da estrutura da em-

presa e do cargo, há também a exigência de noções de inglês", alerta. Os garçons atualmente precisam saber informática para utilizar os equipamentos do setor.

Fischer considera que, apesar do avanço que as parcerias estão proporcionando, ainda há muito a ser feito na área de capacitação de pessoal. "Hoje o empresário deve reservar parte das horas trabalhadas do seu funcionário para reciclagem", diz.

### 3.5- Breve histórico e características do turismo no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento do turismo nas diferentes modalidades caracteriza-se como um fenômeno recente. Iniciou nos anos cinquenta e teve um impulso com a criação da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), nos anos sessenta. O crescimento ocorreu efetivamente a partir dos anos setenta, dentro do contexto desenvolvimentista nacional.

No país, segundo Rodrigues (1997:134-135), as condições para o desenvolvimento foram, principalmente: *a*) a urbanização do país; *b*) uma melhor articulação da rede urbana brasileira, concentrando nas cidades grande parte da população; *c*) as melhorias nos meios de transportes, redes viárias e de comunicação; *d*) a implantação da indústria automobilística (motorização familiar); *e*) as conquistas sociais da classe trabalhadora, com férias anuais e remuneradas; *f*) a inserção da mulher no mercado de trabalho (aumento da renda familiar); *g*) a formação da classe média (profissões liberais, pequenos e médios comerciantes, quadros técnicos do setor industrial, funcionários públicos, professores, bancários), que consome este tipo de serviço; *h*) o interesse do Estado, com a criação de agências de fomento; *i*) a implementação dos serviços de turismo, tanto no setor operacional como na implementação de infra-estrutura básica; *j*) a difusão dos meios de comunicação; *l*) o desenvolvimento da mídia (*marketing* turístico), e aliado a estes fatos, a comunicação de massa (o aumento do consumo, a produção de opiniões e estilos de vida).

Nos anos oitenta e noventa são estabelecidos vários programas para a regulamentação do setor turístico. Estrutura-se a Política Nacional de Turismo-PNT e são fomentados os pólos turísticos (expansão para novas áreas associadas à expansão da infra-estrutura, estradas, aeroportos), e outros programas como relatado no quadro 3. Nos anos noventa, realizam-se novas regulações na PNT, decorrentes da Constituição Federal de 1988 e,

acompanhando as outras áreas, há a descentralização do governo federal. Desta forma, a EMBRATUR deixa de ser legisladora e executora da política de turismo transferindo a execução aos estados, municípios e empresas. Ao governo federal cabe a legislação e políticas de financiamento (Becker, 1996).

No quadro 3, observa-se a estruturação do turismo no Brasil a cada década. Nos anos sessenta e setenta há uma preocupação com a definição territorial e de estratégias políticas de governo. Nos anos oitenta há a regulamentação dos fluxos, a preocupação de atrelar turismo e meio ambiente bem como com a divulgação. Nos anos noventa, a preocupação centra-se no desenvolvimento de políticas internas com relação ao turismo, à destinação de recursos e à formação profissional. Nas duas últimas décadas, cresce efetivamente a preocupação do Estado com desenvolvimento do turismo, porém não como executor, mas como financiador e legislador.

As características atualmente podem ser definidas em três prioridades: descentralização do eixo Sul/Sudeste do país, políticas de desenvolvimento de pólos e implantação de infra-estrutura (aeroportos, estradas, saneamento básico), conforme podemos observar no perfil dos programas federais em curso, no anexo 1. Destacamos aqui o PRODETUR, Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo, inspirado no "modelo Cancun", que apresenta propostas para o desenvolvimento do turismo regional através de incentivos para o setor privado e investimentos em infra-estrutura. Realizado com financiamento externo pelo BID, iniciou no Nordeste com o PRODETUR-NE, sendo difundido para o sul e norte do país. Em Santa Catarina serão investidos pelo PRODETUR-SUL, em 4 anos, US\$ 143 milhões em todas as regiões do estado, porém com ênfase para o nordeste do estado, Vale do Itajaí e Florianópolis, conforme anexo 2

**Quadro 3**  
Marcos do planejamento turístico oficial nacional

<b>Período</b>	<b>Plano/Programa</b>	<b>Características</b>
Anterior à 1960	1940 - 1956	Primeiras tentativas legais de planejamento. As preocupações se situavam em estabelecer propostas, diagnósticos e medidas setoriais.
	1958 - Decreto nº. 4.4863 de 21/11/58	Criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR).
	Plano de Metas - Governo Juscelino Kubitscheck	Devido à complexidade, profundidade e impacto, é considerado a primeira experiência em planejamento no Brasil.
anos 61 - 70	1962 - Decreto nº. 534 de 23/01/58	Extinção da COMBRATUR, originando a Divisão de turismo e Certames do Ministério da Indústria e Comércio.
	Decreto-lei nº. 55 de 18/11/66 e regulamentado pelo Decreto-lei nº. 60.224 de 16/2/87	Define a Política Nacional de Turismo e a Criação do Sistema Nacional de Turismo-SISTUR, como o objetivo de elaborar e implantar a Política Nacional de Turismo. Criação da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR e Conselho Nacional de Turismo.
anos 71 - 80	1971 - 1º. Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND-1972-74)	Aponta que o turismo deve se desenvolver em regiões próprias e com condições para a expansão.
	2º. Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND - 1975-79)	Define as primeiras intervenções. Classifica a Região Sul do Brasil e suas "zonas turísticas".
	Decreto-Lei nº. 1.191 de 20/10/71	Criação do Fundo Nacional de Turismo - FUNGETUR, regido posteriormente pelo Decreto-Lei 1.439 de 30/12/1975 e regulamentado pelas Deliberações Normativas da EMBRATUR nos. 306 e 307 de 23/3/92: definem os fundos de recursos federais para a atividade turística.
	LEI nº 6.505/77 - altera a redação do Art. 18, Decreto-Lei nº 1.439, de 20/12/75.	Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização.
	Lei nº. 6.513 de 20/12/77	Estabelece normas de organização de espaços turísticos, cria áreas especiais de interesse turístico.
	Decreto-Lei nº. 1.376 de 12/12/74 regulamentado pela Lei no. 1.514 de 30/12/76	Cria o fundo de Investimento Setorial (FISSET - TURISMO).
Continua ...		

Anos 81 - 90	3º. Plano Nacional de Desenvolvimento III PND (1980-85)	Propõe gerar divisas, empregos e minimizar as disparidades regionais. Aperfeiçoamento do sistema de turismo, da infra-estrutura e dinamização dos fluxos, principalmente no nordeste e Amazônia.
	Plano Nacional de Desenv. Nova República (1986-89)	Promoção do turismo no exterior e interno.
	Decreto-Lei nº. 86.176 de 6/7/81	Define áreas de interesse turístico e preservação dos bens de valor material e cultural.
	1981 - Lei nº. 6.938 de 1981	Estabelece a relação entre turismo e meio ambiente.
	1985- Decreto-Lei nº. 7.347 de 24/07/85	Lei de liberalização do mercado, que propicia o aumento do número de agências de viagens.
	Decreto nº 2.294 de 1986	Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos.
	1987	EMBRATUR lança o turismo ecológico no país.
Após 1991	1991 - Lei nº. 8.181 de 28/03/91	A EMBRATUR passa a denominar Instituto Brasileiro de Turismo, de autarquia especial vincula-se à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, com finalidade de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo.
		Extinção do Conselho Nacional de Turismo.
		A Política Nacional de Turismo (PNT) sugere aos municípios que criem os conselhos municipais de defesa do meio ambiente (CODEMAS).
	Ano de 1992	Elaboração do Plano Nacional de Turismo - PLANTUR.
	Ano de 1993	A Política Nacional de Turismo e o Instituto Brasileiro de Turismo deslocam-se para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.
	Delib. Norm. nº 326/94	Recomenda aos órgãos Oficiais de Turismo que estabeleçam normas próprias para cadastro, classificação, controle e fiscalização de prestadores de serviços turísticos.
	Delib. Norm. nº 346/95	Estabelece normas e padrões de proteção ao turista e ao consumidor.
	Delib. Norm. nº 372/97	Aprova o Regulamento do FUNGETUR o qual determina, entre outras, o cadastramento das empresas que desejem beneficiar-se das aplicações de recursos do FUNGETUR.
	Delib. Norm. nº 390/98	Dispõe sobre a exigência e parecer técnico, emitido por profissional egresso de cursos superiores de Bacharel em Turismo, nos projetos de empreendimentos turísticos, nas cartas-consulta e nos pedidos de apoio institucional ou financeiro.
Delib. Norm. nº 395/98	Institui o Sistema de Cadastramento dos Bacharéis em turismo junto à EMBRATUR.	
Delib. Norm. nº 399/98	Cria o Conselho Consultivo do Turismo Nacional - CCTN.	

Fonte: Organizado pelo autor a partir de: Becker (1995), Santos (1993) e EMBRATUR



Entretanto, apesar das políticas federais e da organização interna do turismo, não podemos afirmar que o Brasil está totalmente inserido nos fluxos mundiais, mas encontra-se à margem, numa inclusão precária, pois como se observa no quadro do anexo 3, é baixa a participação dos países periféricos nos maiores fluxos, bem como na receita gerada. O quadro mostra também a concentração dos fluxos na Europa e América do Norte. O Brasil no *rank* da receita gerada e no fluxo de turistas internacionais, no ano de 1998, aparece em vigésimo nono lugar.

Apesar das cifras da tabela 1 (página 42), percebe-se que a participação do Brasil nos fluxos mundiais não chega a 1%, conforme a tabela 2 abaixo, mesmo com as políticas efetuadas nos últimos vinte anos, o que revela que o turismo conserva o caráter periférico nacional, mesmo que tenha significação na balança comercial de exportação, como revela a tabela 3 abaixo. Assim, é irrisória a participação no fluxo mundial, porém significativa se comparado com o desempenho de outras atividades, superando a receita gerada por minério, soja e café, sendo uma atividade valorizada pelo ingresso de dólares.

Tabela 2  
Participação do Brasil no movimento turístico mundial: quadro comparativo

Ano Fluxos	1998			1999		
	Mundo	Brasil	Particip. mundial (%)	Mundo	Brasil	Particip. mundial (%)
Estrangeiros (chegadas em milhões de turistas)	625	4,8	0,77	656,9	5,1	0,77
Ingresso de divisas (US\$ bilhões)	439	3,6	0,82	455,5	3,9	0,86

Fonte: EMBRATUR, 1999

O ingresso de divisas para a balança de pagamento constitui-se dos maiores objetivos para o desenvolvimento do turismo, pois viabiliza a entrada de moedas estrangeiras. Segundo a WTTC (*apud* Lage e Milone, 1998), 12% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial origina-se dos setores ligados direta e indiretamente ao turismo, com tendência ao crescimento. Na América Latina este percentual é de 24,5% e no Brasil cerca de 10% do PIB.

Tabela 3  
Turismo no Brasil e participação  
no ranking das exportações em 1998

Item de exportação	Bilhões de US\$
Automóveis, trator, ciclos	4,925
Turismo (entrada de divisas)	3,678
Minérios	3,465
Aço, ferro fundido	3,407
Café	2,460
Soja	2,204

Fonte: EMBRATUR, 1999

Outra característica é que 47% dos visitantes estrangeiros são turistas do MERCOSUL, 53% originam-se de países da América do Sul e 64% do continente americano (tabela 4), o que revela um grande fluxo dentro do continente.

Tabela 4  
Principais mercados emissores  
internacionais para o Brasil - (%)

País	Fluxo de turistas
Argentina	31,0
EUA	11,0
Paraguai	9,0
Uruguai	7,0
Alemanha	5,0
Itália	4,0
Chile, Bolívia e França	3,0
Portugal e Inglaterra	2,0
Outros	20,0

Fonte: EMBRATUR, 1999

Por fim, observa-se, pela tabela 5, a demasiada concentração em pólos, sendo que São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis absorveram, em 2000, 72,5% dos visitantes estrangeiros. Por outro lado, Balneário Camboriú e Florianópolis juntos concentraram 25,3% dos fluxos internacionais em 2000, o que é bastante significativo dentro do contexto nacional e para o Estado de Santa Catarina.

Tabela 5  
Cidades mais visitadas no Brasil (%)

Cidade	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Rio de Janeiro	51,1	50,3	40,9	45,4	39,5	41,8	30,5	37,4	30,2	32,5	34,1
São Paulo	29,3	29,7	27,0	19,2	21,3	19,9	22,4	23,5	18,4	13,7	19,7
Florianópolis	9,7	11,6	12,2	12,4	15,3	11,4	17,0	13,9	14,0	17,7	18,7
Foz do Iguaçu	14,0	17,3	19,8	13,5	12,7	16,0	16,6	11,8	8,9	11,8	12,9
Salvador	7,8	9,3	8,1	9,8	9,3	8,8	7,7	12,2	10,9	12,7	13,5
Porto Alegre	8,8	9,9	9,3	8,5	7,8	9,7	10,1	7,9	7,9	6,0	5,9
Bal. Camboriú	9,0	7,0	6,4	6,4	6,6	6,2	5,4	3,7	-	4,9	6,6
Recife	5,4	7,1	6,1	4,8	7,2	5,7	4,7	5,7	-	6,4	5,8

Fonte: EMBRATUR: Estudo da demanda turística internacional

Outra característica do turismo nacional é tendência ao crescimento dos fluxos e participação dos países da América Latina, no mercado Global. Segundo pesquisa de Silveira (1997), há dois indicadores para tal afirmação: O primeiro indicador é o aumento dos fluxos internacionais. O segundo indicador se refere às ações governamentais (órgãos públicos nas três esferas) de ações e organismos internacionais (OMT, Banco Mundial, BID) e de empresas (nacionais e multinacionais). Através de programas de financiamento para a implantação de infra-estrutura e incentivo ao turismo, como a Política Nacional de Turismo.

Outra característica, é que existe uma transição entre dois padrões: o primeiro que predominou até os anos oitenta, onde o turismo emerge porém sem regulação adequada quanto ao uso do solo. O segundo que emerge é um turismo que ocorre sob múltiplas formas, balizados por políticas de desenvolvimento sustentável, competindo com outras atividades econômicas e, especificamente no litoral, com outros usos do solo e ocorrendo em lugares selecionados (Becker, 1995), uma transição do modelo desenvolvimentista para uma valoração do meio ambiente consorciado com desenvolvimento econômico.

Em resumo, desde os anos oitenta com a desregulamentação econômica e descentralização houve um aumento de fluxos. Nos anos noventa ocorre a Política Nacional de Turismo, voltada ao desenvolvimento de pólos,

descentralização do eixo Sul/Sudeste e mudanças no caráter do estado, passando a regulamentador e financiador a partir de empréstimos internacionais. Constitui-se um setor importante frente à outras atividades econômicas de exportação e no MERCOSUL, porém no contexto internacional os fluxos são modestos com tendência ao crescimento. Os fluxos são predominantemente do MERCOSUL e países americanos, e concentrados no Sul e Sudeste do país.

#### 4- CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO I

Neste capítulo, buscando responder parte dos questionamentos efetuados, procuramos analisar as principais condicionantes da reorganização do espaço mundial a partir do conceito de reestruturação, os reflexos no Brasil e qual expressão tem a atividade turística hoje. Dado o exposto, entendemos que as principais influências do processo de estruturação do turismo no litoral catarinense são:

Um crescimento do setor terciário e da atividade turística. O setor terciário foi um setor com grande crescimento em virtude do processo de reestruturação mundial, com destaque à atividade turística, que se tornou extremamente relevante no cenário mundial, conforme dados apresentados.

Uma nova divisão territorial do trabalho é criada a partir de um novo papel que os lugares assumem no circuito produtivo mundial, se especializando, se tornando lugares mundiais e se inserindo nos fluxos mundiais, e concorrendo não só com os pólos vizinhos pela atração de turistas, mas com outros países emissores, lugares nacionais e pólos internacionais, ou seja, qualquer destino mundializado. Os estados oficializam a divisão do trabalho através da intermediação do processo, avalizando os empréstimos internacionais. A criação de planos turísticos (PRODETUR, por exemplo) constitui de uma forma de intermediação.

O desenvolvimento de estratégias de inserção: na busca de inserção no fluxo internacional, os lugares desenvolvem estratégias, criam "vocações", implantam infra-estrutura e grandes projetos, buscando aumentar cada vez mais o fluxo de turistas.

Aparecem no território lugares privilegiados para o recebimento de empréstimos internacionais. Inseridos no contexto global, os lugares turísticos são "eleitos" para receberem empréstimos/investimentos em infra-estrutura de organismos internacional, como estrutura de apoio turístico, infra-estrutura

viária, de saneamento e obras, e contando com o apoio dos agentes locais, preparam-se estratégias para a instalação de grandes empreendimentos privados, como grandes hotéis, parques temáticos. A Política Nacional de Turismo é um exemplo desta estratégia.

A reestruturação mundial possibilita o surgimento de novas formas e funções ao território, produzindo uma nova organização espacial, substituindo antigos usos por novas paisagens, agora para o lazer.

No processo de reestruturação global, novos agentes entram em cena: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), os estados nacionais, as grandes empresas transnacionais de transporte e hotelaria, as agências de viagens atuando em rede e os estados nacionais com suas políticas

Uma precária geração de empregos ocorre com a reestruturação do mercado de trabalho, o número de empregos formal declina. Os lugares “eleitos” para o desenvolvimento do turismo buscam uma alternativa. Porém, a qualidade dos empregos gerada, se caracteriza pelo caráter flexível, com baixa remuneração, informalidade, altas jornadas de trabalho e sazonalidade.

Há a formação de mercados turísticos concentrados. No Brasil busca-se o crescimento da atividade turística e inserção nos fluxos mundiais desde os anos sessenta. A cada década o fluxo tem aumentado significativamente, porém em relação ao contexto mundial, representa apenas 0,77% dos turistas mundiais. Percebe-se que a influência das estratégias é pequena e concentrada, e apenas três pólos concentraram em 2000, 72,5% dos fluxos, com tendências ao crescimento.



## CAPÍTULO II

### O LITORAL: URBANIZAÇÃO NUM ESPAÇO VALORIZADO

“Todos esses processos manifestam-se com maior evidência na zona costeira, em função, fundamentalmente, de sua raridade relativa que exponencializa tendências. Poder-se-ia dizer que a assimilação de uma localidade praiana à lógica atual da valorização capitalista do espaço implica, em função da raridade relativa, sua subordinação imediata a um padrão urbano de parcelamento da terra. Em outros termos, a captura de uma área litorânea pelo movimento expansivo atual da economia de mercado no Brasil expressa-se imediatamente, não apenas pela instalação de um mercado fundiário capitalista, mas de um mercado de feições citadinas, onde se vendem lotes urbanos”. Assim, o aumento da ocupação da zona costeira reafirma e reforça, com bastante ênfase, o caráter urbanizador do crescimento brasileiro” (Moraes, 1999: 53).

## CAPÍTULO II

### O LITORAL: URBANIZAÇÃO NUM ESPAÇO VALORIZADO

No capítulo anterior verificamos as transformações no espaço mundial e seus reflexos no Brasil e a expressão da atividade turística hoje.

Neste capítulo buscamos explicitar um outro condicionante do processo de estruturação do turismo no litoral catarinense, a valorização do espaço. A partir do entendimento de como ocorre a valorização do espaço procuramos retratar algumas características do assentamento e a estrutura do povoamento no litoral brasileiro e catarinense, realizando um resgate histórico da organização do espaço do litoral. Posteriormente, caracterizamos a urbanização e procuramos compreender o significado do turismo na atualidade. Desta forma, o conceito de valorização do espaço possibilita analisar o litoral como espaço raro e estratégico e os processos decorrentes desta valorização.

Com relação ao recorte de análise, a escolha pelo litoral surgiu da necessidade de analisar uma escala que dê visibilidade ao fenômeno. No caso, o interesse é no litoral catarinense e suas características dentro do contexto nacional, pois segundo Castro "... quando o tamanho muda, as coisas mudam,



o que não é pouco, pois tão importante quanto saber que as coisas mudam, é saber como elas mudam, quais os novos conteúdos nas novas dimensões” (1995:137). Neste caso, o fenômeno estudado ocorre na área litorânea, que em relação ao território catarinense apresenta especificidades naturais, históricas, sociais e econômicas, como veremos adiante. O recorte da escala vai permitir justificar a abordagem da influência das cidades, pois o fenômeno de reorganização espacial se expressa no litoral, porém com a influência do entorno, ou seja, das cidades industriais e regiões metropolitanas. O litoral em Santa Catarina é produzido, em parte, pelo entorno.

Para a definição e delimitação da área de estudos buscamos, num primeiro momento, subsídio através de delimitação natural, assim, litoral refere-se à “área entre terras emersas adjacentes e águas costeiras” (Sugio, 1998) e costa significa uma “faixa de terra de largura variável, que se estende da linha de praia (*shoreline*) para o interior do continente até as primeiras mudanças significativas nas feições fisiográficas” (idem, 1998), sendo que a faixa pode variar de alguns quilômetros a dezenas de quilômetros. Porém, entendemos que esta é uma definição insuficiente para o estudo, pois as mudanças das feições fisiográficas são diferenciadas no norte e no sul de Santa Catarina, principalmente pela presença da Serra Geral, Serra do Mar e faixa de extensão da planície sedimentar.

Outro critério buscado foi pela divisão político-administrativa municipal, porém os municípios apresentam extensões territoriais e características diferenciadas e buscamos entender a reorganização espacial como um todo no litoral. Desta forma, definimos a pesquisa no litoral pelo conjunto de municípios, considerando principalmente os processos na beira-mar, ~~mas, não desconsiderando o entorno, as regiões metropolitanas e cidades industriais.~~ Respeitamos a divisão municipal no que se refere aos dados

estatísticos e diferenciação da paisagem. No mapa 1 (página 135), a área estudada está especificada entre o eixo da Rodovia BR-101 e, na direção leste, até a beira-mar.

O fenômeno da atividade turística em Santa Catarina ocorre em diferentes escalas, cada uma apresentando diferentes características. Neste trabalho, para efeito estatístico, consideramos o turismo como um todo, ou seja, suas múltiplas atividades. Porém, nossa análise objetivou verificar os processos pertinentes ao litoral porque é onde ocorre o turismo de praia e: *a)* atrai o maior número de fluxos; *b)* o processo é mais antigo como atividade de massificação (festas, eventos e outros tipos de atividades são mais recentes); *c)* a reorganização espacial é mais intensa; *d)* as mudanças na paisagem são mais expressivas.

Porém, os dados estatísticos utilizados são genéricos e não há possibilidades de dissociação entre turismo de praia e outras modalidades e nas demais regiões de Santa Catarina. Os dados serviram como respaldo às afirmações e observações empíricas efetuadas.

## 1- A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

A discussão referente à conceituação do valor do espaço a partir das teorias da renda fundiária e valorização do espaço e o caráter de mercadoria que o solo urbano (ou a terra) adquirem na sociedade contemporânea tem sido enfocado por várias pesquisas, propiciando um acúmulo de experiências e de formação de um campo teórico explorado nos estudos referentes ao espaço urbano e agrário<sup>1</sup>.

Nesta pesquisa, não aprofundaremos no debate sobre a renda fundiária, pois há diferentes interpretações, utilizamos as teorias para entender o significado que a renda da terra do solo urbano adquire no litoral, pois neste, o valor de uso e o valor de troca assumem um significado especial, como espaço raro. É este caráter de espaço raro que procuramos compreender.

O conceito de valorização deriva de valor, e expressa a utilidade de um objeto ou o poder de compra de outros objetos que a posse daquele objeto transmite (Harvey, 1980:131). O valor aparece sob duas formas: o primeiro, o valor de uso, é caracterizado pela produção realizada para satisfazer uma necessidade ou quando a produção é realizada para servir de base a criação/compra de outros produtos, constituindo-se de um substrato que possui valor de troca, como a matéria prima ou instrumentos do trabalho que produzirão novos produtos. A segunda forma que o valor adquire é de valor de troca, que se caracteriza pelo produto destinado à venda, uma mercadoria (Marx, 1982:211). Assim, o objetivo da produção de objetos é produzir valor de uso para obter valor de troca. As duas formas, valor de uso e valor de troca se

---

1 Para tal entendimento, partimos de: S. F. N. GONZALES (1985), D. HARVEY (1980), A. C. R. MORAES (1999), A. C. R. MORAES e W. M. da COSTA (1996), A. C. R. MORAES e W. M. da COSTA (1993), L. C. de Q. RIBEIRO (1997), P. SINGER (1982), M. A. de SOUZA (1994).

inter-relacionam são à base da produção espacial<sup>2</sup>. Desta forma, a relação sociedade-espço resulta num processo de valorização permanente, um processo de criação de valores ininterruptos, produzindo e reproduzindo (organizando/reorganizando) o espaço.

Sobre a valorização espacial, Moraes e Costa (1993; 1996) fazem uma diferenciação entre valor de uso no espaço (um valor contido) e valor de uso do espaço (um valor criado).

Por valor no espaço, os autores entendem como um “valor criado pelo trabalho, em que o espaço é o receptáculo da produção material. Esta se relaciona com os lugares; apropriando-se basicamente de sua extensão e de seus limites” (Moraes e Costa, 1996:121), mas no custo final o espaço aparecerá como preço aureolar, pois o valor real vem do trabalho acumulado. O valor no espaço refere-se aos processos que ocorrem no espaço onde se desenvolvem as relações de produção e relações sociais, revelando as formas de valorização geral; o espaço aqui se constitui de uma mercadoria, não pelo valor que tem, mas pelo valor que lhe é atribuído (Moraes, 1996:132).

O valor do espaço para os autores acima citados é o valor “transferido no processo de trabalho para o produto, através das características próprias de cada lugar (singularidades)” (*idem*, 121). O espaço é valorizado em si mesmo, possui um valor contido (previamente acumulado). A valorização do espaço e no espaço concretiza-se na renda fundiária, sob as formas de renda diferencial, renda de monopólio e renda absoluta.

---

2 O processo de valorização revela a produção do espaço da sociedade na história. Desta forma, o trabalho é sucessivamente incorporado por construção e modificação, num processo ininterrupto e acumulativo. São processos de valorização do espaço, por exemplo a apropriação, domínio, transformação, construção, exploração, circulação, expansão e concentração (Moraes e Costa, 1996:28).

A renda fundiária refere-se a “determinada quantia que o proprietário do solo recebe anualmente pelo arrendamento de um pedaço do globo terrestre” (Marx, 1982:715). Pode ser entendida como a parte do valor de troca que se destina ao proprietário do solo, servindo para alocar o uso. Neste caso, o proprietário tem o poder ou o monopólio de uso, e a renda surge como um artifício que seleciona o uso do solo, pois cada agente tem um objetivo e utiliza-se da renda para a realização. Este processo foi descrito por Harvey:

A renda é a parte do valor de troca que se destina ao proprietário e possuidor do solo. Os valores de troca relacionam-se (através da circulação de mercadorias) aos valores de uso socialmente determinados. Se argumentamos que a renda pode prescrever o uso, então isso implica que os valores de troca podem determinar os valores de uso, criando novas condições, às quais os indivíduos devem adaptar-se se desejam sobreviver em sociedade. Essas condições são relevantes, não somente nos momentos catalíticos, quando as decisões sobre o solo e a propriedade são tomadas em sua forma de mercadoria, mas elas também criam pressões persistentes pela contínua captura de custos e benefícios externos por parcelas de solo, através de trocas relacionalmente estabelecidas no valor do solo etc. O mercado capitalista de economia de troca penetra tanto em cada aspecto da vida social e privada que exerce controle quase tirânico sobre o sistema de sustentação da vida, nos quais os valores de uso estão inseridos. Um modo de produção dominante, observou Marx, cria inevitavelmente as condições de consumo. Por isso, a evolução dos padrões de uso do solo urbano pode ser entendida somente em termos do processo geral pelo qual a sociedade é arrastada em direção a (sabe-se há muito) um padrão de necessidades sociais e relações humanas (que não são nem compreendidas nem desejadas) pelas forças cegas de um sistema envolvente de mercado. A evolução da forma urbana é parte integral desse processo geral, e a renda, como medida de interpretação dos valores de uso e valores de troca, contribui notavelmente para a manifestação desse processo (1980:162-163).

A renda pode surgir de diferentes formas: a renda de monopólio e diferencial e renda absoluta:

A renda absoluta constitui-se da renda obtida com o aluguel/venda da localização, a valorização aqui ocorre pelo processo produtivo que ocorre no espaço, como citado anteriormente.

A renda diferencial aparece como uma espécie de lucro suplementar que se originam das características e aptidões do terreno/solo urbano, propiciando lucro suplementar em relação a outras áreas similares, obtendo assim uma produtividade/lucro adicional acrescida que nem todos obtêm, pois somente alguns dispõem das referidas condições específicas, que só existem em certos lugares e são condições excepcionais favoráveis, criadas pela natureza, no dizer de Marx. As condições excepcionais derivam das qualidades específicas do lugar, podendo ser naturais, agregadas pelo trabalho, uma vantagem locacional agregada pela localização privilegiada ou posição ímpar dos recursos naturais: no caso de áreas rurais, por exemplo, água em abundância, terra fértil, clima favorável, no caso da cidade, a valorização se dá pela disposição do imóvel no tecido urbano, propiciando uma melhor localização em relação à concorrência.

A renda de monopólio incide sobre a singularidade dos lugares, que são condições únicas, raras, naturais ou construídas, podendo ser da natureza, quando aparece como recurso natural escasso (minerais raros, potencialidade hídrica, solo excepcionalmente fértil); ou construída, quando se tratar de uma localização única na cidade, por exemplo, um *shopping center*, com uma localização ímpar. Constitui-se de um valor do espaço singular, aparecendo no espaço como valor contido: "Nestas condições, os que dispõem do monopólio, graças à localização, podem cobrar preços mais elevados pelos produtos que vendem..." (Singer, 1982: 26).

A valorização do espaço manifesta-se com caráter próprio, possui qualidades intrínsecas (é um absoluto, não existem dois), possui a matéria

finita: é escasso, há limites de reprodução, sua propriedade é um privilégio ímpar, torna-se um objeto único. Neste tipo de renda a propriedade do solo está baseada no monopólio por certas pessoas em lugares definidos no mundo, ou seja, uma determinação sobre o uso com exclusão de outras (Harvey,1980:153). Com o monopólio do uso, é possível ter um preço de monopólio e é possível cobrar um preço de monopólio.

Segundo Moraes e Costa (1996), podemos unificar as duas concepções valor do espaço e valor no espaço, desta forma o espaço tem uma potencialidade de valor de uso, pois toda a produção se realiza sobre uma base/formas pré-existentes (naturais ou sociais, herdadas de trabalhos pretéritos). Assim podemos entender que o espaço tem um valor previamente acumulado. O movimento de valorização do espaço articula-se com o valor no espaço, aparecendo no valor final da produção e os espaços singulares, bem ou mal localizados transferem aos produtos durante o processo de trabalho um *quantum* de produtividade.

Desta forma, o espaço constitui-se como uma condição geral de produção, possuindo um valor intrínseco, não necessariamente do trabalho humano.

### **1.1-A valorização do espaço litorâneo**

Neste item, verificaremos que a teoria da valorização do espaço adquire contornos específicos no litoral, pois o valor criado se manifesta nas novas configurações da paisagem, pela valorização do solo e mercantilização da terra<sup>3</sup>. O litoral possui um valor contido (intrínseco, e não natural),

---

<sup>3</sup> Este processo ocorre no litoral catarinense, e especialmente em Florianópolis, foi retratado por E. R. OURIQUES (1996).

inicialmente por determinações de ordem histórica, e a história das técnicas (Santos e Silveira, 2001) possibilitam verificar esta importância e o caráter singular do litoral<sup>4</sup>. As determinações históricas da ocupação litorânea se originaram com o padrão colonial, sob a forma de assentamento com a ocupação pontual com a interiorização ocorrendo por rios, formando “espinha de peixe” do litoral para o interior. Este processo, de certa forma, determinou a perpetuação da formação territorial a partir da costa.

O litoral possui também o valor de espaço preservado, pela presença da Floresta Ombrófila Densa (mata atlântica) e da biodiversidade contida, torna-se capital em potencial, uma reserva de valor que se expande com sua possibilidade de uso, possui qualidades geográficas particulares, com espaço preservado, de relevo específico com formação de praias, baías, enseadas, ilhas, promontórios e lagos, particularidades de alta riqueza o que o torna centro de atenção mundial pela preservação, ou seja, de grande relevância ecológica, beleza cênica e fonte de recursos naturais. Possui também uma diversidade de interesses, como constata Moraes:

A objetivação do valor contido em uma dada localidade manifesta-se por meio de seu consumo produtivo, com a utilização dos lugares e de seus recursos gerando valores de uso, renda e lucro. Assim, o *valor criado* advém do modo de exploração das condições locais, variando conforme a atividade desenvolvida (1999:16).

Outra característica do litoral refere-se às particularidades de sua localização diferenciada e com características específicas naturais e de ocupação, o que possibilita monopólio de certas atividades, pois a interface com o mar possibilita alguns usos quase que exclusivos, como: a) localização na costa para a exploração de recursos marinhos dando-lhes vantagem

---

4 ver item 2.1: a ocupação do litoral



locacional das instalações dos equipamentos e atividades referentes às atividades de pesca, colônia de pescadores, empresas de processamento de pescados, localização de estaleiros, entre outros; b) o litoral favorece a circulação, através de pontos terminais dos fluxos intercontinentais de mercadoria e pessoas com o mundo, é uma zona de articulação entre a terra e o mar; c) área de trânsito de todas as produções do entorno e terminal marítimo de distribuição, possuindo o monopólio da atividade portuária (Moraes, 1999); d) atualmente com o turismo e lazer, aparece com favorabilidade locacional para estas atividades e para o desenvolvimento do ecoturismo, turismo de massa e turismo histórico-cultural; e) dois terços da humanidade habitam o litoral. Algumas metrópoles localizam-se à beira-mar, com densidade populacional e instalações industriais.

Desta forma, o litoral possui uma “localização diferenciada, passível de imprimir especificidade nas formas de ocupação e uso do solo nele praticados” (Moraes, 1999:18). Possui uma relativa raridade, vindo a se constituir de um espaço potencial para gerar renda diferencial e de monopólio:

Tal forma de renda fundiária advém das qualidades relativamente raras dos recursos naturais e ambientais presentes em uma dada localidade. A escassez de oferta de condições locais similares atuaria como alavanca de elevação do valor do lugar (*idem*: 18-19).

Possui também pequenas frações de estoques territoriais, com número limitado de terrenos, principalmente à beira-mar, com intensa especulação imobiliária, pela demanda de novos terrenos e abertura de novas áreas em locais de preservação, áreas não ocupadas, áreas antigas ocupadas pela agricultura e pecuária e terrenos de “pousio”. Os terrenos próximos ao mar são relativamente raros em relação ao restante de terras interioranas, o que confere um caráter diferencial, podendo assim obter vantagem locacional, a localização privilegiada e a localização diferenciada, e tudo isto atribui um

caráter finito, raro e relativamente escasso, o que serve potencialmente como alavanca para a elevação do valor. Este processo foi incorporado e é usado como *marketing* pelos agentes do mercado imobiliário, conforme mostra o documento 3.



## Aproveite esta oportunidade você também.

*Empresário, a São Paulo Inc. apresenta a mais vantajosa proposta para seu investimento.*

*O Pólo Mercosul, situado em Barra Velha, no Norte de Santa Catarina, é uma área especialmente criada para receber qualquer tipo de empreendimento, principalmente indústrias de transformação não-poluente, centros de distribuição, postos de abastecimento de combustível e empresas especializadas no setor de turismo, lazer e hotelaria.*

### **Vantagens Econômicas:**

- \* Fluxo diário médio de 45 mil veículos-dia
- \* Localização de frente para a BR-101 e acesso privilegiado pela Rodovia Mercosul (duplicada)
- \* Mais de 6 milhões de m<sup>2</sup> de área disponível
- \* Terrenos livres de enchentes e excelente qualidade de solo
- \* Área plana e completa infraestrutura de apoio
- \* Localização em uma das áreas de maior renda per capita do Brasil

### **A Melhor Logística:**

- \* Localização próxima aos principais portos de Santa Catarina (Itajaí e São Francisco do Sul)
- \* Acesso fácil para o escoamento da produção via aérea (Joinville e Navegantes)
- \* Conexão com eixos rodoviários em direção ao Estado e às regiões Sul e Sudeste do país

Faça contato com a Central de Atendimento do Pólo Empresarial Mercosul, pelos telefones (47) 456-0419 ou pelo e-mail [sp@saopauloincorp.com](mailto:sp@saopauloincorp.com) ou site [www.saopauloincorp.com](http://www.saopauloincorp.com) e receba informações sobre o projeto.



**SÃO PAULO INC.**  
ASSESSORIA TÉCNICA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS.

Fone/Fax: (47) 456-0419  
[www.sp@saopauloincorp.com](http://www.sp@saopauloincorp.com)

Pelo exposto, o litoral caracteriza-se por um espaço dotado de especificidade, como vantagem locacional, pelo caráter finito e limitado, tornando-se relativamente escasso, contendo pequenas frações de “estoques” territoriais raros. Possui também uma localização privilegiada, abriga grande conjunto de funções especializadas e quase exclusivas e com qualidades naturais (clima, relevo, recursos naturais) particulares. Desta forma, podemos dizer genericamente pelas características apresentadas, que o valor dos lugares no litoral é mais “... elevado do que na hinterlândia, o que acaba por condicionar com direcionamento de seus usos” (Moraes, 1999:19).

Os usos atuais neste contexto de valorização buscam uma maior rentabilidade de uso do solo. Observamos, por exemplo, que as atividades tradicionais, como pesca artesanal, agricultura e pecuária são cada vez menos praticadas e as terras, como visto, entram no circuito da valorização e comercialização. Outra forma de uso refere-se à segunda residência, ou casa de veraneio. Por segunda residência nos referimos às residências (casa, apto) construídas com fins de uso em temporada/feriados e finais de semana por moradores das cidades industriais, regiões metropolitanas e áreas de influência próximas ao litoral. A segunda residência é um fenômeno comum no litoral e foi este tipo de uso do solo que iniciou a ocupação da costa, através da classe média e atualmente estimula a construção civil e atividades correlatas bem como a especulação imobiliária, impactos ambientais e desorganização de comunidades com gênero de vida tradicionais:

O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformou em um valor social, cuja satisfação levaria o turismo, de um modo predatório e desordenado a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do centro sul, e com atributos ambientais valorizados (...) o fenômeno da segunda residência constituiu uma das formas pelas quais o capital imobiliário se inseriu no setor turístico (Becker, 1995:11).

Por fim, entendemos que as condicionantes da valorização do espaço, analisado sob a ótica da teoria da renda fundiária do solo urbano, potencializa o litoral a ser um espaço raro, que no entendimento de Gonzáles significa:

A condição de raridade do solo urbano (objeto de propriedade privada) aliada às qualidades extraordinárias adquiridas através dos diferentes *status* dos diferentes setores da sociedade, transforma o solo urbano em mercadoria rara, com condições especiais particularmente favoráveis, de produzir, em quantidades limitadas, alojamentos com preços superiores ao valor de sua produção, principalmente nas cidades em processo de crescimento significativo. Esta condição lhe permite obter preços de monopólio, no mercado, cuja diferença com o preço de produção do alojamento confere ao produtor um lucro suplementar extra, fonte de renda de monopólio (1985:104).

Em resumo, podemos afirmar que o litoral se tornou um novo atrativo para o capital pela valorização do espaço e seu caráter raro e singular que ocorre em função das qualidades de espaço natural, localização privilegiada, processos históricos particulares de assentamento, espaço natural preservado com qualidades geográficas específicas, número limitado de terrenos e atualmente área ímpar para o desenvolvimento do turismo, além da proximidade/concentração de metrópoles e grandes cidades industriais e de possibilitar facilidade na circulação terrestre e marinha.

A seguir, buscamos compreender como o espaço litorâneo catarinense agrega os elementos trabalhados neste item.

## 2- O PADRÃO DE ASSENTAMENTO E ESTRUTURA DO POVOAMENTO NO LITORAL: UM OLHAR SOBRE OS PROCESSOS QUE CONFERIRAM O CARÁTER DE ESPAÇO VALORIZADO AO LITORAL

### 2.1- A ocupação do litoral

O processo de colonização do território brasileiro está diretamente relacionado com o litoral, onde os primeiros núcleos de povoamento ocuparam sítios litorâneos, com as aglomerações se concentrando ao longo da costa, geralmente à beira-mar. Os fluxos coloniais ocorreram pelas bacias de drenagem, funcionando como centros de assentamentos que articulavam uma hinterlândia e todos os caminhos escoavam num eixo principal e finalizavam num porto, geralmente situado numa baía ou estuário. Este tipo de padrão foi descrito por Murilo Marx: "É como se a rede de núcleos urbanos fosse se esgarçando a partir do oceano... [e] os nós dessa rede, as cidades, vão se afastando entre si da praia para o interior" (1980:12).

Os portos finalizavam os circuitos de produção, foram embriões de sistemas regionais e redes de cidades. As cidades por sua vez localizava-se em entroncamento de caminhos, constituindo entrepostos intermediários drenados pelo porto principal (Moraes, 1999). Os centros portuários funcionam como nós entre fluxos terrestres e marítimos e efetivam a ligação da colônia com a metrópole.

Pode-se afirmar que o padrão colonial português foi a ocupação no litoral: dos 18 núcleos fundados, somente São Paulo não se localizava no litoral. O padrão descontínuo de ocupação conformou, naquele momento, um arquipélago demográfico com zonas de adensamento e núcleos pontuais de adensamento. Os conjuntos de ocupação foram o litoral oriental e a Zona da Mata (NE); Recôncavo Baiano; Litoral Fluminense e Litoral Paulista além dos

portos isolados de Belém e São Luiz (Moraes, 1999). Os trechos foram eleitos para a ocupação em função de sua localização, por fornecer abrigo às navegações e suas possibilidades de navegação com o interior e pela defesa. Nos séculos posteriores, o critério foi semelhante aos assentamentos originais: litorâneo, em ilhas, canais, baías, reentrâncias da costa, barras de rios protegidos e fundos. Destas formações originam vários nomes de cidades e marcos, como lembra Murilo Marx (1980).

Em Santa Catarina, especificamente, a ocupação ocorreu a partir do século XVII e não prevalecendo a função econômica, num primeiro momento, como o restante do território brasileiro. A posição estratégica em função da linha de Tordesilhas (fronteira com terras espanholas) e a disputa por fronteiras justificaram a base de ocupação. Funda-se em 1658, Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (atual São Francisco do Sul) como posto avançado da guarda, em 1673, Nossa Senhora de Desterro (Florianópolis) como ponto estratégico e de apoio a navios que se destinavam ao Pacífico e Rio da Prata e, em 1684, Santo Antônio dos Anjos de Laguna (atual Laguna), porto e núcleo de caçadores de gado.

As três póvoas formaram a base portuguesa para a ocupação no sul, tornaram-se núcleos importantes, porém isolados e desconectados territorialmente, pois a circulação com o restante do território ocorria pelo planalto, via "caminhos de gado", redes de caminhos que originaram vários núcleos de povoamento no planalto, sendo o mais expressivo a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, um dos nós de circulação. Assim, no litoral foram criados três núcleos, funcionando como núcleos pontuais de adensamento.

A posição estratégica ratifica-se no século XVIII com a Ilha de Santa Catarina transformando-se em porto fortificado, com a criação da capitania e

fixação de tropas para atividades militares e a incorporação administrativa e política da colônia, concomitante com a colonização açoreana. É importante destacar neste momento a importância dos portos, que eram a porta de saída e entrada do comércio local.

No século XIX ocorreram os principais impulsos que iriam conformar o litoral catarinense, com a imigração europeia em São Pedro de Alcântara e posteriormente no Vale do Itajaí, tendo Blumenau como centro de expansão e Joinville, ponto de expansão para o planalto norte. No sul do estado, a colonização ocorreu no vale do Rio Urussanga, do Rio Araranguá e foram criados os núcleos de Urussanga, Criciúma, Tubarão, Orleães e Lauro Muller.

O processo colonial formou, inicialmente, no litoral, núcleos isolados (Desterro, Laguna, São Francisco do Sul) e não organizados em função da economia, num primeiro momento, mas suporte à penetração no sul do país. Desta forma, a integração dos núcleos isolados e do restante do território catarinense ocorria com o mercado nacional e não entre os núcleos: o Vale do Itajaí articulado com o porto de Itajaí, o nordeste do estado articulado com o porto de São Francisco do Sul e no sul Laguna como o centro da produção (Silva: 1978:72). Desterro, posteriormente Florianópolis, ficou praticamente isolada à margem dos processos, pois não se situava em posição aos núcleos dinâmicos até a década de vinte quando foi construída a ponte Hercílio Luz (primeira ponte).

No século XIX, houve também a instalação da rede ferroviária no país e cada linha terminou num porto, o que veio a ratificar a importância estratégica do litoral. Em virtude das novas opções de circulação, a localização das indústrias deslocou-se para o interior do território, o que afetou diretamente a



estrutura anterior, o que explica a presença de cidades mortas<sup>5</sup> na orla (Moraes, 1999), ou seja, zonas deprimidas e portos secundários que ficaram à margem das linhas de transporte.

Em Santa Catarina, as estradas de ferro integravam as áreas econômicas, com a EF D<sup>a</sup>. Tereza Cristina que integrava partes da região carbonífera ao porto de Laguna; EF Santa Catarina, que integrava parte do Vale do Itajaí ao Porto de Itajaí e o ramal da EF Paraná-Santa Catarina, que articulava o planalto norte com Joinville e o terminal ao Porto de São Francisco do Sul. O transporte rodoviário no início do século encontrava-se estruturado em trechos isolados sem estabelecer significativas relações econômicas entre as regiões, formando zonas independentes e desarticuladas (Silva, 1978). Até 1930, a rede urbana litorânea era isolada, centrada na agricultura e extrativismo, com zonas relativamente auto-suficientes, pois não havia ligação entre o litoral e o planalto e, segundo Silva (*idem*: 74), “os núcleos funcionavam isolados articulando hinterlands com os portos”.

## 2.2 - Industrialização e modernização

Nos anos do Pós-Segunda Guerra Mundial implementou-se no Brasil um novo modelo urbano industrial, cujo resultado foi a aceleração da industrialização e muitas das estruturas de apoio localizaram-se próximas aos portos, principalmente dos setores ligados ao transporte marítimo (Moraes, 1999). Este modelo propiciou também a geração de complexos industriais,

---

5 Denominação que se refere a cidades que em algum momento histórico tiveram grande expressão econômica regional ou nacional, muitas vezes dentro de ciclos econômicos e, após o final do ciclo, declinaram economicamente, muitas vezes com diminuição da população e estagnação. São exemplos cidades existentes no Vale do Paraíba em São Paulo, com o fim do ciclo do café.

constituindo-se assim outro vetor de ocupação da costa, acentuando ainda mais os processo de industrialização através da geração de empregos e de fluxos migratórios. Neste contexto, Santa Catarina unificou-se ao mercado nacional pelo extrativismo e pela industrialização, o estado assumiu o papel de exportador de matéria prima (madeira e carvão), alimentos, têxteis e com pequena urbanização, o sistema viário continuou limitado, vindo a se dinamizar com a o Plano Rodoviário Nacional, que implantou as Rodovias BR-116, a BR-282 e a BR-101.

Segundo Silva (1978), as transformações estruturais no estado ocorreram efetivamente entre os anos cinqüenta e setenta com a unificação do mercado nacional (articulação com o centro econômico nacional e São Paulo), especialização na agricultura, crescimento industrial e do setor terciário e populacional. A tabela 6 mostra o crescimento populacional neste contexto de transformações.

Tabela 6  
Evolução da população urbana de algumas cidades catarinenses em 1940, 1950, 1960 e 1970 (somente no distrito sede)

Década/ cidade	1940	1950	1960	1970
Florianópolis	25.014	48.214	73.889	115.547
Joinville	16.724	20.951	54.480	111.241
Blumenau	13.652	22.627	46.520	85.944
Itajaí	13.239	19.797	38.529	54.073
Criciúma	4.340	8.014	25.045	50.334

Fonte: E. L. da Silva, 1978

Nos anos sessenta, com a implantação da Rodovia BR-101 como eixo de passagem pelo estado, a circulação foi facilitada, dinamizando o transporte de mercadorias a partir das metrópoles de Porto Alegre e Curitiba, principais regiões metropolitanas do sul do país. Ao longo do eixo da rodovia desenvolveu-se a industrialização e comércio e serviços. Ativaram-se os fluxos

econômicos no litoral, integrando Florianópolis com outros centros industriais (Criciúma, Tubarão, Vale do Itajaí e Joinville) e propiciam a conurbação dos municípios em torno da capital bem como o desenvolvimento desses municípios. Atualmente a Rodovia BR-101 incorpora novas funções, como eixo indutor do MERCOSUL e dos fluxos turísticos do litoral. Neste sentido, a rodovia foi o mais importante eixo dinamizador do litoral, pois até a primeira metade do século o ritmo de crescimento foi lento e, somente a partir dos anos cinquenta, com a urbanização, é que os fluxos se intensificaram.

Neste processo, as ações estatais tiveram um papel significativo, pois, dentro de um marco desenvolvimentista, promoveram-se políticas e ações planejadas para a implantação de infra-estrutura urbana, integração de mercados e urbanização, que foram os eixos indutores de emancipações municipais, crescimento demográfico, migrações e o crescimento das cidades ao longo do litoral. Em decorrência ocorrem a urbanização dos balneários e o desenvolvimento do turismo. Desta forma, percebemos que o turismo necessitou (e ainda necessita) da estrutura urbana como ponto de apoio para a realização. As mudanças, a partir deste momento, ocorrem nas principais cidades industriais, porém dinamizando o entorno:

Em torno dos núcleos (...) percebe-se que o processo de conurbação urbana vem se consolidando (...) gerando assim, 'feições metropolitanas' a partir de relações cotidianas de trabalho na dinâmica demográfica. Os principais sub-espacos regionais 'consolidados' nesse modelo de crescimento são aqueles correspondentes às áreas de influência metropolitana da 'Grande Florianópolis', 'Região de Joinville' e Região de Criciúma' (...) a partir desses lugares uma rede de 'centros intermediários' inter-complementares se dinamizam, definindo padrões de uso do solo - como os adensamentos residenciais, industriais e comerciais junto e/ou próximos à BR-101 (...) [e] os efeitos decorrentes de impulsos propiciado pelo desenvolvimento turístico, notadamente a partir dos anos oitenta, em lugares e suas áreas de influência como Balneário de Camboriú, Grande Florianópolis e Laguna (Silva, 1997: 477).

### **3- A URBANIZAÇÃO, O TURISMO E A OCUPAÇÃO DO LITORAL NA ATUALIDADE**

Para o entendimento da urbanização do litoral, realizamos a análise a partir da estrutura da população. Desta forma, foram analisadas: a população do Estado de Santa Catarina, a população dos municípios do litoral catarinense, a população urbana absoluta de alguns distritos de Florianópolis, a origem dos municípios litorâneos catarinenses com destaque para as emancipações, o número de municípios litorâneos segundo o tamanho da população urbana absoluta, o número de municípios litorâneos segundo o tamanho da população urbana absoluta, a relação entre população absoluta dos municípios litorâneos e o estado de Santa Catarina.

Os dados aqui apresentados e que retratam o litoral brasileiro foram baseados no censo de 1991. Optamos em utilizar esta análise a partir de Moraes (1999), porque o quadro apresentado serve apenas como referência ao problema discutido, não sendo objeto central desta pesquisa. Assim, no nível nacional, as referências são obtidas a partir do censo de 1991, porém, para a análise do litoral catarinense, utilizamos o censo de 2000. Para retratar a urbanização, optamos pela análise populacional, porém entendemos que outros aspectos podem ser incorporados para uma análise mais consistente.

#### **3.1- Dinâmica atual no litoral catarinense**

No Brasil, em 1991, 32,5 milhões de habitantes viviam em municípios litorâneos, até a faixa de 100 km, com 22% da população brasileira habitando a beira-mar, com uma densidade demográfica de 87 hab/km<sup>2</sup>, cinco vezes a média nacional. Cinco das nove regiões metropolitanas existentes em 1991

encontravam-se à beira-mar<sup>6</sup>, ou seja, 15% da população do país e, desta forma:

... pode-se com segurança afirmar que o modo de vida predominante do litoral é o citadino, uma vez que os habitantes urbanizados somam 87,66% de sua população total (Moraes, 1999:45).

A formação territorial nacional foi estruturada a partir da costa, e sendo assim, metade da população brasileira reside a não mais de 200 km do mar (70 milhões de habitantes em 1991), apresentando uma alta concentração populacional. A ocupação litorânea apresenta uma diversidade de situações, com densidades e vazios. Do Rio Grande do Sul ao Ceará há o predomínio de lógica mercantil de propriedade da terra com a presença de processos especulativos e tendência a uma estruturação em moldes urbanos (Moraes, 1999) e a presença de áreas aparentemente não submetidas à lógica do mercado.

Podemos classificar o litoral do Brasil em dois grandes grupos: o primeiro vivendo e operando dentro da lógica mercantil e urbana do uso do solo (valorização e especulação) e o segundo com a presença de gênero de vida tradicional, constituindo-se de populações nômades, com a presença de terras desocupadas, sedes de comunidades extrativistas, fazendas arcaicas e "cidades mortas" mas com tendências a mudanças, como adverte Moraes:

Já predomina uma dinâmica capitalista de uso e apropriação da terra, em que as áreas dominadas por gêneros de vida tradicionais podem ser vistas como residuais e tendentes ao desaparecimento, num prazo de tempo pequeno, caso não sejam protegidas por legislação e ações estatais específicas (1999: 45-46).

As características fundamentais, portanto, do litoral do Brasil são as altas taxas de crescimento demográfico, a acelerada urbanização, o povoamento em

---

6 Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belém e Fortaleza.

todos os quadrantes, o alto grau de urbanização; mesmo nos lugares com baixa densidade demográfica, o índice de urbanização é elevado.

Em Santa Catarina, é no litoral<sup>7</sup> que têm ocorrido altas taxas de crescimento demográfico, conforme mostram as tabelas 7 e 8, associadas a um processo de acelerada urbanização e a expansão da ocupação em toda a orla.

Tabela 7  
População do Estado de Santa Catarina em 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

	População urbana	População total	Índice de Urbanização
1960	688.358	2.129.252	32,3
1970	1.246.043	2.901.734	42,9
1980	2.154.238	3.627.933	59,4
1991	3.208.537	4.541.994	70,6
2000	4.211.979	5.349.580	78,73

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos censos de 1970, 1980, 1991 e 2000 do IBGE.

A análise dos dados populacionais dos 30 municípios catarinenses com “frente para o oceano”, indicam que dezenove têm um índice de urbanização superior a 90% (tabela 8), sendo que apenas oito municípios apresentam o índice menor que o nacional (81,23%, anexo 5) e cinco municípios têm o índice menor que o do estado de Santa Catarina (78,7% conforme a tabela 7). E, mesmo em lugares com baixa densidade demográfica, o índice de urbanização é elevado, com exceção de Paulo Lopes. As características do crescimento urbano indicam a tendência ao adensamento.

No litoral, nos últimos doze anos foram criados seis municípios, a partir de emancipações de distritos, conforme o quadro 4 (página 87). Dos 293 municípios catarinenses, trinta têm frente para o oceano, correspondendo cerca de 10% dos municípios do estado, o maior número do sul do país e um

<sup>7</sup> Em Santa Catarina para a análise da situação atual, incorporamos em algumas interpretações, as regiões metropolitanas pela influência exercida sobre a área de estudos; a análise privilegia a população urbana.

índices do Brasil. Além do crescimento populacional das sedes municipais, observa-se um crescimento populacional nos distritos e vilas, como, por exemplo, em Florianópolis, como mostram a tabela 9 e o anexo 4. O anexo 4 revela o debate entre políticos e setores interessados nas emancipações e são reivindicações que ocorrem predominantemente nos balneários.

Outro processo em curso é a metropolização, ou seja, a criação oficial de três regiões metropolitanas: a Região Metropolitana de Florianópolis, a Região Metropolitana do Vale do Itajaí e a Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense, que juntas concentram nas áreas urbanas 2.031.479 habitantes. Na Região Metropolitana de Florianópolis se concentram 735.203 habitantes, na Região Metropolitana Vale do Itajaí se concentram 493.332 habitantes e na Região Metropolitana Norte/Nordeste Catarinense se concentram 802.944 habitantes, ou seja, nas três regiões metropolitanas se concentram 38% da população do estado. No sul do estado, Tubarão e Criciúma exercem influência no entorno, concentrando juntas, na área urbana, 222.862 habitantes.

Tabela 8: População dos municípios litorâneos catarinenses nos anos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 – Total, Urbana e Índice de Urbanização (IU)

	1960			1970			1980			1991			2000		
	Urbana	Total	IU	Urbana	Total	IU	Urbana	Total	IU	Urbana	Total	IU	Urbana	Total	IU
Araquari	-	16.904	-	2.056	9.374	21,9	7.375	9.672	76,2	13.627	15.998	85,2	21.941	23.588	93,0
Araranguá	8.542	24.461	34,9	12.494	26.211	47,7	25.308	33.685	75,1	39.490	48.415	81,6	44.997	54.649	82,34
Balneário Gaivota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.977	5.450	54,62
Balneário do Arroio Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.861	6.028	97,23
Balneário Barra do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.261	3.261	100,	6.026	6.039	99,78
Balneário Camboriú	-	-	-	7.753	10.839	71,5	21.583	21.858	98,7	39.888	40.308	99,0	73.292	73.292	100
Barra Velha	-	-	-	3.467	11.118	31,2	8.702	11.713	74,3	10.692	13.231	80,8	14.563	15.528	93,79
Biguaçu	5.558	22.380	24,8	6.240	15.337	40,7	16.101	21.434	75,1	28.207	34.063	82,8	42.857	48.010	89,27
Bombinhas	-	-	-	924	2.935	31,5	3.447	3.447	100,	4.725	4.725	100,	8.698	8.698	100
Florianópolis	77.585	97.827	79,3	121.026	138.337	87,5	161.773	181.871	88,9	239.996	255.390	94,0	331.671	341.781	97,04
Garopaba	1.037	-	-	1.860	7.458	25,0	2.922	8.237	35,5	5.178	9.918	52,2	10.696	13.134	81,44
Gov. Celso Ramos	2.342	-	-	3.881	7.521	51,6	4.325	7.812	55,4	7.472	9.629	77,6	10.842	11.597	93,49
Içara	1.135	-	-	3.423	17.098	20,0	12.033	24.498	49,1	27.367	38.095	71,8	39.532	48.597	81,35
Imbituba	6.872	15.724	43,7	12.251	20.498	60,0	16.574	25.148	65,9	25.790	30.942	83,3	34.527	35.700	96,71
Itajaí	38.529	54.996	70,1	54.073	63.139	85,6	78.779	86.460	91,1	114.555	119.631	95,8	141.856	147.395	96,24
Itapema	2.238	-	-	2.791	3.492	80,0	5.277	6.859	76,9	11.248	12.176	92,4	24.769	25.857	95,79
Itapoá	-	-	-	906	1.698	53,4	1.983	2.408	82,3	3.309	4.007	82,6	8.182	8.830	92,66
Jaguaruna	2.453	11.649	21,1	3.141	14.397	21,8	7.419	14.695	50,5	16.114	18.426	87,5	10.236	14.603	70,14
Joinville	-	69.677	-	112.131	126.058	89,0	-	-	-	334.674	347.151	96,4	414.380	429.004	96,6
Laguna	17.959	29.305	61,3	17.449	35.042	49,8	28.327	39.519	71,7	34.174	44.862	76,2	37.255	47.543	78,36
Navegantes	-	-	-	5.536	10.050	55,1	8.381	13.530	61,9	20.498	23.662	86,6	36.632	39.299	93,21
Palhoça	4.175	27.789	15,0	6.397	20.652	31,0	35.089	38.031	92,3	58.182	59.809	97,3	97.840	102.671	95,29
Passo de Torres	-	-	-	486	1.838	26,4	1.295	2.077	62,3	1.919	2.712	70,8	3.525	4.400	80,11
Paulo Lopes	520	-	-	453	5.711	7,9	2.172	5.491	39,6	2.818	5.530	51,0	3.556	5.925	60,02
Penha	3.897	9.456	41,2	5.476	7.502	73,0	7.454	9.960	74,8	10.513	13.108	80,2	15.984	17.669	90,46
Piçarras	-	-	-	1.794	4.416	40,6	3.173	5.594	56,7	5.446	7.935	68,6	8.612	10.908	78,95
Porto Belo	3.293	9.111	36,1	2.638	7.298	36,1	7.671	8.424	91,1	11.036	11.689	94,4	9.951	10.682	93,16
S. Francisco do Sul	12.728	23.135	55,0	15.525	19.057	81,5	17.268	20.589	83,9	27.342	29.593	92,4	29.892	32.261	92,66
São José	4.347	31.192	13,9	29.363	42.535	69,0	79.200	87.817	90,2	128.375	139.493	92,0	170.958	173.239	98,68
Tijucas	5.489	17.163	32,0	6.462	12.774	50,6	8.981	14.596	61,5	14.334	19.650	73,0	18.647	23.432	79,58

Fonte: organizada pelo autor a partir dos censos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 do IBGE.



Com a presença das três regiões metropolitanas e cidades industriais, há a tendência da expansão urbana sobre o entorno imediato, realizando assim uma conurbação, aliada - em Blumenau e Joinville - às extensões imediatas do litoral com o prolongamento das funções marítimas. Este processo vem confirmar a influência das cidades industriais nos municípios litorâneos. A integração econômica que ocorria pelas microregiões, mesoregiões e regiões metropolitanas, além dos fluxos econômicos (já mencionados) agora ocorre também pela função turística dos municípios litorâneos através da segunda residência e pelos fluxos turísticos.

Tabela 9  
População urbana absoluta de distritos de Florianópolis 1970-2001

Distrito	1970	1980	1991	2000
Florianópolis	115.547	153.652	192.975	228.741
Cachoeira do B. Jesus	701	634	3.226	10.818
Canasvieiras	791	488	2.816	9.281
Ingleses do R. Vermelho	781	825	4.498	15.800
Lagoa	746	772	10.777	9.034
Pântano do Sul	493	856	3.160	5.075
Ribeirão da Ilha	857	1.768	9.400	20.308
Barra da Lagoa	-	-	-	3.804
Campeche	-	-	-	17.095

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos censos de 1970, 1980, 1991 e 2000 do IBGE.

Ocorrem também uma diversidade de situações de ocupação e uso do solo, com cidades históricas (Laguna e São Francisco do Sul) convivendo com processos recentes, como assentamentos irregulares, favelas, habitação permanente na orla, a segunda residência, a verticalização com diferentes densidades e padrões, condomínios horizontais de baixo, médio e alto padrão, ocupação em áreas de preservação e a presença de núcleos com gênero de vida tradicional, formados por agricultores e pescadores.

O padrão de ocupação no litoral catarinense ocorre nos moldes das grandes cidades, seja nas áreas já urbanizadas como não urbanizadas (áreas de transição rural-urbano). Devido ao acelerado processo de urbanização e valorização, há a presença de áreas de “pousio”, ou seja, terrenos que ficam à espera de valorização e da implementação de infra-estrutura, uma das práticas que caracteriza a especulação imobiliária. Seguindo a tendência nacional, com grande percentual de população em municípios costeiros (especificamente municípios com frente para o oceano), no litoral de Santa Catarina reside uma população urbana de 1.680.755 habitantes, ou seja, 39,9% da população urbana catarinense. Este fato torna-se relevante se considerarmos que a cada 5 habitantes no estado, 2 vivem no litoral, o maior índice do sul do país.

A densidade demográfica no estado é de 56,14%, e no litoral observa-se somente seis municípios com a densidade menor que a do estado de Santa Catarina e, se relacionado com o Brasil (19,92%), somente em um deles é menor que o índice nacional, Paulo Lopes.

A densidade demográfica de Santa Catarina é de 56,4 hab/km<sup>2</sup>, e do seu litoral é de 242,6 hab/km<sup>2</sup>, ou seja, quatro vezes a média do estado. Destacamos também a alta densidade demográfica de Balneário Camboriú e São José com 1.580 habitantes por km<sup>2</sup> e 1.510 habitantes por km<sup>2</sup>, e o índice de urbanização com 100% e 98,68%, respectivamente, conforme o quadro no anexo 5.

Quadro 4

Origem dos municípios litorâneos catarinenses  
(com destaque para as emancipações nos últimos 12 anos)

Município	Origem	Ano de criação	Lei de criação
Araquari	São Francisco do Sul	1877	797 de 5/04/1876
Araranguá	Tubarão	1883	901 de 03/04/1880
Balneário Gaivotas	Sambrio	1997	10.054 de 29/12/1995
Balneário Arroio Silva	Araranguá	1997	10.055 de 29/12/1995
Baln. Barra do Sul	Araquari	1993	8.521 de 09/01/1992 e alterada pela Lei 8.593 de 17/05/1992
Balneário Camboriú	Camboriú	1964	960 de 08/04/1964
Barra Velha	Araquari	1961	778 de 07/12/1961
Biguaçu	Florianópolis	1833	R.C.A.P. de 01/03/1833
Bombinhas	Porto Belo	1993	8.558 de 30/03/1992 e altera pela Lei 9.423 de 07/01/1994
Florianópolis	Laguna	1728	Carta Régia de 26/03/1726
Garopaba	Palhoça	1961	795 de 19/12/1961
Gov. Celso Ramos	Biguaçu	1963	929 de 06/11/1963
Içara	Criciúma	1961	796 de 20/12/1961
Imbituba	Laguna	1958	348 de 21/06/1958
Itajaí	São Francisco do Sul e Porto Belo	1860	Resolução 464 de 04/04/1859
Itapema	Porto Belo	1962	814 de 28/02/1962
Itapoá	Garuva	1990	7.586 de 26/04/1989
Jaguaruna	Tubarão	1930	25 de 11/12/1930
Joinville	São Francisco do Sul	1869	566 de 15/03/1866
Laguna	Criado por Carta Régia	1720	Carta Régia de 29/07/1676
Navegantes	Itajaí	1962	828 de 30/05/1962
Palhoça	São José	1894	Decreto 184 de 20/04/1894
Passo de Torres	São João do Sul	1993	8350 de 26/09/1991
Paulo Lopes	Palhoça	1961	798 de 20/12/1961
Penha	Itajaí	1958	348 de 21/06/1958
Piçarras	Penha	1963	937 de 19/11/1963
Porto Belo	Florianópolis e Camboriú	1926	1496 de 01/09/1925
São Francisco do Sul	Nossa Senhora da Graça	1662	Criado por Carta Régia em 23.03.1658
São José	Florianópolis	1833	Resolução de 01/03/1833
Tijucas	Porto Belo	1860	464 de 04/04/1859

Fonte: Organizada pelo autor a partir de informações da SDE

**Tabela 10**  
**Número de municípios litorâneos**  
**segundo o tamanho da população urbana absoluta em 2000**

Ano	Número de habitantes							Total
	Até 5 mil	5-10 mil	10-20 mil	20-50 mil	50-100 mil	100-200 mil	Mais de 200 mil	
1960	10	5	2	1	1	-	-	20
1970	13	6	4	1	1	2	-	27
1980	6	9	4	4	2	1	-	27
1991	5	3	7	8	1	2	2	28
2000	3	6	6	9	2	2	2	30

Fonte: Organizada pelo autor a partir dos censos do IBGE.

Obs.: 1960 - Araquari e Joinville sem informação; 1980 - Joinville sem informação

Outra característica é que dos dez municípios catarinenses com mais de 100.000 habitantes urbanos (em 2000), quatro estão no litoral (Joinville, Florianópolis, São José e Itajaí, cf. tabela 10) e três num raio de até 60 km (Blumenau, Jaraguá do Sul e Criciúma).

Por fim, a tabela 11 mostra a proporção entre os municípios litorâneos (com frente para o oceano) em relação ao Estado de Santa Catarina, revelando o alto índice de urbanização no litoral

**Tabela 11**  
**Relação entre população absoluta dos 30 municípios**  
**Litorâneos em relação ao Estado de Santa Catarina - 2001**

	Total	Urbana	Índice de urbanização
Litoral	1.785.809	1.680.755	94,1
Santa Catarina	5.349.580	4.211.979	78,7

Fonte: Organizada pelo autor a partir do censo do IBGE.

Assim, resumindo o processo, podemos constatar que a urbanização no litoral catarinense é um processo em curso, com uma população urbana concentrada em relação ao restante do estado, com um denso contingente populacional e um crescimento acima da média do estado.

Sobre a questão das populações com gênero de vida tradicionais, entendemos que não foi especificamente a urbanização nem o turismo que acabaram com a agricultura nem a pesca artesanal, mas aceleraram o processo em curso, pois a lavoura e a pesca já estavam em declínio desde a primeira metade do século, o que veio a intensificar-se com a inserção de novas relações como o a pesca industrial, a contratação de pescadores com trabalho remunerado, a “camaradagem” (Lins, 1994), ou seja, a relação que se estabelece em que o pescador se utiliza dos equipamentos do proprietário em troca de uma parcela do peixe capturado. Outro aspecto refere-se ao êxodo rural, a evasão da agricultura que se configura numa tendência nacional. Desta forma, Lins observou este movimento:

... urbanização e o turismo contribuíram para a consolidação da tendência ao abandono da agricultura. A venda de terrenos, em resposta à pressão sobre a terra exercida por indivíduos de fora das comunidades, reduziu os espaços de que dispunham os moradores ... (1994:207).

Desta forma, o abandono da agricultura, aliado ao declínio da pesca e às transformações sócio-econômicas (hábitos e costumes) que caracterizaram o litoral e o modo de ser na costa durante séculos, tendem a desaparecer e, as áreas onde se desenvolviam (beira-mar na pesca e morros e planícies na agricultura) estão sendo totalmente apropriadas e destinadas para o turismo e atividades correlatas, conforme retrata o documento 4 na página seguinte. O documento mostra uma notícia sobre o redirecionamento dos rumos da construção civil no litoral de Santa Catarina, propiciando um crescimento no setor imobiliário com a construção de hotéis, *resorts*, pousadas e residências de veraneio, concomitante ao processo de abertura de loteamentos, conforme fotos 1, 2, 3 e 4.

## ▼ DESENVOLVIMENTO

# Construção investe no turismo e cresce o dobro

Na Capital, setor garante 800 mil metros quadrados construídos e 3 mil empregos este ano

Silvia Quevedo  
FLORIANÓPOLIS

O sucesso do turismo como a indústria que mais cresce no Brasil e no mundo está redirecionando os rumos da construção civil em Santa Catarina. O setor se prepara para crescer 4% este ano em relação a 2000, um "bom" desempenho na visão do empresário Olavo Fontana Arantes, vice-presidente da Comissão de Economia e Estatística do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) de Florianópolis e região, pois o percentual corresponde ao dobro da performance verificada nos últimos dois anos.

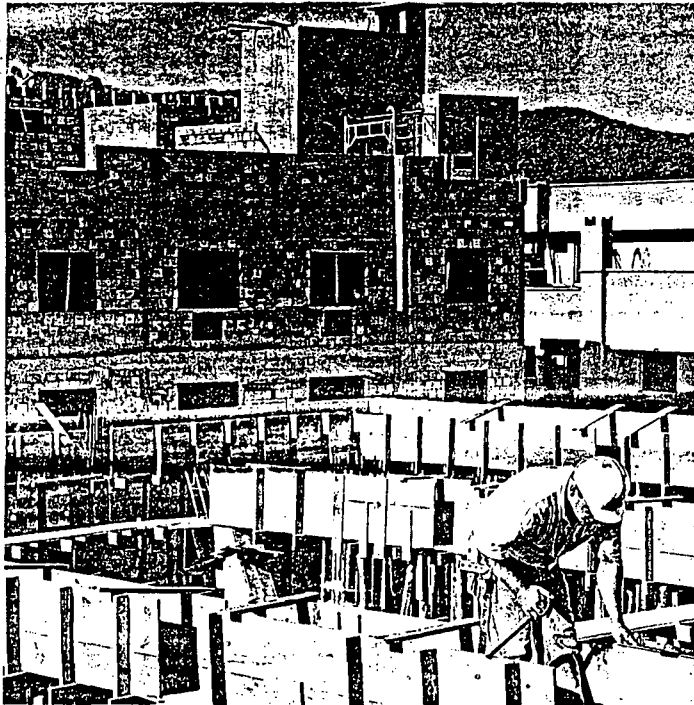
Em Florianópolis e outras cidades do Litoral, as expectativas fornecem uma mostra das apostas do mercado para 2001. De acordo com o presidente em exercício do Sinduscon, José Castelo Deschamps, da construtora Beco Castelo, o percentual de crescimento imobiliário no Litoral deve chegar a 8% e, na Capital, bater fácil os 20%, com 800 mil metros quadrados construídos.

Hoteleria, resorts, pousadas, tudo aponta, segundo Arantes, para a boa elevação de produção na área da construção civil em função do turismo. "Contamos com um turismo que atrai visitantes com potencial para adquirir uma residência, e estamos sendo procurados por grandes atacadistas que antes buscavam Curitiba (PR)", diz o empresário, dono da construtora Bautec.

Deschamps concorda: "A venda de resorts é uma tendência mundial, da mesma forma que o investimento em pousadas e hotéis também está em alta". Esse desempenho - voltado para as classes média-alta e alta - promete repercutir na oferta de emprego. O número de trabalhadores no setor na região de Florianópolis, de 12 mil em 1999, deve crescer para 15 mil este ano.

A pouca oscilação de preço em muitos produtos que formam o Custo Unitário Básico (CUB), com a mão-de-obra reprimida, levam a classe de maior poder aquisitivo a investir com capital próprio e a dispensar os financiamentos. A tendência de queda dos juros ainda maior para este ano, acreditam os empresários, facilitará a vida de quem precisa recorrer a empréstimos.

Os consumidores têm um perfil cada vez mais definido, associado à "qualidade de vida", que transforma Florianópolis, especialmente, numa espécie de ícone de paz e prosperidade para o resto do país. Os compradores são na grande maioria profissionais autônomos que trocam as metrópoles por uma vida mais segura e profissionais liberais que se formam em número crescente nas universidades.



TK HELENA/IC/JUN 00

**EUFORIA:** Florianópolis é uma das cidades que está vendendo mais imóvel no país

## Obras se espalham para áreas pouco exploradas

Florianópolis, a cidade que percentualmente mais vende imóveis no país, na avaliação do dono da construtora Cota, Joci José Martins, vive um aumento vertiginoso em construções, que se espalham de acordo com "tipificações regionais", como explica o presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipufl), Carlos Alberto Riederer. Centro e Continente, por exemplo, são áreas completamente ocupadas, enquanto Campeche e Rio Vermelho registram ocupações consideradas ainda incipientes.

As ofertas do mercado demonstram o público alvo da maior parte das construtoras: média alta. Ainda em janeiro uma promoção da Koerich oferecia apartamentos do Residencial Monte Carlo de R\$ 172 mil por R\$ 147 mil. Com 173 metros quadrados cada, os apartamentos têm três dormitórios (uma suíte), lavabo, sala ampla, sacada. De quebra: salão de festas e piscina. Forma de pagamento: financiamento direto com a construtora e parcelas em até 180 meses.

tora e parcelas em até 180 meses.

Uma "cobertura dos sonhos" oferecida por outra construtora consiste num apartamento duplex com 357 metros, uma suíte mais dois dormitórios, lavabo, sala com sacadas, duas vagas de garagem, piscina e churrasqueira privativa. Condomínio com área de lazer, salão de festas, sauna, piscina, play ground, quiosque com churrasqueira e quadra de esportes. O preço: de R\$ 295 mil por R\$ 250 mil.

Também na Ilha, a Hantei Engenharia assina a construção do Residencial Laelia Purpurata, no bairro Saco Grande. Os apartamentos de três dormitórios têm living com sacada e churrasqueira privativa. Também promete "vista permanente" para o mar e duas vagas na garagem com depósito individual. Condomínio com piscina, salão de festas, área verde e lazer, porteiro e portão eletrônico. A poupança é facilitada, mais prestações a partir de R\$ 931, em 72 meses.

## Baixa renda tem prioridade nos projetos da CEF

Enquanto as construtoras apostam em grandes empreendimentos, a Caixa Econômica Federal espera continuar priorizando financiamentos para a chamada "baixa renda" e repetiu em 2001 desempenho semelhante a de 2000, quando financiou com recurso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Poupança 17,64 mil unidades habitacionais e investiu em infra-estrutura e saneamento básico através do program. Morar Melhor, que permitiu a construção de 260 novas casas.

O superintendente da CEF, Altiator Silveira, informa que são 18 mil unidades financiadas em 2000 em Santa Catarina, com recursos da ordem de R\$ 300 milhões. "Obviamente que as construtoras têm como finalidade o lucro, mas precisam pensar em equalizar a economia como um todo. Não adianta produzir só para uma faixa de renda, que ela vai saturar", avalia. A meta da Caixa é atuar para amenizar o déficit habitacional do Estado estimado em 120 mil habitações, cifra que Altiator considera um pouco melhor diante do contexto nacional, mas ainda grande e carente de investimento. De acordo com Silveira, quase 80% dos empreendimentos da Caixa são para quem ganha até 20 salários.

São várias as linhas de crédito oferecidas: o chamado financiamento de cartão de crédito, com limite de até R\$ 40,4 mil, com recursos do FGTS para construção, aquisição, reforma e ampliação, serve para quem tem até 12 salários mínimos de renda. O valor do financiamento para material de construção em até R\$ 7 mil, se destina igualmente a quem ganha até 12 mínimos. Os recursos são do FGTS e a taxa de juros anual é de 6%. A Caixa também financia aquisição de lotes urbanizados para essa faixa de renda, no valor de até R\$ 10 mil. O Financiamento Associativo para quem ganha até 20 mínimos oferece financiamento no valor máximo de R\$ 50,4 mil e juros de 6% ao ano.

Com recursos da caderneta de poupança, a Carta de Crédito Caixa permite financiamento de até R\$ 180 mil para imóveis com até 180 dias de habite-se em aquisição, ou para construção liberada, com taxa de juros que sobe para 12% ao ano.





1. Comércio de terrenos no litoral – Passo de Torres



2. Comércio de terrenos Morro dos Conventos

4. Comércio de terrenos Bal. Gaivotas



3. Comércio de terrenos Bal. Barra do Sul

#### 4- O TURISMO NO LITORAL DE SANTA CATARINA NA ATUALIDADE

O turismo no litoral catarinense está diretamente relacionado com a sua urbanização. Neste trabalho, fixamos como marco desenvolvimento do turismo no litoral a implantação do trecho da Rodovia BR-101 em Santa Catarina. Foi efetivamente a partir da rodovia que a urbanização nos balneários ocorreu, com a implantação de infra-estrutura e os demais processos vistos anteriormente. Assim, afirmamos que as intensificações dos fluxos turísticos se efetivaram a partir da urbanização como uma decorrência da implantação da infra-estrutura. Na atualidade, o processo em curso apresenta outra dinâmica, com um afluxo na temporada chegando a três milhões de visitantes.

Anterior aos anos setenta, o ritmo do turismo no litoral era incipiente. As iniciativas públicas ocorreram com o I Plano de Desenvolvimento Turístico da Região Sul - PDT, em 1969, conduzido pelo Ministério do Interior e pela SUDESUL. Segundo Santos (1993), os governos nos anos setenta preocuparam-se com planos genéricos para explorar o potencial turístico, via estímulos fiscais por programas de financiamento. Foi somente a partir dos anos setenta que houve a preocupação com a estruturação das informações turísticas, integração, divulgação e investimentos em infra-estrutura.

Afirma Paulo Lago (1988) que até os anos cinquenta, a freqüência nas praias litorâneas se limitava à "aristocracia" e classe média de Itajaí que freqüentavam Cabeçudas; de Blumenau, que freqüentavam Balneário Camboriú (pólo turístico pioneiro no estado) de Joinville, que freqüentavam Barra Velha, Piçarras e São Francisco do Sul e de Florianópolis, que freqüentavam as praias de Coqueiros, Itaguaçu, Bom Abrigo e Praia do Muller, esta extinta pelo aterro. Os demais pontos no litoral eram restritos às



comunidades tradicionais, pesqueiras, pois eram lugares de difícil acesso. Foi também nesta época que iniciaram a compra dos terrenos para “futuros empreendimentos loteadores” (Lago, 1988:185). Uma característica é que as praias litorâneas restringiam-se à frequência de visitantes de centros urbanos catarinenses, e raramente de outros estados.

Foi com a popularização do automóvel e posterior implantação do trecho da Rodovia BR-101 que o fluxo dos estados vizinhos aumentou. Este foi um momento importante, pois se constituiu no embrião da urbanização e especulação imobiliária, que se intensificaria nas praias nas décadas posteriores com a “comercialização de ‘chácaras’ e ‘sítios’, e loteamentos com o padrão de 12 x 24 m” (Lago, *idem*). A Rodovia BR-101 facilitou a ocupação pelo sul, em Araranguá (Arroio Silva e Morro dos Conventos), Içara (Praia do Rincão), Laguna (Farol de Santa Marta e Itapirubá), Garopaba, Guarda do Embaú e Ilha de Santa Catarina.

Nos anos oitenta o fluxo é acrescido por turistas platinos, principalmente argentinos e uruguaios, que utilizam as Rodovias BR-101 e BR-282. O turismo, a partir deste momento, sofre um impulso e os fluxos se intensificam cada vez mais, inicia-se a profissionalização do setor e a qualificação profissional.

Tabela12:

Movimento estimado de turistas em Santa Catarina: 1998-2001

ORIGEM	1998	1999	2000	2001
Nacionais	1.671.376	1.993.630	2.255.860	2.194.522
Estrangeiros	153.669	292.905	464.994	568.663
Total	1.825.045	2.286.535	2.720.854	2.763.185

Fonte: SANTUR/Gerência de Planejamento

Em 2001, o fluxo turístico em Santa Catarina<sup>8</sup> correspondeu a 25,3 % do fluxo nacional. Nos anos 1999-2000 e 2000-2001, houve um crescimento a cada temporada, um incremento de 15,9% e 1,5%, respectivamente, conforme a tabela 12. Atualmente, os turistas nacionais correspondem a 79,4 % do fluxo no estado, contra 20,6% de estrangeiros, e isto caracteriza o turismo catarinense: apesar dos fluxos serem prioritariamente de turistas nacionais, especificidade que nem sempre é observada, é o fluxo turístico internacional que dá visibilidade e projeta o litoral, principalmente em Florianópolis e Balneário Camboriú.

Tabela 13  
Principais mercados emissores estrangeiros: 1998-2001 (%)

País	1998	1999	2000	2001
Argentina	74,71	79,87	85,82	86,17
Paraguai	12,73	10,71	5,81	6,0
Uruguai	6,61	3,90	4,82	5,0
Chile	1,32	1,19	0,99	0,78
Eua	-	0,31	0,64	0,44

Fonte: SANTUR/Gerência de Planejamento

No que se refere à demanda internacional, conforme a tabela 13, a frequência é predominantemente de turistas do MERCOSUL e com grande disparidade para os turistas argentinos, com 86,17% da frequência em 2001.

Tabela 14  
Receita estimada em dólares (US\$) 1998-2001

RECEITA	1998	1999	2000	2001
Nacionais	374.415.946,73	267.404.133,50	344.439.847,96	286.663.586,96
Estrangeiros	53.801.074,15	97.676.797,80	146.776.817,38	190.827.808,68
Total	428.217.020,88	365.080.931,30	491.216.665,34	477.491.395,64

Fonte: SANTUR/Gerência de Planejamento

<sup>8</sup> A fonte é a estatística da SANTUR e o fluxo foi verificado na temporada (meses de janeiro e fevereiro), sendo que o painel reflete a realidade litorânea.

Apesar do número menor de turistas estrangeiros, devido ao câmbio, estes geram receitas *per capita* superiores ao turista nacional, que tem oscilado ano a ano.

Tabela 15  
Principais mercados emissores nacionais: 1998-2001 (%)

Origem	1998	1999	2000	2001
Paraná	24,17	22,51	33,51	29,15
Rio Grande do Sul	35,93	29,73	23,17	27,28
Santa Catarina	21,03	25,70	21,54	21,47
São Paulo	10,09	12,35	11,72	11,80
Rio de Janeiro	1,39	2,11	2,38	2,15

Fonte: SANTUR/Gerência de Planejamento

No que se refere à demanda nacional, a tabela 15 mostra que em 2001, 56,43% dos turistas vieram de estados vizinhos (Rio Grande do Sul e Paraná), 21,47% de Santa Catarina, ou seja, 77,9% dos fluxos são de curta distância, dos estados do sul do Brasil e de do próprio estado. Podemos afirmar que os paranaenses e gaúchos, os residentes nas cidades de entorno (segunda residência) e interior do estado, são os efetivos freqüentadores do litoral.

Tabela 16  
Meios de Hospedagem Utilizados: 1999-2001 - (%)

Meio de hospedagem	1999	2000	2001
Hotel	22,86	20,73	19,84
Pousada	2,42	3,24	5,57
Hospedaria, pensão	1,43	0,76	0,70
Casa própria	12,42	15,09	12,91
Casa de amigos/parentes	33,84	28,90	28,61
Casa ou apto de aluguel	24,41	28,62	29,84
Camping	1,99	2,16	2,07
Albergue/alojamento	0,63	0,50	0,46

Fonte: SANTUR/Gerência de Planejamento

Com referência aos meios de hospedagem, verificamos na tabela 16 que em 2001, 41,52% dos fluxos pertencem à segunda residência (casa própria/amigos), sendo a casa ou apartamento de aluguel o meio mais utilizado (29,84%), ou seja, um terço dos fluxos se realizam pelo movimento de aluguel residencial (segunda residência ou construída para a finalidade de aluguel). Somados os fluxos destinados às casas ou apartamentos de aluguel, casas de amigos ou parentes e casa própria, resulta em 71,36% dos fluxos, ou seja, um fluxo baseado em residências, o que confere especificidades no uso do solo e vem confirmar a valorização destacada nesta pesquisa, explicando em parte a existência e proliferação de condomínios e loteamentos horizontais no litoral. Complementando a análise, verificamos que a utilização de automóvel particular e ônibus são predominantes sobre os outros tipos de meios de transporte (95,47%) conforme a tabela 17.

**Tabela 17**  
Meios de transporte utilizados: 1998-2001 - (%)

Meios de transporte	1998	1999	2000	2001
Avião	3,21	6,61	5,04	4,40
Ônibus	24,77	22,32	19,61	19,43
Automóvel	71,99	70,94	75,23	76,04
Outros	0,03	0,13	0,12	0,13
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SANTUR/Gerência de Planejamento

Quadro 5  
 Projetos e Intervenções no litoral catarinense

Lugar	Intervenção	Características
Araranguá	Complexo turístico em Morros dos Conventos	Projeto de ocupação Morro dos Conventos em área de 310 ha sobre as dunas, com iate clube, parque temático, terminal turístico, teleférico, plataforma de pesca, condomínio residencial, praça de alimentação, três parques naturais com trilhas ecológicas, ciclovia e hotel internacional. Propriedade da empresa TREM Adm. e Participação LTDA, do grupo CECRISA.
Balneário Camboriú	Complexo Parque Unipraias	Parque Unipraias, complexo de lazer e turismo que une a praia central à praia de Laranjeiras, com teleférico e 47 bondes aéreos informatizados, numa área de 85 ha. Empresa Bontur.
Balneário Camboriú	Construção de sistema de esgoto sanitário	Ampliação e melhoria do sistema de esgoto sanitário e aumento da capacidade da estação de tratamento. Obra a ser realizada com recursos do BID, via PRODETUR-SUL.
Balneário Camboriú	Rodovia Interpraia	Implantação da Rodovia Interpraia na "Costa Brava", com trajeto de 14,4 km com pista dupla, iniciando na Barra Sul e terminando na Praia do Estaleirinho. Financiamento da Pref. Municipal de Balneário Camboriú e Governo Federal.
Balneário Camboriú	Plano de Urbanização de Baln. Camboriú	Projeto de alargamento do calçadão com pistas de trânsito, ciclovias, teatro, quadras esportivas, marinas, piscinas, centro de conferência e hotel seis estrelas.
Barra Velha	Recuperação da praia em Barra Velha	Recuperação da Praia do Costão em virtude da destruição da faixa de areia e residências por ressaca do mar.
Bombinhas	Construção de sistema de esgoto sanitário	Sistema de esgoto sanitário. Obra a ser realizada com recursos do BID, via PRODETUR-SUL.
Cidades Históricas	Revitalização de São Francisco do Sul e Laguna	Programa de revitalização de centros históricos tombados - Programa URBIS - com financiamento da Caixa Econômica Federal.
Florianópolis	Duplicação da Rodovia SC-401	Rodovia de acesso às praias do norte da ilha de Santa Catarina. Iniciaram em 1995 por um consórcio ENGEPPASA-Linha Azul com recursos do BNDES/BRDE e BESC, com recursos próprios e investimentos indiretos. Está previsto um pedágio.
Florianópolis	Aterro do Saco dos Limões e via expressa sul	Rodovia de acesso ao sul da Ilha de Santa Catarina. O aterro hidráulico foi iniciado em 1994 com a dragagem de sedimentos do fundo da baía e está prevista a rodovia com 16 km de extensão, com 2 túneis de 730 m e 6 viadutos de 486 m. Realizada pelo consórcio CBPO-Cia. Brasileira de Projetos e Obras/CNO- Construtora Norberto Odebrecht. Promoveu alterações na paisagem local.
Florianópolis	Elevado "Wilson Kleinubing"	Realizado como alternativa ao trânsito na capital bem como facilitar o acesso às praias do norte e leste da Ilha, além da UFSC e entorno. Construído pelas empresas CESBE e ROCA com financiamento do BNDES e parcerias com a iniciativa privada, faz parte do futuro sistema de transporte integrado da capital.
Florianópolis	Sistema de transporte integrado na capital	Implantação do sistema de transporte integrado, que funcionará com estações de baldeação descentralizadas nos bairros e balneários. Está sendo realizada pelo consórcio de empresas de transporte da capital COTISA S.A. Companhia Operadora de Terminal de Integração.

Florianópolis	Revitalização do centro histórico	Programa de recuperação do patrimônio histórico da capital, nas áreas centrais, com a revitalização da Praça XV de Novembro, asfaltamento das ruas centrais, recuperação do local do antigo "Miramar", retirada de vendedores ambulantes do centro e regulamentação na utilização de placas e <i>outdoors</i> de propaganda. Realizado em parceria pelo Fórum Permanente de Planejamento Turístico da Grande Florianópolis, UFSC, IPUF, IPHAN, CDL, ACIF e SINDUSCON.
Florianópolis	Obra de acesso ao aeroporto	Obra de acesso ao aeroporto Hercílio Luz e duplicação do acesso existente, numa extensão de 4,5 km. Obra a ser realizada com recursos do BID, via PRODETUR-SUL.
Florianópolis	Elevado Rita Maria	Elevado construído como alternativa ao sistema de transporte na capital. Financiado pelo DNOS, programa Pró-Infra.
Florianópolis	Centro de Promoção e Eventos em Florianópolis	Implantação de um centro de convenções na capital para a realização de feiras e ventos, visto como alternativa à sazonalidade do turismo de verão.
Florianópolis	Plano Diretor Específico do Campeche	Realização do plano diretor para o dois balneário. Está em fase de elaboração, com polêmicas quanto ao adensamento e dimensionamento propostos.
Florianópolis	Construção da beira-mar continental	Construção da beira-mar continental em Florianópolis.
Florianópolis	Complexo Costão do Santinho	<i>Resort</i> de padrão internacional, com 14 vilas de apartamentos e um hotel internacional num total de 1086 leitos e 500 funcionários, além de centro comercial, centro de convenções, complexo esportivo e bar, restaurante e casa noturna.
Florianópolis	Projeto Marina Porto da Barra	Construção de um complexo turístico à beira do canal da Barra da Lagoa, numa área de 130 km <sup>2</sup> , com 110 residências de dois pisos, atracadouro, hotel quatro estrelas com 190 apartamentos, <i>shopping center</i> , marina e estacionamento. Propriedade do Grupo Portobello. Tem sido objeto de polêmica na capital.
Florianópolis	PUE Pântano do Sul	Plano de ocupação da planície do Pântano do Sul.
Florianópolis	Condomínio Jurerê Internacional	Loteamento e condomínio horizontal de alto padrão. Grupo Habitasul.
Florianópolis	Urbanização da Praia Brava	Loteamento e condomínios verticais de alto padrão.
Florianópolis	Recuperação das Fortalezas	Restauração das Fortalezas São José da Ponta Grossa (Jurerê), Santa Cruz (na Ilha do Anhatomirim) e Santo Antônio (Ilha de Ratonas), através do "Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina", um convênio com o Museu Universitário da UFSC e do IPHAN/Fundação Pró-memória e financiado a fundo perdido pela Fundação Banco do Brasil.
Florianópolis	Internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz	Melhorias na estrutura do Aeroporto Hercílio Luz para receber vôos charter no verão.
Florianópolis	Projeto Rota Náutica K & C	Prevê a construção de 50 marinas e condomínios imobiliários no litoral brasileiro, numa parceria entre Costão do Santinho e Amir Klink, a K&C será implantada no litoral de Santa Catarina em São Francisco do Sul, Armação do Itapecorói (Penha), Porto Belo, Governador Celso Ramos, Florianópolis e Laguna.
Florianópolis	Projeto de Urbanização da Praia dos Ingleses	Projeto de urbanização com calçadão de 700m <sup>2</sup> com quiosques, construção de área de lazer e serviços. Prefeitura Municipal de Florianópolis

Florianópolis	Outras obras de revitalização.	Revitalização da Ponte Hercílio Luz, Reforma do Palácio Cruz e Souza e do Teatro Álvaro de Carvalho.
Florianópolis	Porto Turístico dos Ingleses	Construção de um atracadouro com 400m de extensão e 12 metros de largura. Realização da ACIF.
Gov. Celso Ramos	Palmas do Arvoredo	Loteamento com condomínios residenciais de alto padrão e clube na Praia de Palmas.
Içara-Bal. Rincão	Calçadão no Rincão	Construção de calçadão e passeio na Av. Beira-Mar no Balneário Rincão, numa extensão de 1,2 km.
Itajaí	Museu Oceanográfico da Univalli	Projeto de construção do maior museu temático oceanográfico da América do Sul, com fins científicos e turísticos, com incentivos da Lei Rouanet, PRODETUR-SUL e outras fontes.
Laguna	Construção de acesso ao município	Obras no acesso norte com terraplanagem e pavimentação, numa extensão de 5,2 km. Obra a ser realizada com recursos do BID, via PRODETUR-SUL.
Litoral	Duplicação da Rodovia BR-101 - trechos norte e sul	Principal eixo de circulação de Santa Catarina, ligando as metrópoles do Rio Grande do Sul e do Paraná e as regiões metropolitanas de Santa Catarina. Atualmente é o principal eixo de desenvolvimento do turismo, além da função na rota do MERCOSUL. A duplicação no trecho norte (Garuva-Palhoça) é de 515,2 Km de extensão, iniciou em 1997 e está em vias de conclusão, financiada com recursos do BID e EXIMBANK (Japão). A duplicação do trecho sul (Palhoça-Osório/RS), com 216,5 Km de extensão, está prevista para iniciar em 2002, com recursos do BID.
Norte do estado	Rodovia de Ligação Joinville-Itapoá	Rodovia na orla da Baía da Babitonga, de Joinville à Itapoá, na margem oposta a São Francisco do Sul.
Penha	Construção do Parque temático Beto Carreiro <i>World</i>	Parque temático e hotel
Penha	Obra de acesso ao município	Obra de acesso principal ao município numa extensão de 8,5 km, interligando a Rodovia BR-101 ao Beto Carreiro <i>World</i> . Obra a ser realizada com recursos do BID, via PRODETUR-SUL.
São Francisco do Sul	Construção de terminal marítimo	Construção de terminal marítimo, com restauração de imóveis e construção de atracadouro para navios de turismo. Obra a ser realizada com recursos do BID, via PRODETUR-SUL.
São José	Construção da beira-mar na angra de São José	Aterro hidráulico e rodovia à beira-mar, na orla da enseada de São José.
Sul do estado	Rodovia Interpraias Sul	Rodovia ligando o Município de Passo de Torres à Garopaba, em percurso aproximado de 250 km, com traçado paralelo à Rodovia BR-101.

Fonte: Organizado pelo ator a partir de: E. V. Machado (2000), Trabalho de Campo e consulta a reportagens e periódicos.

Outro aspecto que mostra a importância que o turismo vem adquirindo são as intervenções urbanísticas, e observamos que ocorrem nos municípios, predominantemente na capital, e vindo a se intensificar no final dos anos noventa, conforme mostra o quadro 5, acima. O quadro retrata projetos futuros e intervenções públicas e privadas em andamento nos municípios litorâneos, revelando o “ritmo acelerado” de intervenções prioritariamente para o turismo, e que irá se intensificar com o PRODETUR-SUL. Os projetos e intervenções concentram-se prioritariamente em Florianópolis e em Balneário Camboriú, com objetivos de expansão urbana, ordenamento territorial e implantação de infra-estrutura.

A partir destas considerações, podemos afirmar que não há um movimento único no litoral de Santa Catarina, ou seja, o mesmo ritmo no litoral e, a partir do trabalho de campo efetuado e da análise dos fluxos e com base na periodização de Gormsen (*apud* Coriolano, 1998), propomos uma diferenciação no turismo do litoral catarinense que, por apresentar características peculiares, dividimos em dois grupos: o turismo e conseqüente organização espacial no norte, que ocorre de Palhoça a Itapoá, e o turismo no sul e conseqüente organização, entre Paulo Lopes e Passo de Torres.

#### **4.1- Características da organização espacial no norte e no sul do litoral catarinense:**

A ocupação pelo turismo neste contexto, ocorre de forma diferenciada. Para auxiliar na sua caracterização, utilizamos o modelo de Gormsen<sup>9</sup>. Segundo o modelo, a lógica da organização e ocupação do espaço do turismo assemelha-

---

<sup>9</sup> Este modelo foi utilizado por Coriolano (1998) em estudo realizado no litoral cearense. O modelo foi desenvolvido a partir da inserção do turismo no litoral mexicano.



se à lógica da ocupação das segundas residências. Em análise realizada em espaço mexicano, o autor sugere três fases de desenvolvimento:

A primeira fase de ocupação turística é chamada frente pioneira. Os descobridores são verdadeiros pioneiros que percorrem caminhos difíceis e se acomodam em alojamentos modestos. A segunda fase é a de investimento. Quando as interações entre uma demanda crescente em parte nacional, e as iniciativas privadas levam a pequenos e médios investidores particulares, locais e estrangeiros e acarretam a construção e a ampliação progressiva de hotéis de baixa e média categoria, ao mesmo tempo de algumas residências secundárias. A terceira fase é de investimentos em grandes projetos com base em iniciativas provenientes do estado<sup>10</sup> (tradução do autor).

Aplicando a classificação à realidade catarinense, verificamos que o litoral norte se encontra praticamente inserido na terceira fase, com alguns municípios na segunda e primeira. No sul do estado, identificamos lugares inseridos na primeira fase e segunda fase, porém, há uma grande proporção inserida na primeira fase.

### **Características da organização espacial na porção sul catarinense:**

O Litoral sul é formado por uma planície contínua (Planície Marinha do Quaternário), de Jaguaruna para o Sul com ocupações pontuais e presença de balneários isolados. Apesar de a ocupação ser antiga, conforme visto anteriormente, ainda carece de um sistema viário eficiente, sendo o projeto para a construção da Rodovia Interpraia propagado como uma alternativa para o desenvolvimento do turismo, principalmente pelos proprietários de

---

10 La primera fase de la ocupación turística es llamada frente pionera. Los descubridores son verdaderos pioneros que toman caminos difíciles y que se conforman con alojamientos modestos. La Segunda fase es la de la inversión. Cuando las interacciones entre una creciente demanda en parte nacional, y las iniciativas privadas llevan a pequeños y medianos inversionistas particulares, locales y extranjeros y acarretan la construcción y el ~~agrandamiento~~ ~~progresivo~~ ~~de~~ ~~hoteles~~ ~~de~~ ~~baja~~ ~~y~~ ~~mediana~~ ~~categoria,~~ ~~al~~ ~~mismo~~ ~~tiempo~~ ~~que~~ algunas residencias secundarias. La tercera fase es de la inversión en los grandes proyectos con base en iniciativas provenientes del estado (Gormsen apud Coriolano, 1998:125).

terrenos ao longo do traçado da rodovia. Pelo fato da Rodovia BR-101 não estar duplicada, ocorre uma dificuldade de acesso em alguns trechos e muitos acessos às praias não estão pavimentados. Possui uma carência de infraestrutura básica e precariedade nos serviços e no comércio, com pequena diversificação. O padrão de ocupação é caracterizado por extensos loteamentos horizontais sobre as dunas, sendo que a verticalização é pontual e praticamente se resume à Praia do Mar Grosso, em Laguna. Há uma deficiência nos serviços públicos (limpeza pública, informações turísticas, calçamento, entre outros). O fluxo turístico no sul é predominantemente nacional, freqüentado por turistas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina (cidades de entorno e planalto principalmente) e Paraná, com pequeno fluxo de turistas estrangeiros.

#### **Características da organização espacial no norte:**

Ocorre no bojo da duplicação da Rodovia BR-101, apresentando infraestrutura básica parcialmente consolidada, como sistema viário, hotéis, bares e restaurantes, entre outros. Oferece grande oferta e variedade no comércio e serviços, com qualidade e em quantidade. Possui um fluxo intenso, com a presença de parques temáticos e ocupação em toda a orla. A faixa litorânea é recortada por baías e enseadas, com a presença de um grande número de praias, e a ocupação ocorre por enseada, aparecendo uma faixa de conurbação de Itajaí a Barra Velha, linearmente à beira-mar. O fluxo de turistas é intenso, predominante do Paraná, Rio Grande do Sul e principalmente de residentes nas regiões metropolitanas e interior do estado. A freqüência é sazonal e ~~acentuada na temporada do verão, porém esparsa durante o ano em finais de~~ semana e feriados, pois acompanha o ritmo das cidades industriais e grandes

metrópoles. Apresenta intenso processo de valorização do solo e intensa verticalização, principalmente em Itapema, Balneário Camboriú, Piçarras e Florianópolis.

O sul e o norte da faixa litorânea de Santa Catarina estão em momentos diferentes no que se refere à implantação do turismo e se diferenciam também nos fluxos pela presença dos dois maiores pólos turísticos do estado: Balneário Camboriú e Florianópolis. Os dois municípios juntos recebem 35,5% dos turistas nacionais e 95,1% dos turistas estrangeiros em Santa Catarina, conforme a tabela 18 abaixo. Desta forma concentram grande parte dos fluxos turísticos, o que por si só já mostra que não há um turismo único em todo o litoral, mas uma concentração nos dois pólos. Constitui-se de dois grandes centros receptores, pois abriga a maior rede de infra-estrutura turística do estado. Apresentam grandes densidades demográficas, uma significativa rede hoteleira, diversificação de opções em lazer e cultura, parques temáticos, variedade no comércio e nos serviços. São centros de referência nacional e internacional, centros de formação profissional com cursos técnicos e superiores e constitui-se no destino preferido dos estrangeiros no litoral. Por estas características, tornaram-se centros de decisão e lugares prioritários para receber investimentos<sup>11</sup>.

---

11 Basta verificar as prioridades de investimento do PRODETUR-SUL, no Anexo 2, e o PLANTUR (Plano Nacional de Turismo), no sub-programa Pólos Turísticos na Região Sul, que classifica Santa Catarina como Florianópolis e arredores como turismo consolidado; a Região do Vale do Itajaí (Blumenau, Joinville e Itajaí) como turismo em desenvolvimento e no litoral norte e demais cidades litorâneas como lugares turísticos em potencial (Becker, 1995:19).

Tabela 18  
Movimento estimado de turistas nacionais e estrangeiros em 2001

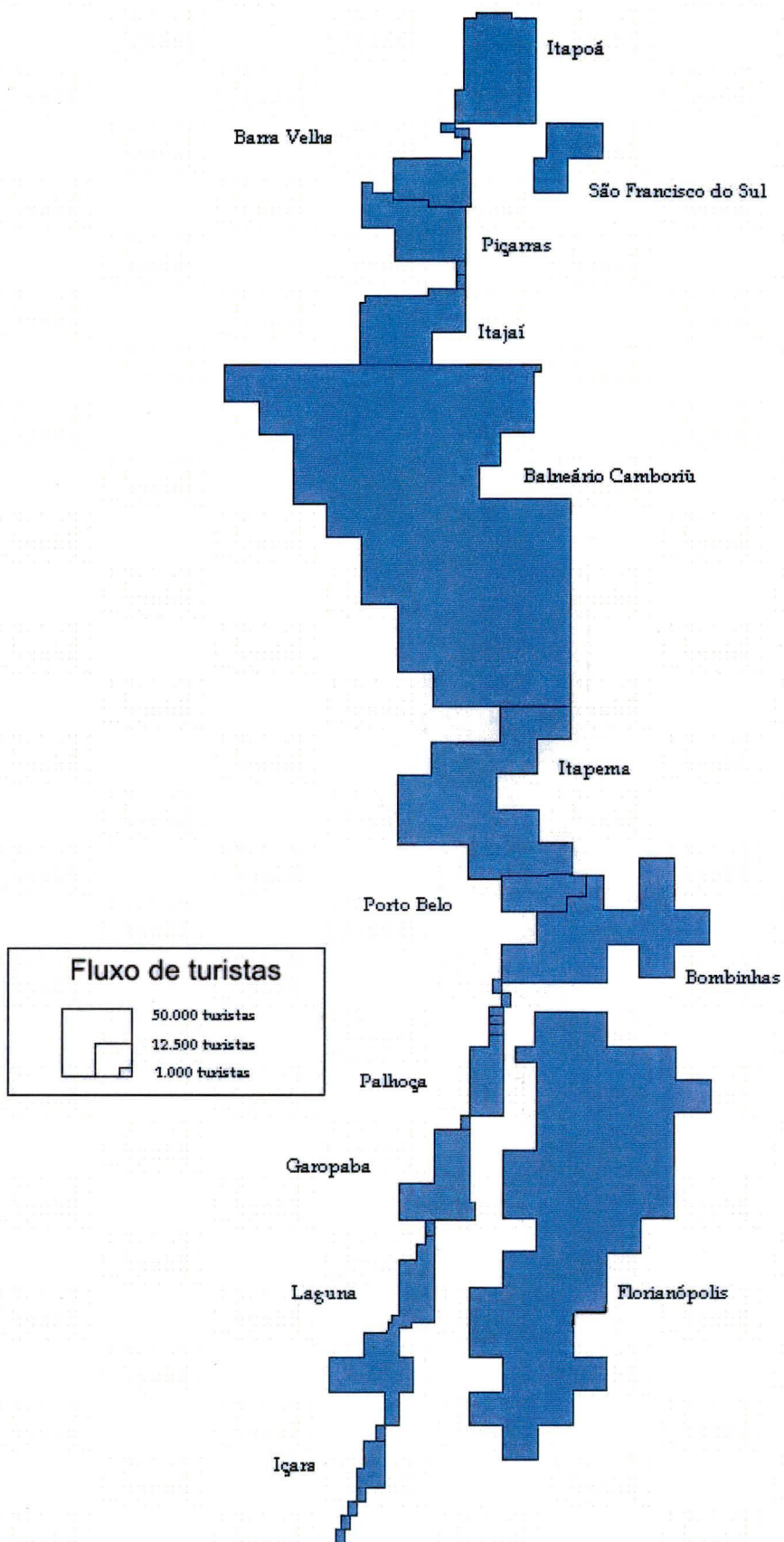
	Movimento de turistas nacionais	Movimento de turistas estrangeiros	Total
Santa Catarina	2.194.522	568.663	2.763.185
Balneário Camboriú	459.661	307.976	767.636
Florianópolis	319.901	232.987	552.888

Fonte: SANTUR/Gerência de Planejamento

A anamorfose<sup>12</sup> (figura 1, página 105), representa esta desproporção de fluxos entre Florianópolis e Balneário Camboriú com relação ao restante dos municípios litorâneos, pois retrata a proporção territorial dos municípios em relação ao fluxo turístico. A figura representa a concentração dos fluxos turísticos em Florianópolis e Balneário Camboriú, e no norte como um todo, ratificando a diferenciação norte-sul como apontado anteriormente.

12 Anamorfose consiste numa figura cartográfica (não é um mapa) que representa proporções. Uma figura é desenhada a partir de dados estatísticos (no caso desta pesquisa os fluxos turísticos) e o tamanho do território representa a quantidade de fluxos. A figura foi feita a partir dos fluxos da estatística da SANTUR referente à temporada de 2001. A partir dos dados do fluxo de turistas (número total de turistas nacionais e estrangeiros) foi feita uma proporção e enquadrada numa escala. Assim, na figura, cada 50.000 turistas correspondem a 1 cm<sup>2</sup>. Desta forma, foi composta de acordo com o número de turistas. A forma dos municípios não foi respeitada, pois o que interessa é a proporção representada entre os municípios. Os municípios que não têm fluxo turístico ou não atingiram 10.000 visitantes, segundo a pesquisa, ou não tem a estatística realizada pela SANTUR, foram contemplados com 2 mm<sup>2</sup> para efeito estético e de contemplar todos os municípios e no caso, a área é fictícia, e são os que aparecem com menor proporção.

### Proporção territorial dos municípios litorâneos em relação ao fluxo de turistas - temporada de 2001



Outra característica que projeta Florianópolis é o caráter da internacionalização, inserção nos fluxos globais e criação de uma vocação para o turismo.

Segundo Tissier (1999) em estudo sobre a internacionalização de Florianópolis no contexto do MERCOSUL, apesar de a cidade não ocupar uma posição na hierarquia das cidades brasileiras, sendo uma periferia nacional, tem um reconhecimento internacional e são os fluxos turísticos que colocam Florianópolis no cenário mundial e não a imagem da cidade pólo regional. Os fluxos são limitados, porém são eles que “dizem” que a cidade é internacional, o que dá a visibilidade à cidade.

O autor acima citado argumenta ainda, que a proximidade do cone sul e dos fluxos do MERCOSUL propiciam a referida visibilidade, pois a cidade não está inserida nos circuitos americanos nem europeus. Os fatores da internacionalização são a originalidade do lugar (centro de compras/visitas, aspectos naturais e possibilidades de lazer; presença de aspectos culturais), a Rodovia BR-101, que está inserida na rota do MERCOSUL, sendo um importante eixo rodoviário e facilitador de acessos, a localização de Florianópolis no cruzamento de fluxos de turistas e as políticas públicas (investimento em infra-estrutura) e privados (*marketing* internacional, eventos) que promovem o lugar.

Em estudo sobre o turismo em Florianópolis, Tissier (*idem*) desenvolveu uma metodologia para verificar se efetivamente Florianópolis é um pólo internacional, e a cidade foi analisada a partir de: *a*) atrativos naturais; *b*) da situação geopolítica; *c*) do empenho das atividades locais; *d*) da tipologia da clientela e *e*) pela presença de equipamentos turísticos. Nestes quesitos, Florianópolis apresenta resultados maiores que lugares com tradição turística (no caso a comparação é realizada com pólos turísticos no Mediterrâneo) e

pôde ser caracterizada como um pólo internacional, porém somente dentro do contexto do MERCOSUL, uma espécie de internacionalização incompleta (Tissier, 1999).

Outro estudo que discute o caráter internacional de Florianópolis é o estudo de Machado que percebeu o significado atual do processo de globalização para o espaço local/regional de Florianópolis:

Com efeito, na contemporaneidade que sujeita Florianópolis e região a globalização, identificamos que através de seu processo de urbanização há trajetórias com tentativas de 'produção do lugar'. Essa produção é cada vez mais associada a 'fabricação de uma vocação', hoje vinculada predominantemente às atividades do turismo num plano mais visível e mercantilizada sob várias imagens midiáticas (...) é pois, sob esta conjuntura de múltiplas facetas estruturantes que a 'mundialização econômica' (como também se transveste a 'globalização') se manifesta em Florianópolis e a partir deste lugar, proporcionalmente, exprime vetores que são a própria força ideológica e organizacional da 'globalização' em marcha, emanada de uma relação de centro e periferias (2000:321).

Em vista das características apresentadas, podemos afirmar que efetivamente Florianópolis apresenta traços de conexão à racionalidade e aos fluxos globais, ainda que de forma incompleta.

## 5- CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO II

Neste capítulo, buscamos explicitar um outro condicionante do processo de estruturação do turismo no litoral catarinense, a valorização do espaço. A partir do entendimento de como ocorre a valorização do espaço procuramos retratar algumas características do assentamento e a estrutura do povoamento no litoral brasileiro e catarinense, realizando um resgate histórico da organização espacial do litoral. Posteriormente, caracterizamos a urbanização e procuramos compreender o significado do turismo na atualidade.

A questão central neste capítulo é a valorização do espaço litorâneo e como este adquire um caráter raro e estratégico. Verificamos que em função de sua localização ímpar, o caráter finito e limitado da superfície, as singularidades presentes, as particularidades na localização e decorrentes especificidades na forma de ocupação, o litoral tem um potencial para gerar renda diferencial e de monopólio. Este caráter específico condiciona as formas de uso, a atualmente para o lazer e o turismo, o que o torna um atrativo para o capital e gera demanda por novas áreas e terrenos, propiciando a especulação imobiliária. Este movimento de valorização pode ser captado pelo preço da terra.

No caso catarinense, o litoral tem especificidade com relação ao restante do território, com expressivo significado histórico, com a natureza (ainda) relativamente preservada, a atratividade cultural, a proximidade das metrópoles e cidades industriais, o que gera uma demanda por segunda residências (residência de veraneio), a facilidade de circulação, por estar inserido no contexto do MERCOSUL - o que tem propiciado um fluxo internacional - e a presença, ainda que residual, de gêneros de vida tradicional.



O litoral de Santa Catarina tem mostrado uma urbanização acelerada acima da média do estado. No geral, pode-se afirmar que os processos que já são conhecidos, como a migração e o implemento da atividade turística, ocorrem nas maiores cidades que se situam no litoral, em Florianópolis e entorno e nas capitais regionais, como Joinville, Blumenau e Criciúma. As áreas portuárias também exercem um poder de atração populacional.

Com relação ao turismo, tem sido um vetor de ocupação nas últimas décadas e está associado a vários processos, como organização do setor dentro da estrutura urbana das cidades litorâneas, a articulação de espaços de segunda residência e de ocupação de novas áreas. Atualmente há a presença do Estado como agente impulsionador, com planos de implementação de infra-estrutura, de revitalização urbana, incentivos fiscais e financiamento para a implementação da atividade.

Os fluxos, por sua vez são crescentes, seja de turistas nacionais ou internacionais, além processo de urbanização concentrada e adensamento, o que tem gerado uma tipologia diferenciada e aqui definida como norte e sul, e gerando novas paisagens.

Em síntese, podemos destacar os principais processos impulsionadores da ocupação litoral catarinense: valorização do espaço, urbanização acelerada, disseminação da segunda residência e crescimento dos fluxos turísticos nacional e internacional.



## CAPÍTULO III

### O TURISMO E A REORGANIZAÇÃO DO LITORAL: PROCESSOS RECENTES, TENSÕES E CONFLITOS

*Conflito: embate dos que lutam, colisão, choques.*

*Tensão: qualidade ou estado do que é tenso.*

*Dicionário Aurélio B. de H. Ferreira*

### **CAPÍTULO 3**

#### **O TURISMO E A REORGANIZAÇÃO DO LITORAL: PROCESSOS RECENTES, TENSÕES E CONFLITOS**

Nos capítulos anteriores buscamos explicitar os condicionantes do processo de estruturação do turismo no litoral. Neste capítulo III, buscamos identificar e caracterizar a paisagem litorânea, os processos e as tensões, conflitos e processos decorrentes da inserção do turismo. Para tanto, utilizamos num primeiro momento, dados do Projeto Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina que elaborou um diagnóstico ambiental do litoral de Santa Catarina. Nossa análise foi apresentada sob a forma de quadros (quadro 6, página 126) e o mapa temático, identificando as tensões e conflitos pertinentes a cada município. Os demais impactos que constam no quadro e no mapa temático foram registrados a partir do trabalho de campo.

O trabalho de campo foi a segunda fonte de informação que subsidiou a pesquisa. Foi realizado entre os meses de dezembro de 2000 a outubro de 2001, com o objetivo de conhecer os municípios em estudo e caracterizar, registrar e analisar os principais impactos abordados nesta pesquisa. Foram visitados

todos os municípios que fazem frente para o oceano que tinham relevância para a pesquisa, como as áreas centrais, bairros e principalmente os balneários e orla marítima.

O trabalho de campo foi realizado por etapas, a partir de um município núcleo e deslocamento aos demais lindeiros. Desta forma, foram visitados, pela ordem, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Mangue de Joinville e Itapoá, Penha, Navegantes, Piçarras e Barra Velha, Itajaí, Balneário Camboriú, Porto Belo, Bombinhas e Itapema, Gov. Celso Ramos, Laguna, Jaguaruna, Imbituba, Araranguá, Arroio Silva, Balneário Gaivotas e Passo de Torres, Rincão, Palhoça e Florianópolis e Garopaba.

O trajeto foi realizado de ônibus urbano e intermunicipal, sendo que os trechos compreendidos entre Navegantes e Barra Velha e Arroio Silva e Morro dos conventos foram realizados a pé, pela praia. Ao final, calculado o percurso em mapa e somando todas as praias visitadas, percorremos a pé cerca de 300 km no litoral, o que propiciou um entendimento maior da realidade do litoral como um todo, já que todos os processos foram verificados na mesma época e com os mesmos objetivos. Foram visitadas praticamente todas as praias de Santa Catarina, com exceção das praias isoladas ou de difícil acesso, onde não havia ocupação. Os municípios de Paulo Lopes, Tijucas, São José, Biguaçu e Araquari não foram visitados, pois, apesar de fazerem frente para o mar, não há processo significativo de ocupação pelo turismo na orla, apesar de haver urbanização, como em Biguaçu e São José.

No campo foram verificadas as paisagens (forma e função urbana, paisagem do turismo e sítios arqueológicos), realizadas conversas com moradores e registros fotográficos, buscando compreender os processos que ocorrem. Ao final, organizamos um banco de imagens, sendo que algumas fotos estão na dissertação. Escrevemos também um "caderno de campo", que

subsidiou as análises. Todos estes procedimentos contribuíram para a classificação da paisagem.

Finalmente, realizamos um dossiê, procurando catalogar reportagens e notícias referentes ao litoral catarinense. Estas serviram para subsidiar o debate, esclarecer os processos em curso bem como comprovar os impactos relatados. Com bases nas reportagens e notícias, foi organizado o quadro 7 (página 137) as respectivas reportagens encontram-se no anexo 7.

## 1- A PAISAGEM DO LITORAL

A inserção do turismo trouxe uma nova divisão do trabalho que, aliado aos processos de valorização do espaço originaram uma reorganização espacial no litoral definindo novas paisagens, além de nova dinâmica social. A partir do trabalho de campo executado de pesquisas, classificamos o litoral catarinense em duas grandes macro-divisões, nitidamente alinhadas com o uso do solo e práticas do mercado imobiliário<sup>1</sup>: áreas consolidadas com ocupação permanente e áreas destinadas á ocupação turística e de veraneio e decorrentes da valorização do uso do solo urbano.

### **a- Áreas consolidadas com ocupação permanente**

São áreas de ocupação antiga, com centros de comércio e serviços consolidados e com a presença de gêneros de vida tradicionais. Compreende os bairros mais tradicionais e moradores mais antigos, porém apresentam um crescimento populacional e relativa expansão urbana, porém não nos moldes das áreas turísticas.

- Cidades históricas/centros históricos: Compreendem os três primeiros núcleos de ocupação no litoral – São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna. São cidades que mantêm parte do patrimônio histórico tombado onde se concentram o casario residencial, prédios de instituições (igrejas, museus, entre outros). Porém, o patrimônio vai além da área central, fazem parte

---

<sup>1</sup> A classificação da paisagem foi inspirada em Rolnik (1999), onde a autora faz um estudo sobre os instrumentos de gestão urbana (Plano Diretor) no Município de Guarujá, litoral de São Paulo.

também as fortalezas, os monumentos, os locais públicos e sítios arqueológicos.

- **Áreas centrais das cidades litorâneas:** São as áreas centrais das cidades, onde se concentram o comércio e serviços privados e públicos. Geralmente são áreas de ocupação antiga e correspondem aos primeiros núcleos de ocupação do município.
- **Bairros consolidados:** São os bairros com ocupação antiga, geralmente áreas ao redor da área central, com função predominantemente residencial, podendo ocorrer um sub-centro de comércio.
- **Favelas/ocupação em morros/beira de rios/áreas degradadas:** São geralmente áreas que não estão à beira-mar (com exceção dos manguezais) e situadas em lugares periféricos moram as populações pobres da cidade. São as áreas mais carentes em infra-estrutura e assistência do poder público. São lugares com precariedade nas residências, com baixa qualidade de vida e as casas produzidas por auto-construção. Os moradores podem ser antigos ou novos, dependendo da característica da área. Os terrenos são ocupados de forma conflituosa, muitos estão dentro de áreas de preservação.
- **Assentamentos tradicionais: povoados/núcleos de pescadores:** São lugares de ocupação antiga, por populações com gênero de vida tradicional, atualmente restrita a pescadores e descendentes. Muitas destas áreas transformaram-se em balneários, restando alguns núcleos no litoral que mantêm as características, mas tendem ao desaparecimento. Geralmente são áreas extensas nas quais se praticava a agricultura em consórcio com a pesca,

muitas vezes em áreas comunais, e atualmente foram comercializadas, permanecendo o núcleo com características próprias, como por exemplo, a Barra da Lagoa e Pântano do Sul em Florianópolis, Balneário Barra do Sul e Passo de Torres.

**b- Áreas destinadas à ocupação turística e de veraneio e decorrentes do processo de valorização do solo urbano**

São áreas de ocupação urbana recente, com ocupação predominante por segunda residência, edifícios, loteamentos, com uma diversidade de gabaritos e de zoneamento e geralmente concentra-se à beira-mar. São áreas valorizadas onde a especulação ocorre de forma mais contundente, e lugares destinados ao lazer e turismo. Nestas áreas, há uma diferenciação de padrão e a segregação é visível, bem como o ritmo, que se torna mais intenso na temporada e feriados e lento nos outros períodos do ano.

- Balneários típicos: São lugares produzidos e destinados ao turismo e lazer. Caracterizam-se pela amplitude da ocupação e densidade, além de abrigarem centro ou sub-centro de comércio e serviços, como rua com comércio, restaurantes, *shopping center*, galerias, entre outros. As residências são ocupadas no verão para aluguel ou uso, permanecendo muitas vezes desocupadas fora da temporada. Geralmente há um processo de verticalização, dependendo do plano diretor do município. São exemplos Ingleses e Canasvieiras em Florianópolis, Bal. Rincão em Içara e Praia do Mar Grosso em Laguna.



- Loteamento das elites (alto padrão): Constituem-se loteamentos de alto padrão, na forma de condomínio horizontal, característica predominante no litoral. São áreas segregadas, com infra-estrutura, segurança particular, podendo ocorrer um centro de comércio e serviços. Geralmente situa-se à beira-mar, dificultando o acesso à praia, quando não tornando o acesso exclusivo. Geralmente os terrenos são mais caros que os do entorno, são exemplos Jurerê Internacional e Praia Brava.
- Loteamentos mediados/irregulares: São ocupações recentes, realizadas pelo loteamento de faixa de terras individual ou por empresas loteadoras e geralmente carecem de infra-estrutura e serviços. São loteamentos com função residencial, com diferentes padrões, podendo ser de médio e baixo padrão e via-de-regra são áreas de expansão urbana. Estão presentes, por exemplo, em Florianópolis, Rio Vermelho, Rio Tavares e Campeche.
- Áreas em pousio ou de especulação imobiliária: são terrenos à espera de valorização ou pela chegada de infra-estrutura básica para a realização da comercialização de lotes. São freqüentes em todo o litoral.
- Equipamentos turísticos de médio e grande porte: são os equipamentos concentrados ou dispersos nas áreas turísticas, hotéis, *resorts*, pousadas, parques temáticos, marinas, bondinho, entre outros.
- Parques e áreas de preservação: São as tradicionais áreas protegidas por abrigar ecossistemas e biodiversidade, constitui-se de áreas públicas, oriundas de desapropriações ou de terras comunais, ou áreas particulares impedidas de uso pela legislação. São áreas que sofrem pressão de ocupação

e invasões por serem próximas à praia, lagoas ou com vista panorâmica. São os manguezais, dunas, restinga, promontórios, ilhas, lagoas, rios, costões, praias, entre outros.

## 2- PRINCIPAIS PROCESSOS EM CURSO NO LITORAL

São os processos atuais no litoral, que configuram a reorganização espacial, que caracterizam e dão especificidade ao litoral catarinense.

- Valorização do solo: conforme verificado no capítulo dois, decorre do caráter raro do solo no litoral, é um dos condicionantes da organização espacial, intensificando a especulação imobiliária.
- Crescimento urbano: refere-se a expansão físico territorial das áreas urbanas, seja a partir de áreas pré-existentes ou pela criação de novas áreas. Refere-se também ao crescimento demográfico e concentração da população num dado lugar.
- Urbanização: relacionado ao processo social e não espacial, refere-se às mudanças de comportamento ou mudanças de estilo de vida decorrentes das mudanças da sociedade. Entendemos que os dois processos, urbanização e crescimento urbano não se excluem, porém contém sua especificidade. Ocorre sob a forma de crescimento populacional (vegetativo e migrações), crescimento horizontal pela expansão de loteamentos e incorporação de novas áreas incorporadas ao uso urbano, bem como pelo crescimento vertical.
- Sazonalidade: refere-se ao novo ritmo social criado em função da reorganização espacial. O ritmo nos lugares onde o turismo se insere é marcado por períodos planejados (férias, feriados, alta e baixa temporada) e tem caracterizado praticamente todo o litoral, organizando verdadeiras “cidades fantasmas” no inverno (por exemplo, Praia Brava em Florianópolis,

Balneário Esplanada em Jaguaruna, Praias de Ubatuba, Enseada e Prainha em São Francisco do Sul, entre outras. A sazonalidade reflete na dinâmica social principalmente na questão do trabalho.

- **Conurbação:** refere-se ao crescimento urbano, quando se expande para além da área do município. Ocorre em grandes cidades e nas regiões metropolitanas; na hinterlândia das áreas industriais; no litoral, a partir da orla, onde a faixa de frente à praia, em alguns trechos, está linearmente concentrada. Por exemplo, o trecho de Balneário Gaivotas a Morro dos Conventos, de Penha a Barra Velha.
- **Emancipação:** refere-se a elevação de um distrito ou porção territorial à categoria de município, se desmembrando do “município-mãe”. No litoral na última década foram emancipados 6 municípios: Arroio Silva, Passo de Torres, Balneário Gaivotas, Bombinhas, Itapoá e Balneário Barra do Sul. Porém, outros estão reivindicando (Balneário Rincão em Içara e Norte da Ilha, em Florianópolis. As polêmicas estão presentes no anexo 4, página 168.
- **Revitalização/renovação urbana:** processo de reurbanização de áreas degradadas da cidade. Processo em curso em alguns município antes da temporada, ou como um projeto maior de revitalização, no caso de Florianópolis.
- **Implantação de infra-estrutura/grandes obras urbanísticas:** Condição para os processos anteriores e existência do turismo, intensificando cada vez mais. Pode ser por parte do poder público (água, luz, telefone, esgoto, asfalto,

aeroporto) ou privado quando para o turismo (hotéis, comércio e serviços, entre outros).

- Conflito pela posse de terrenos de marinha no litoral

Os ocupantes de imóveis localizados no litoral em áreas de marinha terão de negociar com a união suas propriedades. A obrigatoriedade foi instituída pela Lei Nº. 9636 de 15/5/1998, decorrente da Medida provisória 154, que trata dos Terrenos de Marinha da União e foi aprovada e regulamentada em 11/01/2001 (anexo 6). Esta lei utiliza os preceitos da Constituição Federal de 1988 e diz que os Terrenos de Marinha e ilhas são bens da União.

Por conseqüência, a Delegacia do Patrimônio da União (DPU) está realizando o cadastramento para redefinir as faixas dos terrenos de marinha que, segundo a lei é de “trinta e três metros em linha perpendicular a um ângulo de 90º de inclinação a partir da chamada ‘linha de preamar’ definida em 1831 pela oscilação das marés” (Folha da Lagoa, 1998:11).

Os proprietários (legalizados ou não, cada caso será estudado pois existem diferentes situações e leis que amparam os usuários, dependendo o tempo de ocupação e da situação fundiária, entre outros), terão que comprar os terrenos de união a preços de mercado.

Dos processos elencados neste trabalho, este é o mais recente e de grande proporção, pois afeta diretamente todos os proprietários de imóveis à beira-mar (Terrenos de Marinha). O processo torna-se mais complexo porque, além dos imóveis que fazem frente para o mar, a lei (anexo 6) diz que são todos os imóveis afetados pela maré, ou seja, no entorno de rios, lagoas e mangues.

Desta forma, devido à complexidade e velocidade em que se efetua e a escala de abrangência (todo o litoral brasileiro), há tendência de ocorrer uma reorganização em todo o litoral. A DPU estima que existem 3 milhões de imóveis nessa situação no Brasil e em Santa Catarina são aproximadamente 150 mil imóveis.

A justificativa da lei é de que o montante arrecadado será usado para amortização da dívida pública do tesouro nacional, ou seja, para o pagamento da dívida externa brasileira.

Entendemos, portanto, que esta lei afeta diretamente os proprietários de imóveis, incluindo as comunidades com gênero de vida tradicional (pescadores). Se, como define Corrêa (1989b), aos grupos sociais excluídos a possibilidade de moradia se resume aos cortiços, periferias, favelas e conjuntos habitacionais, além de terrenos invadidos, nas áreas litorâneas as ocupações geralmente se situam em mangues, beira de rios, lagoas, áreas alagadas e insalubres, além dos morros, ou seja, áreas com menor valor e piores condições de ocupação. Com as leis de proteção ambiental, que protegem justamente estas áreas e a lei que se apropria dos Terrenos de Marinha, (rios e mangues incluídos), há a tendência para ocorrer um violento e inédito processo de expulsão das camadas mais pobres do litoral, principalmente a beira-mar, tornando este espaço ainda mais segregado, exclusivo e raro, como reconhece Rizzo: “ (...) o que poderá ocorrer é a saída de famílias pobres para a entrada de grandes empreendimentos imobiliários” (1998: 6). Neste processo de exclusão social, o estado aparece como agente regulador do solo, mas num papel contraditório, como observa Boppré, esclarecendo que a atitude do governo federal é ambígua, pois “(...) ora protege o ambiente, ora aparece abrir caminho para os grandes investimentos” (1998:6).

Por outro lado, já surgiram reações em todo o estado (anexo 6), seja por parte dos ocupantes individuais ou por movimentos sociais organizados, como a Associação de Defesa dos Possuidores, Ocupantes e Foreiros da União, que se organiza em Florianópolis, Joinville e Tubarão e busca orientar sobre o processo de alienação e aforamento de bens federais os moradores nesta condição. Outros movimentos são realizados por parte de prefeituras que contestam a posse dos imóveis (no caso a Prefeitura Municipal de Joinville), bem como os debates que ocorrem nas comunidades, principalmente em Florianópolis, com vereadores, deputados estaduais, professores universitários e associações de bairros.

Entendemos que este é um processo recente, porém gerador de grande impacto e capaz de promover uma reorganização uso do solo no litoral, cuja dimensão merece maiores estudos e aprofundamento.

### 3- TENSÕES E CONFLITOS NO LITORAL

#### 3.1- Tensões e conflitos: quadro de problemas inter-relacionados

Para a realização do quadro de tensões e conflitos, utilizamos como subsídio o Projeto Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (1997/1998), que elaborou um diagnóstico ambiental do litoral de Santa Catarina, que foi zoneado em três setores: Sul, compreendendo de São João do Sul a Paulo Lopes, Centro, compreendendo de Palhoça a Bombinhas e Norte, compreendendo de Itapema à Garuva. O diagnóstico está retratado no relatório final nas formas de setores Sul (1), Centro (2) e Norte (3), relacionando os problemas sócio-econômicos e de domínio da natureza. A análise foi apresentada sob a forma de matrizes e textos, retratando as questões e impactos pertinentes a cada município.

Nesta pesquisa, utilizamos as análises a partir das matrizes "Ponto de Vista da Habitação" e "Ponto de Vista do Turismo" e os conflitos e tensões foram compilados a partir das matrizes, porém somente os níveis médio e alto de impacto, já que há um gradiente de intensidade do problema. Foram selecionadas as "Matrizes de Impacto de Ocorrência de Problemas", "Quadro Síntese dos Problemas que Afetam os Recursos Naturais" e "Choques de Interesse na Utilização do Espaço". Estes impactos são apresentados nesta pesquisa sob a forma de quadros, destacando a tensão/conflito e suas características. Outros impactos foram verificados no trabalho de campo e acrescentados.

As tensões e conflitos que estão sistematizados no quadro 6, foram selecionadas e aglutinadas por afinidade e semelhança. Desta forma, a primeira coluna do quadro "Tensão/conflito", retrata uma caracterização



genérica do problema; a segunda coluna, "Características", representa as diferentes formas na qual o problema se manifesta; a terceira coluna, "Lugar", retrata os lugares (municípios) onde ocorrem as tensões e conflitos. A organização por município foi mantida, de forma semelhante a organizada no Gerenciamento Costeiro. A quarta coluna, "Agentes", mostra os agentes envolvidos diretamente na questão retratada e principalmente as instâncias/órgãos responsáveis pelo equacionamento do problema.

Para a confecção da tabela, aglutinamos dados por semelhança/afinidade, como assinalado anteriormente, assim, as tensões e conflitos (primeira coluna) ocorrem nos municípios especificados, mas as características (segunda coluna) não ocorrem necessariamente em todos os municípios. Desta forma, por exemplo, no município que consta "lixo lançado na praia" não há necessariamente "lixo lançado no rio", apesar de constar na mesma linha. Assim, nem todas as características apresentadas ocorrem em todos os lugares. Esta opção em aglutinar todos os dados foi metodológica e que efetivamente possibilitou organizar o quadro, devido ao grande número de variáveis. O objetivo do quadro foi o de apontar as tensões e os conflitos para termos uma noção ampla do processo e sua dimensão em todo o litoral. Porém, para um maior detalhamento, consultar os relatórios do Gerenciamento Costeiro, pois neste o objetivo é o detalhamento.

Quadro 6

Conflitos e Tensões no litoral catarinense (problemas inter-relacionados: turismo, ocupação e habitação)

Tensão/Conflito	Característica	Lugar	Agente
Falta de sistema de esgoto sanitário e conseqüente alteração da balneabilidade nos balneários	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Transbordamento/refluxo do esgoto</li> <li>. Alagamento por precário sistema de escoamento</li> <li>. Escoamento feito por valas com contaminação por esgoto</li> <li>. Falta de sistema de coleta de esgoto</li> <li>. Valas negras a céu aberto</li> <li>. Lançamento de esgoto na rede pluvial</li> <li>. Inexistência de sistema de esgoto sanitário/hospitalar adequado</li> </ul>	Garopaba, Palhoça, Florianópolis, Gov. Celso Ramos, Bombinhas, Balneário Gaivotas, Imbituba, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Biguaçu, Itajaí, Itapema, Itapoá, Navegantes, Penha, Piçarras, São Francisco do Sul, São José, Paulo Lopes, Passo de Torres, Jaguaruna, Laguna, Araquari, Porto Belo, Araranguá, Içara, Barra Velha, Joinville	Poder público estadual (CASAN)
Inadequação/ Insuficiência da coleta de lixo	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Lixo lançado no rio</li> <li>. Lixo lançado na praia</li> <li>. Lixo lançado no manguezal</li> <li>. Serviço de coleta com frequência e quantidade satisfatória</li> <li>. Eliminação adequada de lixo convencional/hospitalar</li> <li>. Falta de limpeza pública</li> </ul>	São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Itapema, Piçarras, Araquari, Penha, Içara, Florianópolis, Itajaí, Navegantes, Itapoá, Garopaba, Balneário Camboriú, Laguna, Imbituba, Palhoça, Paulo Lopes, Porto Belo, Balneário Gaivotas, Jaguaruna, São José, Barra Velha, Joinville	Poder público municipal, turistas e moradores
Enchente, alagamento e problemas com a drenagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Alteração da drenagem pluvial com risco de enchentes</li> <li>. Sistema de drenagem deficiente</li> <li>. Ocupação na orla, dificultando o escoamento de água</li> </ul>	São José, Passo de Torres, Balneário Gaivotas, Laguna, Imbituba, Palhoça, Florianópolis, Biguaçu, Gov. Celso Ramos, Porto Belo, Itapoá, Bombinhas, Itapema, Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, Piçarra, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Joinville, Araquari	Poder público estadual e municipal
Deficiência no abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Distribuição de água em quantidade, qualidade e regularidade</li> </ul>	Piçarras, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Balneário Camboriú, Itajaí, Itapema, Itapoá, Navegantes, Bombinhas, Laguna, Passo de Torres, Balneário Gaivotas, Imbituba, Paulo Lopes, Florianópolis, Gov. Celso Ramos, Porto Belo, Araranguá, Palhoça, Joinville	Poder público estadual (CASAN)

Deficiência no fornecimento de energia elétrica	. Fornecimento de energia em quantidade, qualidade e regularidade	São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Itapema, Itapoá, Navegantes, Penha, Piçarras, Florianópolis, Palhoça, Jaguaruna, Içara, Imbituba Laguna, Bombinhas, Garopaba, Porto Belo, Barra Velha, Paulo Lopes, Passo de Torres, Joinville	Poder público federal e estadual (CELESC)
Falta de segurança pública	. Segurança pública	Araquari, Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, Penha, Balneário Gaivotas, Imbituba, Florianópolis, Palhoça, Laguna, São José, Joinville	Poder público federal, estadual e municipal
Precariedade no serviço de Saúde	. Falta de leitos, instalação de saúde, atendimento em quantidade satisfatória	Araquari, Balneário Barra do Sul, Itapema, Itapoá, Penha, Piçarras, Florianópolis, Passo de Torres, Palhoça, Balneário Gaivota, Jaguaruna, Laguna, Garopaba, Paulo Lopes, Barra Velha, São José, Gov. Celso Ramos, Porto Belo, Bombinhas, Joinville, Içara, Ba. Camboriú, Ararangua, Biguaçu, Imbituba, São Francisco do Sul, Tijucas	Poder público federal, estadual e municipal
Inadequação do sistema viário	. Vias de circulação em quantidade e qualidade, e adequadas ao meio ambiente . Abertura de estrada para fins turísticos em área de proteção . Via de circulação cortando o costão/áreas de preservação . Via de circulação em encosta de alta declividade (erosão, voçoroca)	São Francisco do Sul, Itapema, Balneário Camboriú, Navegantes, Penha, Balneário Barra do Sul, Itapoá, Passo de Torres, Jaguaruna, Laguna, Imbituba, Araquari, Barra Velha, Palhoça, Florianópolis, Gov. Celso Ramos, Bombinhas, Porto Belo, Balneário Gaivotas, Garopaba, Paulo Lopes, Biguaçu, Itajaí, Piçarras	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários
Deficiência no serviço de transporte coletivo	. Meios de transporte em qualidade, quantidade e regularidade . Meios de transporte adequados à atividade turística	Itapoá, Balneário Camboriú, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul, Penha, Bombinhas, Gov. Celso Ramos, Jaguaruna, Passo de Torres, Laguna, Balneário Gaivotas, Içara, São José, Itajaí, Piçarras, Araquari, Navegantes, Ararangua, Florianópolis, Joinville	Poder público municipal
Precariedade na geração de emprego e na relação de trabalho	. Trabalho em quantidade, qualificação e remuneração adequadas	Itapema, Penha, Piçarras, Biguaçu, São Francisco do Sul, Passo de Torres, Araquari Jaguaruna, Laguna, Balneário Gaivotas, Araranguá, Imbituba, Paulo Lopes, Palhoça, Florianópolis, São José, Içara, Gov. Celso Ramos, Bombinhas, Porto Belo, Itajaí, Navegantes, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Bal. Camboriú, Tijucas, Joinville	Poder público federal, estadual e empresários

Falta de fiscalização	. Fiscalização em áreas de preservação e patrimônio histórico cultural	Araranguá, Imbituba, Laguna, Florianópolis, Itapema, Balneário Camboriú, Penha, Barra Velha, Itapoá	Poder público federal, estadual e municipal
Falta de legislação apropriada	. Necessidade de leis que garantam a preservação/conservação do patrimônio histórico e cultural	Florianópolis, Imbituba, Itapema, Balneário Camboriú, Piçarras, Araranguá, Gov. Celso Ramos	Poder público federal, estadual e municipal
Poluição da água	. Contaminação da praia . Contaminação do rio/canal . Contaminação da baía . Contaminação da lagoa/poluição	São Francisco do Sul, Biguaçu, Piçarras, Itajaí, Itapema, Laguna, Garopaba, Gov. Celso Ramos, Porto Belo, Bombinhas, Porto Belo, Balneário Camboriú, Itapoá, Balneário Barra do Sul, Araquari, Penha, Garopaba, Passo de Torres, Araranguá, Jaguaruna, Paulo Lopes, São José, Florianópolis, Balneário Gaivotas, Imbituba, Barra Velha, Palhoça, Joinville	Poder público federal, estadual
Poluição da água	. Poluição/despejo por óleo de embarcações na praia/baía	Florianópolis	
Ocupação em área protegida (entorno de rios, baía, lagoa, canal) e conseqüente perda de beleza cênica pela alteração da paisagem e redução da biodiversidade e do patrimônio natural	. Ocupação ao longo da Baía da Babitonga, . Ocupação na margem de rio/canal, . Ocupação na margem da lagoa, . Ocupação em área de captação de água por loteamento/condomínio/residência	São Francisco do Sul, Araquari, Itajaí, Balneário Camboriú, Passo de Torres, Florianópolis, Itapema, Balneário Gaivotas, Garopaba, Biguaçu, Jaguaruna, Laguna, Imbituba, Içara Araranguá, Barra Velha, Bal. Barra do Sul	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários, turistas e moradores
Ocupação em campo de dunas	. Ocupação sobre dunas/restinga (loteamento, condomínio, edificação calçadão, arruamento, edifício, vias de circulação)	São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Garopaba, Passo de Torres, Florianópolis, Palhoça, Imbituba, Jaguaruna, Balneário Gaivotas, Araranguá, Içara	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários, turistas e moradores
Ocupação em encosta de alta declividade	. Ocupação em encosta de alta declividade (erosão, voçoroca)	Penha, Gov. Celso Ramos, Porto Belo, Laguna, Imbituba, Garopaba, Florianópolis, Bombinhas, Biguaçu, Itapema, Paulo Lopes	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários, turistas e moradores
Ocupação com desmatamento/ocupação em área de preservação	. Ocupação com desmatamento de vegetação/ocupação em área de preservação	Florianópolis, Gov. Celso Ramos, Barra Velha, Bombinhas	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários, turistas e moradores

Ocupação em manguezal	. Ocupação em manguezal	Florianópolis, Bombinhas, São Francisco do Sul, Palhoça, Itapoá, Balneário Barra do Sul, Joinville, Biguaçu	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários, turistas e moradores
Ocupação em topo de morro	. Ocupação em topo de morro	Araranguá, Florianópolis	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários, turistas e moradores
Ocupação em área de parque	. Ocupação em área de parque	Florianópolis	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários, turistas em oradores
Ocupação em costão/tômbulo	. Ocupação em costão/tômbulo	Barra Velha, Balneário Camboriú, Gov. Celso Ramos, Florianópolis, Imbituba, Laguna, Palhoça, Bombinhas, Itapema, São Francisco do Sul	Poder público federal, estadual e municipal agentes imobiliários, turistas e moradores
Ocupação na linha de praia impedindo o acesso e privatizando a praia	. Privatização da orla	Balneário Barra do Sul, Araquari, Biguaçu, Penha, Itajaí, Balneário Camboriú, Itapema, Içara, Florianópolis, Gov. Celso Ramos, Bombinhas, Porto Belo, São José	Poder público federal, estadual e municipal e agentes imobiliários
	. Ocupação em linha de praia	Itapoá, Balneário Barra do Sul, Piçarras, Navegantes, Içara, Imbituba, Florianópolis, Gov. Celso Ramos, Bombinhas, Itapema, Barra Velha, São Francisco do Sul	Poder público federal, estadual e municipal e agentes imobiliário, turistas e moradores
Ocupação em restinga	. Ocupação em restinga	Barra Velha, Florianópolis, Bal. Camboriú, São Francisco do Sul	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários, turistas e moradores
Ocupação em área de Sítio arqueológico	. Retirada de material de sítio arqueológico/ ocupação em área de sítio arqueológico	Florianópolis, Imbituba, Balneário Camboriú	Poder público federal, estadual e municipal, agentes imobiliários, turistas e moradores
Desrespeito/ Inadequação do Plano Diretor	. Liberação de gabarito no orla, formando cone de sombra na praia/ . Desrespeito ao gabarito	Balneário Camboriú, Florianópolis, Piçarras	Poder público municipal e agentes imobiliários

Poluição visual/sonora	. Poluição visual por excesso de placas de propaganda . Poluição sonora	Florianópolis, Imbituba, Balneário Camboriú	Poder público municipal, comerciantes, Turistas e moradores.
Aterros	. Tentativa de conter o avanço do mar com materiais inadequados	Barra Velha, Florianópolis	Turistas e moradores
	. Aterro na praia	Piçarras	Turistas e moradores
	. Terreno aterrado com areia de duna	Garopaba	Turistas e moradores
Conflito social com a população local decorrente da introdução de diferentes hábitos culturais	. Introdução do uso de drogas	Laguna, Imbituba, Florianópolis	Turistas e moradores
	. Divergência sobre a pavimentação das vias de acesso	Garopaba	Turistas e moradores
	. Animais (cães, gado, cavalo) soltos em ruas e praias	Bombinhas, Florianópolis	Turistas e moradores
Conflito social com pescadores decorrentes da prática inadequada de esportes náuticos e banho de mar	. Esporte náutico na época da desova de peixes, . Esporte náutico <i>versus</i> pesca, . Esporte náutico <i>versus</i> surf, . Esporte náutico <i>versus</i> maricultura, . Esporte náutico <i>versus</i> banhistas, . Acidentes por esportes náuticos <i>versus</i> banhistas, . Banhista <i>versus</i> maricultor/pescador . Esporte náutico <i>versus</i> golfinhos . Mergulhador <i>versus</i> prática de esporte náutico e pesca em reserva biológica	São Francisco do Sul, Bombinhas, Penha, Balneário Camboriú, Florianópolis, Gov. Celso Ramos, Porto Belo (Arvoredo), Passo de Torres, Araranguá, Laguna, Imbituba, Garopaba, Araquari, Barra Velha	Poder público federal, estadual e municipal, Turistas e pescadores

Fonte: Organizado pelo autor a partir do Projeto Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (1997/1998), complementado com trabalho de campo. Obs.:Foram incorporados alguns aspectos relevantes e relacionados com o objetivo do trabalho. O Município de Arroio Silva está contemplado com Araranguá, pois na época do levantamento do Gerenciamento Costeiro este município não estava emancipado.



### 3.2- Tensões e conflitos no litoral Catarinense: fotos de ocupações em áreas de preservação



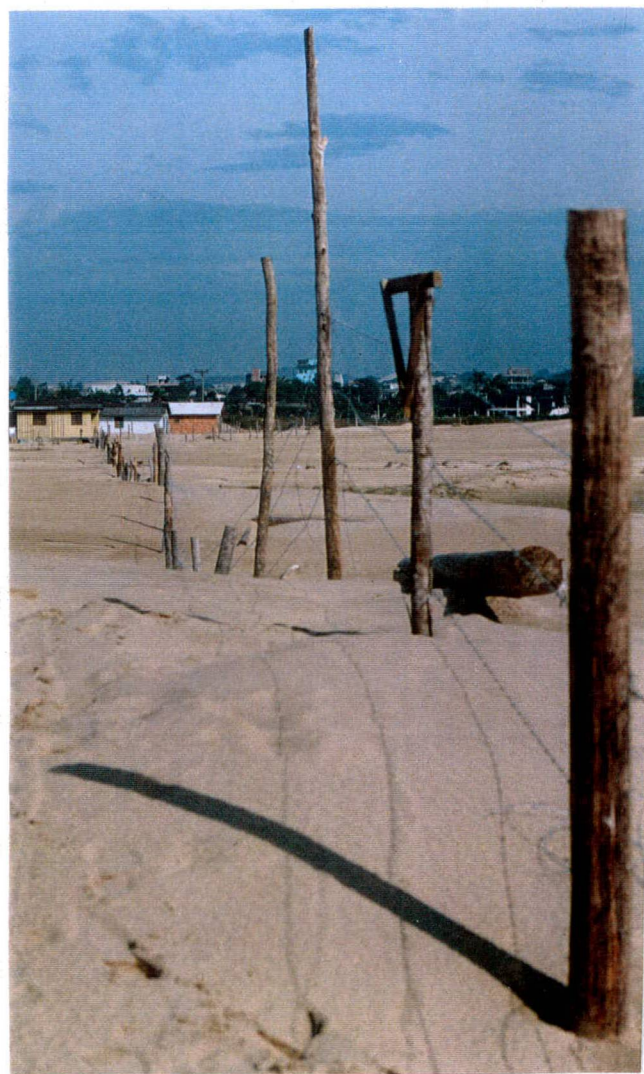
5. Ocupação em campo de dunas – Morro dos Conventos – Araranguá



6. Idem a anterior



8. Ocupação em campo de dunas  
Camacho – Jaguaruna



7. Ocupação em campo de dunas  
Passo de Torres

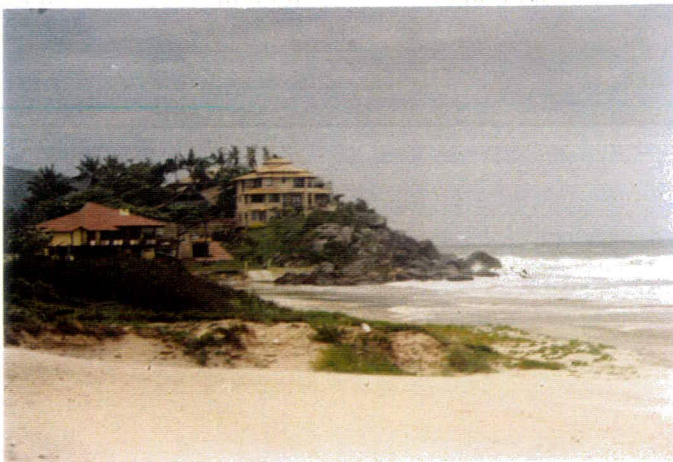




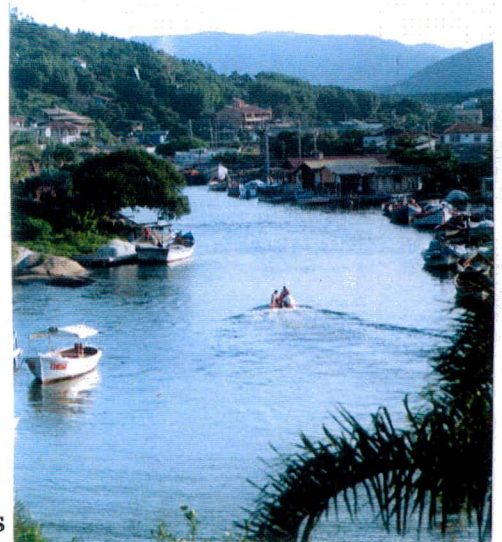
9. Ocupação em área de sítio arqueológico,  
topo de morro e costão - Itapirubá – Laguna



11. Ocupação em costão  
Praia de Ubatuba – São Francisco do Sul



10. Ocupação em costão  
Farol de Santa Marta – Laguna



12. Ocupação na margem do Canal  
da Barra da Lagoa - Florianópolis





13. Ocupação na margem do Rio Mampituba – Passo de Torres



14. Ocupação em linha de praia  
Praia de Zimbros – Bombinhas

15. Ocupação em linha de praia  
Bal. Arroio do Silva



16. Ocupação em restinga  
Praia do Costão – Barra Velha



### **3.3- Tensões e conflitos: Mapa temático com os problemas inter-relacionados**

Organizamos em complemento ao quadro 6, o Mapa 1, que dispõe o conteúdo forma resumida e em formato cartográfico. A forma de representação por município mostra a dimensão das tensões e conflitos no litoral como um todo.







### **3.4- Tensões conflitos no litoral: um dossiê**

O dossiê foi realizado a partir de reportagens e notícias, e procuramos catalogar as que se referiam ao litoral catarinense. Foram incluídas reportagens e notícias referentes aos últimos 6 anos, selecionadas a partir de jornais locais, porém sem uma periodização definida. Estas serviram para subsidiar o debate, esclarecer os processos em curso bem como comprovar os impactos relatados, desta forma foi organizado o quadro 7 e as respectivas reportagens encontram-se no anexo 7.

Quadro 7

Conflitos e Tensões no litoral catarinense (problemas inter-relacionados: turismo, ocupação e habitação)

<b>Tensão/conflito</b>	<b>Característica</b>	<b>Lugar</b>	<b>Agente</b>
Obra de urbanização é interdita	Obra de construção de calçada sobre as dunas é interdita	Bal. Rincão-Içara	Poder público municipal e Procuradoria da República
Praia superlotada	Grande adensamento e fluxos superlotam a praia	Balneário Camboriú	Turistas, agentes imobiliários e poder público municipal
Choque cultural argentino <i>versus</i> brasileiro	Comportamento do turista argentino conflita com a cultura brasileira	Florianópolis	Turistas e moradores
Contaminação do lençol Freático por falta de esgoto	Ocupação irregular nas dunas provoca contaminação de aquífero	Florianópolis	Moradores e agentes do mercado imobiliário
Construção de marina e hotel	Projeto de construção de marina gera polêmica e discussão entre moradores, ambientalistas, empresários e governo	Florianópolis	Ong's, Empresa Porto Belo e moradores
Privatização da orla da lagoa	Ocupação da margem e fechamento do acesso afastam população do convívio com a lagoa	Florianópolis	Ong's e moradores
Construção de estrada sobre as dunas	Plano de construir via pública ligando a praia de Santinho à Moçambique foi embargado	Florianópolis	Poder público federal e moradores
Lagoa da conceição está secando	Ocupação causa degradação na Lagoa da Conceição	Florianópolis	moradores
Privatização/ fechamento do acesso as praias	Moradores reclamam fim de acesso á praia devido a construção de prédio	Florianópolis	Moradores
Plano Diretor do Santinho recebe críticas	Projeto de define a reurbanização do balneário é contestada por moradores	Florianópolis	Moradores e poder público municipal
Plano diretor de Florianópolis recebe críticas	Plano diretor que redefine áreas de ocupação, reurbanização e adensamento, zoneamento é contestada por moradores e ong's	Florianópolis	Moradores, poder público municipal e ong's

Plano Diretor do Campeche recebe críticas	Plano diretor que redefine áreas de ocupação, reurbanização e adensamento, zoneamento é contestada por moradores e ong's	Florianópolis	Moradores, poder público municipal e ong's
Rodovia é contestada por moradores	Proposta de rodovia que passará sobre as dunas, sugerida por plano diretor, é contestada	Florianópolis	Moradores e Poder público municipal
Turismo desorganizado	Inexistência de infra-estrutura e serviços oferecidos com baixa qualidade	Florianópolis, Balneário Camboriú	RBS e Fórum Permanente de Desenvolvimento do turismo em Florianópolis
Falta de asfalto na Rodovia SC-412	Municípios reclamam a falta de asfalto	Itapoá	Agricultores, Poder público estadual e Conselho de Desenvolvimento de Joinville-Jaraguá do Sul
Municípios têm problemas com lixos e buracos	Balneários de lagoa tem problemas com a coleta de lixo e buracos nos acessos	Laguna	Prefeitura
Ocupação desordenada	Ocupação desordenada provoca impactos em vários municípios litorâneos	Litoral catarinense	Turista, morador e poder público estadual e municipal
Ocupação desordenada	Ocupação irregular destrói 80% dos ecossistemas	Litoral catarinense	Ong's e poder público municipal e estadual
Turista critica a falta de saneamento básico	Pesquisa revela que a principal reclamação dos turistas refere-se a falta de saneamento básico	Litoral de SC	Turistas e poder público estadual
Pesca predatória	Exploração predatória do mar, aumento dos níveis de poluição e desmatamento estão afastando o pescado e prejudicando os pescadores artesanais	Litoral de SC/ Florianópolis	Poder público federal, estadual, colônia de pesca e sindicato de pescadores
Falta água nos balneários e mão-de-obra	Falta de água em balneários e falta de mão-de-obra especialidade no município	São Francisco do Sul	Poder público estadual e municipal
Instalação de indústria em ilha	Instalação de indústria siderúrgica na ilha é contestada por moradores	São Francisco do Sul	USINOR, ong's, moradores e poder público estadual e municipal

Fonte: Levantamento feito pelo autor a partir de reportagens e notícias sobre o litoral catarinense e catalogadas no anexo 8.

Nestes quadros colocamos em evidência as tensões e conflitos existentes no litoral. Estas foram obtidas do Gerenciamento Costeiro, pelo trabalho de campo realizado e a partir de reportagens, como explicitado anteriormente; porém, outras podem existir. O objetivo foi montar um “painel” crítico da atual forma de uso do litoral, processo que vem se acumulando historicamente e outros são mais recentes.

Verificamos que a ocorrência das tensões se deve, em parte, a falta de infra-estrutura, revelando a precariedade dos serviços básicos nas cidades litorâneas. No litoral o problema se torna mais complexo, pois de um lado existe a ineficiência do Estado em gerir os processos que estimula, e de outro, a presença de uma lógica imediatista e selvagem que produz o espaço urbano, em grande parte idealizada e conduzida pelos agentes produtores do solo urbano, pois a ocupação em áreas preservadas é de responsabilidade de quem realiza a produção e a venda do solo urbano. Desta forma, cria-se uma dinâmica frenética, onde cada vez mais o turismo é incentivado e cada vez mais se busca a realização da valorização, não importando as conseqüências sociais.

#### 4- CONSIDERAÇÕES SOBRE CAPÍTULO III

Neste capítulo buscamos identificar e caracterizar as tensões, conflitos e processos decorrentes da inserção do turismo no litoral catarinense demais processos verificados nos capítulos anteriores, bem como caracterizar a paisagem do turismo na atualidade. Obviamente o exposto não se esgota aqui, carecendo de outras abordagens e aprofundamentos, porém, procuramos, dentro do proposto, entender um pouco dos conflitos e tensões gerados pelo turismo e processos correlatos.

Os processos relatados neste capítulo são efeito de um processo maior e não suas causas. Nos capítulos I e II verificamos que outras escalas influenciam o espaço catarinense, e desta forma, os conflitos e tensões aqui relacionados não se explicam por si só. Interpretar as tensões e conflitos como se fossem “naturais”, ou somente locais e gerados por agentes locais, ou mesmo como “o preço a pagar pelo desenvolvimento” é um equívoco, pois, apesar de não termos discutido questões referentes a sustentabilidade e gestão, a questão ambiental está posta tanto nos meios acadêmicos quanto no âmbito da sociedade e esta discussão busca redefinir a responsabilidade social.

Percebemos que esta é uma questão polêmica e, em virtude disto, privilegiamos nomeá-los de tensão e conflitos ao invés de impactos ambientais, conceito mais corrente e já de domínio social. Entendemos que tensões e conflitos revelam aspectos negligenciados em muitos estudos, que os entendem somente a partir de um viés naturalista. Buscamos, ao contrário, entendê-los num âmbito social e com nuances econômicas. Entender o espaço geográfico requer uma abordagem que envolva questões sociais e naturais, para tanto buscamos compreender o espaço geográfico como um produto social e de relações sociais, um reflexo da movimentação e interação da



sociedade com a natureza, que organiza e reorganiza num movimento contínuo e contraditório. Contínuo porque o movimento da sociedade não tem início nem fim, é um processo ininterrupto e histórico. Contraditório porque reflete as próprias contradições da sociedade na apropriação desigual dos recursos e nas oportunidades criadas, ou seja, nem todos têm o mesmo poder de transformação.

Assim, o espaço produzido não é homogêneo, é reflexo da sociedade e se manifesta nas diferentes paisagens produzidas. Desta forma, as tensões e conflitos gerados refletem um processo maior, uma reorganização espacial. As tensões e conflitos nos mostram um momento histórico nas relações sociais litorâneas, um momento em que o velho, no sentido de relações sociais, estar se esgotando, e o novo, um novo tipo de relação (e concomitante de organização) estar se impondo. Velho e novo se fundem e se confundem, como dizia Milton Santos.

A modernização em curso tem um caráter difuso e ainda pouco compreendido, porém marcas profundas estão sendo impressas no litoral, num processo de inflexão confuso e contraditório, como confuso e contraditório mostra-se o mundo na atualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscamos caracterizar os impactos da reorganização espacial no litoral catarinense em virtude da inserção do turismo, a natureza dos impactos bem como entender se as tensões e conflitos gerados no litoral são resultado de processos originados e engendrados no lugar ou em outras escalas.

Desta forma, analisamos o papel do turismo no contexto da reestruturação mundial (acumulação flexível e globalização) e os reflexos nos lugares onde se insere. No Brasil, o turismo tem uma participação modesta nos fluxos internacionais, porém significativa na balança de exportações. O turismo brasileiro tem crescido nos últimos anos, os fluxos têm aumentado bem como as formas de organização do setor, com políticas públicas específicas (a Política Nacional de Turismo-PNT é um exemplo), com investimentos em infra-estrutura, incentivos financeiros a empresas e profissionalização do setor.

O turismo em Santa Catarina, por sua vez, tem se desenvolvido principalmente no litoral. O litoral torna-se um atrativo devido as características inerentes e historicamente acumuladas, pelas especificidades na ocupação, por particularidades históricas, culturais e arqueológicas, pela existência de um relevo exclusivo, a natureza relativamente preservada com grande biodiversidade, pela presença, ainda que residual, de gêneros de vida tradicional, aliadas à proximidade das principais cidades industriais e regiões metropolitanas do estado e à inserção nos fluxos e na rota comercial do MERCOSUL. Neste contexto, o litoral catarinense torna-se um espaço raro em relação ao restante do território, com potencial de gerar renda diferencial e de monopólio, o que condiciona a forma de uso do solo, com a incorporação à lógica mercantil de novas áreas e a intensificação cada vez maior da especulação imobiliária. O processo ocorre de forma acelerada e predatória, gerando tensões e conflitos,

como a poluição de rios, lagoas e da praia, ocupação irregular em áreas de preservação e o crescimento desordenado, aliado à falta de infra-estrutura em balneários e municípios. Este processo culmina na perda do patrimônio paisagístico, arquitetônico, histórico/arqueológico e natural. Socialmente ocorre a informalidade e flexibilização do trabalho, bem como a exclusão territorial que tende a se tornar cada vez maior, pois o litoral torna-se cada vez mais valorizado, o que reflete no preço do solo urbano, dificultando o acesso e tornando-o seletivo.

O litoral catarinense na atualidade torna-se também centro de atração internacional, principalmente em Florianópolis e Balneário Camboriú, porém é produzido também pelo entorno, recebendo fluxos e investimentos das cidades industriais e estados vizinhos (pela segunda residência), principalmente do Paraná e Rio Grande do Sul.

Desta forma, o litoral passa por um momento histórico de inflexão, onde estão postos dois modelos de desenvolvimento: o crescimento a qualquer preço e desenfreado e a tentativa de regular e disciplinar a atividade e o uso do solo, ou seja, um conflito entre o modelo desenvolvimentista e outro baseado na preservação ambiental. A perpetuação de um modelo ultrapassado acentuará ainda mais as desigualdades e conflitos existentes. Porém a superação não virá pela segregação, elitização das áreas, bem como dos fluxos, escolhendo o tipo de turista (como mostra o discurso no anexo 8, página 214) e se prega que a eficiência do turismo ocorrerá pela elitização da atividade e dos frequentadores.

Identificamos também uma nítida diferenciação entre o turismo e a organização espacial no norte e o turismo e respectiva organização espacial no sul do estado, que está retratada na paisagem e revelada pelos fluxos. As diferenças regionais entre o norte e o sul tendem a se acentuar ainda mais devido às prioridades na implantação da infra-estrutura, como assinalado no PRODETUR-SUL, que privilegia algumas áreas em detrimento de outras.

Percebemos que o papel do estado neste contexto é ambíguo. Por um lado pela omissão em regular/mediar os conflitos e tensões apontados, por outro lado pela criação de legislação ambiental para a preservação e conservação e políticas investimentos, como já comentado. O investimento privado por sua vez é dependente de obras de infra-estrutura pública e de recursos, via incentivos fiscais e financiamentos, por outro lado, os agentes imobiliários tornam-se a “ponta-de-lança” da especulação imobiliária, da segregação espacial e por promoverem em grande parte a ocupação em áreas protegidas e de forma irregular.

O processo de valorização do espaço, aliado à urbanização acelerada, a disseminação da segunda residência, o aumento dos fluxos nacional e internacional, têm caracterizado o litoral. E as tensões, os conflitos e as novas paisagens produzidas são reflexos de uma nova forma de produzir valor que caracterizam a reorganização espacial do litoral catarinense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, José V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000. Série Fundamentos. 215p.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. 4 ed. Campinas: Papirus, 1995. 163p. (Coleção Turismo).
- BECKER, Bertha K. Políticas de Planejamento do Turismo no Brasil. *In: YAZIGI, E. et al (orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 181-193.
- \_\_\_\_\_. **Levantamento e avaliação da Política Federal de Turismo e seu impacto na Região Costeira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1995. 50 p.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996. 266 p.
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras: Distritos e redes os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras, Portugal: Celta editora, 1994. 275 p.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 21 ed. Ijuí: Vozes/ed. Unijuí, 2000. 571 p.
- CAZES, George. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. *In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 77-85.
- CASTRO, Iná E. de. O problema da escala. *In: Geografia: conceitos e temas*. CASTRO, Iná. E. de *et al (orgs.)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo C. da C., CORRÊA, Roberto L. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 470 p.
- CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 375 p.

\_\_\_\_\_. O novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração. São Paulo, **Folha de São Paulo**, 2 nov. 1997. Suplemento especial Globalização.

COMPANS, Rose. O paradigma das *Global Cities* nas estratégias de desenvolvimento local. *In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro: ANPUR, n. 1, maio 1999. p. 91-114.

CORIOLOANO, Luiza N. M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 1998. 169 p. (Coleção turismo).

CORRÊA, Roberto L. **Região, globalização e persistência conceitual**. Rio de Janeiro. 12p. Trabalho não publicado.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989a. 95 p. (Série princípios).

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989b. 94 p. (Série princípios).

FALCÃO, José A. G. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. *In: YAZIGI, Eduardo et al (orgs.). Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 63-74.

FERREIRA, Francisco A. C. **Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina**. 1992. 178p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

GALLERO, Álvaro L. El impacto de la globalización sobre el turismo. *In: Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoque regionais*. RODRIGUES, Adyr B. (org.). 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 33-38.

GONZALES, Suely F. N. A renda do solo urbano: hipóteses de explicação de seu papel na evolução da cidade. *In: O espaço da cidade: contribuição a uma análise urbana*. GONZALES, Sueli F. N. et al. São Paulo: Projeto, 1985. p. 93-114.

HAESBAERT, Rogério (org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: Eduff, 1998a. p. 11-16.

HAESBAERT, Rogério. Questões e mitos sobre a globalização. *In: Fronteiras e espaço global*. STROHAECKER, T. et al (orgs.). Porto Alegre: AGB Seção Porto Alegre, 1998b. p. 11-16.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural.** 3 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1993. 349 p.

HENRIQUE, Renata C. O desenvolvimento proporcionado pela Rodovia BR-101 aos municípios da Grande Florianópolis-SC. *In: Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina.* CORRÊA, Claudio H. P. *et al* (orgs.). Florianópolis: CAPES:MEC, 1997. p. 534-541

LAGE, Beatriz H. G. e MILONE, Paulo C. Impactos Socioeconômicos do turismo. *In: Revista de Administração.* São Paulo: v. 33, n. 4, 1998. p. 30-44.

LAGO, Paulo. **Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental.** Florianópolis: Ed. da UFSC:FCC edições:Ed. Lunardelli:UDESC, 1988. 349p.

LEBORGNE, Danielle e LIPIETZ, Alain. Flexibilidade defensiva e flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. *In: As regiões ganhadoras: Distritos e redes os novos paradigmas da Geografia econômica.* BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain (Orgs.). Oeiras, Portugal: Celta editora, 1994. p. 17-43.

LINS, Hoyêdo N. O Regaço na Ilha de Santa Catarina: notas para uma História. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.* Florianópolis: n. 13, 1994. p. 201-211.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1988. 209p.

MACHADO, Ewerton V. **Florianópolis: um lugar em tempo de globalização.** 2000. 272 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 7 ed. São Paulo: Difel, 1982. vol. 1. 579 p.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos: Ed. da USP, 1980. 151 p.

MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000. 140 p.

MORAES, Antonio C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para a geografia do litoral Brasileiro**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1999. 229 p.

MORAES, Antonio C. R e COSTA, Wanderley M. da. A Geografia e processo de valorização do espaço. *In: Novos rumos da Geografia brasileira*. SANTOS, M. (org.) 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 111-130.

\_\_\_\_\_. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 196 p.

MORANDI, Sônia e GIL, Izabel C. **Espaço e turismo**. São Paulo: Copidart, 2000.

MORETTO NETO, L. **A atividade turística e o desenvolvimento sustentável**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

OLIVEIRA, Christian, D. M. de. Tercerização e espaço metropolitano. *In: Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, n. 65, 2 sem., 1987. p. 143-177.

OURIQUES, Helton R. **O Turismo em Florianópolis: uma crítica à "indústria pós-moderna"**. 1996. 172 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

PETRAS, James. **O funcionamento do neoliberalismo**. *In: No fio da navalha: Crítica das reformas neoliberais de FHC*. OURIQUES, Nildo D. e RAMPINELLI, Waldir J. (Orgs). São Paulo: Xamã, 1997. 279 p.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Lícia. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel: RJ: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1990. (Coleção espaços).

QUEIRÓZ RIBEIRO, Luiz César de. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR-UFRJ: FASE, 1997. 352 p.



ROCHEFORT, Michel. **Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região.** São Paulo: Hucitec, 1998. 174 p.

RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 274 p.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1997. 158 p.

ROLNIK, Raquel (Coord.). **Regulação urbanística e exclusão territorial.** São Paulo: Pólis, 1999, n. 32. 136p.

SANTOS, Cristina S. U. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização das praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional.** 1993. 247p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: tempo, técnica, razão e emoção.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308p.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional .** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 190p.

SCOTT, Allen V. A economia metropolitana. *In: As regiões ganhadoras: Distritos e redes os novos paradigmas da Geografia Econômica.* BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain (Orgs.). Oeiras, Portugal. Celta editora, 1994. p. 63-73.

SILVA, Célia M. e; MACHADO, Ewerton V. e CAMPOS, Nazareno J. de. A (Re)produção do espaço litorâneo catarinense. *In: Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina.* CORRÊA, Cláudio H. P. *et al* (orgs.). Florianópolis: CAPES:MEC, 1997. p. 468-479.

SILVA, Etiene L. **O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina.** 1978. 155 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

SILVEIRA, Maria Laura. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. *In: O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. MILTON, Santos *et al* (Orgs.). 3 ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1997. p 201-209.

SILVEIRA, Marco A. T. da. Turismo, território e Globalização: considerações sobre o Mercosul. *In: Revista Paranaense de Geografia*. Curitiba: n. 2, 1997. p 66-74.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In: A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2 ed. E. MARICATO (org.). São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1982.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria sócio-crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 324 p.

SOUZA, Maria Adélia de. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1994. 257 p.

SUGUIO, Kenitiro. *Dicionário de Geologia Sedimentar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

TISSIER, Thomas. L'internalisation de Florianópolis a travers l'expansion de l'activite touristique. *In: DIAS, Leila C. et RAUD, Cécile. Villes et Regions au Bresil*. Paris: L'Harmahan, 2000. p. 137-162.

TOURANAINE, Alain. O canto da sereia da globalização. Folha de São Paulo, São Paulo, 2 nov. 1997. **Suplemento Especial Globalização**.

### **Órgãos Governamentais**

BRASIL. EMBRATUR. Página oficial da instituição. Disponível em <[www.embratur.gov.br/](http://www.embratur.gov.br/)>

BRASIL. FIBGE. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro. S/d.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de Santa Catarina de 1970**. Vol. I, Tomo XX. Rio de Janeiro: FIBGE, 1971.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico: dados distritais de Santa Catarina de 1980.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1982.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 1991.** Número 23 - Santa Catarina. Rio de Janeiro: FIBGE, 1992.

\_\_\_\_\_. **Sinopse preliminar do censo demográfico de 2000.** Rio de Janeiro: FIBGE, vol. 7, 2001.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo. Anuário estatístico da OMT. Disponível em <[www.embratur.gov.br/](http://www.embratur.gov.br/)>

SANTA CATARINA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Projeto Gerenciamento Costeiro: diagnóstico ambiental do litoral catarinense.** Florianópolis: SDE:IBGE, 1997. 66 p. (Relatório final: domínio da sociedade e problemas sócio-ambientais; setores Sul e Centro).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Projeto Gerenciamento Costeiro: diagnóstico ambiental do litoral catarinense.** Florianópolis: SDE: IBGE, 1997. 162 p. (Relatório final: domínio da natureza; setores Sul e Centro).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Projeto Gerenciamento Costeiro: diagnóstico ambiental do litoral catarinense.** Florianópolis: SDE: IBGE, 1998. 205 p. (Relatório final: integração dos domínios natureza e sociedade; setor Norte).

SANTA CATARINA. SANTUR. Página oficial do órgão. Disponível em <[www.santur.sc.gov.br](http://www.santur.sc.gov.br)>.

SANTA CATARINA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDM). Página oficial do órgão. Disponível em <[www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)>.

### **Artigos de jornais utilizados nas figuras e nos anexos**

A LAGOA está secando. **Jornal da Lagoa**, Florianópolis, s.d.

ARAÚJO, Viviane. Turismo cresce acima de todas as previsões. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 3 fev. 2000. p. 16.

ARGENTINO busca liberação no Brasil. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 6 out. 1994. p. 30.

BOECHAT, Yan. Projeto faraônico agita a Barra. **Zero**, jul. 1995. p. 4

BOPPRÉ, Afrânio. União se prepara para vender terras de marinha. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, junho de 2001.

BRASIL. Lei n. 3.975 de 10 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**. Brasília: DOU, 11 jan. 2001. p. 4-6. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.

CADASTRAMENTO começa em 99. **Folha da Lagoa**, Florianópolis, jul. 1998. p. 11.

CBBI realiza debate com deputados para esclarecer população. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, jun. 2001. p. 5

COLLARES, Leonardo. Delírio de tecnocratas prevê campo de golfe e autódromo. **Zero**, Florianópolis, dez. 1999. p. 10.

\_\_\_\_\_. IPUF atropela leis e ignora a comunidade. **Zero**, Florianópolis, dez. 1999. p. 8-9.

COMISSÃO de emancipação de Rincão prepara os documentos para o processo. **Gazeta Popular**, Criciúma, 25-31 maio 2001.

CONGRESSO estuda fim à indústria de emancipações. **A notícia**, Joinville, 26 jun. 2000.

DEL MOURA, Luiz. Laguna convive com lixo e buracos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 nov. 1995.

DEPUTADOS não aceitam emancipação. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, jan. 1999. p. 3.

DIAS, Maria C. Água é o Problema em São Francisco do Sul. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 nov. 1995.

DUNAS abrigam a melhor água do planeta. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, mar. 2001. p. 8.

EIRAS, Rafael. Litoral catarinense ameaçado. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 14 maio 2001.

\_\_\_\_\_. Praia central está saturada. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 23 jan. 2001.

EDITORIAL. Turismo e infra-estrutura. **Diário Catarinense**. Florianópolis, s/d. p. 12.

JUIZ FEDERAL proíbe rodovia entre Praia dos Ingleses e Moçambique. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, abr.-maio 1999. p. 4.

KAFRUNI, S. SC vira meca do emprego de verão. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 18 nov. 2001. p. 14.

LAPS, Leonardo. Empresários decidem o futuro da cidade. **Zero**, Florianópolis, dez. 1999. p. 7.

MARCELO, Cláudia. Falta dinheiro para recomprar área. **Diário Catarinense**, 4 jun. 2001. p. 21.

MONTEIRO, Gisele K. Patrimônio à venda em 3 meses. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 2 jul. 2001. p. 4.

\_\_\_\_\_. Ocupação destrói 80% do ecossistema. **Diário Catarinense**, jun. 2001. p. 16.

\_\_\_\_\_. Ocupantes contestam recompra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 3 jul. 2001. p. 20.

MORADORES reclamam fim de um acesso para a praia. **O Estado**, Florianópolis, 30 jan. 1996. p. 9.

NORTE DA ILHA briga por emancipação. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, out. 1998. p. 3.

- OBRA de urbanização do Rincão é interditada. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 17 out. 2001.
- ONG's propõem ação contra USINOR. **Atualidade**, São Francisco do Sul, 30 nov. 2000. p. 4.
- PEIXE está sumindo da costa de Santa Catarina. **Folha do Norte da Ilha**, out. 1998. p. 11.
- PEREIRA, Moacir. Turismo de mochileiros. **A notícia**, Joinville, 8 fev. 2001. p. A3.
- PESQUISA mostra críticas ao sistema de saneamento. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 nov. 1995.
- PISANI, Silvana. Estado terá mais verba para o turismo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 18 jun. 1999.
- PLANO para o Santinho gera polêmica. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, abr.-mai., 1999. p. 6.
- QUEVEDO, S. Estado terá US\$ 143 milhões do PRODETUR. **Diário Catarinense**, 2 mar. 2001. p 10.
- \_\_\_\_\_. Lagoa vira área de privatização urbana. **Folha da Lagoa**, jul. 1998. p. 6.
- RESERVA de água ameaçada. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, out. 1998. p. 4-5.
- \_\_\_\_\_. Construção investe no turismo e cresce o dobro. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29 jan. 2001. p. 14.
- RIZZO, Paulo. União se prepara para vender terras de marinha. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, junho 2001.
- RODRIGUES, Liziane. Garuva e Itapoá pedem asfalto. **Diário Catarinense**, 29 maio 2001.
- ROSA, Ana Letícia. Urbanização só para os cumpadres. **Zero**, Florianópolis, dez. 1999. p.11.

SÃO PAULO Inc. **Informativo publicitário**. Barra Velha, 2001.

SILVESTRE, G. Temporada acaba com a demissão de até 35 mil. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1 mar. 2001.

UNIÃO se prepara para vender terras de marinha. **Folha do Norte da Ilha**, Florianópolis, junho de 2001. p. 4.

VAZ, Mário. Medida Provisória reacende batalha por ilhas litorâneas. *In: Ciclo Vital*. Florianópolis: Ed. das Águas, n. 1, jun 1998. p. 8-9.

VERAS, Dauro. Turismo desorganizado atrasa Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 nov. 1995.

**Anexo 1:**

Programas de âmbito nacional para o desenvolvimento do turismo



Anexo 1

Programas atuais de âmbito nacional para o desenvolvimento do turismo:

Programa	Objetivo	Ações Estratégicas	Agentes Financeiros	Observação
<p><b>FUNGETUR</b> - Fundo Geral de Turismo, é uma linha de crédito, que tem por finalidade facilitar para os investidores o acesso aos recursos necessários para a implantação, melhoria, conservação e manutenção de empreendimentos e serviços turísticos.</p>	<p>Criar facilidades para os investidores do setor e incentivar o incremento da atividade nos principais destinos turísticos nacionais ou nas localidades que apresentam grande potencial turístico, através do financiamento de capital fixo ou de estudos e projetos voltados para a melhoria da capacidade do turismo no Brasil.</p>	<p>Prover recursos para financiamento de empreendimentos, obras e serviços - de finalidade ou interesse turístico enquadrados em planos e programas de desenvolvimento turístico do Estado e/ou de municípios e localizados em Municípios Turísticos ou em Municípios de Potencial Turístico</p>	<p>Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul S/A - BRDE Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES</p>	<p><b>BENEFICIÁRIOS:</b> Empresas que se dediquem à atividade e órgãos da administração direta ou indireta de governos dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, cujos empreendimentos, obras e serviços sejam considerados de interesse turístico.</p>
<p><b>PRODETUR</b> - Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo, um programa global de desenvolvimento turístico regional</p>	<p>Estruturado pelos governos federal e estadual, para financiar a implantação de infra-estrutura de suporte ao turismo, propiciando e incentivando investimentos da iniciativa privada para implantação de equipamentos turísticos. É a primeira experiência com financiamento externo no país.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

<p><b>PNMT</b></p> <p>O Programa Nacional de Municipalização do Turismo é um Programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística.</p>	<p>Fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, disponibilizar condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística, estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada.</p>	<p>Capacitação em Oficinas dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e dos monitores municipais          Capacitação: qualificação dos agentes para a orientação dos diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal do Turismo.          Planejamento: capacitação dos agentes como Facilitadores na Metodologia Simplificada de Elaboração da Estratégia Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.</p>	<p>EMBRATUR e pelas instituições parceiras:          Estadual: Comitê Estadual do PNMT, formado por representantes da unidade gestora da política de turismo e das instituições parceiras estaduais,          Municipal: Conselho Municipal de TURISMO</p>	<p>Número de municípios participantes: 1476</p>
<p><b>ECOTURISMO</b></p> <p>Ação conjunta da EMBRATUR e do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal tem por finalidade implementar Política Nacional de Ecoturismo.</p>	<p>Compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais; Fortalecer a cooperação interinstitucional; Possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor; Promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo; Promover, incentivar e estimular a criação e a melhoria da infra-estrutura para</p>	<p>Regulamentação do ecoturismo; fortalecimento e interação institucional; formação e capacitação de recursos humanos; Incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo; Implantação e adequação de infra-estrutura; conscientização e informação ao turista; participação comunitária</p>		<p><b>RESULTADOS</b></p> <p>O Programa Nacional de Ecoturismo iniciou sua atuação com a formação de um Grupo Técnico de Coordenação, responsável pela implantação de um projeto-piloto na Região da</p>

	atividade de ecoturismo; Promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.			Amazônia Legal, Dentro desta etapa foram definidos 9 pólos, um em cada estado e serão implementados através de programa de financiamento do BID.
<b>RINTUR</b> Processo de identificação de municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo	Identificar municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo no país.	Conscientização das autoridades municipais; realização de pesquisa anual; visita técnica aos municípios, para verificação das informações prestadas.		
<b>Outros programas:</b> Programa Turismo Internacional, Programa MERCOSUL, Programa Marketing Internacional, Programa Qualidade e Produtividade do setor turístico.				

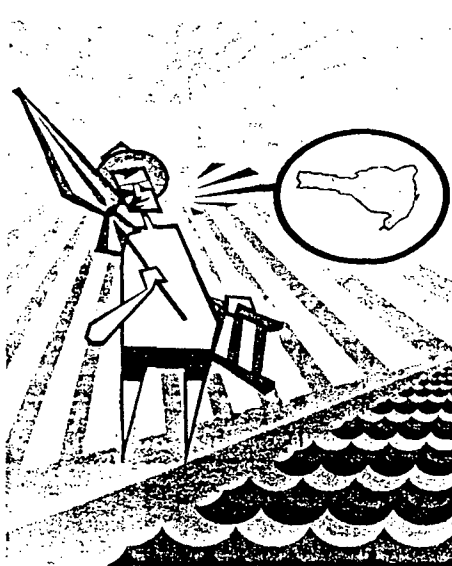
Fonte: Organizado pelo autor a partir de: EMBRATUR e Becker (1995)

**Anexo 2:**  
**Repercussões do PRODETUR-SUL em Santa Catarina**

## Turismo e infra-estrutura

Como se previa, o governo estadual definiu os transportes - rodoviário, ferroviário e aeroviário - e o saneamento básico como os setores para os quais será destinada a fatia do leão dos investimentos do Prodetur, o megaprojeto financiado majoritariamente pelo BID para desenvolver a infra-estrutura turística dos estados da Região Sul e do Mato Grosso do Sul. A Santa Catarina caberão US\$ 143 milhões a serem injetados nos próximos quatro anos. Entre as obras anunciadas, destacam-se a construção de um novo aeroporto em Florianópolis, a pavimentação da rodovia da Serra do Corvo Branco, em Urubici, e a construção do acesso ao Parque Beto Carrero World, em Penha. Empreendimentos que, por sua natureza, dispensam maiores defesas. Florianópolis, por exemplo, já sente os problemas causados pelas dimensões do Aeroporto Hercílio Luz, que mal tem conseguido dar conta da demanda. Em mais quatro ou cinco anos, a manterem-se as taxas de expansão do fluxo turístico, sua capacidade estará esgotada.

É conveniente lembrar que o governo concentrou 62% desses recursos no Litoral em observância às normas estabelecidas pelo próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Prodetur foi idealizado com a finalidade de injetar dinheiro em pólos



turísticos estabelecidos, catalisando as potencialidades já detectadas.

Outras áreas do Estado que não tenham sido contempladas a contento, como é o caso do Oeste, para onde serão dirigidos apenas 3% do total, deverão ser beneficiadas com recursos originários de outras fontes. Essas áreas necessitam de um aporte considerável de verbas não apenas para alavancar o turismo mas principalmente para desenvolver setores sociais notoriamente deficientes devido ao histórico abandono oficial.

Não é lícito supor, entretanto, que os benefícios advindos dos empreendimentos do Prodetur ficarão restritos às comunidades que os receberem. Obras de infra-estrutura tendem a favorecer o Estado como um todo. As estradas estarão mais seguras, o fisco estadual vai recolher mais impostos e o poder público conseqüentemente terá mais dinheiro em caixa para realizar as obras que desejar. Além disso, o turista irá progressivamente expandir suas incursões pelo território estadual, estimulado pela eficiência da malha viária e excelência dos serviços. O que se pode dizer, enfim, é que iniciamos agora um programa cujos efeitos positivos serão disseminados por todas as regiões num prazo de tempo relativamente curto.

Florianópolis: SID

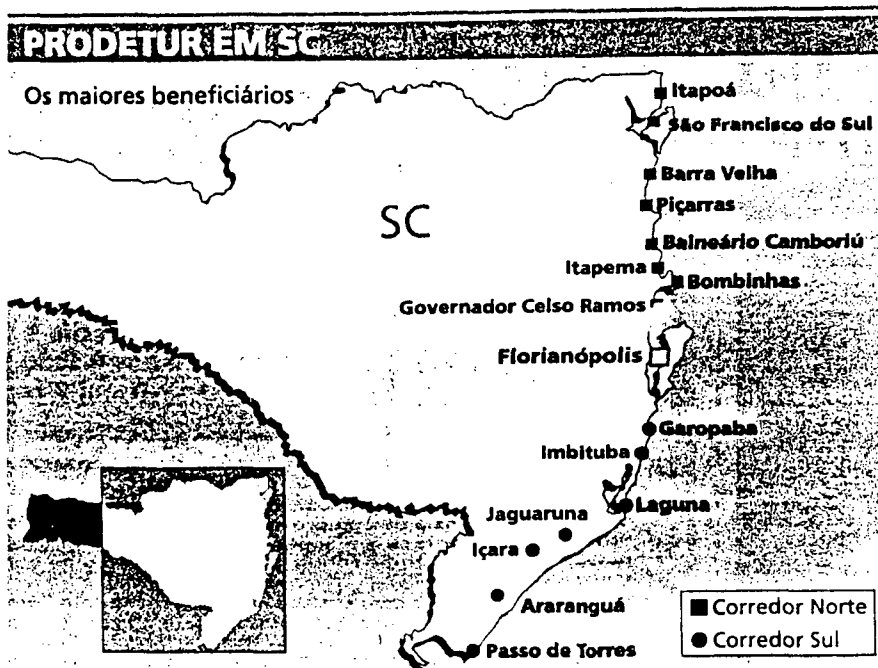
## Estado terá mais verbas para turismo

Silvana Pisani  
FLORIANÓPOLIS

O Secretário do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Paulo Gouvêa da Costa, reuniu-se com diretores da Santa Catarina Turismo S.A. (Santur) e representantes do setor da iniciativa privada, na manhã de ontem, para apresentar e debater os projetos de Santa Catarina com relação ao Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística (Prodetur). O Programa prevê a liberação de US\$ 150 milhões de dólares para o Estado a partir de agosto de 2000, de um total de US\$ 450 milhões a serem liberados para os quatro estados do Codesul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul) na uma primeira etapa. O total do Programa é de US\$ 750 milhões.

No dia 27, em Brasília, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Henrique Iglesias, recebe os projetos dos quatro estados beneficiários do Prodetur/Sul. O ministro do Turismo e Esporte, Rafael Grecca, representa o governo federal na reunião, e o Estado de Santa Catarina será representado pelo secretário Paulo Gouvêa, o presidente da Santur, Flávio de Almeida Coelho, e um dos diretores do órgão, Luiz Fernando Francalacci.

A utilização das verbas do Prodetur prevista pelos projetos catarinenses incluem desde sinalização turística nas rodovias até a construção de sistemas de



esgoto sanitário, passando pela restauração de patrimônio histórico e a melhoria de acessos e instalação de portais turísticos para informação aos visitantes.

As prioridades sobre como aplicar os recursos em cada região foram debatidas, durante os últimos dois meses, com os fóruns regionais de desenvolvimento. A equipe responsável pela coleta e estruturação desses dados foi formada por

Luiz Fernando Francalacci, da Santur, Lilian Mendonça Simon, da Fundação Catarinense de Cultura, e Dalmo Vieira Filho, superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/SC). A maior dos recursos serão aplicados nos corredores Litoral Norte e Sul - que vai receber 57,4% dos investimentos (veja alguns dos municípios beneficiado no quadro acima).

# BID virá a SC avaliar o Prodetur

*Missão do Banco vai analisar projetos do programa de turismo e que trará recursos*

No final deste mês a primeira missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) virá ao Brasil, com destino a Florianópolis, junto com o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Grecca, para analisar os projetos estaduais do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul (Prodetur/Sul), que é composto pelos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Segundo o diretor de Planejamento da Santur, Luís Fernando Francalacci, que foi nomeado representante dos estados no Prodetur/Sul, o BID iria bancar inicialmente o valor de US\$ 1,3 bilhão para o programa dos quatro estados. "Este valor baixou para US\$ 460 milhões e Santa Catarina vai receber pouco mais de US\$ 140 milhões, para contemplar obras centralizadas em pólos turísticos já consolidados que tenham reflexos nos municípios vizinhos", destaca Francalacci.

Os recursos, diz Francalacci, devem ser investidos em aeroportos, estradas, portos, saneamento-básico e no meio ambi-

ente. Várias cidades catarinenses enviaram propostas à Santur mas as beneficiadas ainda não foram definidas. "Ainda nesta semana estarei com o secretário do Desenvolvimento Econômico e de Integração ao Mercosul, Paulo Gouvêa da Costa, para definirmos os rumos do Prodetur/Sul em Santa Catarina", revela Francalacci.

As regiões que devem ser beneficiadas no estado pela primeira etapa do programa devem ser o litoral e o planalto serrano. Conforme o cronograma do BID o programa deve ser aprovado no ano 2000 e "os recursos financeiros devem chegar aos estados até o mês de abril", diz Grecca, que no início deste mês esteve em Washington, conversando com o presidente do BID, Enrique Iglesias.

Os estados terão que dar uma contrapartida aos investimentos do BID, que fornecerá 60% do total de recursos. Outros 10% vêm do governo federal e o restante dos recursos serão de responsabilidade do governo estadual.

Luís Fernando Francalacci diz que a Caixa Econômica Federal já está disposta a financiar os projetos técnicos em Santa Catarina. "Outra fonte de recursos é o BNDES", conclui o diretor de planejamento da Santur.



Ampliação de aeroportos é um dos pontos do projeto para turismo

## ▼ TURISMO

# Estado terá US\$ 143 milhões do Prodetur

Governo já possui todo o mapa dos investimentos regionais em infra-estrutura turística

Silvia Quevedo  
FLORIANÓPOLIS

O governo do Estado já sabe onde vai investir os recursos do Prodetur, programa de melhoria da infra-estrutura turística, que vem sendo negociado junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para o qual se prevê investimentos de US\$ 1,4 bilhão em todo o país. A região Sul receberá US\$ 465 milhões. Para Santa Catarina, destinam-se US\$ 143 milhões, o maior volume já previsto para o turismo estadual em todos os tempos.

O governo elaborou uma lista das 75 obras e seus custos. Conforme o secretário de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Antônio Ceron, serão beneficiadas seis regiões do Estado. O Corredor Litoral Norte ficará com a maior parte do bolo, 31,82%, o equivalente a US\$ 45,5 milhões.

Segundo ele, o destino dos recursos foi decidido em seminários promovidos pela secretaria e Santur (empresa de turismo do Estado). Pelo "caderno" do ProdeturSC, o investimento em marketing e planejamento urbano regional, estimado em US\$ 9,9 milhões, é maior do que o investimento na região Oeste, onde a rubrica Roteiro Caminhos do Oeste leva a menor parte: US\$ 4,3 milhões distribuídos entre cinco cidades da região, como Chapecó e Dionísio Cerqueira.

Ontem, o secretário nominou algumas obras, como o investimento no sistema de esgoto sanitário de Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis, a construção de uma via na Serra do Corvo Branco para ligar as serras catarinense e gaúcha, modernização do aeroporto de Joinville e o asfaltamento da estrada de acesso ao parque Beto Carrero World, que entrará no projeto como contrapartida do governo do Estado ao projeto.

Ceron disse que o Prodetur é a "salvação da lavoura" no tocante ao investimento que será feito em saneamento básico e infra-estrutura em Santa Catarina. Discutido desde 1999, ainda na gestão do ex-secretário Paulo Gouvêa da Costa, o Prodetur esteve "engavetado" nos últimos meses, por restrições da área econômica do governo federal, que não aceitava o endividamento com o BID.

Nos últimos 15 dias, as negociações evoluíram para a participação da Caixa Econômica Federal, que estaria assumindo o financiamento da contrapartida dos estados. A esperança agora, conforme o secretário, é de que o contrato com o BID seja assinado até o final do ano, para que em maio de 2001 se comece a operar com as verbas.

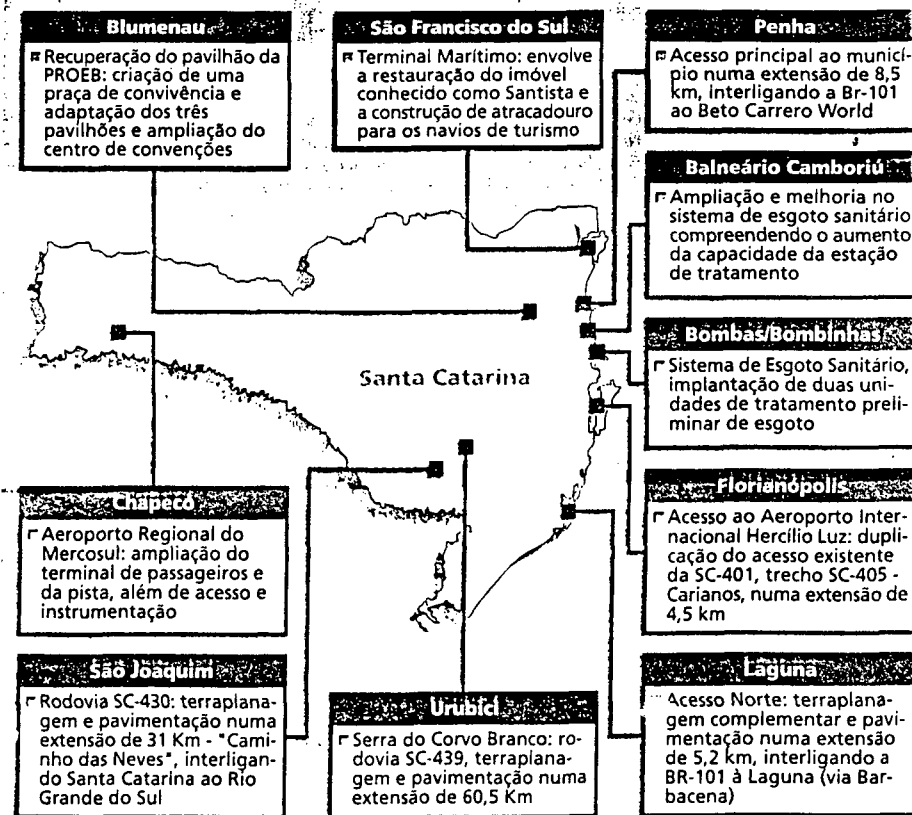
## PARA ONDE VALE O DINHEIRO

Regiões	Valor (US\$ milhões)
<b>Corredor Litoral Norte</b>	<b>45,5 milhões</b>
Grande Florianópolis	29,4 milhões
<b>Corredor Litoral Sul</b>	<b>14,1 milhões</b>
Roteiro vale do Itajaí	15,8 milhões
<b>Roteiro Serra Catarinense</b>	<b>23,9 milhões</b>
Roteiro Caminhos do Oeste	4,3 milhões
<b>Planej. Urbano Regional/Institucional</b>	<b>9,9 milhões</b>
<b>Totais</b>	<b>143,1 milhões</b>

FONTE: ProdeturSC

## AS OBRAS

Principais investimentos na infra-estrutura de cada município beneficiado



ARTEC

## Balneário espera a terceira idade

Giovana Kindlein  
AGÊNCIA RBS/ITAJAÍ

A atenção dedicada à maturidade existente hoje na Argentina chega, em março e abril, a Balneário Camboriú. Os centros organizados de "jubilados", como são chamadas as pessoas com idade acima de 60 anos, programam as férias no Brasil. "Eles gostam muito daqui porque a praia é similar a Mar del Plata e bem mais barata do que lá", afirma o agente de turismo, Silvano Carafa, 51 anos, dono da Puerto Deseado Turismo, especializada em turismo da terceira idade.

Segundo o secretário municipal de Turismo, Osmar Nunes Filho, a grande maioria dos turistas da terceira idade que visitam a praia nesse período é de estrangeiros. "Eles têm consciência da importância do turismo, e mantêm um programa anual obrigatório de viagens", observa ele. A expectativa da Secretaria Municipal de

Turismo e dos hoteliers é atingir 80% de ocupação dos 20 mil leitos dos hotéis e pousadas da cidade. "A viagem é sagrada para os argentinos", argumenta. A gerente de vendas do Marambaia Hotel, Carla Giovana Guzzoni, que trata diretamente com esse segmento, informa que cada bairro nas cidades argentinas possui um centro de aposentados, onde costumeiramente eles se reúnem e decidem o destino turístico.

No Brasil, o processo ainda está engatinhando. A Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade, com sede em Brasília (DF), fundada em 1989, visa também estimular atividades de turismo e lazer para pessoas acima de 50 anos. Mas ainda é realizado em pequena escala. Os associados participam de viagens e passeios turísticos programados por agências credenciadas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) a custos reduzidos. Em Florianópolis, existe uma representante da entidade na Santa Catarina Turismo S.A. (Santur).

## SERVIÇO

# Turismo cresce acima de todas as previsões

Criação do novo Conselho e verba milionária do Prodetur esquentam setor nesta temporada

Viviane Araújo  
FLORIANÓPOLIS

O mês de janeiro fecha com um balanço positivo da temporada em Santa Catarina. Os hotéis do litoral tiveram um incremento de 19% na taxa de ocupação e o número de voos charter cresceu 94%. O turismo não ganhou só em números, mas também em ações. Ontem, o Governo do Estado criou o Conselho de Turismo, que visa elaborar uma política de desenvolvimento para o setor. No início da semana, o governo anunciou a lista das cidades e os projetos que vão ser atendidos pelo Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística do Estado de Santa Catarina - Prodetur (veja quadro abaixo).

A expectativa do setor hoteleiro foi confirmada com uma taxa de ocupação de 92% nos hotéis do litoral - 19% maior do que a registrada em janeiro do ano 2000, que foi de 75%. O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Santa Catarina (Abih-SC), Geraldo Linzmeyer, disse que o incremento ficou dentro da expectativa. Para ele este crescimento é resultado de uma série de fatores. "A desvalorização do real forçou os turistas brasileiros a ficarem no país, e, ao mesmo tempo, atraiu os turistas estrangeiros", explicou. Se-

gundo ele, o poder aquisitivo dos turistas nesta temporada é maior do que no ano passado.

O crescimento foi grande também no número do voos charter. Em janeiro pousaram 357 voos internacionais fretados no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, contra 184 registrados em janeiro de 1999, um incremento de 94%. A expectativa é de que no final da temporada o incremento de charter chegue a 165%. Os pousos nacionais de charter também cresceram, embora menos: 22%. Foram 27 este ano, contra 22 de 1999.

No levantamento da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), houve um crescimento expressivo no número de passageiros internacionais (charter e regular): 36% a mais do que no ano passado. Já o volume de passageiros nacionais caiu 14% no mesmo período. Para o superintendente do aeroporto, Wladimir Bresciani Lobo, esta diferença se deve à valorização do dólar.

Para que os números positivos desta temporada se repitam e cresçam nos próximos anos, o Conselho de Turismo, instalado ontem na Capital, vai buscar soluções para os principais problemas que afetam o setor no Estado. O secretário de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Paulo Gouveia da Costa, disse que vão ser atacados prioritariamente os problemas de falta de água e a poluição das praias.

**Taxa de ocupação de hotéis sobe 19% e número de voos charter tem incremento de 94% no mês de janeiro em relação a igual período de 1999**

## Investimento atinge principais regiões

Além do turismo de litoral, já consolidado, Santa Catarina dá um passo importante para o desenvolvimento do turismo nas regiões do Vale do Itajaí, Serrana e Oeste. Cerca de US\$ 40 milhões vão ser investidos em 24 projetos incluídos no Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística do Estado de Santa Catarina (Prodetur).

No total, vão ser US\$ 143 milhões para todo o Estado, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (60%), Estado (30%) e União (10%). O dinheiro só deve estar disponível em janeiro de 2001 e será gasto em quatro anos de vigência do projeto.

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Paulo Gouveia da Costa, explicou que a idéia é valorizar o turismo fora de temporada, como águas termais, que atraí turistas o ano todo.

"Ao contrário do litoral, os hotéis de cidades que oferecem este atrativo têm lotação o ano todo" disse. Ele destacou ainda a importância do turismo religioso, dos hotéis-fazenda e o patrimônio histórico destas regiões, herança dos colonizadores.

### OS PROJETOS

Conheça as obras que vão ser realizadas em cada município

#### VALE DO ITAJAÍ

- Gaspar**
  - ▶ Pavimentação da rodovia de acesso às cascatas
- Nova Trento**
  - ▶ Capeamento asfáltico da rodovia de acesso a Vigolo
- Blumenau**
  - ▶ Melhoria do Aeroporto Quero-Quero
  - ▶ Recuperação do patrimônio histórico
  - ▶ Recuperação do pavilhão da Proeb
  - ▶ Urbanização da Rodovia Jorge Lacerda
  - ▶ Restauração do centro histórico e criação de um parque temático anexo à Proeb
- Jaraguá do Sul**
  - ▶ Revitalização do patrimônio histórico
- Rio do Sul**
  - ▶ Recuperação da Ferrovia das Bromélias
- Rio dos Cedros**
  - ▶ Melhoria do acesso à Região dos Lagos
- Pomerode, Blumenau, Jaraguá do Sul, Timbó, Indaial e Benedito Novo**
  - ▶ Revitalização do roteiro de imigração alemã

#### SERRA CATARINENSE

- Praia Grande**
  - ▶ Pavimentação da Rodovia SC-483
- Urubici**
  - ▶ Pavimentação da Rodovia SC-439 (Serra do Corvo Branco)
  - ▶ Criação de um parque natural
- Bom Jardim da Serra**
  - ▶ Construção do portal de entrada da Serra do Rio do Rastro
- São Joaquim**
  - ▶ Pavimentação da Rodovia SC-430
- Lages**
  - ▶ Acesso aos atrativos de Santa Terezinha do Salto
  - ▶ Centro de Eventos: Parque de Exposições do Pinhão

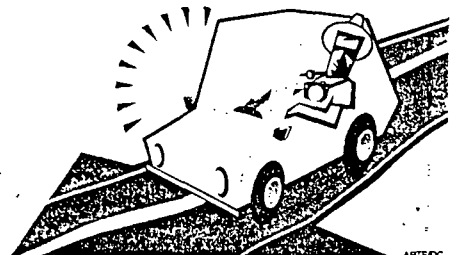
#### OUTROS (para todo o Estado)

- ▶ Definição de planos diretores nos municípios
- ▶ Programa de gerenciamento costeiro
- ▶ Sinalização turística
- ▶ Fortalecimento da Santur

#### OESTE

- Dionísio Cerqueira**
  - ▶ Construção do portal de entrada bi-nacional
- Chapecó**
  - ▶ Ampliação do Aeroporto Regional do Mercosul
- Irani**
  - ▶ Construção do Portal do Contestado
- Caçador**
  - ▶ Ampliação do Museu do Contestado
- Abelardo Luz**
  - ▶ Construção do portal bi-estadual (SC-PR)
- Itá, Concórdia, Piratuba e Ipirá**
  - ▶ Projeto Costa do Rio Uruguai

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul





**Anexo 3:**

**Classificação dos países segundo a receita e fluxo de turistas**

Anexo 3: Principais países receptores de turistas

1990			1995			1996			1998		
PAÍS	Número de Turistas	Rank	PAÍS	Número de Turistas	RANK	PAÍS	Número de Turistas	RANK	PAÍS	Número de Turistas	RANK
França	50.000	1	França	60.110	1	França	62.406	1	França	70.000	1
Estados Unidos	39.772	2	Estados Unidos	43.318	2	E. Unidos	46.489	2	Espanha	47.743	2
Espanha	34.300	3	Espanha	39.324	3	Espanha	40.541	3	Estados Unidos	47.127	3
Itália	26.679	4	Itália	31.052	4	Itália	32.853	4	Itália	34.829	4
Hungria	20.510	5	Reino Unido	24.008	5	Reino Unido	25.293	5	Reino Unido	25.475	5
Áustria	19.011	6	Hungria	20.690	6	China	22.765	6	China	24.000	6
Reino Unido	18.015	7	México	20.162	7	México	21.405	7	México	19.300	7
Alemanha	17.045	8	China	20.034	8	Hungria	20.674	8	Polônia	18.820	8
Canadá	15.258	9	Polônia	19.200	9	Polônia	19.410	9	Canadá	18.659	9
Suíça	12.955	10	Áustria	17.173	10	Canadá	17.329	10	Áustria	17.282	10
China	10.484	11	Canadá	16.896	11	Áustria	17.090	11	Alemanha	16.504	11
Grécia	8.873	12	Tchecoslováquia	16.500	12	Thecoslováq.	17.000	12	Thecoslováquia	16.325	12
Tchecoslováquia	8.100	13	Alemanha	17.847	13	Alemanha	15.205	13	Rússia	15.810	13
Portugal	8.020	14	Suíça	11.500	14	Rússia	14.587	14	Hungria	14.660	14
Iugoslávia	7.808	15	Hong Kong	10.200	15	Hong Kong	11.703	15	Portugal	11.800	15
União Soviética	7.204	16	Grécia	10.130	16	Suíça	10.600	16	Grécia	11.077	16
México	6.393	17	Portugal	9.706	17	Portugal	9.730	17	Suíça	11.025	17
Hong Kong	5.933	18	Rússia	9.262	18	Grécia	9.233	18	Hong Kong	9.600	18
Holanda	5.796	19	Malásia	7.469	19	Turquia	7.966	19	Turquia	9.200	19
Turquia	5.389	20	Turquia	7.083	20	Tailândia	7.192	20	Tailândia	7.720	20
Singapura	5.323	21	Tailândia	6.951	21	Malásia	7.138	21	Malásia	6.856	21
Tailândia	5.298	22	Holanda	6.574	22	Singapura	6.608	22	Holanda	6.170	22
Romênia	5.000	23	Singapura	6.422	23	Holanda	6.580	23	Bélgica	6.152	23
Bulgária	4.500	24	Bélgica	5.560	24	Bélgica	5.829	24	Irlanda	6.073	24
Malásia	4.200	25	Irlanda	4.821	25	Irlanda	5.282	25	África do Sul	5.981	25
Polônia	3.400	26	África do Sul	4.488	26	Indonésia	5.034	26	Singapura	5.600	26
Japão	3.236	27	Indonésia	4.324	27	África do Sul	4.944	27	Indonésia	4.900	27
Tunísia	3.204	28	Macau	4.202	28	Macau	4.890	28	Argentina	4.859	28
Bélgica	3.163	29	Tunísia	4.120	29	Argentina	4.286	29	Brasil	4.818	29
Irlanda	3.068	30	Argentina	4.101	30	Austrália	4.165	30	Tunísia	4.700	30
Marrocos	2.978	31	Coréia	3.753	31	Tunísia	3.885	31	Korea	4.250	31
Coréia	2.959	32	Austrália	3.726	32	Japão	3.837	32	Croácia	4.200	32
Argentina	2.728	33	Bulgária	3.466	33	Korea	3.684	33	Japão	4.100	33
Jordânia	2.633	34	Arábia Saudita	3.325	34	Egito	3.528	34	Austrália	4.012	34
Egito	2.600	35	Porto Rico	3.131	35	A. Saudita	3.458	35	Egito	3.766	35
Porto Rico	2.554	36	Noruega	2.880	36	Porto Rico	3.065	36	Arábia Saudita	3.700	36
Austrália	2.215	37	Egito	2.872	37	Romenia	2.834	37	Macau	3.590	37
Indonésia	2.178	38	Romênia	2.608	38	Bulgaria	2.795	38	Porto Rico	3.255	38
Noruega	1.955	39	Marrocos	2.602	39	Noruega	2.746	39	Marrocos	3.241	39
Taiwan	1.934	40	Bahrain	2.483	40	Marrocos	2.693	40	Romenia	3.075	40
Índia	1.775	41	Taiwan	2.332	41	Brasil	2.666	41			
Chipre	1.561	42	Suécia	2.310	42	Croácia	2.649	42			
R. Dominicana	1.550	43	Israel	2.212	43	Suécia	2.376	43			
Bahamas	1.502	44	Índia	2.124	44	Taiwan	2.358	44			
Brasil	1.361	45	Chipre	2.100	45	Índia	2.288	45			
			Uruguay	2.065	46	Uruguai	2.152	46			
			Brasil	1.991	47	Israel	2.100	47			

Fonte: Anuário Estatístico da Organização Mundial do Turismo - OMT.

Anexo 3: Receita cambial turística dos principais países receptores de turistas

1990			1995			1996			1998		
PAÍS	US\$ Million	Rank	PAÍS	US\$ Million	Rank	PAÍS	US\$ Million	Rank	PAÍS	US\$ Million	Rank
E. Unidos	40.579	1	Estados Unidos	61.137	1	E. Unidos	69.908	1	Estados Unidos	74.240	1
França	21.651	2	França	27.527	2	Itália	30.018	2	Itália	30.427	2
Itália	19.742	3	Itália	27.451	3	França	28.357	3	França	29.700	3
Espanha	18.683	4	Espanha	25.701	4	Espanha	27.654	4	Espanha	29.585	4
Inglaterra	14.998	5	Reino Unido	19.073	5	Reino Unido	19.296	5	Reino Unido	21.295	5
Áustria	13.017	6	Alemanha	16.221	6	Alemanha	17.567	6	Alemanha	16.840	6
Alemanha	10.683	7	Áustria	14.597	7	Áustria	13.990	7	China	12.500	7
Suíça	7.179	8	Hong Kong	9.604	8	Hong Kong	10.836	8	Áustria	12.164	8
Canadá	6.374	9	Suíça	9.364	9	China	10.200	9	Canadá	9.133	9
México	5.324	10	China	8.733	10	Suíça	8.891	10	Austrália	8.575	10
Hong Kong	5.032	11	Singapura	8.378	11	Canadá	8.868	11	Polônia	8.400	11
Singapura	4.463	12	Canadá	8.012	12	Austrália	8.811	12	Turquia	8.300	12
Tailândia	4.325	13	Tailândia	7.664	13	Tailândia	8.664	13	Suíça	8.208	13
Holanda	3.893	14	Austrália	7.100	14	Polônia	8.400	14	México	7.850	14
Austrália	3.797	15	Polônia	6.700	15	Singapura	7.961	15	Hong Kong	7.114	15
Bélgica	3.575	16	México	6.164	16	México	6.934	16	Russia	7.107	16
Coréia	3.559	17	Holanda	5.762	17	Rússia	6.875	17	Singapura	6.501	17
Japão	3.558	18	Bélgica	5.719	18	Holanda	6.256	18	Tailândia	6.392	18
Portugal	3.556	19	Coréia	5.587	19	Indonésia	6.087	19	Holanda	5.749	19
Dinamarca	3.321	20	Indonésia	5.228	20	Turquia	5.962	20	Coreia	5.700	20
Turquia	3.308	21	Turquia	4.957	21	Bélgica	5.893	21	Belgica	5.375	21
Suécia	2.905	22	Portugal	4.402	22	Korea	5.430	22	Argentina	5.363	22
Iugoslávia	2.774	23	Rússia	4.312	23	Argentina	4.572	23	Indonésia	5.138	23
Grécia	2.575	24	Argentina	4.306	24	Portugal	4.265	24	Portugal	4.772	24
China	2.218	25	Grécia	4.016	25	Japão	4.078	25	Japão	4.154	25
Indonésia	2.000	26	Malásia	3.910	26	Tchecoslov.	4.075	26	Grécia	3.925	26
A. Saudita	1.884	27	Dinamarca	3.672	27	Malásia	3.926	27	Egito	3.838	27
Taiwan	1.740	28	Suécia	3.447	28	Grécia	3.723	28	Suécia	3.755	28
Malásia	1.659	29	Taiwan	3.286	29	Suécia	3.653	29	Brasil	3.678	29
Índia	1.627	30	Japão	3.226	30	Taiwan	3.636	30	Dinamarca	3.627	30
Noruega	1.506	31	Macau	3.117	31	Dinamarca	3.425	31	Tchecoslováquia	3.509	31
Egito	1.500	32	Thecoslováquia	2.875	32	Macau	3.225	32	Malásia	3.369	32
Irlanda	1.447	33	Egito	2.800	33	Egito	3.204	33	Macao	3.300	33
Bahamas	1.384	34	Israel	2.784	34	Irlanda	3.003	34	Taiwan	3.231	34
Brasil	1.368	35	Índia	2.754	35	Índia	2.963	35	Índia	3.168	35
Porto Rico	1.367	36	Irlanda	2.688	36	Israel	2.942	36	Irlanda	3.159	36
Israel	1.320	37	Filipinas	2.450	37	Filipinas	2.700	37	Croacia	2.740	37
Morocos	1.259	38	Noruega	2.386	38	Brasil	2.469	38	Israel	2.700	38
Chipre	1.258	39	Nova Zelândia	2.163	39	Nova Zelândia	2.432	39	Hungria	2.568	39
Finlândia	1.169	40	Brasil	2.097	40	Noruega	2.404	40	Filipinas	2.421	40
Filipinas	1.130	41	Porto Rico	1.828	41	Hungria	2.246	41			
Nova Zelândia	990	42	Chipre	1.783	42	Croácia	2.014	42			
Tunísia	953	43	Hungria	1.723	43	África do Sul	1.995	43			
Guam	936	44	Finlândia	1.716	44	Porto Rico	1.898	44			
Argentina	903	45	Rep.Dominicana	1.604	45	Rep. Dominic.	1.842	45			
Rep.Dominic.	840	46	África do Sul	1.595	46	Chipre	1.670	46			
Hungria	824	47	Croácia	1.584	47	Finlândia	1.543	47			
África do Sul	815	48	Bahamas	1.346	48	Tunísia	1.451	48			
Jamaica	740	49	Tunísia	1.325	49	Bahamas	1.450	49			

Fonte: Anuário Estatístico da Organização Mundial do Turismo - OMT.

## **Anexo 4**

### **Polêmicas sobre emancipação municipal**

# Norte da Ilha briga pela emancipação

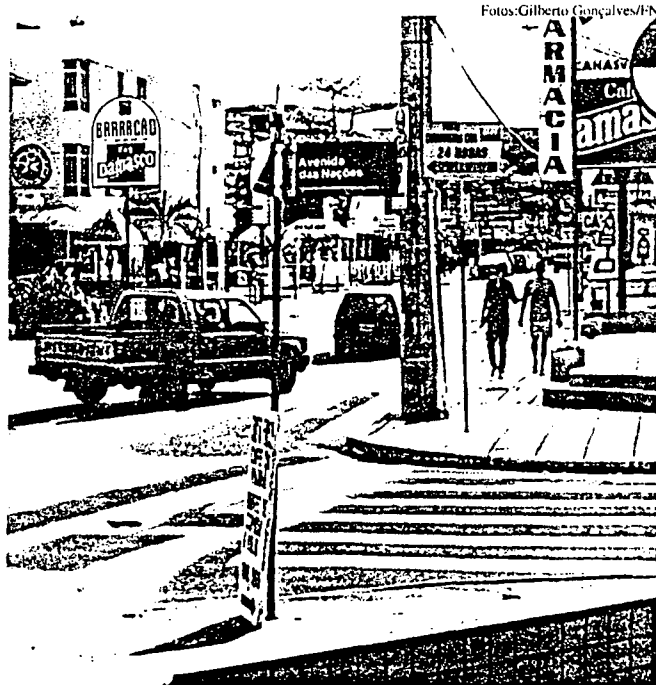
**Proposta para criação de novo município deve ser entregue em novembro na Assembléia Legislativa**

Diógenes Botelho

A prefeita Angela Amin vai ter novas preocupações a partir do mês de outubro. É que a Comissão de Emancipação do Norte da Ilha deve dar entrada na Assembléia Legislativa com o pedido para separar a região da capital. Apesar dessa idéia ser considerada absurda por muitos moradores de Florianópolis, que até fazem pouco caso do movimento, os partidários da emancipação já conseguiram 600 assinaturas no Norte da Ilha. Para que o pedido seja analisado pela Assembléia seria preciso apenas 100.

O hoteleiro Sidnei Petry, presidente do movimento, garante que vários deputados já se interessaram em apresentar o projeto de lei. "Já estamos finalizando todo o processo e depois das eleições pretendemos levar o assunto à Assembléia Legislativa", afirma, Petry, que é natural do Rio Grande do Sul, diz que a emancipação é legal, ao contrário do que muitos apregoam.

"Dizem por aí que é inconstitucional dividir uma ilha em dois municípios. Mas isso é pura mentira". Ele explica que para a criação de um novo município é preciso somente que ele tenha mais de cinco mil habitantes. "E em Santa Catarina existem



Fotos:Gilberto Gonçalves/FN

Movimento de emancipação do Norte da Ilha acredita na aprovação pelos deputados.

109 que não registram essa população", afirma o hoteleiro, garantindo que o projeto tem grandes chances de ser aprovado pelos deputados.

Um dos principais motivos apontados pelos integrantes do movimento que quer dividir a ilha em dois municípios, é o abandono da região por parte da prefeitura. "O

dinheiro que eles arrecadam aqui, e que não é pouco, é investido todo no centro", reclama Petry. Ele afirma que com a criação do novo município será implantado um novo tipo de administração, com maior participação do empresariado e da comunidade. "Vamos criar uma estrutura enxuta, economizando na folha de

pagamento e aplicando esses recursos em obras", garante o presidente da comissão.

No projeto que vai ser encaminhado a Assembléia Legislativa, a Comissão de Emancipação do Norte da Ilha argumenta, entre outras coisas, que a região já é independente desde a época do Império (Veja box). Além disso, foi anexado junto ao documento um parecer do Câmara Federal. O documento, segundo Petry, dá aval para o pedido de emancipação e desmistifica de vez a história de que uma ilha não pode abrigar dois municípios.

Se isso for levado em conta pelos deputados, e o projeto de lei for aprovado pela Assembléia, Florianópolis vai perder 15 bairros, 35 mil habitantes e 15% de seu eleitorado.

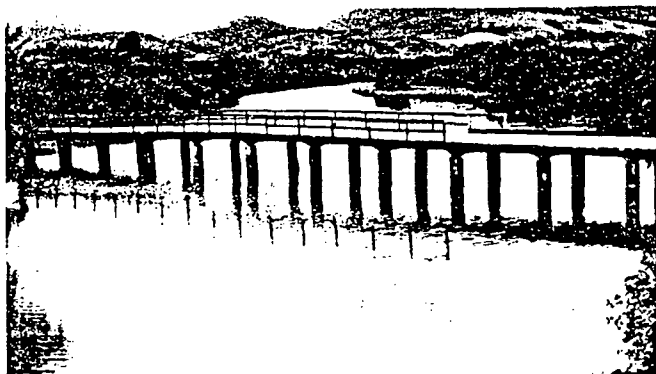
Para que o projeto seja aprovado os representantes da Comissão de Emancipação do Norte da Ilha precisam apenas convencer 21 deputados, ou seja, a maioria simples. Claro que o governador poderá vetar a lei, mas se a Assembléia Legislativa derrubar o veto por duas vezes, a região estará definitivamente separada da capital de Santa Catarina.

O que ainda não se sabe é se a comissão vai realmente ter força política para levar a idéia a frente, ou se vai acabar como o movimento o "Sul é meu País", que virou motivo de chacota. Esse pergunta só será respondida após a entrega do projeto na Assembléia Legislativa. Se aprovado, a deputada Idei Salvati (PT) poderá perder seu argumento para isenção da cobrança de pedágio na SC-401. Ela defende a bandeira de que pedágio só pode ser cobrado em estradas que ligam dois municípios.

## Região foi emancipada no século passado

Há 121 anos a região do Norte da Ilha já é emancipada. Pelo menos é o que diz uma lei aprovada em 2 de maio de 1877 pela Assembléia Legislativa Provincial. Na época, o secretário Carlos Vieira da Costa narrou da seguinte maneira a decisão da era imperial: "Fica desmembrada de Florianópolis a região que compreende as terras desde São João do Rio Vermelho até a Freguesia de Santo Antônio de Lisboa, respeitando-se os limites previstos em lei. Cria-se assim o município de São Francisco de Paula de Canasvieiras".

Apesar da lei ter sido sancionada pelo então interventor do Estado José Bento de Araújo, a decisão nunca foi posta em prática de fato. Toda a divisão geográfica chegou a ser feita, mas nunca se montou uma estrutura para administrar o novo município. "Realmente na época isso não era preciso, mas acabou servindo como mais um ponto que fortalece nossa idéia atual", analisa o presidente da comissão de emancipação do Norte da Ilha.



Divisão do novo município vai ser o Rio Ratonés, próximo ao trevo de acesso à Jurerê.

É claro que, mesmo não tendo sido revogada, essa lei pode ser questionada juridicamente e facilmente derrubada. Ela foi assinada num momento histórico completamente diferente e hoje virou uma es-

pécie de folclore. Comparando, é a mesma coisa do que uma lei paulista que permite até hoje que boiadas circulem pela Avenida Paulista, desde que acompanhadas de seus respectivos peões.

### O que a capital perde com a emancipação

- \* Aproximadamente 15% do número de eleitores.
- \* Cerca de R\$ 50 milhões anuais só em arrecadação de IPTU.
- \* 35 mil pessoas do total de sua população.
- \* Uma das áreas que mais cresce com o turismo
- \* Os bairros de São João do Rio Vermelho, Ingleses, Cupivari, Praia Brava, Lagoinha, Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Canasvieiras, Jurerê, Jurerê Internacional, Daneila, Vargem Grande, Ratonés e Vargem Pequena.
- \* A responsabilidade de investir nessa região.

Fonte: Movimento Pró-emancipação

# Deputados não aceitam emancipação

Foto: Gilberto Gonçalves/FN

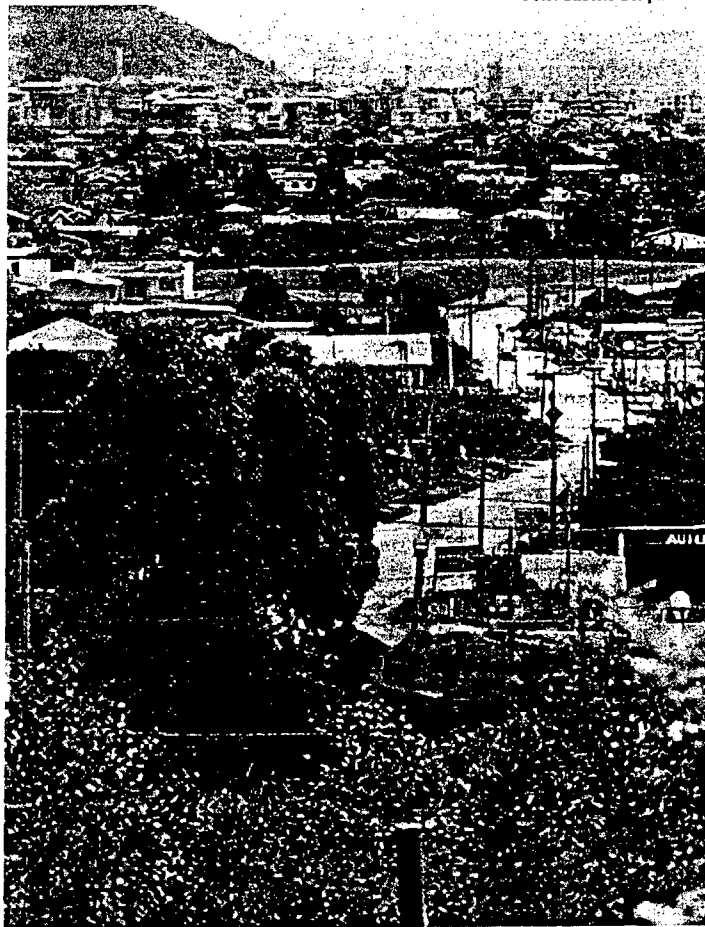
**Mesmo assim empresário gaúcho insiste em levar adiante a idéia de emancipar o Norte da Ilha e lançar site na Internet**

Mesmo sem ter enviado para a Assembléia Legislativa (AL), no ano passado, o projeto de lei para separar o município de Florianópolis do Norte da Ilha, como tinha prometido em entrevista ao *Folha do Norte* na edição de outubro, a Comissão de Emancipação prepara uma nova cartada para mobilizar a opinião pública da região. A partir da primeira quinzena de fevereiro todas as informações sobre a idéia, e que para muitos moradores ainda parece absurda, vão estar disponíveis na rede mundial de computadores, a Internet. No site ([www.nortedailha.com.br](http://www.nortedailha.com.br)), segundo o presidente da Comissão, o hoteleiro Sidney Petry, vão estar listados todos os motivos para a proposta, legislação e mais de 150 fotografias, demonstrando o estado de abandono nos balneários e o descaso do poder público municipal com a região Norte. Por enquanto, a grande maioria dos deputados da Assembléia Legislativa ainda torcem o nariz para este projeto de emancipação (veja quadro).

"Continuamos mantendo o contato com alguns deputados da última legislatura e outros eleitos, que prefiro não divulgar por enquanto, e eles já se mostraram interessados em defender esse projeto de lei", avisa o presidente da Comissão. De acor-

do com o empresário, a região ainda tem que explorar muito o seu potencial turístico e será bem melhor administrada com a formação de um município autônomo. A idéia já reúne cerca de 600 assinaturas de eleitores do Norte da Ilha e para ser analisada pelo legislativo estadual precisava apenas de 100 assinaturas.

Com uma população estimada em 35 mil pessoas, 15 % dos eleitores da cidade, cerca de R\$ 50 milhões só em arrecadação de IPTU e dentro da área que mais cresce como o turismo, a emancipação ainda tem um impedimento federal para tomar corpo ou mesmo ser aprovada pelos novos deputados da AL. Uma Medida Provisória (MP) editada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em maio de 98, impede a emancipação ou até mesmo a criação de novos municípios, numa das estratégias do governo federal para tentar conter os gastos como a formação da estrutura mínima para novos municípios. "Estamos estudando com o nosso departamento jurídico o impedimento dessa MP. Mesmo assim, confiamos na mobilização da população do Norte da Ilha pela idéia, já que estamos criando um grande fórum para o debate na Internet", avalia o hoteleiro gaúcho. Para o presidente da comissão, um dos pontos favoráveis para a implantação do novo município e que por enquanto não têm nenhum nome sugerido, é a lei estadual que determina o mínimo de 5 mil habitantes para a criação de novos municípios. Segundo ele, em todo estado existem mais de 100 municípios, do total de 293, com menos habitantes do que essa lei exige.



Região do Norte da Ilha tem 35 mil habitantes e 15% do eleitorado de Florianópolis.

## A voz da tribuna

**Confira neste espaço algumas opiniões de deputados estaduais e ex-parlamentares da Assembléia Legislativa sobre a emancipação da região do Norte da Ilha.**

**Deputada Ideli Salvatti (PT)**

"Não posso falar pela minha bancada, mas eu e o deputado Carlito Merss votamos contra todos os projetos de emancipação na última legislatura. Esse tipo de medida quase sempre não favorece a maioria da comunidade envolvida. Isso interessa para alguns setores da região em questão e quem está afrente de um projeto como este tem uma única ambição: ser

o prefeito do município recém criado. Neste caso específico, pergunto porque estes empresários não apoiaram movimentos da população local, como é o caso do Floripa Sem Pedágio"

**Otávio Gilson dos Santos, ex-deputado por cinco legislaturas com base eleitoral na região do Continente de Florianópolis e ex-líder da bancada do PPB.**

"Sinceramente nunca ouvi falar sobre tal projeto e não vejo nenhuma maneira disso prosperar dentro da Assembléia Legislativa. O que deveria ser feito é o fomento da integração de todas as regiões da Ilha. Já que querem separar, porque não separaram a minha região que já têm uma separação física".

**Jorginho dos Santos Mello, depu-**

**tado reeleito e ex-líder da bancada do PSDB.**

"Não sou contra e não tenho nenhuma restrição para projetos de lei para emancipação de municípios de Santa Catarina"

**João Henrique Biasi, o único deputado com base eleitoral na Ilha de Santa Catarina e ex-líder do governo Paulo Afonso Vieira.**

"Prefiro não me manifestar sobre esse projeto até porque nunca fui procurado formalmente para discutir sobre isso. Quero primeiro me inteirar sobre o assunto"

**Afonso Spaniol, deputado do PDT reeleito pelo terceiro mandato consecutivo**

"Tenho todo o tipo de restrições sobre

qualquer projeto de emancipação ou criação de novos municípios. Isso é um absurdo, até porque existe uma lei aprovada que restringe os gastos dos municípios com as folhas de pagamento. Nunca fui informado ou consultado sobre tal projeto"

**Norberto Strosch Filho, deputado reeleito e ex-líder da bancada do PFL**

"Essas pessoas que estão pensando em emancipação deveriam promover junto a prefeitura melhorias para a região. Existe outras regiões na própria Ilha que estão mais abandonadas pelo poder público como a região Sul e o Campeche. Dentro desse clima de crise econômica não cabe mais nenhum ônus com poder público"

## Congresso estuda fim à indústria de emancipações

Duas PECs prevêem a reaglutinação de municípios inviáveis e a extinção de salários de vereadores

CID FURTADO FILHO  
ESPECIAL PARA A NOTÍCIA

Brasília — A criação de municípios sem receita própria para manter-se financeiramente pode estar com os dias contados. A mesma ameaça paira sobre os salários dos vereadores de municípios com menos de 10 mil habitantes. Duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tramitam no Senado prevêem a reaglutinação de municípios criados desde 1988 que não se viabilizaram economicamente e o fim dos salários para vereadores.

Os autores das propostas Geraldo Althoff (PFL-SC) e Paulo Hartung (PPS-ES) sabem que enfrentarão fortes resistências, mas acreditam que até o próximo ano o País poderá sofrer uma mudança radical no que diz respeito às estruturas municipais, sua economia e estrutura política.

De acordo com Althoff, a Assembléia Nacional Constituinte de 1988 criou "muitas facilidades" para a criação e emancipação de novos municípios sem se preocupar com sua viabilidade econômica, gerando novos ônus aos cofres de Estados e da União. "Com a criação de cada município, as duas esferas de Poder (estadual e federal) são obrigadas a dividir ainda mais os escassos recursos disponíveis. É preciso acabar com a indústria da criação de municípios mantida para formar currais eleitorais", argumenta o catarinense.

As eleições municipais deste ano são o principal motivo para que as duas PECs sejam votadas só no próximo ano. A idéia de Althoff é reaglutinar municípios para economizar gastos com estruturas como prefeituras, secretarias, câmaras de vereadores e outros serviços.

A PEC de Althoff muda o artigo 18 da Constituição Federal que estabelece as regras para a criação de novos municípios. Para se emancipar, diz o projeto do catarinense, o novo município terá que ter 40% da população original da área que será desmembrada, e receita tributária própria de, no mínimo, 10% da receita corrente total. Os tribunais e conselhos municipais farão o acompanhamento da relação entre receita própria e receita total dos municípios.

As cidades criadas desde 1988, que durante dois anos consecutivos não alcançarem 8% de receitas próprias, no cálculo total, terão que ser reaglutinadas a outros municípios, segundo a PEC.

### NÚMEROS

Althoff respalda a proposta para dificultar a criação de novos municípios em números do Tribunal de Contas da União (TCU). Dos atuais 5.479 municípios do interior (excluindo-se as capitais) que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), 1.327 (24,2% do total) foram criados após a Constituição de 1988.

Os dados do tribunal mostram ainda o intenso crescimento da criação de novos municípios. Em 1989, no primeiro ano após a Constituição, foram criados 245 novos municípios; em 93, 483; e em 97, 533.

Segundo Althoff, além de provocarem maior divisão nas fatias do FPM, os novos municípios são obrigados a criar infra-estrutura administrativa sem, no entanto, terem receita suficiente para isso. Sem recursos para fazer frente aos gastos, muitas prefeituras só encontram como saída a redução de prestação de serviços às comunidades ou a busca de financiamentos, que acabam elevando o grau de endividamento.

Com as novas regras, argumenta o catarinense, poderá ser reduzido o déficit consolidado do setor público.



Geraldo: "É preciso acabar com essa indústria para formar currais eleitorais"

## Proposta deve encontrar resistência

Brasília — Salários dos vereadores de municípios com até 10 mil habitantes estão na mira da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do senador Paulo Hartung (PPS-ES). Ele propõe que os parlamentares não tenham mais salários, mas um cargo honorífico. Os recursos poupados com o fim da folha de pagamento destes vereadores seriam destinados a áreas e serviços mais importantes para a comunidade, defende Hartung.

Assim como a PEC de Geraldo Althoff, a idéia de acabar com a remuneração para os vereadores em municípios menores promete provocar polêmica no Congresso. Deve haver resistências no Senado, mas principalmente na Câmara, onde as estruturas políticas dos deputados estão ligadas aos vereadores-cabos eleitorais. A formação da base política de muitos parlamentares depende dessa estrutura vigente.

"A política-eleitoreira criou uma verdadeira avalanche de criação de municípios", argumenta o senador. De acordo com ele, o fim dos salários para os vereadores ajudará a conter a onda de emancipações.

### TETO

Ao justificar sua emenda, o senador do Espírito Santo lembra que o País tem hoje mais de 5.500 municípios e 49%, em torno de 2.600, deles têm até 10 mil habitantes. Santa Catarina tem, de acordo com Hartung, 186 municípios com menos de 10 mil habitantes. Os outros 105 contam com mais de dez mil habitantes.

Segundo determina a Consti-

tuição, o teto salarial dos vereadores é de 20% do salário de um deputado estadual. Este, por sua vez, tem salário estabelecido em 75% dos vencimentos de um deputado federal, hoje de R\$ 8.000,00. Com base nestes cálculos, a remuneração mínima de um vereador seria de R\$ 1.200,00. "É preciso lembrar que em grande parte dos municípios os vereadores recebem salários ou vantagens que aumentam, em muito, esse valor", acrescenta Hartung.

O senador assegura que o fim da remuneração para os vereadores não é novidade. "É uma herança da ditadura", critica. Antes, o vereador não recebia salários. "Sem remuneração é possível que a qualificação dos vereadores também aumente, uma vez que os interessados só no salário terão que buscar outras alternativas, abrindo espaço para o cidadão comum, não o político profissional", espera.

A extinção do pagamento de salários para vereadores não é novidade no cenário internacional. Nos Estados Unidos, na década e 40, o Poder Judiciário acabou com a remuneração dos vereadores dos municípios com até 200 mil habitantes, em função da falência destas cidades.

Apesar de prever resistências, Hartung defende a necessidade de discutir a estrutura do modelo político brasileiro. "É uma luta dura, mas importante para abrir uma clareira na rediscussão do federalismo brasileiro, onde poderemos, no futuro, criar novas formas flexíveis de organização dos entes federados e combinadas com a responsabilidade fiscal", defende. (CFF)

**TIGRE PEGA O JEC AMANHÃ E QUER VITÓRIA**

**GAZETA**  
**POPULAR**  
"A VOZ DO POVO"  
Ano 1 - Nº 30 - Criciúma/SC, de 25 a 31/05 de 2001 - R\$ 1,00

## **Comissão de emancipação do Rincão prepara os documentos para processo**

Correndo contra o tempo, a Comissão de Emancipação do Balneário Rincão, liderada pelo vereador, Jairo Celoy Custódio e pelo sub-prefeito, Naerte Viana, formou 10 grupos de auxílio dividindo as tarefas na busca dos requisitos e documentos necessários para aprovação da emancipação.

Celoy também co-

mentou que a partir de agora, os trabalhos vão ser intensificados - "vamos formar mais nove grupos de trabalho e ao invés de reuniões mensais faremos de quinze em quinze dias, para que ainda este ano possamos apresentar ao prefeito toda a documentação necessária, para que juntos possamos encaminhar o

processo à Assembleia Legislativa e ao governador".

Os mais de 11 mil habitantes, treze quilômetros de litoral, 7 lagoas, 2 plataformas e acesso asfaltado, credenciam o Balneário à ser um forte pólo turístico do sul do país.

Segundo Celoy, bem diferente do que foi comentado, o prefeito Júlio Cechinel é favorável à emancipação.



**Balneário tem potencial para ser um forte pólo turístico no sul do país**



**Anexo 5:**  
**População dos municípios litorâneos no ano de 2001**

Anexo 5  
População e Densidade demográfica  
dos municípios litorâneos catarinenses em 2000

Município	Urbana	Total	Índice de urbanização	Área	Densidade demográfica
Araquari	21.941	23.588	93,0	401,8	58,7
Araranguá	44.997	54.649	82,34	298,0	183,42
Baln. Gaivota	2.977	5.450	54,62	158,8	36,14
Balneário Arroio do Silva	5.861	6.028	97,23	13,6	64,41
Balneário Barra do Sul	6.026	6.039	99,78	110,4	54,71
Baln. Camboriú	73.292	73.292	100	46,4	1.580,8
Barra Velha	14.563	15.528	93,79	142,2	109,22
Biguaçu	42.857	48.010	89,27	302,4	158,76
Bombinhas	8.698	8.698	100	37,4	232,70
Florianópolis	331.671	341.781	97,04	435,8	784,26
Garopaba	10.696	13.134	81,44	108,1	121,45
Gov. Celso Ramos	10.842	11.597	93,49	104,9	110,59
Içara	39.532	48.597	81,35	315,2	154,17
Imbituba	34.527	35.700	96,71	185,4	192,53
Itajaí	141.856	147.395	96,24	303,1	486,30
Itapema	24.769	25.857	95,79	58,6	440,90
Itapoá	8.182	8.830	92,66	255,6	34,54
Jaguaruna	10.236	14.603	70,14	327,6	44,58
Joinville	414.380	429.004	96,6	1079,7	397,33
Laguna	37.255	47.543	78,36	444,5	106,95
Navegantes	36.632	39.299	93,21	119,1	329,86
Palhoça	97.840	102.671	95,29	322,2	318,67
Passo de Torres	3.525	4.400	80,11	90,4	48,67
Paulo Lopes	3.556	5.925	60,02	447,1	13,25
Penha	15.984	17.669	90,46	60,3	293,03
Piçarras	8.612	10.908	78,95	85,6	127,48
Porto Belo	9.951	10.682	93,16	92,8	115,09
S. Francisco do Sul	29.892	32.261	92,66	540,8	59,66
São José	170.958	173.239	98,68	114,7	1.510,5
Tijucas	18.647	23.432	79,58	278,4	84,16

Fonte: organizado pelo autor a partir do Censo Populacional do IBGE

**Anexo 6:**

Lei nº. 3.725 de 10/01/2001 que regulamenta  
os bens da União na zona costeira e repercussões



Art. 5º As informações requisitadas na forma do artigo anterior:

- I - compreendendo:
  - a) dados constantes da ficha cadastral do sujeito passivo;
  - b) valores, individualizados, dos débitos e créditos efetivados no período;
- II - deverão:
  - a) ser apresentadas, no prazo estabelecido na RMF, à autoridade que a expediu ou aos Auditores-Fiscais da Receita Federal responsáveis pela execução do MPF correspondente;
  - b) subsidiar o procedimento de fiscalização em curso, observado o disposto no art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996;
  - c) integrar o processo administrativo fiscal instaurado, quando interessarem à prova do lançamento de ofício.

§ 1º Somente poderão ser solicitados, por cópia autêntica, os documentos relativos aos débitos e aos créditos, nos casos previstos nos incisos VII a XI do art. 3º.

§ 2º As informações não utilizadas no processo administrativo fiscal deverão, nos termos de ato da Secretaria da Receita Federal, ser entregues ao sujeito passivo, destruídas ou inutilizadas.

§ 3º Quem omitir, retardar injustificadamente ou prestar falsamente à Secretaria da Receita Federal as informações a que se refere este artigo ficará sujeito às sanções de que trata o art. 10, caput, da Lei Complementar nº 105, de 2001, sem prejuízo das penalidades cabíveis nos termos da legislação tributária ou disciplinar, conforme o caso.

Art. 6º De conformidade com o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 105, de 2001, o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, por seus respectivos Presidentes ou servidores que receberem delegação de competência para a finalidade específica, deverão comunicar, de ofício, à Secretaria da Receita Federal, no prazo máximo de quinze dias, as irregularidades e os ilícitos administrativos de que tenham conhecimento, ou indícios de sua prática, anexando os documentos pertinentes, sempre que tais fatos puderem configurar qualquer infração à legislação tributária federal.

Parágrafo único. A violação do disposto neste artigo constitui infração administrativa disciplinar do dirigente ou servidor que a ela der causa, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 10, caput, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e demais sanções civis e penais cabíveis.

Art. 7º As informações, os resultados dos exames fiscais e os documentos obtidos em função do disposto neste Decreto serão mantidos sob sigilo fiscal, na forma da legislação pertinente.

§ 1º A Secretaria da Receita Federal deverá manter controle de acesso ao processo administrativo fiscal, ficando sempre registrado o responsável pelo recebimento, nos casos de movimentação.

§ 2º Na expedição e tramitação das informações deverá ser observado o seguinte:

- I - as informações serão enviadas em dois envelopes lacrados:
  - a) um externo, que conterá apenas o nome ou a função do destinatário e seu endereço, sem qualquer anotação que indique o grau de sigilo do conteúdo;

- b) um interno, no qual serão inscritos o nome e a função do destinatário, seu endereço, o número do MPF ou do processo administrativo fiscal e, claramente indicada, observação de que se trata de matéria sigilosa;

II - o envelope interno será lacrado e sua expedição será acompanhada de recibo;

III - o recibo destinado ao controle da custódia das informações conterá, necessariamente, indicações sobre o remetente, o destinatário e o número do MPF ou do processo administrativo fiscal.

§ 3º Aos responsáveis pelo recebimento de documentos sigilosos incumbem:

- I - verificar e registrar, se for o caso, indícios de qualquer violação ou irregularidade na correspondência recebida, dando ciência do fato ao destinatário, o qual informará ao remetente;

- II - assinar e datar o respectivo recibo, se for o caso;

- III - proceder ao registro do documento e ao controle de sua tramitação.

§ 4º O envelope interno somente será aberto pelo destinatário ou por seu representante autorizado.

§ 5º O destinatário do documento sigiloso comunicará ao remetente qualquer indício de violação, tais como rasuras, irregularidades de impressão ou de paginação.

§ 6º Os documentos sigilosos serão guardados em condições especiais de segurança.

§ 7º As informações enviadas por meio eletrônico serão obrigatoriamente criptografadas.

Art. 8º O servidor que utilizar ou viabilizar a utilização de qualquer informação obtida nos termos deste Decreto, em finalidade ou hipótese diversa da prevista em lei, regulamento ou ato administrativo, será responsabilizado administrativamente por descumprimento do dever funcional de observar normas legais ou regulamentares, de que trata o art. 116, inciso III, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, se o fato não configurar infração mais grave, sem prejuízo de sua responsabilização em ação regressiva própria e da responsabilidade penal cabível.

Art. 9º O servidor que divulgar, revelar ou facilitar a divulgação ou revelação de qualquer informação de que trata este Decreto, constante de sistemas informatizados, arquivos de documentos ou autas de processos protegidos por sigilo fiscal, com infração ao disposto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), ou no art. 116, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 1990, ficará sujeito à penalidade de demissão, prevista no art. 132, inciso IX, da citada Lei nº 8.112, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 10. O servidor que permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento ou empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações, banco de dados, arquivos ou a autas de processos que contenham informações mencionadas neste Decreto, será responsabilizado administrativamente, nos termos da legislação específica, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo também se aplica no caso de o servidor utilizar-se, indevidamente, do acesso restrito.

Art. 11. Configura infração do servidor aos deveres funcionais de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e de observar normas legais e regulamentares, nos termos do art. 116, incisos I e III, da Lei nº 8.112, de 1990, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil cabível, na forma dos arts. 121 a 125 da daquela Lei, se o fato não configurar infração mais grave:

I - não proceder com o devido cuidado na guarda e utilização de sua senha ou empresarial-a a outro servidor, ainda que habilitado;

II - acessar imotivadamente sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal, arquivos de documentos ou autas de processos, que contenham informações protegidas por sigilo fiscal.

Art. 12. O sujeito passivo que se considerar prejudicado por uso indevido das informações requisitadas, nos termos deste Decreto, ou por abuso da autoridade requisitante, poderá dirigir representação ao Corregedor-Geral da Secretaria da Receita Federal, com vistas à apuração do fato e, se for o caso, à aplicação de penalidades cabíveis ao servidor responsável pela infração.

Art. 13. A Secretaria da Receita Federal editará instruções necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Pedro Malan

DECRETO Nº 3.725, DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998,

**D E C R E T A :**

Art. 1º A identificação, a demarcação, o cadastramento, a regularização e a fiscalização das áreas do patrimônio da União poderão ser realizadas mediante convênios ou contratos celebrados pela Secretaria do Patrimônio da União, que observem os seguintes limites para participação nas receitas de que trata o § 2º do art. 4º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, a serem fixados, em cada caso, em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão:

I - para Estados, Distrito Federal e Municípios, e respectivas autarquias e fundações, considerado o universo de atividades assumidas: de dez a cinquenta por cento; e

II - para as demais entidades: de dez a trinta por cento.

Parágrafo único. Excepcionalmente, em decorrência da complexidade, do volume e dos custos dos trabalhos a realizar, poderá ser estipulado regime distinto na participação das receitas de que trata este artigo.

Art. 2º Considera-se para a finalidade de que trata o art. 6º da Lei nº 9.636, de 1998:

I - efetivo aproveitamento:

a) a utilização de área pública como residência ou local de atividades científicas, industriais ou de prestação de serviços, ou rurais de qualquer natureza, e o exercício de posse nas áreas contíguas ao terreno ocupado pelas construções correspondentes, até o limite de duas vezes a área de projeção das edificações de caráter permanente; e

b) as ocorrências e especificações definidas pela Secretaria do Patrimônio da União;

II - áreas de acesso necessárias ao terreno: a parcela de imóvel da União utilizada como servidão de passagem, quando possível, definida pela Secretaria do Patrimônio da União;

III - áreas remanescentes que não constituem unidades autônomas: as que se encontram, em razão do cadastramento de uma ou mais ocupações, da realização de obras públicas, da existência de acidentes geográficos ou de outras circunstâncias semelhantes, encravadas ou que possuam medidas inferiores às estabelecidas pelas posturas municipais ou à fração mínima rural fixada para a região; e

IV - faixas de terrenos de marinha e de terrenos marginais que não possam constituir unidades autônomas por circunstâncias semelhantes às mencionadas no inciso anterior.

Parágrafo único. Na hipótese de comprovação de efetivo aproveitamento por grupo de pessoas sob a forma de parcelamento irregular do solo, o cadastramento deverá ser realizado em nome coletivo.

Art. 3º No exercício das atribuições de fiscalização e conservação de imóveis públicos, afetados ou não ao uso especial, a Secretaria do Patrimônio da União poderá requisitar a intervenção de força policial federal, além do necessário auxílio de força pública estadual e, nos casos que envolvam segurança nacional ou relevante ofensa a valores, instituições ou patrimônio públicos, de forças militares federais, observado o procedimento previsto em lei.

Art. 4º Na concessão de aforamento, será dada preferência, com base no art. 13 da Lei nº 9.636, de 1998, a quem, comprovadamente, em 15 de fevereiro de 1997, já ocupava o imóvel há mais de um ano e esteja, até a data da formalização do contrato de alienação do domínio útil, regularmente inscrito como ocupante e em dia com suas obrigações junto à Secretaria do Patrimônio da União.

§ 1º Previamente à publicação do edital de licitação, dar-se-á conhecimento do preço mínimo de venda do domínio útil ao titular da preferência de que trata este artigo, que poderá adquiri-lo por esse valor, devendo, para este fim, sob pena de decadência, manifestar o seu interesse na aquisição e apresentar a documentação exigida em lei e neste Decreto, e, ainda, celebrar o contrato de aforamento no prazo de seis meses, a contar da data da notificação.

§ 2º O prazo para celebração do contrato de que trata este artigo poderá ser prorrogado por mais seis meses, desde que o interessado apresente, antes do seu término, junto com a documentação que compete a sua preferência, requerimento solicitando a prorrogação, situação em que, havendo variação significativa nos preços praticados no mercado imobiliário local, será feita nova avaliação, correndo os custos de sua realização por conta do respectivo ocupante.

§ 3º A notificação de que trata o § 1º deste artigo será feita por edital publicado no Diário Oficial da União e, sempre que possível, por carta registrada, a ser encaminhada ao ocupante do imóvel que se encontre inscrito na Secretaria do Patrimônio da União.

§ 4º O edital especificará o nome do ocupante, a localização do imóvel e a respectiva área, e o valor de avaliação, bem como o local e horário de atendimento aos interessados.

§ 5º Em se tratando de zona onde existam ocupantes regularmente inscritos, antes de 5 de outubro de 1988, o edital deverá conter, ainda, notificação para que os ocupantes que se enquadram nesta situação exerçam a opção de que trata o art. 17 da Lei nº 9.636, de 1998.

Art. 5º As manifestações de interesse na aquisição serão dirigidas ao Gerente Regional da Secretaria do Patrimônio da União e deverão ser entregues, acompanhadas dos documentos comprobatórios da preferência de que trata o art. 13 da Lei nº 9.636, de 1998, e de planta ou croqui que identifique o terreno, com até noventa dias de antecedência do término do prazo previsto para celebração do contrato de aforamento.

Art. 6º Apreciados os documentos e as reclamações que tenham sido apresentadas, o Gerente Regional da Secretaria do Patrimônio da União concederá o aforamento, ad referendum do Secretário do Patrimônio da União, recolhidas as receitas porventura devidas à Fazenda Nacional.

Parágrafo único. A Secretaria do Patrimônio da União estabelecerá os parâmetros e as condições em que a concessão de aforamento se dará, independentemente de homologação do Secretário do Patrimônio da União.

Art. 7º Após o ato homologatório ou o despacho concessivo, nos casos de que trata o parágrafo único do artigo anterior, o ocupante com preferência e que tenha manifestado o seu interesse na aquisição do domínio útil, terá seu nome, juntamente com os dados que identifiquem o imóvel que ocupa, encaminhado à Caixa Econômica Federal para celebração do contrato de compra e venda, que também poderá ser celebrado diretamente pela Secretaria do Patrimônio da União.



Art. 8º Com antecedência mínima de trinta dias do término do prazo para celebração do contrato, independentemente de nova notificação, o ocupante deverá dirigir-se à agência designada da Caixa Econômica Federal para entregar a documentação exigida em lei para contratação com a União, fornecer os demais dados necessários à celebração do contrato de compra e venda do domínio útil e, atendidas as disposições legais, marcar a data, o local e o horário de sua assinatura.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos contratos celebrados diretamente pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 9º Na data, no horário e local estabelecidos, será celebrado o contrato de compra e venda, após a comprovação do recolhimento do valor total do domínio útil ou do respectivo sinal, das taxas carterísticas necessárias à realização do registro do contrato e, no caso de vendas a prazo, da garantia hipotecária, e, ainda, do pagamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI e das taxas, emolumentos e despesas incidentes na transação.

Art. 10. A preferência de que trata o art. 25 da Lei nº 9.636, de 1998, poderá ser conferida ao interessado em ato do Secretário do Patrimônio da União, formalizado a requerimento da parte, previamente à publicação do aviso de concorrência ou leilão.

Art. 11. A entrega de imóvel para uso da Administração Pública Federal, nos termos do art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, compete privativamente à Secretaria do Patrimônio da União.

§ 1º A entrega será realizada, indistintamente a órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e observará, dentre outros, os seguintes critérios:

- I - ordem de solicitação;
- II - real necessidade do órgão;
- III - vocação do imóvel; e
- IV - compatibilidade do imóvel com as necessidades do órgão, quanto aos aspectos de espaço, localização e condições físicas do terreno e do prédio.

§ 2º Havendo necessidade de destinar imóvel para uso de entidade da Administração Federal indireta, a aplicação far-se-á sob o regime de cessão de uso.

§ 3º Quando houver urgência na entrega ou cessão de uso de que trata este artigo, em razão da necessidade de proteção ou manutenção do imóvel, poderá a autoridade competente fazê-lo em caráter provisório, em ato fundamentado, que será revogado a qualquer momento se o interesse público o exigir, ou terá validade até decisão final no procedimento administrativo que tratar da entrega ou cessão de uso definitivo.

Art. 12. Não será considerada utilização em fim diferente do previsto no termo de entrega, a que se refere o § 2º do art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, a cessão de uso a terceiros, a título gratuito ou oneroso, de áreas para exercício das seguintes atividades de apoio necessárias ao desempenho da atividade do órgão a que o imóvel foi entregue:

- I - posto bancário;
- II - posto dos correios e telégrafos;
- III - restaurante e lanchonete;
- IV - central de atendimento a saúde;
- V - creche; e
- VI - outras atividades similares que venham a ser consideradas necessárias pelos Ministros de Estado, ou autoridades com competência equivalente nos Poderes Legislativo e Judiciário, responsáveis pela administração do imóvel.

Parágrafo único. As atividades previstas neste artigo destinam-se ao atendimento das necessidades do órgão cedente e de seus servidores.

Art. 13. A cessão de que trata o artigo anterior será formalizada pelo chefe da repartição, estabelecimento ou serviço público federal a que tenha sido entregue o imóvel, desde que aprovada sua realização pelo Chefe de Secretaria-Geral da Presidência da República, respectivos Ministros de Estado ou autoridades com competência equivalente nos Poderes Legislativo e Judiciário, conforme for o caso, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei e as seguintes condições:

- I - disponibilidade de espaço físico, de forma que não venha a prejudicar a atividade-fim da repartição;
- II - inexistência de qualquer ônus para a União, sobretudo no que diz respeito aos empregados da cessionária;
- III - compatibilidade de horário de funcionamento da cessionária com o horário de funcionamento do órgão cedente;
- IV - obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade e às normas de utilização do imóvel;
- V - aprovação prévia do órgão cedente para realização de qualquer obra de adequação do espaço físico a ser utilizado pela cessionária;

VI - precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente de indenização;

VII - participação proporcional da cessionária no rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância do prédio;

VIII - quando destinada a empreendimento de fins lucrativos, a cessão deverá ser sempre onerosa e sempre que houver condições de competitividade deverão ser observados os procedimentos licitatórios previstos em lei; e

IX - outras que venham a ser estabelecidas no termo de cessão, que será divulgado pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 14. A utilização, a título precário, de áreas de domínio da União será autorizada mediante outorga de permissão de uso pelo Secretário do Patrimônio da União, publicada resumidamente no Diário Oficial.

§ 1º Do ato de outorga constarão as condições da permissão, dentre as quais:

- I - a finalidade da sua realização;
- II - os direitos e obrigações do permissionário;
- III - o prazo de vigência, que será de até três meses, podendo ser prorrogado por igual período;
- IV - o valor da garantia de cumprimento das obrigações, quando necessária, e a forma de seu recolhimento;
- V - as penalidades aplicáveis, nos casos de inadimplemento; e
- VI - o valor e a forma de pagamento, que deverá ser efetuado no ato de formalização da permissão.

§ 2º Os equipamentos e as instalações a serem utilizados na realização do evento não poderão impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas correntes e dormentes.

§ 3º Constituirá requisito para que se solicite a outorga de permissão de uso a comprovação da prévia autorização pelos órgãos federais, estaduais e municipais competentes para autorizar a realização do evento.

§ 4º Durante a vigência da permissão de uso, o permissionário ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se, salvo autorização expressa em contrário, a entregá-la, dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

§ 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a conformidade do permissionário com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.

§ 6º Nas permissões de uso, mesmo quando gratuitas, serão cobrados, a título de restabelecimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento.

§ 7º A Secretaria do Patrimônio da União estabelecerá os parâmetros para a fixação do valor e da forma de pagamento na permissão de uso de áreas da União.

§ 8º A publicação resumida identificará o local de situação da área da União, o permissionário e o período de vigência da permissão.

Art. 15. Na hipótese de venda de bens imóveis mediante a atuação de leiloeiro oficial, a respectiva comissão será paga pelo arrematante, juntamente com o sinal, e será estabelecida em ato do Secretário do Patrimônio da União.

Art. 16. O edital de licitação conterá, no preâmbulo, o número de ordem em série anual, o nome do órgão, da repartição interessada e de seu setor, a modalidade da licitação, a menção de que a licitação será regida pela Lei nº 9.636, de 1998, complementarmente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por este Decreto, pelo manual de alienação da Secretaria do Patrimônio da União e do edital de licitação, o enquadramento legal e a autorização competente para alienação do imóvel, o local, o dia e a hora em que será realizado o pregão ou o recebimento e a abertura dos envelopes contendo a documentação e as propostas e, no seu corpo, dentre outras condições, o que se segue:

- I - o objeto da licitação, venda ou permuta de imóveis, com a identificação e descrição de cada imóvel, especificando as suas localizações, características, limites, confrontações ou amarrações geográficas, medidas, ad corpora ou ad mensuram, inclusive de área;
- II - a menção da inexistência ou existência de ônus que recaiam sobre cada imóvel e, se for o caso, a circunstância de se encontrar na posse de terceiros, inclusive mediante locação;
- III - a obrigatoriedade de cada adquirente de se responsabilizar, integralmente, pela reivindicação de posse do imóvel por ele adquirido, e nada alegar perante a União, em decorrência de eventual demora na desocupação;
- IV - o valor de cada imóvel, apurado em laudo de avaliação;

V - o percentual, referente a cada imóvel, a ser subtraído da proposta ou do lance vencedor, correspondente às benfeitorias realizadas pelo ocupante, quando se tratar de imóvel que se encontre na situação de que trata o § 2º do art. 15 da Lei nº 9.636, de 1998;

VI - as condições de participação e de habilitação, especificando a documentação necessária, inclusive a comprovação do recolhimento da caução exigida, em se tratando de licitação na modalidade de concorrência;

VII - as condições de pagamento;

VIII - as sanções para o caso de inadimplemento;

IX - o critério de julgamento;

X - os prazos para celebração do contrato de compra e venda, promessa de compra e venda ou de permuta e para realização do registro junto ao cartório competente;

XI - a obrigatoriedade dos licitantes apresentarem propostas ou lances distintos para cada imóvel;

XII - as hipóteses de preferência;

XIII - os encargos legais e fiscais de responsabilidade do arrematante e, no caso de arrematante, o foro;

XIV - a comissão do leiloeiro a ser paga pelo arrematante;

XV - as sanções cominadas ao arrematante ou licitante vencedor, na hipótese de desistência ou não complementação do pagamento do preço ofertado;

XVI - a possibilidade de revogação do lance ou proposta vencedora, na hipótese de desistência da preferência exercida;

XVII - a documentação necessária para celebração do respectivo termo ou contrato;

XVIII - os horários, os dias e as demais condições necessárias para visitação dos imóveis; e

XIX - os locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e ao seu objeto.

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pelo presidente da Comissão de Alienação de Imóveis, pelo leiloeiro ou pelo servidor especialmente designado para realização do leilão, permanecendo no processo de licitação e dele se extrairão cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituirá anexo do edital, dele fazendo parte integrante, a minuta do contrato a ser firmado entre a União e o arrematante ou licitante vencedor.

Art. 17. Em se tratando de projeto de caráter social, para fins de assentamento de famílias de baixa renda, a venda do domínio pleno ou útil priorizará, na forma das instruções a serem baixadas pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, aquelas mais necessitadas ou que já estejam ocupando as áreas a serem utilizadas no assentamento, ou, ainda, que estejam sendo remanejadas de áreas definidas como de risco, insalubres ou ambientalmente incompatíveis ou que venham a ser consideradas necessárias para desenvolvimento de outros projetos de interesse público, podendo o pagamento ser efetivado mediante um sinal de, no mínimo, cinco por cento do valor da avaliação, permitido o parcelamento deste sinal em até duas vezes e do saldo em até trezentas prestações mensais e consecutivas, observando-se, como mínimo, a quantia correspondente a trinta por cento do valor do salário mínimo vigente.

§ 1º Quando o projeto se destinar ao assentamento de famílias carentes, será dispensado o sinal, e o valor da prestação não poderá ser superior a trinta por cento da renda familiar do beneficiário, observando-se, como valor mínimo, aquele correspondente ao custo do processamento da respectiva cobrança.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo será considerada:

- I - família de baixa renda, aquela cuja renda familiar for igual ou inferior ao valor correspondente a oito salários mínimos, acrescido da importância equivalente a um quinto do salário mínimo por dependente, que com ela comprovadamente resida, até o máximo de cinco dependentes; e
- II - família carente, aquela cuja renda familiar for igual ou inferior ao valor correspondente a três salários mínimos, acrescido da importância equivalente a um quinto do salário mínimo por dependente, que com ela comprovadamente resida, até o máximo de cinco dependentes.

§ 3º Não serão consideradas de baixa renda ou carentes as famílias cuja situação patrimonial de seus membros demonstre maior capacidade de pagamento, sem comprometimento do seu sustento.

§ 4º Será considerado membro de uma mesma família, para efeito do disposto neste artigo, a pessoa que conviver com os demais membros e que concorre para o sustento comum, independentemente da existência de consanguinidade.

§ 5º Havendo alteração na situação financeira das famílias de que trata este artigo que justifique o seu reequilíbrio, as condições de venda deverão ser revistas, reduzindo-se o prazo de amortização proporcionalmente à capacidade financeira aferida.



§ 6º As situações de baixa renda e de carência serão comprovadas, pelo adquirente, por ocasião da habilitação, e por iniciativa do adquirente ou da Secretária do Patrimônio da União, na hipótese prevista no parágrafo anterior, mediante prévia apresentação dos comprovantes de renda, observadas as instruções a serem baixadas pelo Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 7º Nas vendas de que trata este artigo, aplicar-se-ão, no que couber, as condições previstas para a alienação de imóveis da União, não sendo exigido, a critério da Administração, o pagamento de prêmio anual de seguro nos projetos de assentamento de famílias carentes.

Art. 18. As áreas necessárias à gestão ambiental, à implantação de projetos demonstrativos de uso sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas costeiros, de compensação por impactos ambientais, relacionados com instalações portuárias, marinhas, complexos navais e outros complexos náuticos, desenvolvimento do turismo, de atividades pesqueiras, da aquicultura, da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos e minerais, aproveitamento de energia hidráulica e outros empreendimentos considerados de interesse nacional, serão reservadas segundo os seguintes critérios:

I - a identificação das áreas a serem reservadas será provida conjuntamente pela Secretária do Patrimônio da União e órgãos e entidades técnicas envolvidas, das três esferas de governo, federal, estadual e municipal, e das demais entidades técnicas não governamentais, relacionadas com cada empreendimento, inclusive daqueles ligados à preservação ambiental, quando for o caso;

II - as áreas reservadas serão declaradas de interesse do serviço público, mediante ato do Secretário do Patrimônio da União, em conformidade com o que prevê o parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;

III - quando o empreendimento envolver áreas originariamente de uso comum do povo, a utilização dar-se-á mediante cessão de uso, na forma do art. 18 da Lei nº 9.636, de 1998, condicionada, quando for o caso, à apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório, devidamente aprovados pelos órgãos competentes, observadas as demais disposições legais pertinentes; e

IV - no desenvolvimento dos empreendimentos deverão ser observados, sempre que possível, os parâmetros estabelecidos pelo Secretário do Patrimônio da União para a utilização ordenada de imóveis de domínio da União.

Art. 19. O Secretário do Patrimônio da União disciplinará, em instrução normativa, a utilização ordenada de imóveis da União e a demarcação dos terrenos de marinha, dos terrenos marginais e das terras interiores.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2001; 180º da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Mauris Tavares

#### DECRETO DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso (Processo Administrativo nº 53690.000158/98 e Concorrência nº 016/98-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

I - Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Rondópolis, Estado de Mato Grosso (Processo Administrativo nº 53690.000151/98 e Concorrência nº 016/98-SSR/MC);

II - Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso (Processo Administrativo nº 53690.000151/98 e Concorrência nº 016/98-SSR/MC);

III - Sistema de Comunicação Pantanal S/C Ltda., na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo Administrativo nº 53700.000320/98 e Concorrência nº 017/98-SSR/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2001; 180º da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Pimenta da Veiga

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

### DECRETO DE 8 DE JANEIRO DE 2001

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve:

#### ADMITIR

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, na grau de GRÃ-CRUZ, Sua Excelência o Senhor Muhammad Tawfik Juhani, Embaixador da República Árabe da Síria no Brasil no período de fevereiro de 1997 a dezembro de 2000.

Brasília, 8 de janeiro de 2001; 180º da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Luiz Felipe de Seixas Corrêa

## Presidência da República

### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### MENSAGEM

Nº 12, de janeiro de 2001. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 10.175, de 10 de janeiro de 2001.

Nº 13, de janeiro de 2001. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei complementar que, sancionado, se transforma na Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001.

Nº 14, de janeiro de 2001. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei complementar que, sancionado, se transforma na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

#### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

AUTORIZO a transferência indireta do controle societário da TELEVISÃO CULTURA S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. (EM. nº 657, de 14.12.2000 e processo nº 53740.002064/2000-56).

### ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

#### CONSOLIDAÇÃO DOS ENUNCIADOS DAS SÚMULAS ADMINISTRATIVAS

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10.2.93, e tendo em vista as disposições do § 2º do art. 43, do mesmo diploma legal, edita a presente Consolidação dos Enunciados das Súmulas Administrativas da Advocacia Geral da União:

#### SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 1, DE 27 DE JUNHO DE 1997

(DO-1 de 30.6, DE 1.07 e de 2.7.97)

"A decisão judicial que conceder reajustes referentes à URP de abril e maio de 1988 na proporção de 7/30 (sete trinta avos) de 16,19%, incidentes sobre a remuneração do mês de abril e, no mesmo percentual, sobre a do mês de maio, não cumulativos, não será impugnada por recurso."

Legislação Pertinente: Decreto-lei nº 2.335, de 12.6.87 e Decreto-lei nº 2.425, de 7.4.88.

Precedentes: Supremo Tribunal Federal: RE nº 145183-1/DF - Tribunal Pleno - (DJ 18.11.94) e RE nº 146749-5/DF - Tribunal Pleno - (DJ 18.11.94).

#### SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 2, DE 27 DE AGOSTO DE 1997

(DO-1 de 29.8, de 1.9 E 2.9.97)

"Não se recorrerá da decisão judicial que reconhecer o direito de reajuste, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, ao adiantamento pecuniário concedido em janeiro de 1988 aos servidores do Ministério da Previdência e Assistência Social e dos extintos Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, Instituto Nacional de Previdência Social - INPS e Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS, por conta do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)."

Legislação Pertinente: Lei nº 7.686, de 2.12.88 e Decreto-Lei nº 2.335, de 12.6.87.

Precedentes: SÚMULA nº 333, do Tribunal Superior do Trabalho - TSTMA nº 57, da Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídios Individuais - SDI, e os precedentes jurisprudenciais: AGERR 9209/903, Ac. 1535/96 - DJ 3.5.96; E-RR 727/693, Ac. 0673/96 - DJ 4.10.96; AGERR 10319/904, Ac. 0636/96 - DJ 22.3.96 e E-RR 4270/296, Ac. 0528/95 - DJ 26.5.95.

#### SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 3, DE 5 DE ABRIL DE 2000

(DO-1 de 10.2.2000)

"Não se recorrerá da decisão judicial que conceder reajuste de 28,86% sobre os vencimentos do servidor público civil, em decorrência da Lei nº 8.627/93, com a dedução dos percentuais concedidos ao servidor, pela mesma lei, a título de repositivamento. Os recursos já interpostos contra decisões semelhantes serão objeto de pedidos de desistência."

Legislação Pertinente: Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993

Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993  
Medida Provisória nº 1.962-24, de 20 de março de 2000  
Decreto nº 2.693, de 28 de julho de 1998

Precedentes: acórdãos plêniários do Supremo Tribunal Federal no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307/DF e nos Embargos de Declaração ao RMS 22307/DF, parcialmente acatados.

#### SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 4, DE 5 DE ABRIL DE 2000

(DO-1 de 10.4.2000)

"Salvo para defender o seu domínio sobre imóveis que estejam afetados ao uso público federal, a União não intervirá - e desistirá das intervenções já feitas -, nas ações de usucapião de terra situadas dentro dos perímetros dos antigos aldeamentos indígenas de São Miguel e de Guarulhos, localizados no Estado de São Paulo, propostas perante a Justiça Estadual local."

Precedente Jurisprudencial: Supremo Tribunal Federal - Acórdão (Plenário) no RE nº 219.983-5/SP. Acórdãos (1ª Turma): RE's 212251, 226683, 220491, 226601, 219542, 231646, 231839, etc.; (2ª Turma): RE's 219983, 197628, 194929, 170645, 179541, 215760, 166934, 222152, 209197, etc., todos de São Paulo.

(Of. El. nº 82/2000)

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 29, DE 10 DE JANEIRO DE 2001

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de títulos de Utilidade Pública Federal requeridos pelas seguintes entidades:

I - AÇÃO SOCIAL DE GUARAMIRIM, com sede na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, portadora do CNPJ nº 79.362.224/0001-01 (Processo MJ nº 14.415/2000-81);

II - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE TODAS AS CATEGORIAS DE TRABALHADORES EM GERAL, com sede na cidade de Ilhópolis, Estado de Santa Catarina, portadora do CNPJ nº 76.698.067/0001-03 (Processo MJ nº 18.639/2000-61);

III - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS REFORMADOS DA POLÍCIA MILITAR, com sede na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais, portadora do CNPJ nº 17.094.855/0001-21 (Processo MJ nº 25.341/95-80);

IV - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, portadora do CNPJ nº 34.138.644/0001-62 (Processo MJ nº 19.391/2000-56);

V - CASA DE FRANCISCO DE ASSIS, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portadora do CNPJ nº 30.022.057/0001-52 (Processo MJ nº 14.673/2000-67);

VI - CENTRO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portadora do CNPJ nº 34.017.103/0001-86 (Processo MJ nº 21.535/94-43);

# Medida Provisória reacende batalha por ilhas litorâneas

União quer se apoderar das terras a 33 metros da preamar. Polêmica ainda vai longe.

Mário Vaz

A edição da Medida Provisória (MP) n.º 1.567/97, reeditada inúmeras vezes desde o ano passado, reacendeu no estado, em meio a muita desinformação, os debates em torno da titularidade das terras situadas nas ilhas de Santa Catarina e São Francisco do Sul, e outros imóveis considerados bens da União. A MP autoriza o governo a mapear todos os bens imóveis de domínio da União e decidir quais serão os seus destinos: aforamento, uso, venda, doação, etc.

Contudo, pressionado pelo Congresso, o governo acabou excluindo expressamente do mapeamento, "em cima da hora" — quando a MP estava em vias de se converter finalmente em lei — as terras situadas nos interiores das ilhas costeiras, sedes de municípios. Isso deve provocar uma trégua na "batalha" pelas terras interiores da Ilha de Santa Catarina e da Ilha de São Francisco do Sul, que se intensificou com a promulgação da Constituição em 1988, com a inclusão daquelas no rol de bens da União.

Para desespero de muitos proprietários dessas valorizadas terras. Contudo, a polêmica questão está longe de ter um entendimento pacífico.

As controvérsias jurídicas em relação a quem pertencem as propriedades localizadas nas ilhas costeiras começaram a surgir na década de 70. Atualmente, as discussões estão centradas em torno do texto do artigo 20 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que define os bens da União: "Art. 20. São bens da União: (...) IV — as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as ilhas costeiras, excluídas destas, as áreas referidas no art. 26, II;". O referido artigo 26 da CF define como bens dos estados as áreas sob seus domínios, nas ilhas oceânicas e costeiras, excluídas aquelas que pertencem à União, municípios ou terceiros.

Os partidários da tese que a Ilha de Santa Catarina não é um bem da União sustentam que uma interpretação apropriada da própria Constituição já resolveria o problema.

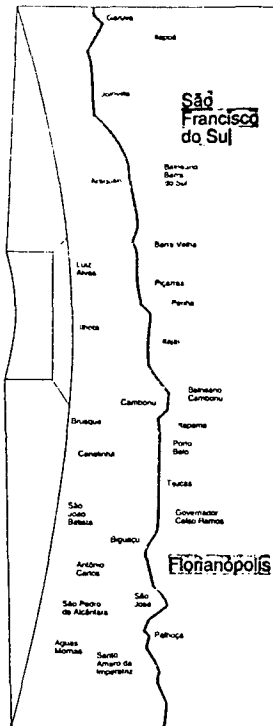
De acordo com esta tese, a questão remonta a primeira Constituição Federal, de 1891. No seu artigo 64 atribuiu aos novos Estados-Membros o domínio de todas as terras devolutas (sem titularidade), situadas no interior de suas divisas territoriais, ficando para a União somente as áreas militares e os

terrenos de marinha (faixa de 33 metros medida da praia para dentro). Assim, as terras da Ilha de Santa Catarina e de outras ilhas costeiras já eram desde o século passado propriedade do estado e das pessoas que provassem a titularidade.

No intervalo até a promulgação da Constituição de 1988 nenhuma legislação teria alterado a determinação expressa daquela primeira "carta republicana". Disposto da prerrogativa constitucional, o estado de Santa Catarina foi negociando ao longo do tempo suas terras, inclusive nas ilhas costeiras, e titulando os novos proprietários. Deste modo, a atual CF teria simplesmente confirmado esta situação interpretando-se conjuntamente seus artigos 20, IV e 26, II.

Por sua vez, a União, representada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e judicialmente pela Procuradoria da Fazenda Nacional, não comunga deste entendimento, ignorando o texto da carta de 1891.

Na defesa de sua tese, cla-



considera que a CF de 1988 foi taxativa incluindo as ilhas costeiras como bens da União. Só estariam excluídas da sua titularidade as áreas pertencentes definitivamente a estado, município ou particulares, as áreas situadas na chamada "meia-lêgua em quadro"; porção de terras doadas à Câmara da então Vila de Desterro pela Côrta Portuguesa, em 1815, e que compreende toda área central da cidade, incluindo os atuais bairros da Agronômica, Saco Grande, Itacorubi, Trindade, Pantanal, Saco dos Limões e José Mendes.

Fora destas exceções, a Ilha de Santa Catarina está incluída no rol dos bens da União. Conseqüentemente, mesmo as terras adquiridas por particulares com justo título, que não te-

nham cumprido o período prescricional para aquisição do domínio por usucapião, até a promulgação da CF/88, são consideradas devolutas e pertencentes à mesma.

Com a identificação e cadastramento destas áreas pelo SPU, como prevê a MP n.º 1.647-15 nos seus quase 50 artigos, deverá aumentar significativamente o número de imóveis na Ilha de Santa Catarina que ficarão sob a administração direta do SPU, que poderá optar pela cobrança de uma taxa de ocupação ou até mesmo a venda do imóvel cadastrado.

Cabe agora aos "ilhéus", cujos antepassados defenderam as suas terras da invasão dos inimigos espanhóis, através das fortalezas e seus canhões, se armarem da tese jurídica mais favorável na defesa das áreas a que têm direito.

## Usucapião

Uma das formas mais usadas de se tentar adquirir definitivamente a propriedade de áreas na Ilha de Santa Catarina é através da ação de usucapião. Isto ocorre principalmente entre os moradores do interior da Ilha que herdaram a posse de seus familiares ou então ocuparam as chamadas terras devolutas, entre outros casos. A sentença que julga procedente a ação é usada como título para transcrição no registro de imóveis.

Contudo, a União, através da Procuradoria da Fazenda Nacional, por regra, tem intervenido nas ações de usucapião sobre imóveis na Ilha. Alega-se que estes imóveis estão localizados em áreas consideradas pertencentes à União por atribuição da CF/88, que, assim, seriam insuscetíveis de aquisição por usucapião. Nos casos em que o prazo exigido para o usucapião se completou até a data de promulgação da CF/88 a Procuradoria tem re-

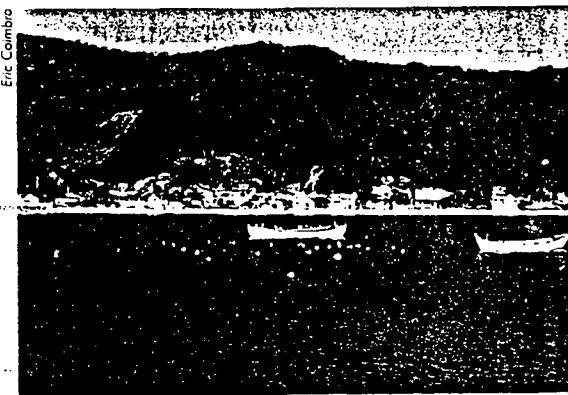
conhecido o direito dos possesores.

O instituto do usucapião tem seus requisitos descritos no Código Civil Brasileiro de 1916, nos artigos 550 a 553 e no art. 183 da CF/88. O usucapião se rege, basicamente, pelo prazo de exercício da posse no imóvel. No chamado usucapião extraordinário pode reivindicar o domínio da terra aquele que por mais de 20 anos, ininterruptos e sem oposição, exercer a sua posse, independente de justo título (qualquer documento válido para provar a posse).

No usucapião ordinário o período prescricional é de 10 anos se a posse foi exercida em área cujo proprietário mora, ou tem sede, no mesmo município. Será de 15 anos se o proprietário da área tiver domicílio distinto. Para ambos os casos será necessário justo título e boa fé no exercício da posse.

O usucapião especial previsto na CF/88 exige somente o período de cinco anos para a consumação do direito ao usucapião. Porém, o terreno não poderá ultrapassar 250 m<sup>2</sup> e localizar-se em área urbana. Exige-se, também, que o possessor não tenha outro imóvel e que o utilize para moradia de sua família, ininterruptamente.

Normalmente a ação de usucapião tramita na Justiça Estadual. Contudo, com a intervenção da União a ação é deslocada para a Justiça Federal, que é competente para julgar as causas que tenham interesse da União.



A maior parte da Ilha de Santa Catarina está incluída no rol dos bens da União

## Terrenos da Marinha

A exclusão das terras interiores das ilhas costeiras da MP n.º 1567, que dispõe sobre a regularização dos bens imóveis da União, deslocou a polêmica para os terrenos da marinha. Agora os imóveis compreendidos nesta faixa poderão ser aforados, mediante leilão ou concorrência pública, tendo como preço mínimo o seu valor de mercado.

A medida governamental deverá causar um significativo impacto social, já que grande parte dos terrenos de marinha são ocupados por famílias de baixa renda. O montante arrecadado será usado na amortização da dívida pública do Tesouro Nacional.

Os terrenos da marinha são bens da União, como dispõe o artigo 20, VII da Constitui-

ção Federal, impossibilitando a aquisição de propriedade definitiva por particulares. Deste modo, o direito a aforamento atribui a outrem o domínio útil perpétuo do imóvel, mediante o pagamento anual de uma pensão ao SPU, conhecida como foro, calculada sobre 0,5% do valor do terreno. Os imóveis situados na costa brasileira banhados pelo mar, incluídas as ilhas costeiras e oceânicas, ou pelas lagoas e rios, onde se faça sentir as influências das marés, compreendidos numa faixa de 33 metros para dentro, medidos normalmente à linha preamar média, são terrenos da marinha. Estes foram delimitados em 1831, sendo considerados desde então domínios da União.

# União se prepara para vender terras de marinha

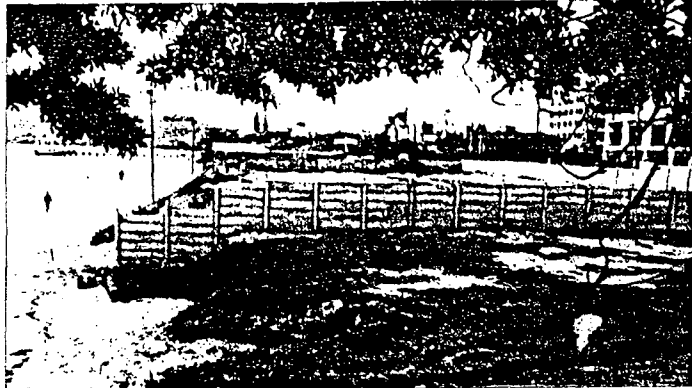
*Só em Santa Catarina, existem cerca de 150 mil imóveis em terras da união*

Gilberto Gonçalves/FN

A aplicação da Lei 9636/98, que obriga ocupantes de terras de marinha a recomprarem os imóveis ou desocupar as áreas da União está gerando mal-estar nos próprios funcionários dos órgãos subordinados à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O chefe do departamento de engenharia da Delegacia do Patrimônio da União em Santa Catarina, Carlos Bauer diz que o Governo Federal está ferindo a Constituição Federal ao designar a Caixa Econômica Federal para operacionalizar a venda dos imóveis em terras de marinha. "Essa função é nossa, a atividade típica da Delegacia é avaliar, fiscalizar, cadastrar, demarcar, preservar e alienar as áreas da União. Por isso, somos contra essa decisão", afirmou Bauer. "Além disso, o povo vai pagar dobrado, porque a avaliação da Caixa é bem maior."

O Governo Federal estima vender três milhões de imóveis em todo o país e com os recursos obtidos pagar a dívida externa. Inclusive, já tratou de realizar um levantamento geral para certificar-se do que realmente possui. Antes de começar a alienação dos bens é necessário fazer o cadastramento dos moradores e segundo o deputado federal Edson Andrino (PMDB), não há recursos em caixa. "No Paraná, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento do Extremo Sul está bancando o cadastramento", conta. Em Vitória, Espírito Santo, os técnicos da DPU foram apedrejados quando tentaram fazer o cadastramento das áreas de interior - o chamado Nacional Interior. Quando a lei foi criada, a intenção era incluir os terrenos de interior - no caso de Florianópolis, uma ilha, pertence à União, só que a pressão política fez o Governo recuar. Depois da reação do povo, os técnicos nunca mais voltaram a Vitória.

Em Santa Catarina, existem cerca de 150 mil imóveis em terras de marinha, segundo dados da DPU, embora cadastrados sejam apenas 26 mil. Em Florianópolis a estimativa é de 15 mil e em Joinville, 26 mil. A Lei 9636/98 - com base no Decreto Lei 9760, de 1946, considera propriedade da União, terras que estão há 33 metros além da linha preamar ou além da maré mais alta, incluindo lagos, lagoas, rios e mangues que tenham influência da maré. Para traçar a linha preamar média se tem como referência as marés do ano de 1831. "Quem for medir vai ter que quebrar a



*Proprietários de terrenos à beira-mar serão os grandes prejudicados pela nova lei*

cabeça", avisa Bauer. "Hoje nós temos homologada apenas a linha preamar em Joinville", conta.

Na área continental de Florianópolis e nas cidades vizinhas, como São José e Biguaçu existe apenas a média presumida. Já em Balneário Camboriu, Itapema, Bombinhas, Governador Celso Ramos e Palhoça houve impugnação. "Fica difícil alienar os imóveis se não existe uma linha preamar homologada", considera. Só para ter idéia da dificuldade, em Ingleses, por exemplo, há três linhas preamares. Em geral, são as famílias de pescadores mais antigas que auxiliam os técnicos. "Tem que falar com um, com outro, até chegar a uma média", diz o engenheiro. "Para definir a linha preamar em Florianópolis o Governo (Federal) precisará investir R\$ 150 mil em carta aerofotogramétrica. Em outras situações costuma-se aproveitar o satélite, mas não no caso da linha de maré onde é necessário medir a altimetria (altura)", explica.

Apenas dois deputados federais votaram contra o projeto - Andrino e a deputada Laura Carneiro. "A União vai desconsiderar os investimentos e as benfeitorias nos imóveis e muito menos as taxas de ocupação pagas às Delegacias do Patrimônio, no caso de venda", destaca. O deputado entrou com o Projeto de Lei 1435/99, pedindo a revogação da Lei 9636/98, mas no dia 10 de janeiro de 2001, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso baixou o Decreto 3725, regulamentando a Lei.

"Em vez de vender, a União poderia abrir a possibilidade de continuidade de ocupação. Quem não quer comprar con-

tinuará pagando a taxa de 2 a 5% (em vigor)", explica. "Hoje a arrecadação é de R\$ 200 milhões por ano, mantendo a ocupação, poderia ganhar por volta de R\$ 1 bilhão por ano, e não mataria a galinha dos ovos de ouro. Também não se pode esquecer, que na prática, a cada 20 transferências, a União ganhará um terreno a título de laudêmio (5% em vigor)", calcula.

Atualmente, quem ganha menos de três salários mínimos está isento da taxa de ocupação, mas na aplicação da lei, prevê ter que pagar, embora em condições facilitadas. A maior preocupação serão as políticas de avaliação das terras por parte da empresa que vencer a licitação. O professor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Paulo Rizzo teme a privatização da orla marítima com a terceirização dos serviços. "O que poderá ocorrer é a saída de famílias pobres para entrada de grandes empreendimentos imobiliários", observou Rizzo.

A pergunta que circula entre parlamentares, ambientalistas e o povo é: por que o Governo Federal tomou essa decisão, se já existe a Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei Federal 7661/88), que instituiu o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro? Na opinião do deputado estadual Afrânio Boppré (PT) - que está reforçando o grupo de esclarecimento, a atitude do Governo Federal é ambígua. "Ora protege o ambiente, ora parece abrir caminho para os grandes investimentos". Andrino lembra que na terceirização dos serviços de avaliação, a Caixa Econômica Federal poderá contratar imobiliárias. "Isto é perigoso", afirma.

**Gráfico da Folha do Norte da Ilha**  
 ou confeccionar seus impressos,  
 mento sem compromisso conosco.  
 Fone: 269-1732

08-40, 12 andar, Tel 051-2052 com SC 100 e Ingleses

- ◆ Folhetos
- ◆ Cardápios
- ◆ Escaneamento de fotos
- ◆ Diagramação e impressão de jornais comunitários e empresariais
- ◆ Folders promocionais
- ◆ Calendários
- ◆ Serviços fotográficos

Serviços executados em impressoras gráficas de última geração

**FOLHA DO NORTE**

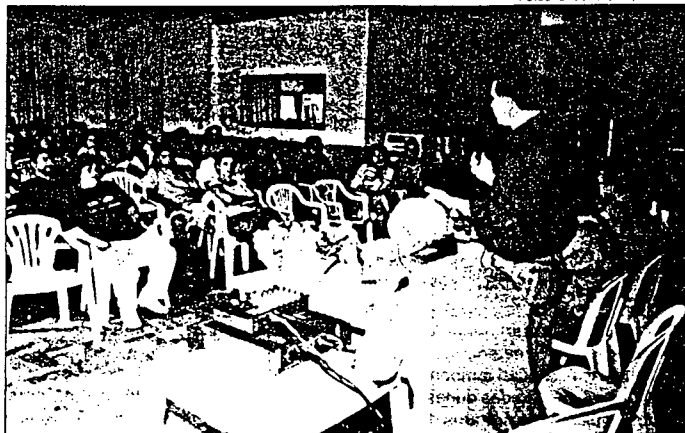
Qualidade e segurança no seu impresso



# CCCBI realiza debate com deputados para esclarecer população

Em Ingleses, as lideranças locais convocaram um debate de esclarecimento à população que contou com a presença de Andrino, Afrânio, deputado estadual João Henrique Blasi (PMDB), Ideli Salvatti (PT) e representantes de comunidades do Norte da Ilha, Lagoa da Conceição e Rio Tavares e os professores Paulo Rizzo e Lino Peres, também de arquitetura e urbanismo. Os moradores reclamam que a Lei é complexa, e a maior dúvida é sobre o aforamento e a linha preamar. O artigo 13, prevê o direito de aforamento a quem comprovar que em 15 de fevereiro de 1997 já ocupava o imóvel há mais de um ano e esteja regularmente inscrito como ocupante até a data da formalização do contrato de alienação do domínio útil e em dia com os pagamentos.

O Movimento Ihativa e o Conselho Comunitário das Comunidades do Balneário de Ingleses pretendem elaborar uma cartilha e distribuir entre os moradores. Independente da ação coletiva na Justiça que a Associação dos Proprietários e Ocupantes de Terrenos da União planeja ingressar, as associações comunitárias que participaram do debate prometem entregar uma moção de repúdio ao presidente da República. Durante o debate comunitário no Salão Paroquial de Ingleses, o vereador



Fotos: Gilberto Gonçalves/FN

Moradores dos Ingleses compareceram na reunião do CCCBI para esclarecer dúvidas

Nildomar Freire, o Nildão (PC do B), estranhou a ausência da prefeita Angela Amin. "Eu gostaria de saber se a prefeita foi convidada?", perguntou aos deputados. Andrino respondeu: "Nos debates realizados em outras cidades, as prefeituras têm participado. Eu lamento a ausência da prefeita, porque ela tem força política e afinidade com Fernando Henrique (Cardoso). Também quando tramitou a medida provisória, Amin (governador) era senador", explicou.

A Delegacia do Patrimônio da União

prevê uma longa batalha judicial, especialmente, por causa das várias linhas preamares. "Nas ações na justiça, normalmente, são os técnicos da UFSC que fazem a medição da linha preamar com um aparelho chamado marégrafo. Só que demora 28 dias consecutivos para chegar a uma média e um ano para constatar a linha preamar", explica o engenheiro Bauer. Em São Francisco do Sul, onde já existe linha preamar homologada, um jornal de Florianópolis noticiou que quatro famílias de pescadores

**LANCHONETE E RESTAURANTE**  
**LUA**  
FONE: 369-3665

**\*LANCHES**  
**\*PETISCOS**  
**\*MARMITEX**

BUFÊ E LIVRE  
Sexta-Feira - Dobradinha  
Sábado - Feijoadá  
Todos os dias Cachaça

Rod. SC 403 (antigo bar do Borginho) - Ingleses

havam sido despejados em razão da Lei de Terras de Marinha, mas de acordo com a Procuradora da República em Santa Catarina, Analúcia Hartmann, a decisão da Justiça se baseou em ocupação de área de preservação permanente (APP).

A Delegacia se prontificou a auxiliar moradores em razão da dificuldade de medir a linha preamar em Ingleses, Bauer colocou à disposição da comunidade os serviços da DPU para esclarecimento de dúvidas. Inclusive com a possibilidade de medição no próprio local, desde que os ocupantes apresentem planta do terreno, em duas vias.



Andrino explicou a lei aos presentes

# Cadastramento começa em 99

*União espera cadastrar terrenos de posse no próximo ano*

Clara Brasil

O delegado do Patrimônio da União de Santa Catarina, Lauro Mário da Rosa, disse que espera começar o cadastramento dos terrenos de posse em área da União a partir do ano que vem. A Medida Provisória 1.647/15, que regulamenta a venda dos terrenos da União, foi sancionada no último dia 15 de maio.

A medida, porém, não atinge terrenos localizados em ilhas oceânicas e costeiras – como é o caso de Florianópolis – para os quais deverá haver regulamentação específica. Por isso quem tem terreno de posse em área de marinha na Ilha vai esperar um pouco mais, mas o delegado acredita que cedo ou tarde todos terão que pagar, porque a disposição do governo é de também “vender” os terrenos das ilhas.

De acordo com ele, os ocupantes terão a preferência na negociação. Quem comprou e pagou terreno a terceiro, localizado em área União, terá que pagá-lo novamente, por que a União se considera proprietária titular da chamada “faixa de marinha”.

A faixa dos terrenos de Marinha abrange um comprimento de 33 metros em linha perpendicular a um ângulo de 90 graus de inclinação a partir da chamada “Linha da Preamar”, definida em 1831 pela oscilação das marés.

A venda para a União se dará da seguinte forma: 10% de entrada e o restante em até 120 parcelas. Segundo o delegado, quem fizer a conta verá que é vantajoso comprar o terreno da União e tornar-se proprietário de fato, ao invés de pagar 20 anos a taxa de ocupação (5% do valor do terreno) - que será aplicada a partir



*O delegado do Patrimônio da União de SC, Lauro Mário da Rosa: “Quem comprou, comprou a posse, não a propriedade”*

do cadastramento - sem nunca tornar-se proprietário.

Lauro Rosa afirma que prefere não entrar em polêmica. “Já existia legislação patrimonial que dava tratamento a todos os terrenos de marinha e da União. Por isso é preciso entender: toda pessoa que ocupa terreno da Marinha tem a posse precária, não a propriedade. Se comprou, comprou a posse, as benfeitorias. Isso ela deveria ter entendido na hora que comprou”.

“Uma pessoa esclarecida deve saber a titulação do terreno, é a primeira coisa. Escritura pública de terreno de marinha não vai a registro de imóveis. Já deveria ser questionada, mas a pessoa não se preocupou. Estamos procurando ver os direitos de cada um, caso a caso” disse.

Os terrenos das ilhas (que se localizam nas ilhas de uma ilha, por exemplo, a ilha do Campeche que pertence à Ilha de Santa Catarina, onde está a maior parte de Florianópolis) também dependerão de regulamentação específica para a venda.

## Como vai funcionar

■ Quem tiver registro do imóvel na Delegacia do Patrimônio da União anterior a 1940, terá o aforamento (aquisição) gratuito. Os ocupantes deverão comprovar a posse com título, ou qualquer documento que se julgue de boa fé, como de água, luz, etc.

■ Quem possuir escritura pública devidamente registrada no Registro de Imóveis, com “cadeia sucessória” (histórico de propriedade do título) anterior a 5 de Setembro de 1946 - data do decreto que regulamenta os terrenos da União - também terá reconhecido o direito ao aforamento gratuito.

■ Quem tiver somente a posse ou títulos que não remontem a antes de 1946 - mesmo com registro de imóveis - só poderão ter aforamento mediante o pagamento do ‘domínio útil’ do terreno da marinha, calculado em 83% do valor do terreno.

■ Sem isso, o terreno vai à licitação em concorrência pública ou a leilão, mesmo que tenha construções em cima. No caso de proprietários com título e escritura pública, a Delegacia promoverá a desconstituição desses títulos.

TERRENOS DE MARINHA Projeto do deputado Edison Andrino é encaminhado à Presidência da República

# Proposta solicita alterações na lei

GISELE KAKUTA MONTEIRO

Por considerar que a lei 9.636, que regulariza os bens da União, não prevê a questão social dos ocupantes atuais, o deputado federal Edison Andrino (PMDB) apresentou à presidência da República projeto para alterações.

O documento ganha apoio de

lideranças comunitárias e autoridades em diversos municípios. O deputado solicitou a revogação de sete itens da legislação.

Dois deles tratam da participação da iniciativa privada no processo de regularização dos imóveis. Andrino também pede cancelamento de restrições ao direito de indenização das benfeitorias feitas pelos ocupantes e de multa

no caso de não desocupação.

Através do documento, ainda são sugeridas definição de instruções normativas ou decretos de regulamentação. Propõe-se, por exemplo, que a notificação dos ocupantes seja pessoal, por carta registrada, e que nenhum procedimento de aforamento seja iniciado sem o prévio cadastramento dos imóveis.

A secretária do Patrimônio da União, Maria José Vilalva Barros Leite, assinou documento que garante algumas das medidas.

## Deputado quer oficializar parecer

Mas Edison Andrino quer incluir o compromisso na legislação e não depender do compromisso da direção da SPU, que fica sujei-

to à interpretação de quem tiver no comando da Secretaria.

Na lei 9.636, promulgada em maio de 1998, já existe uma modificação de autoria do deputado Andrino.

É a que exclui, até regulamentação específica, da alienação e aforamento os terrenos da União localizados em ilhas sede de municípios, como a Capital.

## Mudanças

SUGESTÕES

### Revogar artigos que

Possibilita delegar à iniciativa privada a fiscalização, gestão e arrecadação com os imóveis da União. Limita o direito à indenização de benfeitorias para os ocupantes anteriores a fevereiro de 1996 e regularmente inscritos. Permite a notificação por edital do ocupante inscrito.

Retira do ocupante que não tem prioridade no processo de aforamento o direito às benfeitorias.

### Pedido para regulamentação

Determinação expressa para que nenhum procedimento de aforamento seja iniciado sem o prévio cadastramento dos ocupantes.

Notificação dos ocupantes inscritos, ou não, seja pessoal, por carta registrada.

Regulamentação da cessão onerosa Determinação para que seja elaborado um planejamento ou programação do aforamento e alienação dos bens da União, especificando-se cronologicamente os setores que serão progressivamente abrangidos.

Determinação para que os terrenos edificadas em áreas urbanas sejam excluídas do processo de aforamento.

**Fonte:** Alguns itens do ofício elaborado pelo do deputado Edison Andrino, com orientação do advogado Gilberto D'Ávila Rufino, e encaminhado à presidência da República e à Secretaria do Patrimônio da União.

## Ocupantes contestam "recompra"

JULIO CAVALHEIRO/DF/FLORIANÓPOLIS

O processo de alienação e aforamento dos terrenos de marinha da União expõe a situação de ocupação irregular no Estado.

Uma das principais alegações dos ocupantes é já ter comprado o imóvel de terceiros e contestam a obrigação de pagar novamente, o que chamam de "recompra".

É o caso do funcionário público federal aposentado Romualdo Ostroski, de 55 anos. Ele explica que há 32 anos adquiriu um lote no Saco dos Limões e há 29 anos, outro na Caieira da Barra do Sul, ambos em Florianópolis. "Comprei de terceiros e desde então pago a taxa anual de cerca de R\$ 300 cada para a União, referente à ocupação. "Pelo que gastei, os imóveis já estão bem quitados", destaca.

Com a aposentadoria sem reajuste há seis anos e as despesas crescentes com a família, ele alega não ter condições de pagar pelo aforamento.

"Não é justo perder meus bens em leilão", afirma. Romualdo também reclama do aforamento pelo valor atual de mercado, que não considera as benfeitorias feitas no terreno, como terraplanagem, obra de contenção, entre outras, além das melhorias no bairro que valorizam o imóvel.

Mas o gerente do Patrimônio da União em Santa Catarina, Newton Fernandes Bruggemann, explica que as terras de marinha são historicamente da União, que detém o direito de aforamento.

Há anos, a União teria incentivado a ocupação da faixa litorâ-



ROMUALDO: "Pelo que já gastei, os imóveis estão bem quitados"

nea para garantir a segurança nacional evitando as invasões. Pela ocupação de suas terras, passou a cobrar uma taxa.

Mas em geral foi uma concessão e apenas quem se tornou feroz garantiu a permanência no terreno.

### Nova lei torna o aforamento obrigatório

A base da legislação sobre a questão é uma lei de 1946. A nova lei 9.636 de 15 de maio de 1998, regulamentada em 10 de janeiro de 2001, deixa mais claro o processo de alienação e aforamento compulsório.

Anteriormente, o ocupante pa-

gava a taxa à União de 2% ou 5%. Podia optar pelo aforamento para garantir a ocupação. Caso contrário, corria o risco de ter que sair se a União precisasse da área. Mas não havia a determinação clara do interesse da União de levar os terrenos à leilão ou licitação.

Em alguns casos, a pessoa que está ocupando a terra - mesmo que tenha construído uma casa ou outras benfeitorias - nem tem prioridade para a "compra". A nova lei também abre para a iniciativa privada a possibilidade de participar do processo de alienação e aforamento, inclusive com uma parte na venda.

## Saiba mais

O QUE A LEI DETERMINA

### O que acontecerá com as terras da União?

A União quer regularizar seus bens, inclusive os terrenos de marinha, ocupados ou não.

### Como?

Através do aforamento (venda). No caso dos terrenos de marinha, os ocupantes adquirem o domínio útil, com a compra de 87% do imóvel. O restante continua da União.

### O que são terrenos de marinha?

São imóveis localizados na faixa de

33 metros a partir da linha do preamar médio de 1831. O Patrimônio da União conclui em 80% do Estado o trabalho de demarcação das linhas, através de registros históricos da época. No restante, o trabalho está em andamento.

### Quem está incluído no processo de regularização?

Todos que não tiverem adquirido o domínio útil do imóvel e ocuparem bens da União.

Na hora da aquisição, quem tem

### preferência?

Os ocupantes regularmente inscritos no Patrimônio da União até 15 de fevereiro de 1996 e em dia com a taxa de ocupação. Depois desta data, não têm nenhum direito.

### O que prevê o aforamento?

A aquisição do domínio útil do imóvel, com direito à permanência nele. É a regularização junto à União, o que possibilita a sua utilização em hipoteca, por exemplo. Mas nos terrenos de marinha, terá que continuar pagamento uma taxa à União, que

reduz de 2% ou 5% para 0,6%.

### Qual o valor do aforamento?

O imóvel é avaliado pelo valor de mercado, que poderá ser dividido de 120 a 300 vezes, dependendo das condições financeiras do ocupante. A lei anterior que regulamentava a questão previa 24 parcelas.

**Fonte:** Patrimônio da União de Santa Catarina e advogado Humberto Gonçalves Corrêa Junior, que presta assessoria jurídica sobre o assunto na Grande Florianópolis e Joinville

# Patrimônio à venda em três meses

Estão relacionados para licitação 147 imóveis em 12 cidades de Santa Catarina, em zonas urbanas e rurais, mas este lote, avaliado em R\$ 1 milhão, ainda não inclui as áreas de marinha

GISELE KAKUTA MONTEIRO

O Patrimônio da União relacionou 147 imóveis em Santa Catarina que colocará à venda nos próximos três meses. As propriedades são de 12 cidades catarinenses, como Florianópolis, Laguna, Imbituba e Navegantes.

São bens do patrimônio em áreas urbanas e rurais. O pacote, que não inclui as terras de marinha, é avaliado em mais de R\$ 1 milhão. Os imóveis poderão ser adquiridos por concorrência pública, explica o gerente do Patrimônio da União em Santa Catarina, Newton Bruggemann. O edital de licitação está sendo elaborado pela Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado, com exceção de um terreno em Laguna com a concorrência já aberta.

A medida foi orientada pelo governo federal, que determinou um levantamento dos bens patrimoniais. A iniciativa é para regularizar a situação dos imóveis da União. Alguns poderão ter a ocupação remanejada, inclusive com empréstimo para órgãos públicos estaduais e municipais. Outros serão colocados à venda.

## Alienação e aforamento das terras de marinha

Os terrenos de marinha estão incluídos no processo, pela lei 9.636, de maio de 1998, regulamentada neste ano. Depois do cadastramento de todas as terras na faixa de 33 metros a partir da preamar, o Patrimônio deve iniciar a alienação e aforamento. Em alguns casos, os ocupantes terão que disputar em leilão ou concorrência pública o direito de continuarem no imóvel, pagando 87% do seu domínio. O valor é de mercado.

Mas Bruggemann destaca que não há previsão para o início do cadastramento destes casos. Ele explica que o órgão tem 30 funcionários no Estado, número insuficiente para o trabalho. O Patrimônio tem 26 mil terrenos regularmente inscritos. Com base em levantamentos preliminares, o gerente estima que o total chegue a aproximadamente 150 mil. Além dos terrenos da faixa litorânea, estão incluídos aqueles às margens dos rios e lagoas que sofrem influência das marés, como no vale do Rio Itajaí-Açu e Tubarão.

A gerência estadual comunicou à Secretaria do Patrimônio da União em Brasília a falta de condições para o cadastramento, e aguarda resposta. O único retorno que teve é que a Secretaria prevê o cadastramento de cinco mil imóveis no Estado até o final do ano. "Pode ser feito através de uma instituição contratada por licitação", explica o chefe do Serviço de Cadastramento e Demarcação no Estado (Secadi), Carlos José Bauer.



QUESTÃO RESOLVIDA: Calcula-se que 99% dos terrenos da Avenida Beira-Mar Norte, em Florianópolis, já estejam regularizados pela União

## Serviço

LOTES QUE SERÃO LICITADOS

Tipo de Imóvel	Endereço	Município	Área (m2)	Valor da Avaliação (em reais)
2 Lotes n's 208 e 210	R. Rio Grande do Sul	Princesa	2.000	6.000
Terreno	Av. Calistrato Muller	Laguna	8.710	260.000
Rural	Rio Miguel, Teresópolis	Águas Mornas	1.306.800	55.470
Rural	Estrada Geral Canoinhas	Major Vieira	801.641	não divulgado
4 Lotes, n's 2,3,4 e 5 Quad.2	R. Borges de Medeiros	S.L.D Oeste	3.800	34.726
Gleba - Lote 7/A	Irineópolis	Irineópolis	1.363.676	166.317
Gleba - Lote 14 (parte)	São João da Barra	Mafra	142.479	18.522
Gleba-Lote 10	São João da Barra	Mafra	148.200	22.214
Terreno	Atalaia	Itajaí	1.232	60.207
127 Lotes/Casas	Antiga Cia.Docas	Imbituba	não divulgada	não divulgado
Garagem	R. Conselheiro Mafra	Florianópolis	12	7.100
Terreno	R. Lauro Muller	Tubarão	8.888	não divulgado
Lote 3 Quadra 1	R. Borges de Medeiros	S.L.D Oeste	1.000	821
Terreno	R. Borges de Medeiros	S.L.D Oeste	12.100	1.076
Lote 14 (parte)	São João da Barra	Mafra	11.500	18.522
Marinha e acrescido	Av. Santos Dumont	Navegantes	6.010	242.700
Porto da Barra-Canal da Barra	Barra da Lagoa.	Florianópolis	3.246	não divulgado

## Primeiro passo é demarcação da linha da maré

O primeiro passo no processo de alienação e aforamento das terras de marinha da União é a demarcação da linha de preamar.

Ela foi concluída em 80% do Estado no ano passado. No restante, a demarcação sofre impugnação dos ocupantes da faixa ou está em fase de elaboração.

A linha foi definida por municípios para evitar que uma impugnação afetasse a demarcação em todo o Estado. Nos municípios de São José, Palhoça, Governador Celso Ramos, Balneário Camboriú e Itapema, ocupantes contestaram

a posição da linha. Grande parte dos casos de impugnações é próximo ao Rio Bela Cruz, de Itapema, Litoral Norte. Ele teve seu leito alterado há anos o que desencadeou os questionamentos do atual marco da faixa da União.

Os casos estão sendo analisados pela Gerência de Patrimônio da União de Santa Catarina, que deve emitir parecer em três meses. "De modo geral, os argumentos para alterações não têm consistência", antecipa o gerente Newton Fernandes Bruggemann.

De Arroio do Silva até Passo de Torres, aiem de Blumenau. Tu-

barão, Palhoça e a Ilha de Santa Catarina, a linha também não está definida porque depende de levantamentos complementares.

### Depois deve ser o cadastramento

São terrenos de marinha aqueles que estão na faixa de 33 metros a partir da preamar no ano de 1831 ou da comprovação do ano mais próximo a este. O que estiver nesta faixa é de propriedade da União. Com exceção daqueles que já passaram pelo aforamento. É o caso de 99% dos imóveis da Avenida Beira-Mar Norte,

em Florianópolis.

Com a linha de preamar demarcada, a próxima etapa será o cadastramento das terras. Mas a Gerência Regional do Patrimônio da União não tem funcionário suficientes para este trabalho. A situação está inibida porque a Secretaria do Patrimônio da União em Brasília não se manifestou como resolverá o problema para fazer o cadastramento.

Bruggemann levanta outra questão: é necessário complementar a regulamentação da lei 9.636,

1998 para a alienação e aforamento das terras de marinha.

TERRENOS DE MARINHA Calcula-se que 60% dos proprietários não têm condições de readquirir os imóveis

# Falta dinheiro para recomprar área

CLAUDIA MARCELO

▼ PALHOÇA

Em Santa Catarina calcula-se que 60% dos proprietários de terras de marinha não têm condições financeiras de readquirir os imóveis que, asseguram, já foram comprados. O levantamento foi elaborado pela Associação Catarinense de Defesa dos Possuidores, Ocupantes, Foreiros e Usuários de Terrenos da Marinha.

Estima-se que existem 3 milhões de ocupações à beira-mar no Brasil. No Estado, o número chega a 60 mil.

"Esta situação vai resultar em graves problemas sociais", acredita o presidente da entidade, José Marcatti. Em janeiro deste ano foi regulamentada a lei que estabelece normas para a compra de terras de marinha - áreas situadas numa faixa de 33 metros a partir da linha da maré alta e consideradas terras da União. Os proprietários não aceitam comprar terras pelas quais já teriam quitado a transferência de direito de ocupação, além de taxas.

Entretanto, a Secretária do Patrimônio da União argumentou que escritura, pagamento de taxas de ocupação e de tributos como o Imposto Predial e Territorial Urba-



EGEL: No imóvel há 9 anos



CLARKSON: Melhoria na rua

no (IPTU) não garante o direito à propriedade. Para isso, seria preciso adquirir o aforamento, ou seja, a compra de 83% do valor do imóvel pelo particular, enquanto a União permanece com os 17% restantes.

A questão foi discutida no sábado, na Câmara de Vereadores, com os moradores de Palhoça, na Grande Florianópolis. Um dos

participantes foi o carpinteiro José Egel, que reside na Vila Nova. Ele comprou o terreno há nove anos e nem conseguiu terminar a casa por falta de recursos. Ele salientou que não tem condições de arcar com a recompra.

O microempresário Clarkson Sell está na mesma situação. Ele possui imóveis no loteamento Bel Mar, adquiridos há 25 anos. Com

a ajuda de outros moradores, promoveu melhorias na sua rua, entre as quais, colocação de lajotas. A maioria dos proprietários do município é formada por pescadores.

## Deputado defende mudança na lei

O deputado federal Edison Andrino (PMDB) defende que sejam feitas modificações em alguns artigos da lei. Entre os mais polêmicos, citou, está o artigo 17, no qual é previsto que o ocupante não precisa pagar se não quiser, mas teria de arcar com uma taxa anual de 10% sobre o valor do imóvel. Hoje, o percentual varia entre 2% e 5%.

O problema, argumentou, é que em 10 anos a dívida estaria quitada, mas a pessoa não seria proprietária. De acordo com o parlamentar, as vendas começaram quando o governo federal concluiu o cadastramento de quantas pessoas residem em terrenos de marinha. José Marcatti lembra que é importante que as pessoas se cadastrem na associação, porque facilitaria uma eventual ação coletiva na Justiça. Para se cadastrar e obter maiores informações basta ligar para (48) 224-3830, de segunda a sexta-feira, durante o horário comercial.

## Saiba mais

### O QUE É ÁREA DE MARINHA

Um decreto assinado em setembro de 1946 incluiu entre os imóveis da União os terrenos em área de marinha (não confundir com a Marinha das Forças Armadas). Correspondem às terras situadas nos 33 metros a partir da linha média da maré alta da costa marítima, lagoas e rios, em direção à terra.

#### Quem terá que pagar pelo terreno que julga possuir?

Os ocupantes irregulares - aqueles que nunca pagaram qualquer tipo de obrigação - e aqueles que detêm o direito de ocupação, o que, segundo a legislação ordinária, não corresponde a um direito de propriedade, independente das terras possuírem, ou não, escritura ou contrato. O direito de ocupação, de acordo com as normas constitucionais, não dá garantias reais ao ocupante. Em outras palavras, o ocupante teria apenas o direito de estar nas terras, e não de ter as

terras.

#### Como os ocupantes se tornarão donos das terras?

Com um contrato de aforamento, que dá aos moradores direitos reais sobre as terras através do domínio de 83% sobre o imóvel, enquanto a União permanece com 17%. Mediante o pagamento de 83% do valor calculado do terreno, o comprador passa a ter o domínio útil do bem, enquanto a União, o domínio direto. Na prática, o comprador poderá utilizar o terreno como garantia de financiamento e hipoteca, por exemplo. Poderá também vender os 83% das terras compradas através da transferência do contrato de aforamento a outra pessoa. Em vez da taxa de ocupação, o comprador passa a pagar o foro anual à União. Para quem já tem este contrato, portanto, nada muda.

O que vai acontecer com quem não

#### possui sequer contrato de ocupação?

Os chamados ocupantes não regularizados deverão ter sua situação analisada pela Secretaria do Patrimônio da União caso a caso.

#### Quais os direitos reais de quem pagou pelo direito de ocupação e pelas taxas de ocupação?

Segundo a legislação ordinária, nenhum direito, a não ser o próprio direito de ocupação, e não de propriedade. A princípio, não serve sequer para abater o preço da compra. A única vantagem do ocupante é de ter a preferência na hora da compra. O deputado Edison Andrino (PMDB-SC), assim como as associações de ocupantes de terrenos em área de marinha, contestam a nova lei alegando direito adquirido de quem há anos vive e paga taxas e tributos sobre as terras em questão.

Podem existir casos de usucapião em

#### terras de marinha?

Não, pois não se pode adquirir um bem público por usucapião - instituto jurídico pelo qual uma pessoa se torna proprietária de um bem depois de desfrutá-lo pacificamente durante certo tempo.

#### Como será cobrado o valor da compra?

Ainda não está totalmente definido, mas o que se sabe é que o pagamento poderá ser parcelado em até 120 meses. Nos casos de projetos sociais, conforme a Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina, as condições podem chegar a 300 prestações.

Fontes: Newton Fernandes Bruggemann, gerente da Secretaria de Patrimônio da União e Gilberto d'Ávila Rufino, advogado e consultor na área de urbanismo e ambiente e recursos naturais, em entrevista ao diário RBS.

**Anexo 7:**

Tensões e conflitos no litoral: reportagens que  
subsidiaram o quadro 7

# Duplicação do trecho Sul da BR-101 não sofrerá restrições da Lei Eleitoral

Anderson de Jesus

CRICIÚMA - As obras de duplicação do trecho Sul da BR-101 não sofrerão qualquer restrição da Lei Eleitoral. A informação veio com um parecer jurídico apresentado ontem pelo Ministério dos Transportes. Desta forma, o contrato para duplicação do trecho Sul pode ser efetivado depois do dia 31 de abril de 2002, data, até então, dada como limite. A informação foi confirmada ontem à noite pelo gerente do programa Corredor do Mercosul, Carlos Alberto La Selva, em entrevista ao JM.

Apincípio, os técnicos do ministério trabalhavam com o prazo estipulado pela Lei Eleitoral, mas devido ao calendário apertado com o adiamento da inspeção da missão do BID, os técnicos solicitaram um parecer jurídico à Procuradoria. O resultado final é o mesmo que a obra na BR-101 é res-

pensabilidade da União. - É obra com recursos internacionais e sem repasse para Estados ou municípios e, por este motivo, não precisa obedecer às exigências da Lei Eleitoral - afirmou La Selva. Com esta nova informação, diminuiu o risco de as obras não terem início no próximo ano. Porém, mesmo assim, o ministério trabalha em ritmo acelerado para manter o cronograma, que prevê o início da duplicação até abril de 2002, segundo La Selva.

La Selva também aproveitou para confirmar que a visita da uma missão do BID, que vem ao Estado negociar a liberação do financiamento, está confirmada. Os técnicos chegam a Santa Catarina no dia 28 e, no dia 12, já devem concluir seu parecer.

Assim que o financiamento seja liberado, o que deve ocorrer ainda em novembro, o DNER deve liberar o edital de licitação para a contratação das empreiteiras até dezembro e assinar os contratos para a execução das obras já em abril.

## Obra de urbanização do Rincão é interdita

**BALNEÁRIO RINCÃO - As obras de urbanização em 500 metros da avenida Waldemar Carlos Petim, mais conhecida como Beira-Mar, no Rincão, foram interditas ontem pela manhã por intermédio da Polícia Ambiental de Criciúma. A interdição foi solicitada pela Procuradoria da República Federal-seção de Criciúma, que pediu à Polícia que fizesse uma vistoria no local para saber se a atividade estava regularizada.**

Naelti Viana, subprefeito do distrito, informou ontem à tarde que o prefeito de Içara, Júlio Cechinel, buscava informações

junto à Procuradoria Federal, em Criciúma, para que possa ser providenciada a Licença Ambiental (LA) exigida pela apresentação do Ministério Público Federal. Os funcionários da Araújo Construções, que venceu a licitação para a construção da obra, informaram que os trabalhos tiveram início na semana passada. Segundo o subprefeito do Rincão, o calçadão à beira-mar, em frente ao antigo prédio da boate New York, é uma reivindicação antiga dos veranistas. - A Licença Ambiental não havia sido solicitada porque a urbanização não mexeria com as dunas - disse ele.

### Polícia aplica multa à administração do aeroporto Diomício

CRICIÚMA - A Polícia Ambiental notificou a administração do aeroporto Diomício Freitas, de Forquilha, por insistir em continuar a fazer o corte das árvores da cabeceira da pista 27. Os trabalhos haviam sido embargados pela Fatma, que apontou irregularidades como o uso de um trator de esteira desmatando plantas nativas, desobedecendo a uma ordem judicial que permitia apenas o corte de eucaliptos e pinheiros.

A administração foi multada em R\$ 1,5 mil e deverá responder processo por desobedecer a uma ordem da Fatma. Com o impasse criado em torno da retirada dos obstáculos, os técnicos da Cindacta, órgão responsável pela segurança dos aeroportos, em vistoria realizada na última sexta-feira, decidiu suspender, a partir do dia 23, próxima terça-feira, os vãos por instrumentos na pista 27. A decisão da Cindacta é até que seja retirada as árvores que estão atrapalhando vãos e decolagens.

# Praia Central está saturada

RAFAEL LEIRAS  
Agência RBS

**BALNEÁRIO CAMBORIÚ** - Quantas pessoas cabem em uma praia? A pergunta pode parecer prosaica, mas é o ponto-chave de um estudo ambicioso do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar), da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Tomando como objeto de análise a Praia Central de Balneário Camboriú, os pesquisadores estão finalizando, nesta temporada, uma equação matemática que envolve a coleta de quatro informações principais: a quantidade de banhistas, seu tempo de permanência na praia, a área que ocupam e as atividades que realizam no local.

O objetivo é contribuir para o melhor ordenamento do turismo na cidade e em outros municípios que estiverem interessados em aplicar a mesma metodologia. O trabalho já chegou a uma conclusão: a Praia Central está saturada.

"A capacidade de suporte da praia já passou do limite", afirma o coordenador do projeto, Marcus Polette. De acordo com ele, durante o Verão não há mais espaço para que os banhistas possam aliar o prazer do Sol e do mar com a preservação do meio ambiente. Um cálculo feito pelos pesquisadores definiu em 90 mil pessoas a lotação da praia, que se estende ao longo do centro urbano do município. Na temporada, entretanto, a população da cidade chega a 350 mil habitantes.

## Fluxo exacerbado

"Duas consequências disso são o desenvolvimento desordenado da área urbana e o fluxo exacerbado de turistas para uma praia que não tem capacidade para suportá-lo", explica o coordenador. Outro reflexo do esgotamento da capacidade da praia, apontado por ele, é a qualidade imprópria da água em diversos trechos.

O estudo, que terá sua metodologia disponibilizada em software até o final do ano, está sendo feito prevenindo o projeto de "engordamento" da faixa de areia. A intenção de facilitar o acesso de mais turistas, no entanto, poderá agravar o caos que começa a rondar a cidade, alerta Marcus Polette. "Temos de levar em consideração o saneamento e o trânsito. A cidade deve repensar seu futuro buscando qualidade", afirma. Ao ar da conclusão inicial do trabalho, os pesquisadores também verificaram, por meio de questionários, que os visitantes estão satisfeitos com o lazer na praia. "Infelizmente, as pessoas ainda não têm percepção do que é qualidade ambiental", la-



Para pesquisadores da Univali, a falta de espaço compromete o ecossistema

## Temporada superlotada



Pacher/Marcelo

## Saiba mais

### O que são coliformes fecais

São bactérias do grupo Coli, presentes quando há contaminação fecal de seres humanos e animais de sangue quente, principalmente cães e cavalos

### O que causa

A água contaminada pode causar doenças como gastroenterite, verminoses, doenças de pele e até doenças mais graves como hepatite, cólera e febre tifóide

### Como é feito o teste de balneabilidade

Para obter um resultado de balneabilidade, são feitas cinco coletas consecutivas a cada semana. Ao fazer a sexta, descarta-se a primeira, ficando novamente com cinco. O ponto é considerado próprio para banho quando 80% dos últimos cinco resultados estiverem abaixo de mil coliformes fecais por 100 mililitros de água. A coleta é feita sempre no mesmo local, e mais ou menos um metro de distância. A análise da água do laboratório dura 24 horas e a quantidade máxima de coliformes fecais detectada pela Fatma é de 24 mil

### Mais informações

Além das placas de advertência, os banhistas podem saber as condições de balneabilidade das praias através dos meios de comunicação; do site da Fatma na internet ([www.sc.gov.br/webfatma](http://www.sc.gov.br/webfatma)); pelo telefone 1523 e através dos mapas expostos nos pontos turísticos

JORNAL DE SANTA CATARINA, 23 JAN 2011



# Fatma avalia poluição

GIOVANA KINDLEIN

**BOMBINHAS** - A Fundação do Meio Ambiente (Fatma) vai enviar uma equipe de fiscalização até sexta-feira para visitar o meio da praia de Bombinhas, que aparece no último relatório de balneabilidade como impróprio para banho. "O foco de poluição, nesse local não é normal, onde costumemente as condições apresentavam-se boas", advertiu o diretor de Estudos Ambientais da Fatma, David Vieira da Rosa Fernandes.

O prefeito de Bombinhas, Claudionor Carlos Pinheiro (PDT), recebeu a notícia da fiscalização com bons olhos. Ontem, ele acompanhou a demonstração da empresa paulista Bioservice, nas tubulações de esgoto da cidade. Um aparelho usado comumente em cidades norte-americanas, de acordo com o diretor Elcio Cantreva, filma a rede de esgoto por dentro para verificar possíveis conexões clandestinas no sistema. "Espero que a fiscalização da Fatma apure as responsabilidades do foco de poluição", observou o prefeito.

Segundo o diretor da Fatma, o aumento do índice de poluição nas praias de Bombinhas e Itapema causaram surpresa até aos próprios técnicos que coletam a água para análises. Dos oito pontos analisados em Itapema, seis estavam impróprios para banho. No início do mês, eram apenas quatro locais poluídos com índices de coliformes fecais acima do permitido pelos órgãos de saúde. "Isso prova que o tratamento com bactérias utilizado pelo município não é adequado", salientou Fernandes.

O secretário de Saúde de Itapema, médico Valdir Célio

Klein, disse ontem que ficou surpreso com as notícias de falta de balneabilidade em praticamente toda a praia de Itapema, divulgada pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma) na última sexta-feira. "Dúvida que esses dados estejam corretos, principalmente porque nós também fazemos análises em cinco pontos diferentes e a maioria está com boa qualidade", reagiu.

## Demanda turística

Para o diretor da Fatma, a demanda turística é a principal razão para o aumento de poluição no Litoral Centro-Norte. "Mas não temos dados estatísticos", admitiu. O secretário de Turismo de Itapema, Paulo Roberto Campos, acredita que "no momento, 150 mil turistas estejam no município, além da população fixa, que gira em torno de 30 mil habitantes". Segundo ele, a tentativa de sanear a cidade com bactérias "foi mal aplicada" e o prefeito Clóvis José da Rocha (PFL) já está em entendimentos com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan).

De acordo com o diretor de Estudos Ambientais da Fatma, a situação de Balneário Camboriú melhorou significativamente porque a administração investiu na fiscalização e no controle de tubulações clandestinas de esgoto que iam parar no Rio Camboriú. Porém, acrescenta o diretor da Fatma, ainda é muito cedo para dizer que as condições de balneabilidade na Praia Central são excelentes. "A poluição no mar diminuiu, mas as condições climáticas, como o baixo índice pluviométrico, também estão contribuindo para que a qualidade da água venha se mantendo", explicou Fernandes.

# Uso da praia é delimitado

O método utilizado pelos pesquisadores da Univali é inédito em trabalhos desse tipo. Ao chegar à praia, a equipe define a área de estudo e, em seguida, distribui folhetos explicativos para os banhistas. Uma medição é feita em torno da área que cada grupo de pessoas delimita em torno de si. A lotação da praia, estipulada pelo trabalho, tem como base a ocupação de 3,4 metros quadrados por pessoa.

Segundo o coordenador do projeto, "para entender o uso da praia" a delimitação é feita em uma área de dez metros de largura, do calçadão até o mar, em um ponto de maior movimento de tu-

ristas. Dentro destes limites, os pesquisadores observam isoladamente o comportamento dos frequentadores, divididos em quatro zonas distintas.

## Dinâmica

A primeira é chamada "solarium", que começa na calçada e vai até a "zona ativa", onde as pessoas costumam caminhar. Em seguida vem a "zona de surfe", que vai até a arrebentação. A partir daí, começa o que os pesquisadores definiram como "antipraia", onde são praticados os esportes náuticos. "Cada área tem uma dinâmica própria. O pico de utilização da solarium, por

exemplo, vai das 10h às 11h", conta Marcus Polette.

Na "zona ativa", um pesquisador marca a quantidade de pessoas que passam andando - o recorde foi de 4,3 mil banhistas em uma hora. Para dar ainda mais precisão ao estudo, outro integrante da equipe fotografa, do alto de um prédio, o movimento em cada uma das zonas, ao longo do dia. Por fim, na análise de todos esses dados, são levados em consideração aspectos como o tempo (ensolarado ou nublado), a maré (que aumenta ou diminui a abrangência das zonas) e a bandeira dos salva-vidas que indica as condições do mar.

DFSC 23/1/01

## ▼ CHOQUE CULTURAL

# Argentino busca liberação no Brasil

*A afirmação é da antropóloga Lilian Schmeil que há 3 anos pesquisa o comportamento dos irmãos do Prata*

O turista argentino é um problema para o florianopolitano. A afirmação não é nenhuma novidade para o morador da Capital, mas agora tem também respaldo científico, já que é uma das principais conclusões da tese "Alquila-se una Isla: Turistas Argentinos em Florianópolis", defendida por Lilian Schmeil como conclusão de seu mestrado no Curso de Antropologia Social da UFSC.

Durante três anos, através de levantamentos bibliográficos e entrevistas de campo realizadas em Canasvieiras na temporada de 1992, Lilian se dedicou a análise desse relacionamento. Partindo da classificação realizada pela antropóloga norte-americana Valene Smith, que divide os turistas em sete tipos - entre eles

## Equívoco



ARQUIVO/DC

*Conservadores em seu país, os turistas acreditam que aqui tudo é permitido*

os exploradores e os de elite - ela percebeu que o argentino que visita Canasvieiras se classifica como um turista de massa.

"São pessoas que se adaptam pouco a nossa realidade, procurando condições que se assemelhem ao seu próprio país. Evitando as

comidas típicas, preferindo o churrasco e os doces, eles têm uma postura que traz um impacto maior do que outros tipos de turistas", explica Lilian. De acordo com o estudo, são também pessoas que saem de uma sociedade com padrões morais mais rígidos e procuram

no Brasil - o País do jeitinho - maior liberação. "O resultado é um comportamento complicado, como o de subir em mesas, desrespeitar o trânsito e ter um relacionamento conflituoso com as mulheres brasileiras. É como se aqui tudo fosse permitido", ressalta.

## Imagem vendida não reflete nossa realidade

Em seu trabalho, a socióloga Lilian Schmeil coletou depoimentos de moradores,

turistas e também donos de restaurantes, bares e outros estabelecimentos



comerciais. A análise dessas entrevistas levaram Lilian a concluir que a "culpa" desse conflito não está apenas no comportamento do turista. Da mesma forma que discorda da postura do argentino, o florianopolitano explora esse visitante, e vende para o exterior a imagem de uma cidade liberada, colorida, cheia de corpos bronzeados e festas.

Outro problema é que não são todos que saem lucrando com os visitantes. "Canasvieiras, por exemplo, se transformou em função do turista, ao invés dele se adaptar a essa localidade: a

língua falada é a deles, a moeda usada é a deles, mas os recursos obtidos não são revertidos em benefício da população", analisa Lilian.

Essas reflexões levaram a outra conclusão importante: a de que existe uma espécie de "acordo de cavalheiros" entre turistas e moradores. Se o argentino desrespeita a ordem, quem tem o que comercializar explora o turista, principalmente através do aumento de preços, gerando mais um forte motivo para que o morador tenha receio dos meses de verão. "Basta lembrar que Canasvieiras no inverno se transforma em uma verdadeira cidade-fantasma. Onde estão os bancos, os postos de saúde, os supermercados, os postos dos Correios e telefones que no verão atendiam a população?", questiona Lilian.

# Reserva de água está ameaçada

**Ocupação desenfreada nos Ingleses pode atingir lençol freático com alto índice de coliformes fecais**

Lúcio Lambranhó

Exploração imobiliária, favelas nas dunas e a falta de saneamento básico no bairro dos Ingleses e região pode comprometer um dos mais importantes recursos hídricos de Santa Catarina; os aquíferos dos Ingleses. De acordo com um estudo realizado há três anos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), entre os Ingleses e o Rio Vermelho existem mais de 430 milhões de metros cúbicos de água no lençol freático das dunas dessa região. A preservação dessas áreas, que funcionam como recarga da água das chuvas, está sendo analisada na tese de doutorado do Departamento de Engenharia Ambiental da UFSC, "Análise de risco de contaminação dos aquíferos dos Ingleses", do engenheiro Édio Laudelino da Luz. Segundo da Luz, essa reserva que já abastece os bairros dos Ingleses, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Ponta das Canas e com a construção de um novo ramal feito pela Casan também vai atender a comunidade de Rationes, pode a longo prazo sofrer danos irreversíveis.

"Temos neste local a água com maior nível de pureza para o consumo humano. A areia das dunas funciona com um filtro natural. O problema que ainda não foi coibido por nenhuma autoridade é a ocupação clandestina nas dunas, a urbanização dessa área de recarga e o uso das fossas e sumidouros, numa região que vai demorar para ter saneamento e coleta de esgotos", diz o pesquisador. De acordo com o estudo, a Casan tem 11 poços perfurados com a produção de 200 litros/segundo e uma captação anual de 8,5 milhões de metros cúbicos de água.

Édio da Luz não pode afirmar que o lençol freático está contaminado pelas



Moradores que invadiram as dunas dos ingleses despejam seu esgoto sob o maior reservatório de água cristalina de Florianópolis.

fossas, mas para ele a solução a curto prazo seria uma análise periódica da qualidade da água que já deveria ter sido feita pela Casan.

Se a medição físico-química da qualidade dessa água atingir 10 miligramas de nitrato (componente da oxidação da amônia produzida pela urina humana) por litro, a água torna-se imprópria para o consumo humano. "Já temos um caso conhecido da literatura de engenharia sanitária brasileira que aconteceu no município de

Mossoró no Rio Grande do Norte. Lá a captação da água do lençol freático das dunas teve que ser interrompida. A contaminação aconteceu da mesma forma, através de fossas. O ciclo da amônia foi fechado, o que causou a chamada doença do sangue azul, agindo diretamente no sangue e gerando casos de albinismo na comunidade. Temos a mesma possibilidade de contaminação já que o nossos aquíferos são iguais aos do Rio Grande do Norte, chamados de abertos", compara da Luz. Segundo ele, caso a contaminação seja confirmada, "vamos perder um patrimônio econômico incalculável e o custo para captação de água no continente vai custar muito caro".

"Como vamos ter dinheiro para bombear água do continente, a cerca de 80 quilômetros dessa região que tem 25 mil habitantes fixos e 70 mil na temporada de verão. Esse plano diretor maluco não tem como coibir a destruição desse manancial", adverte. Casos de contaminação já foram constatados, de acordo com o pesquisador, num condomínio fechado na rua das Gaivotas, nos Ingleses. Os moradores tiveram que suspender o abastecimento de água de um poço artesiano porque o lençol freático da rua estava contaminado.

Nas regiões mais baixas dos Ingleses, principalmente na região norte próximo ao Rio Capivari, o lençol freático aflora na

superfície. A captação de água através de ponteiros e poços artesanais nessa região pode ser perigosa. A informação é defendida pelo presidente da seccional de Santa Catarina da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), Bertoldo Silva Costa. "Neste locais o risco de contaminação pelas fossas e sumidouros é muito grande. Para captar água de qualidade pelas ponteiros é necessário uma profundidade de no mínimo 1,5 metro. Isso é quase impossível na região porque mesmo nas parte mais altas não se consegue cavar esse profundidade por causa de pedras e do lençol freático quase aparente", explica o engenheiro sanitária.

A recomendação para quem ainda utiliza este tipo de captação de água na região é fazer no mínimo duas análises por ano da qualidade da água, sendo que uma delas durante a temporada de verão. Para Bertoldo Silva, os altos índices de coliformes fecais apontados pelos relatórios da Fatma na região são consequência direta da falta de saneamento básico. "Nem todos os pontos da região tem o mesmo tipo de qualidade de água. Mesmo assim, é um risco para a saúde pública captar águas do solo, sem nenhum controle. A única solução são as obras de saneamento da rede coletora e tratamento do esgoto doméstico. Se isso acontecer, mesmo com contaminação, os mananciais do subsolo podem ser renovados", diz.



Ocupação desenfreada da região pode contaminar a água.

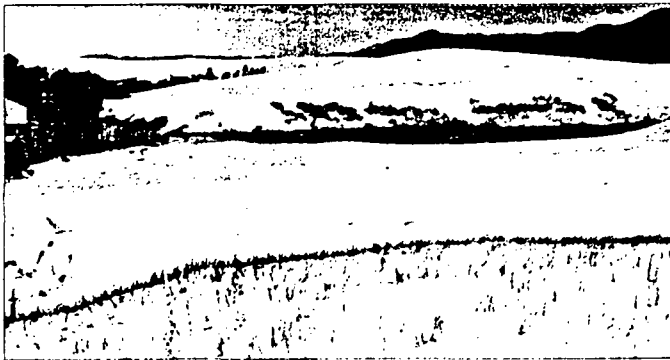
# Dunas abrigam a melhor água do planeta

No dia internacional da água comemorado dia 22 de março pesquisadores preocupam-se com os aquíferos

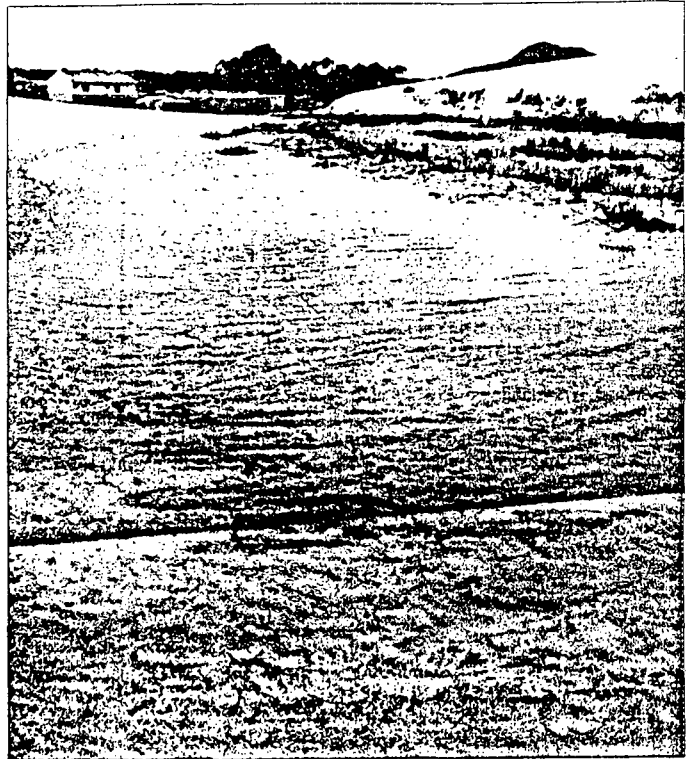
Água originada nas dunas é a mais pura e gostosa da ilha e poderia ser bebida direto da torneira se houvesse um sistema de tratamento de esgoto em todo o Norte da Ilha. A pureza parece ser incontestável dentro da Casan, a tal ponto que a empresa costuma armazenar essa água em copos plásticos e depois distribuí-la em eventos públicos. O fato deveria ser motivo de comemoração e alívio, especialmente, entre os moradores do Norte da Ilha que é abastecido através de manancial subterrâneo. Mas um estudo realizado pelo geólogo e pesquisador de hidrologia da Univali, Alexandre Guedes Júnior mostra que a situação é crítica em Ingleses. "A ocupação in-

tensa das dunas coloca em risco a qualidade da água", aponta.

O estudo também aponta uma saída para a falta de água em Florianópolis, graças ao farto manancial subterrâneo das dunas. "Os mananciais podem abastecer toda a Ilha e com uma das melhores águas do planeta, mas como não vivemos num sistema educado para a preservação do meio ambiente é necessário planejamento e proteção das áreas de captação", propõe. "A Casan vai gastar um milhão em um filtro para limpar a turbidez das águas do Rio Cubatão, em Palhoça, esse dinheiro poderia ser usado na prevenção e não para remediar uma situação", aponta o geólogo.



A ocupação irregular das dunas dos Ingleses coloca em risco a qualidade da água



A água do aquífero dos Ingleses é armazenada e distribuída em eventos da Casan

## Apenas três balneários do Norte tem saneamento

Atualmente, apenas 20% da população conta com tratamento de esgoto e os planos diretores prevêem uma ocupação difícil de imaginar – 390 mil moradores só no Sul da Ilha e 10 mil na área turística residencial da orla Ingleses/Santinho, o que representa quatro vezes mais do que a atual população do Santinho. "Por isso, os planos diretores devem se preocupar com a questão saneamento", destaca Guedes. Ele reconhece que em determinadas áreas não há como reverter a ocupação, caso de Ingleses e Rio Vermelho. "Os moradores desses loteamentos constroem fossas sépticas e acham que o problema está resolvido, mas elas acabam entrando em contato com o lençol freático e contaminam a água", explica. Segundo o geólogo, jamais houve preocupação com a contaminação, em função do crescimento desordenado.

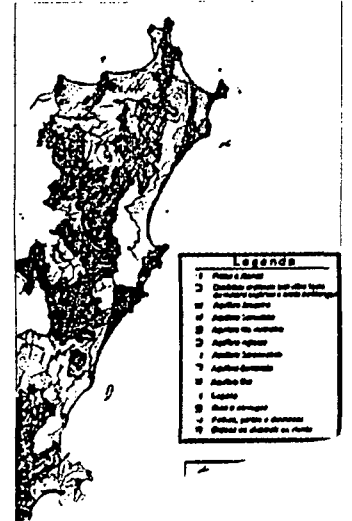
O respeito ao planeta tem ganhado a atenção de vários movimentos populares no Norte da Ilha e uma campanha



Cansvieiras é um dos balneários que possui sistema de tratamento de esgoto

que até foi batizada com o slogan SOS Saneamento. Apenas Cansvieiras, Jurerê Internacional e Praia Brava dispõem de sistema de tratamento de esgoto, os outros seis balneários - Ingle-

ses, Cachoeira, Rio Vermelho, Daniela, Forte e Jurerê Nacional, estão fora. Na Lagoa da Conceição, por exemplo, existe um comitê de gerenciamento das águas.



# Autoridades reconhecem o problema

Fotos: Gilberto Gonçalves/EN

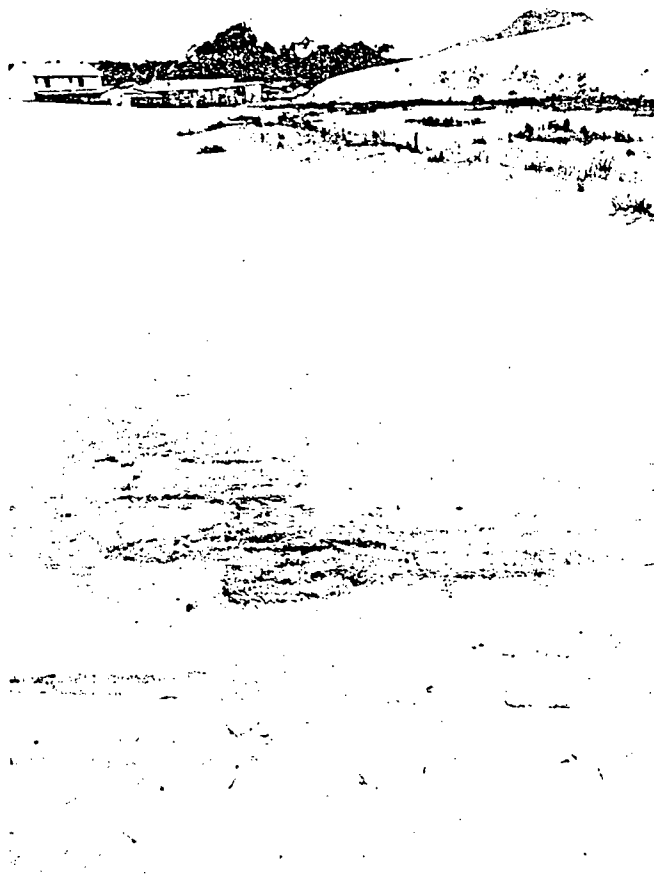
O gerente regional da Casan em Florianópolis, Adilson Pereira, admite que as favelas instaladas nas dunas são "um fato novo para ser analisado pelos órgãos ambientais e que isso pode prejudicar a captação de água nos aquíferos dos Ingleses". O gerente também questiona os gabaritos de até dez metros liberados pela prefeitura que podem comprometer a qualidade da água captada. "Infelizmente se nada for feito vamos ter que captar água dos Pilões em Palhoça. Uma incoerência pois temos aqui a melhor água do estado", analisa Pereira.

Para Pereira, como o tratamento de esgotos é feito através de fossas e sumidouros ou jogado diretamente na rede pluvial, o acompanhamento no lençol freático é constante. "Temos uma média de seis medições por ano. Justamente para que a população não utilize a água através desse sistema é que já temos só nos Ingleses 4 mil ligações de água da companhia", diz. Segundo ele, 95% das residências não utilizam mais água das ponteiras.

Na região dos Ingleses, que precisa de saneamento básico urgente para não comprometer a captação de água dos aquíferos, as obras da Casan deve começar apenas em abril de 99. As melhorias incluem a construção de toda rede coletora, ligações prediais e estação de recalque. Esta estação, segundo o gerente regional, vai bombear todo o esgoto do bairro para a estação de tratamento que já está funcionando em

Canasvieiras. Mesmo assim, a rede de esgoto na primeira etapa dessa obra só vai atender as casas do final da rua das Gaivotas até posto policial no centrinho dos Ingleses. Deste local, até a Igreja do Santinho, as obras ainda não tem prazo para começar. "No caso de Ingleses se a demanda for aumentada o projeto prevê a construção de uma estação de coleta e um emissário submarino lançando os dejetos a 1.200 metros da costa", explica.

Para conter o avanço da urbanização nas dunas da região, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF) está elaborando um projeto para construção de uma nova rodovia de acesso ao Santinho. "Devemos ter uma posição para Câmara de Vereadores em outubro, depois da discussão com a comunidade. É uma via de contorno nos moldes da que foi feita no mangue do Itacorubi no sentido que leva à universidade. Antes de qualquer coisa teremos que ter a licença dos órgãos ambientais para tocar o projeto", diz o presidente do IpuF, Carlos Alberto Riederer. Sobre a questão da remoção das famílias instaladas nas dunas dos Ingleses, Riederer é cauteloso: "O ideal seria a remoção imediata dessas pessoas, mas isso leva tempo, pois temos que oferecer uma nova proposta de moradia. A solução é a criação de lotes de no máximo 128 metros quadrados em loteamentos como o da Vargem Grande. Só dessa forma poderemos preservar os aquíferos", diz.



Sinais de poluição já começam a aparecer sobre as dunas da Praia dos Ingleses.

## Raio X do aquífero dos Ingleses

- \* Reserva de 430 milhões de m<sup>3</sup> de água.
- \* Onze poços perfurados pela Casan.
- \* Produção de 8,5 milhões de m<sup>3</sup> por ano.
- \* Abastece as comunidades de Ingleses, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Ponta das Canas e Ratoles (com novo ramal de ligação)
- \* Maior qualidade de água potável do Estado.

- Principais problemas:
- \* Falta de saneamento básico na região do Norte da Ilha.
  - \* Risco de contaminação da reserva de água por fossas e sumidouros.
  - \* Ocupação desordenada das dunas.
  - \* Crescente exploração imobiliária sem infra-estrutura eficiente.
  - \* Falta de fiscalização.



Casan capta toda a água que abastece a região do Norte da Ilha nos aquíferos.

# Projeto faraônico agita a Barra

Empresa investirá US\$50 milhões para transformar região num complexo turístico

Seis anos depois de abandonar a ideia de construir uma marina na Barra da Lagoa, o grupo Portobello volta com um projeto semelhante e traz à tona a antiga polémica entre moradores das comunidades, ecologistas e empresários. A construtora pretende investir US\$ 50 milhões no bairro e transformar uma área de 130 mil m<sup>2</sup> às margens do canal em um gigantesco complexo turístico-residencial náutico, com capacidade para mais de uma centena de barcos de médio porte. Os ecologistas, biólogos e antropólogos, além de alguns moradores, afirmam que o megaempreendimento, batizado de Porto da Barra, irá destruir o meio ambiente e a cultura de uma das regiões mais tradicionais de Florianópolis.

Para a população da Barra da Lagoa, a construção do Porto é vista como uma solução divina para os problemas que enfrentam. "Nós o estamos esperando como se ele fosse Jesus", diz Osvani Gonçalves, presidente do Sindicato dos Pescadores da Grande Florianópolis, e nativo da Barra. Por outro lado, especialistas em meio ambiente e parte da comunidade da Lagoa da Conceição acreditam que o empreendimento irá transformar a vida dos habitantes locais em um verdadeiro inferno.

O projeto da Portobello impressiona. O grupo pretende criar sete ilhas no terreno onde seria levantada a marina, abrindo canais artificiais. Serão construídas 110 casas de dois andares, cada uma com um atracadouro, um hotel quatro estrelas com 190 apartamentos, um mini shopping-center, uma pequena marina com capacidade para algumas dezenas de barcos, além de um estacionamento de três pisos para 600 carros.

O projeto segue o conceito dos Portos de Lazer, muito comuns na Europa. De lá veio o arquiteto François Spoerry, um veterano em empreendimentos náuticos e responsável pelo projeto Port Grimaud, uma obra semelhante realizada na França e a maior fonte de inspiração da PortoBello. O prefeito Sérgio Graido ficou entusiasmado quando conheceu o projeto e chegou a colocar a SUSP e o IPUF à disposição do grupo. "A Barra da Lagoa deve se transformar em um novo pólo turístico da região Sul", afirma o presidente da Portobello Construções e Incorporações, Valério Gomes Neto.

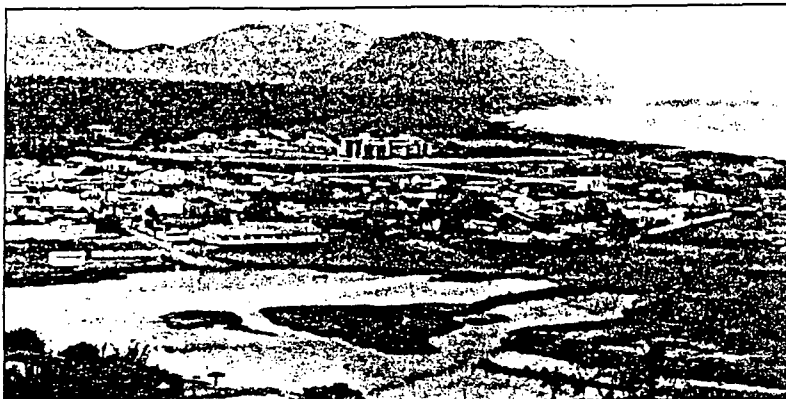
"Que turismo é esse?", indaga o coordenador da Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses, o professor de geociência da UFSC, Cristhian Caubet. Segundo ele, o impacto causado por uma

obra como a do Porto da Barra é irreparável, tanto no aspecto ambiental, quanto no sócio-cultural. "Na verdade o que irá acontecer é o desaparecimento da cultura local e da pesca, além de trazer sérias consequências ao ecossistema da região". O biólogo Luís Avinatea, pesquisador do Laboratório de camarões marinhos da Barra da Lagoa, concorda com Caubet e alerta que o maior perigo está na mudança que será feita no canal, o aprofundamento em um trecho. "A salinidade da Lagoa da Conceição irá aumentar consideravelmente, acelerando o assoreamento. Isto vai decretar o fim dos camarões na região", diz.

O presidente da Portobello nega as afirmações dos especialistas e garante que o saldo final será uma melhora da qualidade de vida dos moradores. Gomes diz que o importante para a empresa é a comunidade e o meio ambiente da Barra da Lagoa. Ao contrário do projeto Marina da Barra, hoje a Portobello faz questão de garantir que sua maior preocupação é com os moradores e com a cidade. "Construir um empreendimento que irá desenvolver o turismo em Florianópolis é um sonho antigo da Portobello, ainda mais se ele for sustentado", garante Valério. Ele diz não saber quanto a empresa espera e que o retorno financeiro não é prioridade.

Mas todas estas opiniões só poderão ser provadas tecnicamente quando for liberado o relatório de impacto ambiental (RIMA). Ele foi entregue à Fatma - Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente - há cerca de 20 dias. Só após este documento ser aprovado a Portobello poderá começar as obras do Porto da Barra. Mas uma apresentação preliminar do RIMA foi feita a especialistas e a representantes da Fundação Lagoa. Quem participou da reunião não gostou do que viu: "Para mim é caso de polícia", diz Caubet. "Quem nos apresentou o projeto não conhecia nada de geologia ou meio-ambiente".

Caso o RIMA seja aprovado, as máquinas devem começar a trabalhar na Barra da Lagoa até o segundo semestre de 96. O prazo para o término da obra é de cinco anos. Ao que parece, a Portobello



O complexo terá 130 mil m<sup>2</sup> divididos em sete ilhas, hotel, 110 casas e até um Shopping Center

não deve enfrentar tantos problemas como quando lançou o projeto da Marina. Em 1989 um grande movimento foi criado para impedir que o grupo fizesse a obra. As acusações eram as mesmas que os ecologistas e biólogos fazem agora, mas com uma diferença: na época a Portobello não tinha o apoio da comunidade.

Hoje tem. Com a promessa de 400 empregos diretos, criação de um sistema de saneamento básico, revitalização da indústria pesqueira e o patrocínio da Festa da Tainha, não é difícil de entender por quê. Outro ponto crucial nesta mudança de opinião são os presentes que o grupo tem oferecido para o Bairro. O primeiro foi a reforma da ponte Pênsil e depois a

construção da praça do Pescador. O que mais encanta os moradores começará a ser construído em janeiro. O Barrense Futebol Clube, time da Barra, irá ganhar um verdadeiro estádio, com arquibancadas, iluminação, vestiário e uma sede administrativa. "Vai ser a melhor coisa que podia acontecer com a Barra", diz Ari Temoteo Santana.

Ari é o presidente da Barra da Lagoa, pelo menos em títulos. É o presidente da Associação de Moradores, da Colônia de Pesca e do Barrense Futebol Clube. Ele é um dos maiores defensores do projeto e foi escolhido pela Portobello para fazer a ponte com a comunidade. Pescador por mais de 30 anos, há seis abandonou a profissão que seu pai lhe ensinou para

entrar no mundo político. Consta na última eleição pelo PFL, mas votou apenas 57 anos, 45 delendo a rotina de embarcar em baleeira e passar em alto mar dos cardumes de dinda e tainha pessoal aqui est

Mas nem na Barra da Lagoa não tenho estudo, mas pelo que consigo enxergar um palpite frente dos olhos", protesta. Enquanto Ariovaldo outros pescadores atrás dele sinais de que está louco.

Valério afirma que se tem pessoas contra o empreendimento é por que elas não conseguem conversar como todas as entidades e não que nosso projeto só irá trazer benefícios para a região", conta se não deixarem nós construído Porto, vamos lotear tudo menos trabalho e assim vai judicial para a Barra".

Yan Boe

2. ERO, 07/95

# FOLHA DA LAGOA

ANO 2 • Nº 21 • LAGOA DA CONCEIÇÃO - PATRIMÔNIO DE FLORIANÓPOLIS • DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA • JULHO/98 •

*Construções ilegais, áreas privadas, muros e cercas, a Lagoa mais distante da população*

## A Lagoa privatizada

### EDITORIAL

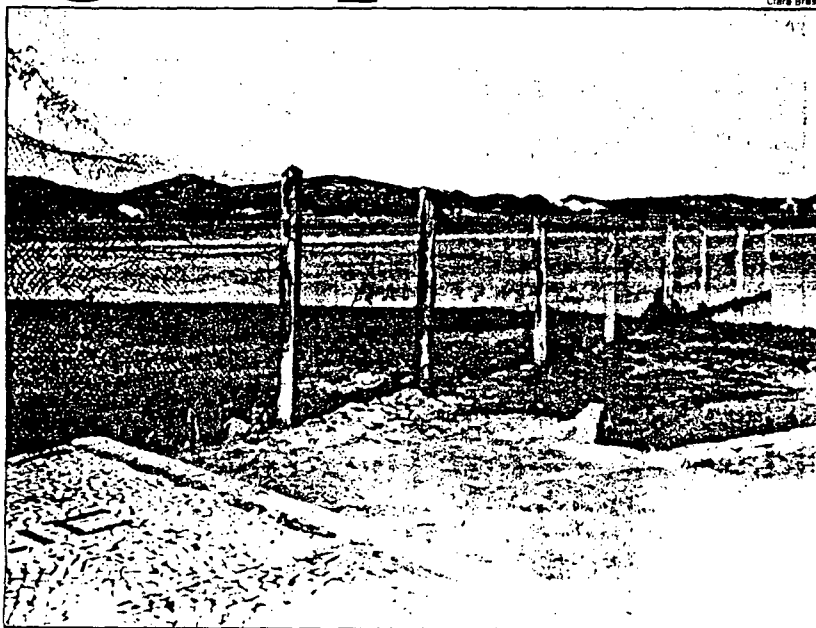
#### Direito de todos

A beleza natural da Lagoa da Conceição e da Ilha de Santa Catarina não pode ser privilégio de poucos, porque as áreas são públicas, pertencem aos cidadãos como um direito sagrado e fundamental.

Governantes que não investem em programas de fiscalização contínua para coibir crimes ambientais e ensinar educação ambiental estão realmente interessados em proteger a natureza? É preciso estar alerta para os discursos eleitorais que já começaram.

### ANOTE

Bombeiros	193
Folha da Lagoa	963-3339
Plantão Ligue-Luz	196
Polícia Militar	190
Pol. Ambiental	292-2300
Rádio Táxi	197
Transporte Urbano	1517



**A CERCA:** Cerca colocada pelo Lagoa Iate Clube (LIC) para fins de segurança, segundo a direção, avança sobre as águas da Lagoa da Conceição

A Lagoa da Conceição, patrimônio de Florianópolis, está cada vez mais distante da população. Construções e aterros ilegais, muros e cercas, impedem o acesso a sua orla, que a cada dia se torna mais privatizada.

Ibama, Fatma, Floram, órgãos ambientais representantes das União, do governo do Estado e Município não dispõem de quadros e equipamentos suficientes para a fiscalização de crimes ambientais na Lagoa e em Florianópolis, como um todo.

“O que era público antes, hoje é particular, a Lagoa está cada vez mais privatizada”, diz o secretário executivo da Fundação Lagoa, Alécio dos Passos Santos.

Págs 6 e 7

# Lagoa vira 'área de privatização urbana'

Propriedades particulares e praias artificiais afastam população do convívio com a Lagoa

SILVIA QUEVEDO

A distância entre a Lagoa da Conceição e o cidadão aumentou. Considerada legalmente uma unidade de conservação federal, protegida por leis estaduais, a Lagoa continua no mesmo lugar, mas cercas, muros, portões, construções ilegais e, mais recentemente, "praias artificiais", privatizam sua orla e a afastam cada vez mais da população.

As "praias artificiais" já foram detectadas pela Fundação Lagoa, organização não governamental atuante. Segundo seu diretor-executivo, Alcécio dos Passos Santos, as praias artificiais surgem na forma de 'enrocamentos' que avançam para dentro do espelho d'água da Lagoa, quase sempre no sentido vertical.

Enrocamentos são demarcações feitas originalmente em pedra dentro d'água. Na Lagoa, porém, já existem enrocamentos com madeira, entulhos e até lixo doméstico. Os enrocamentos viram aterros que dão continuidade ao terreno na borda da Lagoa. Surgem, então, praias artificiais e de domínio particular.

"As pessoas fazem acréscimo do terreno, formando praia na frente. O enrocamento vira um aterro, uma 'praia artificial'. Assim, ninguém mostra que está aterrando e o aterro surge sem que ninguém perceba", diz Alcécio.



LAGOA S.A. O ambientalista Alcécio dos Passos Santos, da Fundação Lagoa, aponta para enrocamento (no detalhe) no caminho para Ponta das Almas

O enrocamento, segundo ele, já ocupa o segundo lugar nas causas de assoreamento da Lagoa, fenômeno que a torna mais rasa e com menos vida a cada dia. O assoreamento impede a oxigenação da água e mata a vida biológica da Lagoa.

O principal motivo, diz o ambientalista, ainda é o desmatamento das encostas. A falta de vegetação

joga para dentro da Lagoa uma mistura de argila, areia, vegetação, que desmorona com a chuva.

A diferença é que o enrocamento é uma ação direta e proposital. "O assoreamento é um processo que pode levar milhões de anos, mas na Lagoa está sendo apressado. Há um processo tão rápido que chega a ser assustador", afirma.

De acordo com Alcécio, a prática do enrocamento tem sido muito visada em função da especulação imobiliária. "O valor de um terreno na Lagoa cresceu muito. Os acréscimos já permitiram inclusive a formação de 2 ou 3 lotes na beira da Lagoa, de terrenos que foram 'acrescidos'. Um terreno hoje na Lagoa vale ouro", afirma.

Os problemas de "privatização" da orla da Lagoa se localizam principalmente no Canto da Lagoa, Costa e na região entre a ponte da avenida das Rendeiras a Ponta das Almas. "O único local em que se pode andar pela orla da Lagoa é no Parque Florestal do Rio Vermelho. Fora isso há recortes, como a avenida das Rendeiras e o Porto da Lagoa", diz Alcécio.

Outro exemplo de privatização, na opinião do ambientalista, são os trapiches. "Tem gente que não deixa ninguém entrar. O trapiche do LIC (Lagoa Iate Clube) é do LIC, não é público. Os donos de barcos que fazem o transporte para a Costa chegam a vender a propriedade do trapiche para outra pessoa".

"É isso que está mudando, o que era públ. antes, hoje é tudo particular. Antes se passeava, saía por toda a orla da Lagoa, hoje não se consegue mais caminhar. Antigamente era uma praia, hoje não se consegue caminhar", diz Alcécio.

Segundo ele, é preciso acabar com esse conceito de 'praia particular' na Lagoa. "Não existe essa de praia particular. O LIC cercou sua área, mas isso não dá segurança nenhuma ao clube, é totalmente ilegal, ninguém pode tolir o direito de andar das pessoas. O clube deveria tirar as cercas", afirma.

## Leis ambientais protegem a Lagoa

Não faltam leis ambientais para proteger a Lagoa da Conceição e seu entorno. Os decretos estaduais 5.793/80 e 14.250/81 consideram a Lagoa como área de proteção especial.

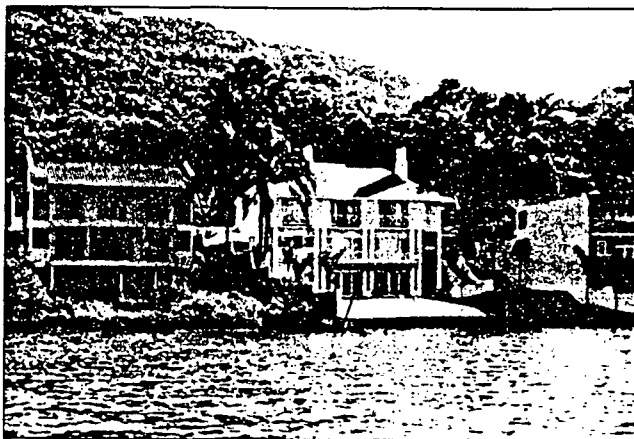
A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente considera a área de entorno das lagoas como reserva biológica, uma unidade de conservação classificada como Área de Proteção Permanente (APP), sob administração do Ibama.

Lagoas em perímetro urbano, como a Lagoa da Conceição, devem ter preservada uma faixa de 30 metros a contar da margem, de acordo com a resolução 04/85 do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

A Nova Lei dos Crimes Ambientais define como crime as agressões às unidades de conservação, sob pena de prisão ou multa. Uma APP pode ser de domínio particular, mas é área "não edificandi". Isto é, o proprietário não pode construir.

Segundo o coordenador do Meio Ambiente do Ministério Público, Antonio Carlos Brasil Pinto, há inclusive legislação coincidente: além de tudo isso, o entorno (numa faixa de 33 metros) é ainda considerado área de Marinha, portanto um patrimônio da União.

LIC - Especialistas e autoridades no



SEM FISCALIZAÇÃO A vista de dentro da Lagoa, mansões recentes e praias particulares, no Canto, à beira d'água

assunto ouvidos pela Folha afirmaram que a cerca do LIC dentro da Lagoa é ilegal. "O espelho d'água é público", disse o promotor Brasil Pinto. "Eles deveriam retirar a cerca", afirmou o delegado do Patrimônio da União, Mário Rosa.

Doutor em Direito, o professor da USP Christian Caubet, é taxativo: "Ela tem que ser retirada. É ilegal. Nada justifica que se faça isso. A água é um bem de domínio público, eles estão se excedendo", disse.

## Segundo presidente, cerca "garante integridade"

De acordo com o presidente do LIC, Abelardo Pereira Filho, se o LIC não tiver determinado tipo de proteção, especialmente para dias de shows, o espetáculo corre o risco de ficar fadado ao insucesso.

"Precisamos montar um esquema de segurança. A pressão para entrar por ali (na cerca) é grande, é a parte mais vulnerável. Em dia de show tem gente que chega de canoa, de tudo. O problema existe, mas é pequeno. Trata-se da integridade do clube e das pessoas", afirmou.

O presidente reconhece que "do ponto de vista legal a cerca não deveria estar ali". Mas diz que ela "não agride", porque "não cerceia nem pescadores, nem banhistas". "Ali não existe praia na continuidade inteira. Chega a um ponto em que em que tudo se confunde, terreno, vegetação e água", afirmou.

Segundo Pereira Filho, que é engenheiro, sanitário e urbanista, o LIC, um clube tradicional da cidade, que em maio completou 29 anos, busca parceria com a comunidade e ajuda a preservar a Lagoa. "Temos até estação de tratamento de esgoto", afirmou.





# A Lagoa está secando

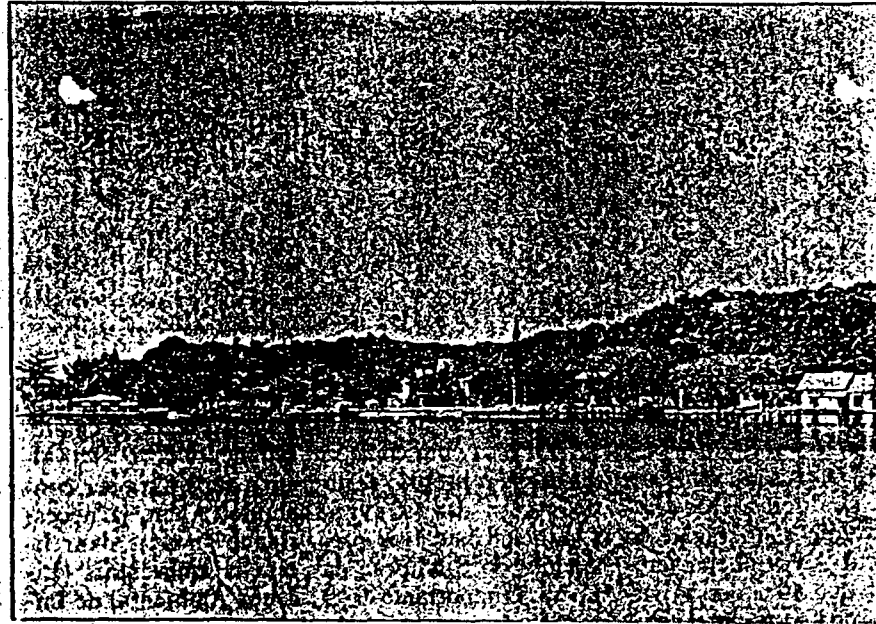
Hermes Bezerra

Falta de controle da ocupação do lugar é uma das principais causas

Marinas, jet sky, casas na beira da água e até resorts com vista para um paraíso natural são coisas que vêm enchendo os olhos dos frequentadores e moradores da Lagoa da Conceição. Como todo o resto da Ilha de Santa Catarina, a Lagoa não recebe o mesmo respeito que as pessoas recebem quando olham para ela. A consequência é um assoreamento muito grande de alguns pontos. Além da poluição do esgoto proveniente das ligações clandestinas,

"Têm gente que desmata o terreno para construir seis meses depois. Enquanto isso a

Segundo ele essa agressão chegou a tal ponto que em alguns lugares, principalmente no lado do Canto, se pode caminhar com água pelo joelho no meio da Lagoa. "Vai chegar o momento em que teremos que reivindicar um projeto de dragagem", lamenta



Mesmo sem a ocupação desordenada a tendência natural da Lagoa é fechar

água que desce dos morros leva para a Lagoa materiais que não fazem parte da sua composição", revolta-se o engenheiro agrônomo, Murilo Machado Meyer.

O avô de Murilo, Walter Meyer, foi um dos primeiros a vir do centro de Florianópolis veranejar na beira da água doce. Comprou em 1943 o terreno onde atualmente está o restaurante Maria da Toca. Nessa época o molhe da Barra nem pensava em ser construído e o canal fechava durante o verão, aumentando em alguns metros o tamanho da praia.

Agora o canal ameaça fechar novamente com o congestionamento de barcos. Administrador de uma marina junto ao restaurante, Murilo admite que as marinas já enfrentam um estrangulamento. "O problema é que não há um plano de gerenciamento da Lagoa", diagnostica.

Para o Geógrafo, Erico Porto Filho, alguma providência precisa ser tomada o mais rápido possível. Desde 1987 desenvolvendo um trabalho de pesquisa sobre "Os sedimentos na Lagoa da Conceição", ele avisa: "a ocupação já atingiu um ponto crítico, tanto pelo despejo de esgoto orgânico, como pelo depósito de sedimentos de estradas, construções e áreas desmatadas".

Em sua tese de 346 páginas, Erico revela que a Lagoa da Conceição é diferente das outras por sua profundi-

dade de até 8 metros. Isso atrasa a pior consequência do assoreamento, o fim da Lagoa. "Mesmo que não houvesse todos esses problemas a tendência natural da Lagoa é seclar", sentença.

Segundo o Geógrafo, o problema maior começou com a construção do mole do canal da Barra em 1982. Antes o canal fechava no verão e abria com a força da corrente de inverno. Além de aumentar a hidrodinâmica, houve também um acréscimo considerável da salinidade, modificando todo o ecossistema da Lagoa. "Hoje o índice é igual à Baía Norte e Sul".

A manobra que os barcos têm que fazer para não atolar quando entram na Lagoa pelo canal é um sintoma do que está acontecendo. A abertura do canal fez aumentar também a quantidade de areia que se deposita em vários lugares. O estudo aponta o lado Sul (Canto) como uma das áreas preferidas por essa areia e agora o professor descobriu que os sedimentos também gostam dali.

Outro sintoma do que está acontecendo com a Lagoa da Conceição é a queda da atividade pesqueira tradicional. "Até três anos atrás cada pescador da Costa não pegava menos de 15 quilos de pescado por noite, hoje não chega a um quilo", compara o ex-pescador Edu Altamiro Laureano. Três anos atrás existiam na Costa da Lagoa cerca de 300 pescadores profissionais. Hoje eles são 60. Edu foi um dos que, para garantir o sustento, transformou a pesca em lazer e passou a trabalhar no barco da COMCAP que faz o transporte coletivo.

Os costenses acreditam que a ineficiência da fiscalização sobre a atividade pesqueira e o aumento no número de embarcações na Lagoa causou todo o problema. "Antes não havia a marina da Lagoa, nem do Canto, só a Maria da Toca com 15 barcos. Os pescadores também eram proibidos de pescar no canal", lembra Aniceto de Medeiros Ruiz Neto, morador da Costa da Lagoa há quatro anos.

JOORNAL DA LAGOA, Florianópolis, 5/10

# Moradores reclamam fim de um acesso para praia

Moradores do loteamento Cláudio de Vicenzi, em Canasvieiras, estão inconformados porque o acesso à praia, utilizado pela maioria deles há mais de 20 anos, foi interdito para a construção de prédio residencial. A obra, localizada aos fundos da Rua Tertuliano Brito Xavier, na altura do número 1.920, fica junto a uma área verde e causou polêmicas reações entre a população local. José Vitor Amorim, que vive no local há 40 anos, pensa que a prefeitura deveria tomar providências. "Exista uma lei bem clara determinando 10% da área total de um bairro destinado a área lazer e verdes". Ele considera injusto dificultar a vida dos antigos moradores em prol da exploração imobiliária.

O local destinado a área verde possui 40 metros de comprimento por 10 de largura e faz parte do mapa oficial do loteamento, de acordo com

Amorim. "Fui intendente durante alguns anos e conheço bem a lei". O morador afirma que a obra foi embargada pela intendência, mas liberada pela Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos.

O proprietário da construtora OK DeRosa, Odilon DeRosa, responsável pela construção do residencial Mont Melo, esclarece que quando comprou o terreno há cerca de um ano sabia da existência da área verde acima de seu terreno. "Não comprei a área verde, ela permanecerá intocada, mas não posso me responsabilizar pelo acesso. Tratava-se apenas uma passagem pelo terreno que antes era baldio". Ele informa que possui escritura lavrada em cartório de imóveis, projeto para construção aprovado pelo Corpo de Bombeiros, prefeitura, enfim todos os documentos necessários à legalização do imóvel.



Caminho que levava ao mar de Canasvieiras foi interdito por construção

O ESTADO 30-01-96 p. 9

# Plano para o Santinho gera polêmica

**Projeto que define a reurbanização da região foi contestado pela comunidade que exigiu maior prazo para discussão da proposta**

Com cerca de 200 pessoas presentes, o Plano de Urbanização Específica da Praia do Santinho e Ingleses Sul foi apresentado à comunidade, numa tumultuada reunião no dia 24 de abril, no auditório da Acif, no centro de Florianópolis. Na assembleia, moradores que alegavam desconhecer o plano interromperam várias vezes a exposição do trabalho, e os técnicos do IPUF tiveram que ampliar o prazo para a discussão da proposta junto a moradores locais. Ficou acertada duas reuniões, uma no dia 28 de abril, na Escola Santa Terezinha, ao lado do Supermercado Emília, e outra para o dia 18 de maio no Salão Paroquial da Igreja dos Ingleses. A aprovação do plano ainda depende de avaliação dos órgãos ambientais.

O projeto define uma reformulação do sistema viário e um novo zoneamento da região. Propõe construir uma rodovia com quatro pistas, delimitando a Área de Preservação Permanente (APP) e prevê a construção de dois túneis próximo à Favela do Siri. O plano também delimita as áreas liberadas à construção de edificações de quatro pavimentos, criando uma Área Turística Residencial (ATR). "Estamos preocupados com a ocupação desordenada da região e a degradação do meio ambiente", afirma o diretor de planejamento do IpuF, arquiteto José Rocha.

Segundo um dos técnicos do IpuF, responsáveis pelo projeto, o arquiteto Lauro Fernandes, o Plano Diretor dos Balneários deixa muitas "brechas" e não consegue evitar que se descumpra a lei. "A maioria dos construtores de prédios da região Norte da Ilha aprovavam seus projetos usando artimanhas técnicas, o que deixa as construções praticamente com quatro andares", disse o arquiteto. "Pelo novo plano baixamos os índices de aproveitamento dos terrenos e diminuímos as taxas de ocupação", explicou.

Na reunião na Acif lideranças de grupos de ecologistas e da comunidade se manifestaram contra o projeto. A representante do Centro Estudo Cultural e Cidadania (CECA), Tereza Franzoni, afirmou que o plano está construído sobre premissas falsas. Ela questionou a proposta da via pública delimitando Área de Preservação Permanente (APP), atrás da Praia do Santinho, que segundo ela, ao invés de conter a ocupação desordenada incentivaria o crescimento de construções clandestinas. "Não é uma rodovia que detém a ocupação irregular e sim fiscalização",



A proposta define uma reforma no sistema viário, um novo zoneamento da região, além de prever uma rodovia com quatro pistas.

disse. "Não podemos desenvolver um plano de reurbanização que seja executado em três meses, de temporada, sem desenvolver a infra-estrutura".

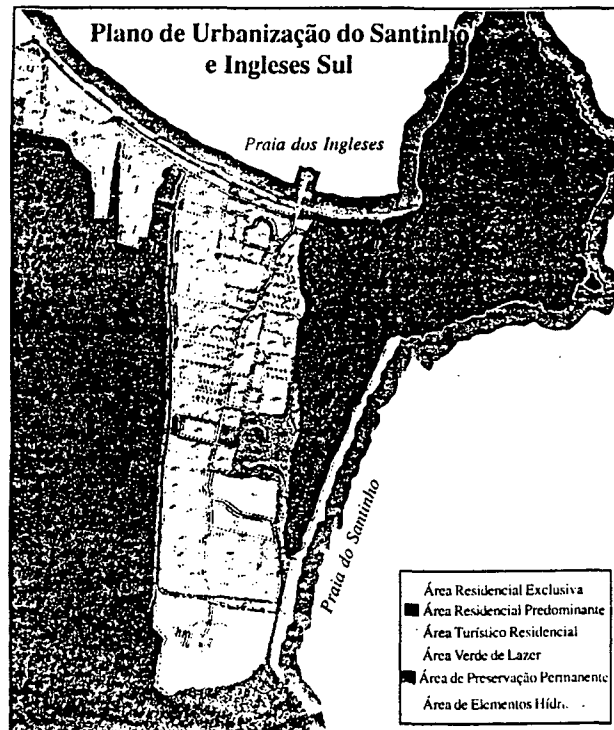
A proposta batizada de "Plano Santinho" define um novo zoneamento para uso e ocupação de solo. Criando um Área Tu-

rística Residencial (ATR) na região frontal da Praia do Santinho, próximo ao final da rua Raül Caldas, que terá seu acesso duplicado e no local construído um grande estacionamento. Os proprietários de terrenos na região esperam somente a definição da lei para iniciarem mega em-

preendimentos imobiliários e hotéis de grande porte. "Não somos contra o desenvolvimento imobiliário, mas precisamos elaborar uma lei que não tenha impacto ambiental na região", disse o ex-vereador Amo Seara, que encabeça um abaixo-assinado contra as alterações propostas.

Se aprovado, o projeto cria uma Área Residencial Predominante (ARP). Essa região ficaria definida ao longo da Estrada Geral do Santinho, numa faixa de 50 metros de profundidade, criando também uma zona central para comércio locais. Ao longo dessa rodovia também poderão ser construídos edifícios de quatro pavimentos, obedecendo as novas normas de afastamento entre construções. O projeto também define como Área Residencial Exclusiva (ARE), locais situados mais próximos a região das dunas fixas (APP). Foram definidas, também, Áreas Verdes de Lazer (AVL) localizadas próximas a beira da praia, em terrenos de marinha. O plano define também uma Área Verde de Uso Privado (AVP) em torno da Lagoa do Jacaré. Uma Área de Preservação Com Uso Limitado (APL), ainda foi definida uma pequena de extensão de terra junto ao Morro das Aranhas. Como Áreas de Preservação Permanente (APP), que já estão protegidas legalmente, foram consideradas os campos dunares, de todas as categorias, os promontórios, e as encostas com declividade superiores a 46,6%.

O IPUF identificou como os principais problemas da região a deficiente coleta de lixo, falta de saneamento, loteamentos clandestinos, ligações de esgoto irregulares, ocupação de dunas, carência de áreas verdes de lazer e delimitação da Área de Preservação Permanentes.



# Empresários decidem o futuro da cidade

O último Plano Diretor de Florianópolis, aprovado pela Câmara Municipal em 1998, continua gerando até hoje divergências entre a comunidade e os técnicos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), responsáveis pelo projeto. Um dos aspectos polêmicos é a liberação dos gabaritos dos prédios para até 18 andares em áreas específicas dos bairros Centro e Estreito. Outro é a intenção de criar um segundo centro na região do Campeche, capacitando-o para abrigar, em um futuro próximo, até 400 mil pessoas — a população de Florianópolis era de 271 mil em 1996.

O arquiteto Luiz Felipe Gama D'Eça, mentor do primeiro plano diretor da cidade, afirmou no início da década de 70 que "há um consenso entre os elaboradores dos planos diretores da cidade de transformar Florianópolis em uma metrópole", capaz de alcançar a atração política e econômica de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Para Jorge Silva, membro do Centro de Estudos de Cultura e Cidadania (Cecca), entidade que mobilizou a comunidade para o debate público das diretrizes do novo plano, "o que fala mais alto em Florianópolis são os interesses imobiliários e o lucro imediato". Ele acrescenta que mudanças nos planos diretores são constantes: "os vereadores apresentam emendas parciais e com isso vão permitindo a manipulação legal pelos grandes empreiteiros". O substitutivo global é um exemplo: pretendia liberar os 18 andares de gabarito para toda o Distrito Sede, a região ao redor do Morro da Cruz e Mangue do Itacorubi. O Cecca conseguiu junto à comunidade "após muita confusão" impedir que a emenda fosse aprovada.

Os planejadores do IPUF garantem que a verticalização e o adensamento populacional do centro aumentarão o índice de empregos. A rápida expansão urbana é considerada um processo irreversível. Segundo Jorge Silva, esse processo causa vários problemas sociológicos e ambientais, como o isolamento das pessoas, aumento da violência, problemas de circulação do ar e distribuição da luz solar — formando as "ilhas de calor" —, além de quebrar a possibilidade de visualização das paisagens naturais, um dos maiores valores de Florianópolis.

**Atrás visível** - O primeiro esboço de planejamento urbano em Florianópolis aconteceu em 1954, quando havia preocupação em desenvolver a cidade, "visivelmente atrasada" em relação às outras capitais. Na época pretendia-se implantar um porto industrial no Estreito e um aterro insular para uma nova ligação viária entre a Ilha e o Continente. Nesse plano, o gabarito máximo permitido aos prédios da Beira-Mar Norte era de oito andares. No final da década de 50, após muitas divergências sobre o local ideal, foi instalado na Trindade o campus universitário, que resultou no crescimento desordenado do bairro a partir da década de 60, causando graves problemas de infra-estrutura que permanecem até hoje. Em 1976 foi aprovado o primeiro Plano Diretor de Florianópolis, que tem servido de base para todos os posteriores. O projeto foi iniciado em 1969, após o governo federal decretar que somente cidades com planejamento urbano oficial receberiam recursos. Fazia parte da ideologia de desenvolvimento e integração nacional que o regime militar procurou implantar.

Segundo esta versão do Plano Diretor, a expansão urbana deveria ser direcionada para o sul da Ilha. Também havia recomendações de que a cidade deveria se expandir, no Continente, em direção à BR-101. Mas foi para o norte que a cidade acabou crescendo. Segundo a arquiteta e urbanista Maria Inês Sugai, autora da tese de mestrado *As intervenções Viárias e as Transformações do Espaço Urbano - A via de contorno Norte-Ilha*, defendida em 1994, foram interesses da elite dominante na época que alteraram os planos. Empresários teriam comprado terrenos na região Norte da Ilha (Canasvieiras, Jurerê, Ingleses) e alterado o plano para obterem benefícios. A implantação da UFSC e a formação da Trindade foram essenciais para esse reordenamento.

A arquiteta disse que o governo federal deu US\$ 19 milhões para a construção da Via Expressa Sul e para o aterro e

alargamento da Avenida Beira-Mar Norte, que ligariam o Aeroporto Hercílio Luz, o Centro, a universidade e o norte da Ilha. Após algumas emendas, o investimento passou todo para a segunda obra que, iniciada em 1978, acabou custando mais de US\$ 23 milhões. A largura da pista, que inicialmente seria de 25 metros, foi ampliada para 43 metros, chegando a atingir em alguns pontos 107 metros de extensão. Sugai relaciona a alteração com a concentração de classes altas na região da avenida.

O Plano Diretor de 1976, que inicialmente abrangia toda a região da Grande Florianópolis, foi se restringindo à capital e tornou-se apenas um plano viário. Foram concluídas as obras da BR-101, a ponte Colombo Salles e a SC-401. Fazia parte do esquema do "milagre econômico" investir maciçamente nas rodovias, pois a indústria automobilística era a que mais crescia no Brasil. Várias construções históricas, como o lendário Miramar, foram derrubadas sem critério para a construção dessas vias. A

## Elite alterou os planos para valorizar seus terrenos no norte da Ilha

comunidade chegou a organizar-se para participar das decisões, mas suas sugestões aparentemente não foram nem ouvidas pelos planejadores.

Uma das maiores mudanças ocorridas na cidade foi o aterro de 372 mil metros quadrados da Baía Sul, no início da década de 70. A obra serviria para receber as vias de contorno da segunda ponte e a Via Expressa Sul, afastando o centro da cidade do mar (até então era possível enxergá-lo sentado num banco da Praça XV de Novembro) e causando vários inundações ao obstruir as galerias pluviais da região. Cinco anos após o término das obras, o aterro ainda estava abandonado. O Plano Diretor de 1976 prometia um enorme parque arborizado, com mais de mil vagas para estacionamento, quadras esportivas e cerca de 100 mil metros quadrados de área comercial. A única obra concretizada, entretanto, foi o terminal rodoviário Rita Maria, que deveria originalmente ser construído no Continente. Com o passar dos anos foram paralisados o Sambódromo e um Centro de Convenções.

O projeto do Sistema de Tratamento de Esgotos era um

dos mais aguardados pela população. O Plano Diretor de 1976 previa duas estações coletoras, uma no Continente e outra na Ilha, e uma rede de 230 quilômetros — extensão que abrangia 80% da cidade. Previsto para 1974, foi adiado por falta de recursos. Em 1978 somente as obras da parte continental tinham sido iniciadas. Hoje, com o sistema inacabado, existem sérios problemas de infra-estrutura em toda Florianópolis: escoamento do esgoto, abastecimento de água, coleta de lixo, socorro de bombeiros.

**Indignação** - Em 1996 uma carta aberta à Câmara de Vereadores escrita por Sônia Felipe, moradora do bairro Carvoeira, e publicada no jornal ANCapital, revelava a preocupação comunitária com o aumento populacional descontrolado em detrimento da falta de infra-estrutura da cidade. Ela perguntou: "de onde os senhores farão brotar água para abastecer os edifícios de 18 andares em todos os bairros previstos, quando, a cada final de ano, somos ameaçados pela estiagem e pela Casan (responsável pelo tratamento do esgoto e abastecimento de água), que sabiamente nos alerta para que economizemos o que é realmente escasso?"

Na década de 80 foram feitos o Plano Diretor da Trindade (1982) e o Plano Diretor dos Balneários (1985), que pretendiam regulamentar a ocupação do bairro universitário e do Norte da Ilha. Ambos não foram muito além do loteamento das regiões. Atualmente tramitam na Câmara dos Vereadores os Planos Diretores do Campeche e do Santinho, ambos com questões controversas, como a construção de uma estrada sobre áreas de preservação ambiental permanente da praia do Santinho. Maria Inês Sugai disse que todos esses planos foram arquitetados por lobby imobiliário e turístico, "interessados em disputar esses espaços". Ela afirmou que as classes altas "concentram-se e segmentam-se" nas regiões centrais de Florianópolis, "pegando dinheiro público e investindo sempre no mesmo lugar, onde estão instalados".

Durante o mandato do prefeito Sérgio Grand (PPS) foi apresentado um novo Plano Diretor para o Distrito Sede. Na época, o gabarito de 18 andares e outras diretrizes, como o aterramento de uma área do mangue de Itacorubi para construção de residências, já eram amplamente recusados pela comunidade, que pela primeira vez participava efetivamente das discussões sobre o futuro da cidade. Entretanto os técnicos do IPUF não acatarem nem metade das sugestões dadas pelos cidadãos. Houve até um projeto de lei, reprovado, sugerindo a eliminação da participação pública nas decisões do plano através das associações de moradores, Sessões Públicas e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

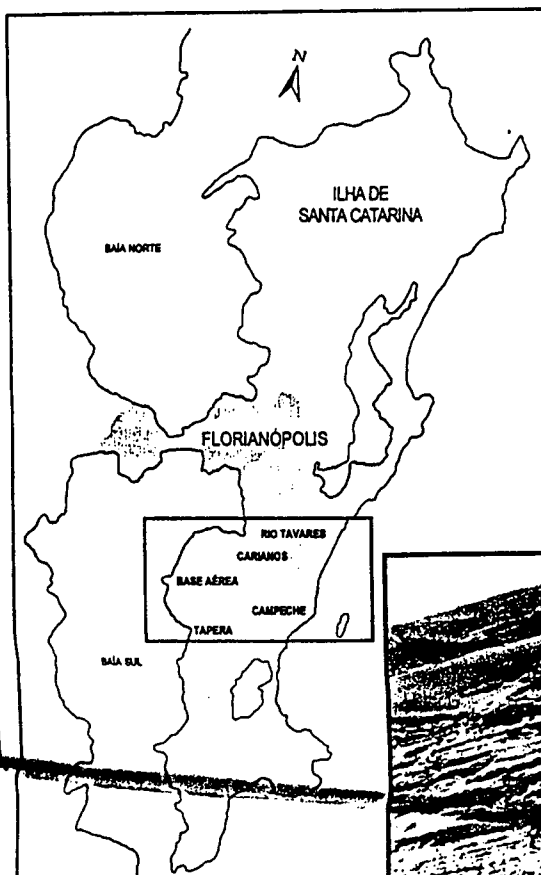
Eliene Luiz Silva, que em vida foi professor de Economia da UFSC e diretor de planejamento do IPUF, escreveu em 1996 um artigo dizendo que "a participação pública no projeto esboçou algumas dezenas de emendas que se não constituem um corpo integrado ao novo Plano, melhoraram qualitativamente as propostas do IPUF, que não teve a ousadia necessária para propor algo realmente novo como impõem a realidade terminal das áreas verdes centrais e os evidentes limites do adensamento urbano". Segundo o IPUF, Florianópolis tem cerca de cinco metros quadrados de área verde por habitante, muito abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 12 metros por habitante. Jorge Silva afirmou que os técnicos do órgão "continuam não pensando nas especificidades naturais e culturais da cidade, ainda acreditando no modelo ultrapassado de uma grande metrópole em Florianópolis".



Leonardo Laps



# IPIUF atropela leis e ignora a comunidade



Para o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPIUF), o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares desenha uma nova cidade no sul da ilha de Santa Catarina: organiza a inevitável expansão populacional, põe fim à ocupação irregular e impulsiona a indústria de base tecnológica e do turismo. Para parte dos moradores e técnicos de diversas áreas o plano destrói fauna e flora, acaba com o modo de vida tradicional na região e impulsiona um crescimento populacional que leva ao colapso ecológico. Está prestes a ser decidida pela Câmara dos Vereadores a disputa de dez anos entre poder público e comunidades em torno da ocupação territorial da planície do Campeche, o último grande território plano urbanizável da ilha, que compreende também os bairros Rio Tavares, Carianos, Aeroporto, Fazenda do Rio Tavares, Porto da Lagoa, Morro das Pedras, Alto Ribeirão e Tapera.

Embora o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Michel Curi, tenha afirmado que a proposta desrespeite leis ambientais, os 14 projetos de lei que compõem o plano diretor da região passaram para a Comissão de Meio Ambiente. De lá, o plano segue para a Comissão de Vias e Obras e finalmente vai para a votação em plenário. O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Misael Mendes, quer ouvir opositores e defensores. Sua impressão inicial é de que o plano privilegia o sistema viário em detrimento de aspectos sociais e ambientais.

Na análise da advogada Érica Queiroz, membro da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, a aprovação e execução do plano diretor do Campeche infringiria diversas leis de proteção ao meio ambiente, a começar pela Constituição Federal (veja tabela). O IPIUF garante, em documento enviado aos moradores, que o plano respeita todas as áreas de preservação permanente definidas em lei e demarcadas pelos órgãos ambientais, "sem fazer uma aplicação estreita das legislações questionáveis". Ao mesmo tempo considera que "se fosse respeitar toda a legislação, não daria para urbanizar a cidade", como disse um técnico do órgão em reunião com a comunidade. A pedido da Amocam, a Comissão de Meio Ambiente da OAB está preparando um parecer sobre o plano. Se este for aprovado na Câmara, os moradores recorrerão à Justiça.

Um plano diretor define como o solo será utilizado: por onde passarão ruas, avenidas e estradas, onde ficarão as residências, os hotéis, as indústrias, os hospitais, as escolas etc. Diz à administração pública onde construir as

vias de tráfego e aos empresários e moradores onde podem construir. Segundo o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, uma via expressa com 40m de faixa de domínio (área que compreende ciclovia e canteiros) será construída junto às dunas litorâneas, estendendo-se por 10 km desde a Lagoa da Conceição até o Morro das Pedras e integrando um anel-viário ao redor da ilha.

A região será dividida em 24 bairros, apelidados de Unidades Espaciais de Planejamento (UEPs), separadas por um sistema de vias expressas em forma de grade. Ruas com 20 a 30m de faixa de domínio, com comércio e residências, dividirão esses bairros em grandes quadras. Segundo o IPIUF, as obras para a implantação do plano serão executadas em 20 anos por uma companhia urbanizadora de economia mista a ser criada, reunindo setor público, empresas privadas e entidades comunitárias.

As últimas negociações entre moradores e IPIUF, intermediadas pela Comissão de Constituição e Justiça e encerradas no final de setembro, resultaram em poucas alterações consensuais do plano. O traçado da via costeira será afastado das dunas, onde será demarcado o Complexo Parque

Orla do Campeche, e a via que contorna o Morro do Lampião, na encosta, não será mais construída. Mas os moradores não estão satisfeitos - acham que os principais pontos alvos de suas críticas permanecem. A Associação dos Moradores do Campeche procura agora mobilizar uma parcela maior da população da planície para formular um plano alternativo, que será proposto como substitutivo ao do Instituto de Planejamento.

"Hiperdimensionado" - A capacidade populacional do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares é a pedra fundamental da crítica. Com o plano, o IPIUF pretende preparar a região para abrigar, em 20 anos, uma população de até 390 mil habitantes - quase 50% maior que a população de Florianópolis em 1996, na época de 271 mil habitantes. A projeção foi feita a partir da taxa de crescimento de 14% ao ano, número estimado pela Celesc, e resultou numa densidade demográfica que o Instituto considera "baixíssima, segundo todos os padrões técnicos": 75 habitantes por hectare. Os críticos questionam o cálculo e antecipam os problemas ambientais decorrentes de uma população desse porte.

O arquiteto e urbanista Paulo Marcos Rizzo considera o plano "hiperdimensionado". Ele calcula, com base em dados do IBGE, que a população de todo o município de Florianópolis deverá chegar, em 50 anos, a 450 mil habitantes, se mantida a taxa de crescimento da última década. O engenheiro ambiental João de Deus, como outros opositores, afirma que o plano está "deliberadamente induzindo uma ocupação maior que a que tem ocorrido".

O Dossiê Campeche, resultado de um seminário realizado em 1997, reúne essas e outras críticas ao plano. Na resposta ao documento, o IPIUF argumenta que o zoneamento não induz, mas organiza, a urbanização. Os técnicos do órgão - o diretor, Carlos Alberto Riederer, e os arquitetos Amilton Vergara, Jeanine Tavares e José Rodrigues da Rocha - afirmaram que "a análise demográfica do relatório beira a hilaridade" e que "embora os atuais residentes sonhem em evitar que novos moradores ocupem seu paraíso, o crescimento da região é inevitável".

Campeche sem água - Com a urbanização projetada, moradores e técnicos como João de Deus, diretor do Centro de Ciências Biológicas da UFSC, temem que seja impossível abastecer de água toda a população da região.

O lençol freático sob a planície atende cerca de 40 mil habitantes através do Sistema de Abastecimento de Água Costa Leste/Sul. A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) pretende ampliar o sistema aproveitando a Lagoa do Peri como manancial de abastecimento, e calcula que poderá abastecer 147 mil pessoas - menos que metade da capacidade do plano. Existe ainda a ameaça de contaminação do lençol freático pelos esgotos domésticos e de seu esgotamento, devido a uma possível impermeabilização do solo, que impediria a recarga pela água da chuva.

O IPIUF atribui à Casan a responsabilidade pelo problema do abastecimento de água, mas aponta como possíveis soluções a utilização de mananciais continentais e a dessalinização da água. Essas alternativas, por sua vez, são classificadas pelos opositores como de alto custo ou inviáveis tecnicamente. Segundo o IPIUF a contaminação do lençol freático será evitada com a rede de drenagem e as três estações de tratamento de esgoto previstas no plano. A impermeabilização do solo é um "delírio ambientalista ou um erro crasso de escala", já que as vias e edificações ocuparão 32% da área do plano, conforme cálculos do órgão.

A via costeira, segundo análise de moradores e técnicos, pavimentaria mil-

tos pontos de restinga e de dunas e exigiria grande quantidade de desapropriações. As dunas são área de preservação permanente e patrimônio natural e paisagístico municipal. Os ambientes de restinga, explica a bióloga Tereza Cristina



Fotos: Tereza Barbosa - Amocam

Barbosa, presidente da Amocam, são importantes na alimentação e nidificação de aves, entre as quais espécies migratórias vindas da América do Norte. O IPIUF diz respeitar todas as áreas de preservação permanente, como as dunas.

A Lagoa Pequena poderia sofrer um processo de salinização devido ao rompimento da ligação entre lagoa, dunas e mar, afirma Tereza. Isso porque o plano prevê a ocupação da área entre a lagoa e as dunas, já bastante degradada por anos de ocupações irregulares. Outra lagoa, a da Chica, também tombada como patrimônio natural e paisagístico da cidade, aparece nos mapas do plano no entroncamento entre duas vias com 40m de faixa de domínio, deixando uma dúvida sobre sua possível utilização. O IPIUF garante que ela não será aterrada para a construção de uma rotunda, mas protegida de invasões. Também

## Plano do Campeche quer abrigar população de 350 mil a mais do que a atual

bém paira a dúvida sobre o futuro do Manguelal do Rio Tavares, o segundo maior da ilha, protegido como reserva extrativista marinha. Teme-se que ele seja parcialmente aterrado para a construção de um dos parques tecnológicos. O IPIUF desmente a previsão.

Leonardo Collares

## Ocupação irregular atinge áreas verdes

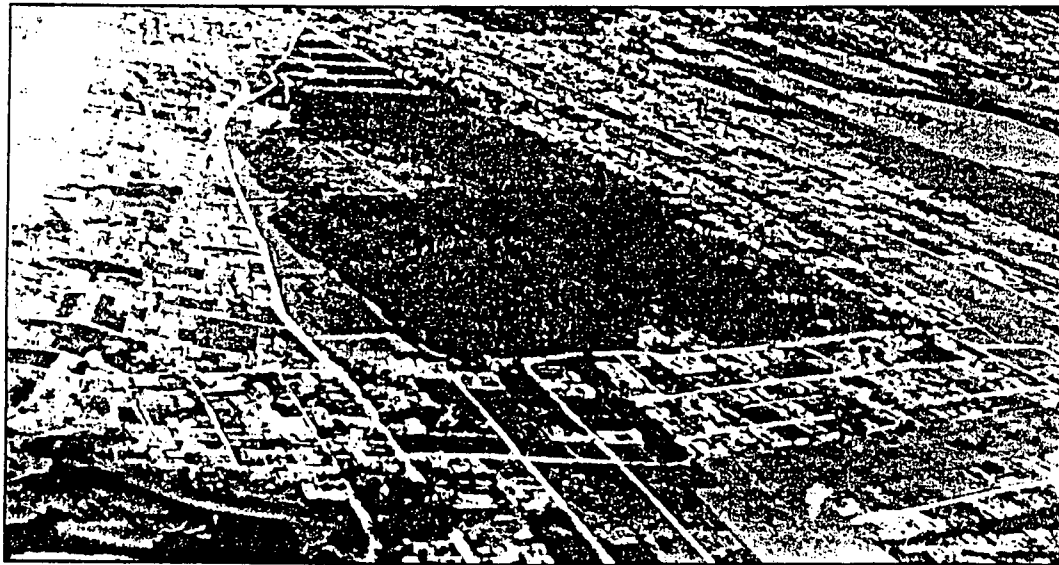
Habitada por cerca de 40 mil pessoas, a "Planície Entremares", como foi apelidada pelo IPIUF, tem uma das maiores taxas de crescimento populacional - e de ocupação irregular - da Ilha de Santa Catarina. Estende-se do Porto da Lagoa ao Morro das Pedras (norte-sul) e do Campeche a Carianos (leste-oeste), numa área de 65 km<sup>2</sup>, sendo que mais de 26% dela é de preservação permanente. Compreende os bairros do Campeche, Rio Tavares, Carianos, Aeroporto, Fazenda do Rio Tavares, Porto da Lagoa, Morro das Pedras, Alto Ribeirão e Tapera. O cordão de dunas litorâneas, os mangues do Rio Tavares e da Tapera, o Morrote e o Morro do Lampião (únicos morros da região) são cobertos por mata atlântica. Um abundante lençol freático abastece toda a planície com água de boa qualidade.



IPUF DESRESPEITA A LEI	POR QUE	O QUE O IPIUF ALEGA
<b>Constituição Federal de 1988 Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81)</b>	Não há compatibilidade entre desenvolvimento e manutenção ou melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações, dado o impacto ambiental	Plano respeita todas as áreas de preservação permanente definidas em lei e demarcadas pelos órgãos ambientais, "sem fazer uma aplicação estreita de legislações questionáveis e não demarcadas".
<b>Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei 7.661/88)</b>	Não são atendidas ações exigidas na lei, como a "não fragmentação da unidade natural dos ecossistemas costeiros"	"Se o IPIUF fosse respeitar toda a legislação, não daria para urbanizar a cidade"
<b>Lei de Recursos Hídricos (9.433/)</b>	Gestão do uso do solo não é acompanhada por gestão dos recursos hídricos, comprometidos pelo plano	Abastecimento de água pode ser suprido com aproveitamento de mananciais continentais ou dessalinização da água marinha; Está prevista infra-estrutura de saneamento básico;
<b>Constituição do Estado de Santa Catarina</b>	É proibida a aprovação de leis menos restritivas que aquelas em vigor - no caso, o Plano Diretor dos Balneários, de 1985 - até a aprovação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro	Proibição é uma "afronta à autonomia municipal" e acelera a degradação ambiental; Plano diretor de 85 "deve ser revisto", porque "fracassou em impedir a ocupação urbana desenfreada e clandestina";
<b>Código Florestal (Lei 4.771/65)</b>	Poderá haver aterramento de parte do Manguelal do Rio Tavares; Via costeira passará sobre trechos do campo de dunas (também protegido pelo decreto municipal 112/85)	Não haverá aterramento; Plano respeita todas as áreas de preservação permanente, como campo de dunas e a Reserva do Pirajubaé (Manguelal do Rio Tavares);
<b>Resolução 001/85 do Conselho Nacional de Meio Ambiente</b>	Não foi feito estudo de impacto ambiental e relatório de impacto sobre o meio ambiente, obrigatórios para licenciamento de projetos urbanísticos acima de 100 hectares	Estudos não são necessários para a alteração de zonas já urbanas, mas apenas para a urbanização de zonas rurais (é o caso de 17% da área do plano)

Fonte: QUEIROZ, Érica Bezerra. O Plano de Desenvolvimento do Campeche: aspectos jurídico-populares. UFSC, Centro de Ciências Jurídicas, 1999. Monografia de conclusão de curso.

Plano diretor do IPUF divide a Planície do Campeche em 24 bairros, separados por um sistema de vias expressas em forma de grade



Ireza Barbosa - Amocam



### Moradores do Campeche não querem catar bolinhas dos ricos

## Delírio de tecnocratas prevê campo de golfe e autódromo

O plano diretor proposto pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) pretende estabelecer no Campeche uma economia baseada em turismo, indústria tecnológica e educação. O IPUF quer evitar a "monocultura do turismo" e espera que os empreendimentos incentivados pelo plano gerem mais de 105 mil empregos. Estão previstos dois parques tecnológicos, na Fazenda do Rio Tavares e no Alto Ribeirão, para a instalação de indústrias, centros de pesquisa e de serviços, e escolas técnicas. Uma área de 250 hectares (2,5 km<sup>2</sup>) junto ao aeroporto está reservada para um novo campus da UFSC - parte da área já é de propriedade da universidade.

Três áreas para hotéis vão ser criadas no Porto da Lagoa, Morro das Pedras e Campeche - onde foi planejado também um centro de convenções. As áreas próximas ao mar serão definidas como turístico-residenciais, para receber pousadas, restaurantes e serviços. As ruas na zona de ruído do aeroporto serão aproveitadas para corridas de Fórmula-1, e em outra área da planície está previsto um campo de golfe.

Além da ameaça à fauna e flora, os moradores criticam o plano por causa do impacto sobre o modo de vida tradicional na região. As vias de trânsito rápido previstas, segundo eles, vão segmentar a população em bairros isolados e o zoneamento vai prejudicar a

população de baixa renda. "O que os moradores vão fazer, catar bolinhas de golfe?", ironiza Janice Tirelli, da Associação dos Moradores do Campeche (Amocam), que considera "ilusórias" as estimativas de novos empregos do IPUF. Como outros críticos, ela considera, além disso, que o plano produzirá uma "segregação de classes", reservando locais de atração paisagística para os grandes empreendimentos imobiliários.

Os novos postos de trabalho realmente não se destinam aos atuais moradores da planície: "eles serão uma pequena parcela da população no futuro", justifica o arquiteto responsável pelo plano, Amilton Vergara. Quanto ao isolamento espacial e eco-

nômico das comunidades, o IPUF responde que, ao zonear a orla marítima para uso turístico, está seguindo as leis de mercado, que valorizam essa área. "Não se pode conseguir atratividade turística com favelas", argumentam os planejadores.

Para a população de baixa renda, foram escolhidas "localizações economicamente viáveis", afastadas das praias mas com acesso garantido pelos "transportes de massas". As Unidades Espaciais de Planejamento não dividirão as comunidades, segundo os técnicos do órgão, pois correspondem ao território médio abrangido pelo ser humano - 1 km<sup>2</sup> a 2 km<sup>2</sup> -, e além disso estarão ligados entre si através de vias.

## Protestos impedem aprovação do projeto

O planejamento do uso do solo, subsolo e água é um confronto de dez anos entre comunidades e IPUF, e foi retirado de votação na Câmara dos Vereadores por pressão popular em 1993 e mais uma vez em 1997. Em novembro de 1989, o órgão apresentou um esboço do plano diretor à Associação dos Moradores do Campeche (Amocam), que se opôs e produziu a primeira carta reclamando participação popular e cumprimento das leis ambientais.

Para o IPUF, os opositores são "ambientalistas primários" que "tentam definir os limites do crescimento da Ilha" e usam a proteção ao meio ambiente como "arma política" para "barrar projetos que não interessam aos militantes".

No final de 1992, o IPUF apresentou o plano à Câmara, mas os protestos da comunidade fizeram com que o projeto fosse retirado de votação no início de 1993, a pedido do então prefeito Sérgio Grand: deveria haver mais discussões com a população.

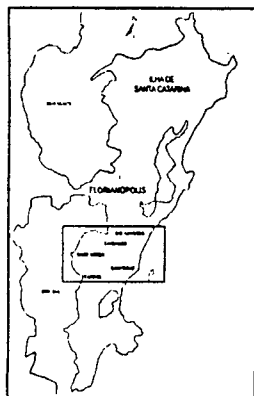
A estratégia do IPUF para as discussões mudou em 1997: cada comunidade opinaria apenas sobre os respectivos minibairros (o plano divide a região em 24 Unidades Espaciais de Planejamento). A Amocam, por exemplo, poderia criticar a alocação de um Centro de Convenções no campo da aviação - área hoje utilizada para futebol, aeromodelismo e outras formas de lazer - mas não deveria reclamar da estrada que circundaria o

Morro do Lampião em sua encosta, e tampouco das avenidas vindas de outras UEPs.

No final daquele ano, um seminário reuniu moradores e técnicos de diversas áreas e resultou em um moção de repúdio ao plano e um extenso relatório com críticas e sugestões sobre o impacto ambiental, o desrespeito a leis ambientais e a restrição da participação popular na elaboração do plano. O Dossiê Campeche, assinado por ONGs e as associações de moradores do Campeche, Rio Tavares, Arcais e Porto da Lagoa, incluiu pareceres técnicos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdena), do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental e do Centro de Ciências Biológicas da UFSC, além de professores de Direito e Arquitetura.

A resposta do IPUF ao Dossiê Campeche desqualificou o documento como "extemporâneo", já que foi recebido 20 dias depois do prazo para sugestões, e pouco representativo. Para o IPUF, é um documento "pseudo-científico, prolixo, redundante, e erigido sobre bases falsas". Mesmo assim, o plano foi mais uma vez retirado da Câmara, em 1997. Os técnicos do IPUF "tratam o projeto como filho" e rejeitam qualquer tentativa de alteração, diz Janice Tirelli, da Amocam. O Complexo Parque Orla do Campeche, principal item do projeto substitutivo que está sendo preparado pelos moradores, prevê museus oceanográfico e de astronomia, jardim botânico e escola de pesca e navegação.

Textos: Leonardo Collares



# Urbanização só para os *cumpadres*

## Nova via de acesso ao Santinho passa por cima de dunas e moradores

O projeto de novo plano diretor para as praias de Ingleses e Santinho, mais conhecido como Plano do Santinho, promete mudanças que estão deixando alguns moradores indignados. Concluído em novembro do ano passado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), o projeto foi enviado à Câmara de Vereadores no dia 9 de setembro e atualmente encontra-se na comissão de justiça, sob a relatoria do vereador Içuriti Pereira do PMDB.

A principal discussão é em torno da construção de uma via alternativa de acesso à praia do Santinho, pois durante os meses de verão a avenida principal dos Ingleses, Dom João Becker, fica engarrafada. A nova rodovia, que começará na rua Intendente João Nunes Vieira (Ingleses), terá dois túneis, passará sobre as dunas e terminará próximo ao resort Costão do Santinho. Inconformados com o projeto da prefeitura, uma parcela da população dos Ingleses e do Santinho formou o movimento IlhAtiva em abril deste ano, afirmando que sejam atendidas as necessidades básicas da população local, como esgoto, posto de saúde e escola e não apenas interesses imobiliários e turísticos dos grandes empreendedores locais.

Devido ao trajeto da nova estrada, casas terão de ser desapropriadas no Santinho e a comunidade da favela do Siri, que vive nas dunas dos Ingleses, será removida. O projeto de 230 páginas, entretanto, não informa para onde o pessoal da favela deverá ir, quantas pessoas terão de sair de suas casas, como será o processo de desapropriação ou como ficará o meio ambiente depois da construção da rodovia. Segundo o diretor do IPUF e engenheiro civil, Carlos Alberto Riederer, "menos de 20 residências serão atingidas", mas de acordo com Marcos Rocha, do IlhAtiva e morador há 18 anos do Santinho: "400 casas terão de sair, incluindo as da favela. Nós fizemos uma contagem com o mapa do IPUF nas mãos". Não se sabe até onde estes números são verdadeiros, mas eles retratam a falta de uma estimativa correta, dando margem a absurdos.

Empenhados em frear o andamento do projeto, os integrantes do IlhAtiva são figuras presentes na Câmara de Vereadores, usam camisetas do movimento, têm página na Internet e erguem a bandeira do desenvolvimento sustentado sem agressão à natureza. Encontram-se periodicamente e, nas reuniões, observam-se pessoas interessadas em evitar a desapropriação das próprias casas, e, outras poucas, em preservar o meio ambiente. O IlhAtiva pediu pareceres técnicos sobre o plano do Santinho à professores da UFSC especialistas nas áreas de Sociologia, Engenharia Sanitária, Arquitetura, Direito, Engenharia e Acústica. Nesta última, o objetivo será fazer um estudo sobre o provável barulho que a estrada trará. Até o fechamento dessa edição somente os pareceres do Direito e da Geografia foram concluídos. Segundo Olga Cruz, geógrafa que analisou o projeto: "as propostas são colocadas de maneira muito resumida, deixando em suspenso muitas dúvidas. Uma delas é que a estrada passará em áreas de dunas, consideradas Áreas de Preservação Permanente - APP, contrariando a proposta do Plano do Santinho, que pretende preservar o meio ambiente". De acordo com José Rodrigues Rocha, diretor de planejamento do IPUF, em declaração à Folha do Norte da Ilha, "dos 8,6 quilômetros quadrados da área do plano, apenas 2,6 permitem a ocupação. Isso demonstra a nossa preocupação com as APP assim como em definir áreas de lazer, postos de saúde e outras necessidades da população".

"Com a nova estrada poderemos fazer com que haja duas vias de mão única: uma de ida e outra de vinda ao Santinho" — conta o diretor do IPUF — "Além de desafogar o trânsito, a rodovia deverá evitar que as dunas sejam invadidas por novas casas. Ela servirá como divisora da área residencial de preservação". Ele diz ainda que a fiscalização do meio ambiente para evitar futuras ocupações ficará por conta dos órgãos competentes e da comunidade. Quanto ao pessoal que já invadiu áreas de preservação, como a comunidade do Siri, Riederer afirma que "isso é com outro departamento da prefeitura, no IPUF nós apenas traçamos a diretriz que determinada região deve seguir". Com relação aos túneis "estes serão mais rápidos e baratos, pois a areia é mole e não há

necessidade de se dinamitar pedras como na BR-101. É uma técnica importada" — esclarece. O diretor do IPUF não soube precisar o valor da obra.

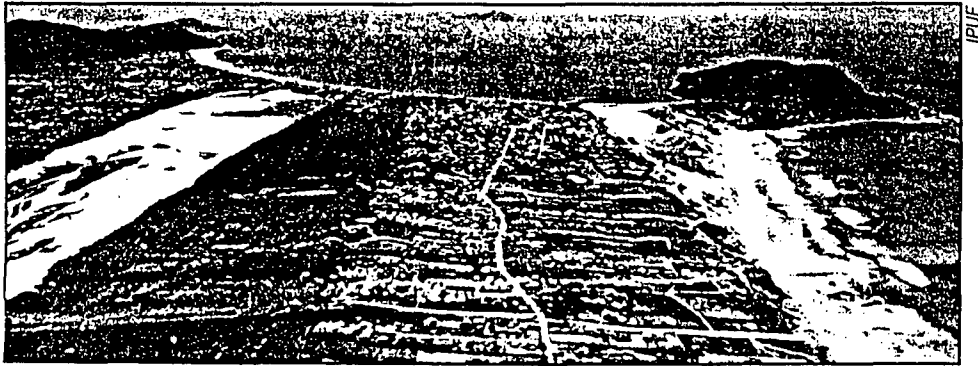
"Não seria mais racional colocar esse dinheiro da estrada na construção de um sistema de esgoto? Será que ninguém percebe o mal cheiro em determinadas áreas da praia dos Ingleses no verão?" — questiona Cristina Nunes, integrante do IlhAtiva e moradora dos Ingleses. "E o resto dos Ingleses? Esse plano só fala no Santinho. No verão, o centrinho dos Ingleses vira um caos." O IPUF responde que a Casan é encarregada desta parte e que ela deverá fazer um projeto. Na opinião de Cristina, a construção da estrada deverá atrair mais pessoas para a região e fará com que o ecossistema local seja prejudicado. "Esse plano foi elaborado sem a participação da comunidade. Quanto a estrada, o IPUF não fez nem um estudo de tráfego e, além disso, estamos privilegiando o transporte individual". Ela afirma que o custo-benefício do plano para a comunidade não é equivalente. "Essa construção visa resolver um problema de dois meses. Poderia ser pensada uma solução que utilizasse as vias de acesso já existentes".

De acordo com uma pesquisa feita em junho/julho, enco-

pescador Amilton, "ele (Fernando Marcondes) está comprando tudo para fazer um hotel. Ele já tem um lote aqui nas redondezas", diz. Amilton também pretende vender sua casa e ir morar, talvez, em Ponta das Canas. Mas para Gicélio, outro pescador, as coisas não são tão ruins, "apesar do Marcondes ser o dono dos terrenos ele vai deixar a gente pescar".

De acordo com a legislação, as terras próximas ao mar são concessões da Marinha por tempo indeterminado mas, se por algum motivo o governo julgar necessário a utilização destas áreas, os donos deverão entregá-las ao poder público. No caso dos pescadores, eles têm escritura de posse do terreno que pode ser repassada a terceiros. A Delegacia do Patrimônio da União - DPU, responsável pelo cadastramento e transferência dessas terras, às vezes nem sequer tem conhecimento da situação de algumas áreas, pois não existe mapeamento. O procedimento para regularização depende somente do proprietário que, para isso, terá que pagar a DPU 80% do valor do terreno.

Também de acordo com a legislação, sob a lei municipal 3.143/88, pôde-se construir o resort Costão do Santinho em áreas que antes eram de preservação ambiental. Atualmente o empre-



Sonho bacana de empresários: imagine uma avenida cortando a mata à esquerda, e dois túneis sob as dunas.

mentada pelo IlhAtiva em parceria com a Escola Técnica Federal de Santa Catarina, 82% dos 291 entrevistados que moram na região Ingleses/Santinho não tinham conhecimento do teor do plano. De acordo com a amostra, o pessoal da favela e o segmento da população que possui menor grau de informação à respeito do projeto. Segundo Riederer os moradores estão cientes: "Nós falamos com todas as associações da região e todas aprovaram o plano. A Cristina fundou o IlhAtiva por questões políticas, pois ela perdeu as eleições para o Conselho Comunitário do Balneário dos Ingleses - CCBI", afirma. A integrante do movimento defende-se e diz que houve boicote no pleito, que somente os presidentes das associações estão cientes do plano, "os outros integrantes não o aprovam ou não o conhecem" — declara.

Entretanto, não se pode perder muito tempo diante desse impasse pois "quanto mais tempo essa região ficar sem um plano diretor, pior ficará a situação e a ocupação tende a aumentar" — alerta Riederer. Realmente quem passeia pelo Santinho vê ruelas esburacadas e estreitas que desembocam em meio as dunas. Lá existem casas que não têm ligação elétrica e que estão totalmente irregulares, que invadem locais de preservação ambiental. O mais agravante é que a prefeitura sabe há tempos o que vem acontecendo, pois, para cobrar o IPTU, ela teve que mapear toda a região. Além disso, o IPUF admite que o próprio poder público colaborou para a atual situação, pois mesmo sabendo que a área é de preservação, a Casan e a Telesc fizeram as devidas ligações de água e luz. "Se algum morador entrar na justiça, o juiz concederá a água e a luz, pois, para a lei, primeiro vem a sobrevivência do indivíduo", afirma o diretor do IPUF.

Outra mudança que o Plano do Santinho promete é a construção de um pier para receber navios turísticos em frente à histórica Igreja dos Ingleses, próxima do costão direito da praia. "Inicialmente, faremos um pier para que os pescadores escoem o pescado, depois, futuramente, este poderá ser ampliado para receber navios" — conta Riederer. Porém, segundo informações dos pescadores do local, o empresário Fernando Marcondes de Moraes, dono do Costão do Santinho, está comprando as casas dos pescadores que vivem perto do costão direito dos Ingleses. Segundo o

empresário, "o empreendimento está sendo ampliado com a construção de um hotel internacional. A lei é bem clara quanto aos limites: ao sul: linha da cumeada do promontório (morro) das Aranhas; ao norte: atual acesso à praia do Santinho; ao leste: Oceano Atlântico; ao oeste: dunas do Santinho". Segundo o diretor do IPUF, estão incluídas nesta lei "algumas ações compensatórias para um eventual prejuízo ao meio ambiente: o termo de ajustamento de condutas". Como exemplo prático, ele cita que o Costão é responsável por um posto de salva-vidas, "que atenda toda a praia". O local previsto para a implantação do posto será em frente ao Costão.

Politicagem — Até que se encor... uma alternativa ao problema, a estratégia é retardar ao máximo a tramitação do plano na Câmara. "O nosso objetivo é segurar esse projeto na Câmara até as eleições para prefeitura" — afirma o vereador Lázaro do PT. "Existe mais pressa em aprovar este plano, do que o do Campeche, criado em 1988" — completa. Lázaro diz que o dono do Costão do Santinho, "anda rondando a Câmara e convidando vereadores para debater o projeto, não na Câmara, mas em jantares no Costão" — completa. Na opinião da vereadora Lia Kleine do Pedob, o plano "foi um ato arbitrário do Executivo que não ouviu os moradores".

Diante desta discussão, o assessor do vereador Içuriti, Célio Anzido dos Santos, responsável pela relatoria do projeto, diz que o parecer não dirá nem sim e nem não ao plano. "O presidente da comissão de justiça, Plolomeu Bittencourt, do PFL, deverá convocar uma reunião com os assessores jurídicos da Câmara, do IPUF e do movimento IlhAtiva, afirmando que se chegou a um consenso, pois esse projeto vai longe" — afirma o assessor. "Depois que tudo se resolver na comissão de justiça, o projeto será analisado pela FLORAM e pelo IBAMA" — completa.

Lázaro diz que a comissão de justiça é o trunfo dos moradores. "Nesta comissão nós teremos condições de obter um parecer contrário ao plano". Quanto as leis que estão sendo passadas para trás, o vereador afirma: "quando tem interesse, a Câmara passa por cima das leis, isso sempre acontece".

Ana Letícia Rosa



# Turismo desorganizado atrasa Santa Catarina

*Esgotos na praia e serviços de má qualidade convivem com belezas que agradam visitantes de todo o mundo. SC precisa profissionalizar turismo*

**DAURO VERAS**

Ninguém mais duvida da importância crescente do turismo na economia de Santa Catarina. A indústria do lazer, que a cada verão movimenta em torno de meio milhão de dólares e atrai 1,5 milhão de visitantes, veio para ficar.

Mas há um detalhe importante nesse fenômeno que deve servir de sinal de alerta: até agora, os resultados se devem muito mais aos atrativos da natureza exuberante que à profissionalização da atividade.

A infra-estrutura é inadequada ou inexistente, os serviços oferecidos são de baixa qualidade, faltam opções de lazer nos dias de chuva, sobram agressões ao meio ambiente. Estes são apenas alguns dos problemas levantados pelo Diário Catarinense junto a várias pessoas ligadas ao setor. Repensar o turismo desenvolvido no Estado é uma necessidade urgente, na avaliação dos entrevistados.

Há ainda um enorme potencial inexplorado, mas se não forem feitas correções de rumo, esse modelo está destinado ao fracasso diante da concorrência mundial cada vez mais competente.

"Talvez o maior problema seja a falta de consciência tanto do poder público como do empresariado e da população - de que o turismo é a maior indústria do mundo", diz a empresária Anita Pires, uma das coordenadoras do Fórum Permanente de Desenvolvimento do Turismo em Florianópolis. "É a indústria que gera mais empregos e garante qualidade de vida para a população local." Essa tomada de consciência envolve desde a mudança de atitude de hoteleiros que despejam esgoto na praia até detalhes corriqueiros como a apresentação de cardápios de restaurantes e a higiene dos banheiros.

**AEROPORTO** - Anita destaca entre as prioridades do Fórum a ampliação do aereo-

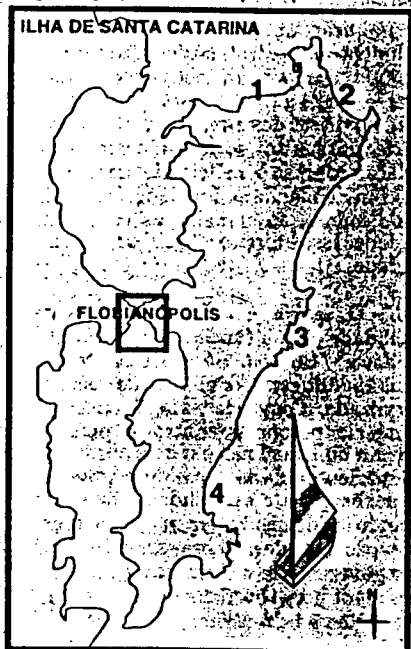
**TURISMO: SC**  
Vamos profissionalizar esta indústria  
Uma iniciativa  


porto da capital; construção de um centro de convenções; instalação de um birô de captação de eventos; uma campanha de conscientização (que está sendo feita pela RBS); lançamento do Festival do Mar, em Florianópolis; cursos de treinamento e qualificação artístico-cultural; fiscalização sanitária e criação de uma escola de hotelaria.

Outra das propostas do Fórum é transformar a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em um centro de excelência universitária do Mercosul, concentrando eventos científicos vinculados ao mar, cursos, debates e atividades culturais. "Não dá mais para pensar o turismo sem cultura", enfatiza.

## As principais deficiências

**Centro**  
Estacionamentos, sinalização turística, programação visual, casa de shows noturnos, centro de convenções. Serviços deficitários: atendimento no comércio, informações turísticas, agências de viagem, locação de veículos, transporte coletivo, segurança pública e limpeza pública.



**1 Canasvieiras**  
Estacionamentos, mão-de-obra qualificada, chuveiros, casa de shows noturnos, cassinos, limpeza pública.

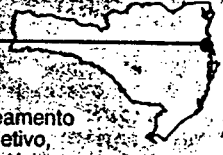
**2 Ingleses**  
Esgoto na praia, estacionamentos, mão-de-obra qualificada, chuveiros.

**3 Joaquina**  
Preços altos, transporte coletivo.

**4 Praias do Sul**  
Acessos, infra-estrutura básica (hotéis, restaurantes).

**Todo o Litoral**  
Postos turísticos, sinalização turística adequada, área de lazer.

**Balneário Camboriú**  
Agências de viagens, limpeza pública, saneamento básico, transporte coletivo, sinalização urbana.



## RODOVIA

# Garuva e Itapoá pedem asfalto

LIZIANE RODRIGUES

▼ GARUVA

Começa a circular esta semana, em Garuva, no Norte do Estado, um abaixo-assinado pedindo a inclusão, no programa de financiamento do Banco Mundial (BID IV), do asfaltamento da SC-412.

A rodovia liga a cidade a Itapoá e, além do fluxo de turistas, serve para escoar a produção de banana e arroz, dificultada em função das condições da estrada.

Membro de uma das 260 famílias de agricultores que dependem da estrada para vender a produção, Pedro Cechet aguarda a obra com ansiedade. "Vendemos a caixa de banana a R\$ 3 na Ceasa de Curitiba, mas poderíamos ganhar até R\$ 4 ou R\$ 5 se o produto não chegasse machucado em função das condições da estrada." Há dois anos, Cechet e seus vizinhos perderam a produção porque não conseguiram retirá-la da proprie-



SC-412: Estrada serve para escoar a produção de banana e de arroz

dade devido à chuva que tomou a estrada intrafegável.

A lista com assinaturas deve ser entregue à missão do Banco Mundial, que estará em Santa Catarina no final de junho para a segunda rodada de negociação sobre o programa.

Ontem, o Conselho de Desenvolvimento do Eixo Joinville-Ja-

raguá e Microrregião decidiu lutar pela inclusão da Rodovia do Arroz, entre Joinville e Guaramirim. O secretário dos Transportes e Obras, Leodegar Tiscoski, confirmou a autorização para os 20 quilômetros de asfaltamento que faltam para concluir a pavimentação da estrada entre São João Itaperiú e Massaranduba, já iniciada.

DC, 29/05/01

# Laguna convive com lixo e buracos

Belezas naturais e centros históricos são ótimas opções, mas turista sofre com as estradas intransitáveis e a sujeira das ruas e terrenos baldios

**LUIZ DEL MOURA**

Laguna

Não será desta vez que o turista vai deixar de conviver com alguns problemas crônicos verificados em todos os verões. Quase início de temporada, não há qualquer placa indicativa sobre a localização dos pontos turísticos da cidade, como a casa e o Museu de Anita Garibaldi ou a Fonte da Carioca. As deficiências se agravam nas praias, principalmente no Farol de Santa Marta. Tudo começa pelas condições da estrada que dá acesso ao local. A falta de manutenção, junto com os constantes deslocamentos de dunas de areia, faz com que até os ônibus fiquem atolados quando se dirigem para lá.

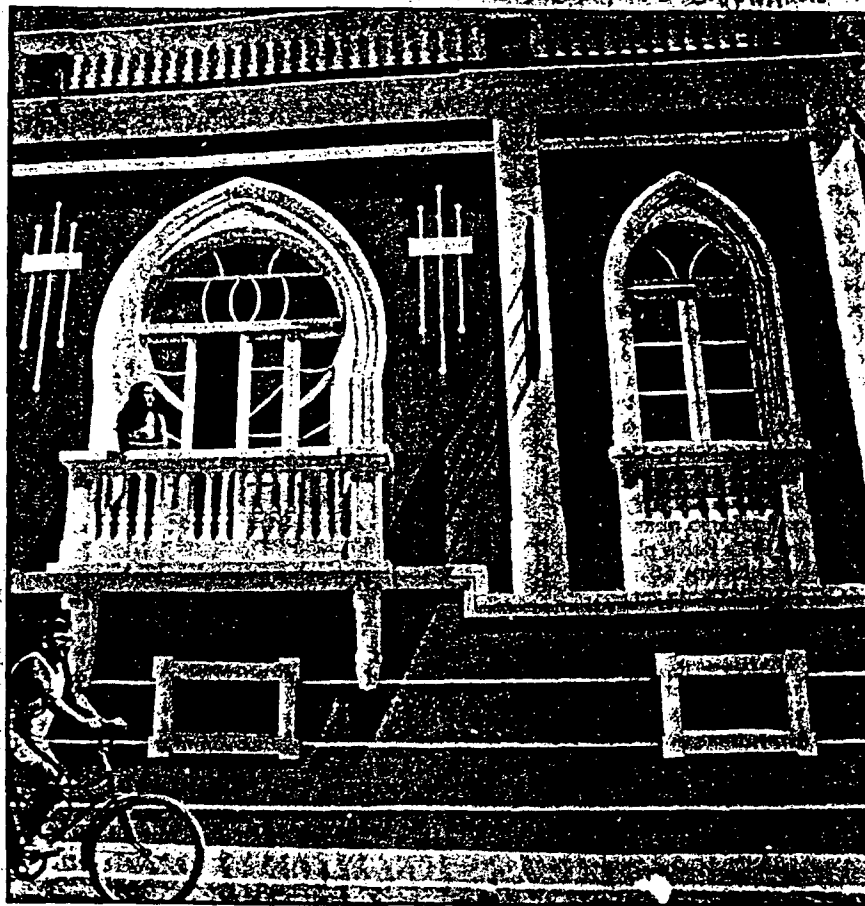
Vencidos os obstáculos para se chegar ao Farol, o turista se depara com a buraqueira existente nas ruas do balneário, que nos dias de chuva chegam a impedir a tráfego de veículos.

Já na praia do Mar Grosso, uma das mais frequen-



tadas e com a melhor estrutura hoteleira, há vários terrenos baldios, onde o lixo se acumula. As calçadas hoje estão sujas e em alguns pontos invadidas por materiais de construção e rejeitos de obras. Uma reclamação dos donos de hotéis, não só de Laguna mas dos municípios próximos, é a falta de um aeroporto regional. Eles alegam que um aeroporto regional possibilitaria a confecção de pacotes turísticos, para atrair mais visitantes, principalmente do interior de São Paulo.

## Desorganização



Reconhecida importância histórica de Laguna é mal aproveitada pelo município

DIÁRIO CATARINENSE, 12 NOV 1995

# Litoral catarinense ameaçado

ESTADO TEM PROJETO PARA CONTER A OCUPAÇÃO DESORDENADA. PILOTO SERÁ IMPLANTADO ENTRE BOMBINHAS E PENHA

RAFAEL LEIRAS  
Agência RBS

**FLORIANÓPOLIS** - A forte ressaca que atingiu o Litoral catarinense há duas semanas jogou luz sobre um problema que vem se agravando sem que o poder público aja de forma rápida para contê-lo: a ocupação desordenada das áreas litorâneas. Em alguns pontos, principalmente na faixa entre a Capital e o Norte do Estado, a situação chegou a tal ponto que só restam soluções paliativas para minimizar o impacto da natureza sobre a falta de planejamento.

Além de tomar um espaço que pertence ao ecossistema marinho, o povoamento irregular ameaça comprometer também a qualidade de vida e a vocação turística de Santa Catarina, com o aumento da poluição nas praias gerado pela ausência de tratamento de esgoto.

O programa de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (Gerco), ligado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, elaborou um planejamento para reordenar a ocupação do Litoral. O Ministério do Meio Ambiente já liberou R\$ 600 mil para o projeto-piloto, que deverá ser implantado ao longo de dois anos entre Bombinhas e Penha. No entanto, ainda falta a aprovação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, cuja proposta de anteprojeto está sendo analisada por assessores do governador Esperidião Amin



*Sem proteção das dunas, quando há ressaca a água do mar encontra caminho aberto para a destruição*

(PPB).

O plano prevê, entre outras medidas, o zoneamento dos ecossistemas costeiros, a adequação do uso do solo e

das atividades econômicas a cada um deles e o estabelecimento de parâmetros para impedir o alastramento da degradação ambiental. "Va-

mos tentar convencer as pessoas de que a ocupação próxima à costa não deve ser feita. A idéia é preservar as áreas ainda não ocupadas"

explica o gerente do Gerco, Victor Philippi Luz.

**Áreas críticas**

Entre os municípios mais

problemáticos, onde as construções já avançaram muito sobre a zona de "equilíbrio dinâmico", Luz cita Balneário Camboriú, Barra Velha e Balneário Barra do Sul, todos no Litoral Centro-Norte. No Sul, acrescenta o gerente, a ocupação é menos intensa, mas começam a surgir loteamentos que podem comprometer o ecossistema. "Há uma pressão grande de alguns empresários para ocupar áreas nobres", afirma Luz.

Para o diretor de Estudos Ambientais da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fatma), David Fernandes, o principal entrave para a realização de um trabalho eficaz é o descompasso entre a legislação ambiental e os planos diretores aprovados pelas Câmaras de Vereadores. "Na maior parte das vezes, o cidadão não tem conhecimento técnico para saber que a área não pode ser ocupada", analisa Fernandes.

A poluição causada pelas construções irregulares sem rede de esgoto reflete diretamente na balneabilidade das praias. O último relatório divulgado pela Fatma aponta 32 pontos impróprios para o banho no Estado.

As cidades proporcionalmente mais atingidas pelo problema são Florianópolis, Itapema, Penha e Porto Belo. De acordo com a Companhia Catarinense de Águas e Esgoto (Casan), menos de 9% dos domicílios estão integrados à rede.

## O desordenamento favorece as ressacas

**ITAJAÍ** - "As pessoas têm de entender que a ressaca é um problema natural, mas sua dimensão se torna maior à medida que cresce a intervenção do homem", explica o diretor do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar) da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Fernando Diehl. Segundo ele, a solução para evitar o agravamento das perdas materiais e das agressões à natureza é uma mudança radical no planejamento urbano.

O CTTMar vai trabalhar em conjunto com o Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (Gerco) na tarefa de reorganizar o povoamento das praias. As questões analisadas pela equipe do centro vão desde a ausência de planos para o uso dos balneários até os prejuízos causados pelas ressacas.

A construção de prédios, casas e avenidas à beira-mar, muitas vezes sobre os sistemas de dunas, é a principal responsável pelo desequilíbrio no Litoral, aponta Fernando Diehl. "As dunas servem como anteparo. Quando elas são ocupadas, essa proteção não existe mais e, dessa forma, o mar vai entrar cada vez mais", alerta o diretor do CTTMar.

Para iniciar o processo de recuperação das praias, os pesquisadores sugerem dois conjuntos de ações: um preventivo e outro para minimizar problemas já existentes. Entre as propostas, destacam-se a adequação dos planos diretores às leis federais e estaduais que disciplinam a ocupação do solo e o monitoramento das obras de engenharia realizadas junto à Costa.

JSC, 14/05/01

AMBIENTE (27) Áreas como Mata Atlântica e Floresta da Araucária sofrem com as invasões desordenadas

# Ocupação destrói 80% do ecossistema

GISELE KAKUTA MONTEIRO

A ocupação humana irregular é um dos maiores impactos para o meio ambiente. Os órgãos governamentais e ONGs de Santa Catarina não têm um diagnóstico preciso das áreas de preservação "invasadas".

As consequências são evidentes: enchentes, deslizamentos de encostas, destruição das casas à beira-mar, poluição, entre outros.

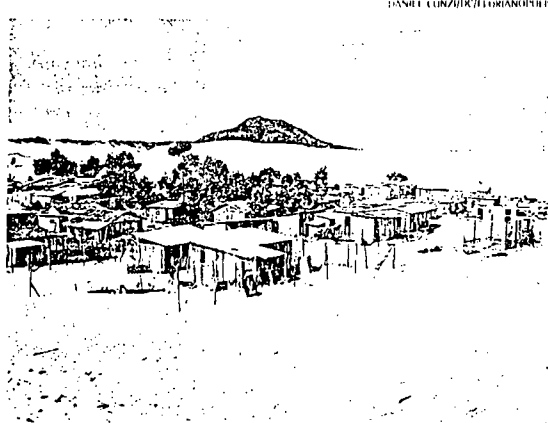
Estimativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM) aponta que a ocupação desordenada foi responsável pela destruição de cerca de 80% de cada um dos grandes ecossistemas catarinenses:



Mata Atlântica, Floresta da Araucária, Floresta Sub-tropical, além do Litoral que inclui as dunas, restingas, mangue, baías, encostas e promontórios.

O presidente da Federação das Entidades Ecológicas de Santa Catarina, o biólogo João de Deus, discorda do cálculo. Ele destaca que em algumas regiões, a taxa de destruição deve ultrapassar. "Mas não tenho dados para definir índices", explica João de Deus.

A SDM e a Federação são unânimes, porém, ao apontar onde estão os problemas. A população se concentra justamente nas áreas



AGRESSÃO: A população litorânea constrói casas junto às dunas

que deveriam ficar livres, como a faixa litorânea, os vales das margens de rios e encostas de morros.

## Legislação determina o afastamento

Mais da metade da população do Estado reside no Litoral. A faixa litorânea, espaço disputado e valorizado no mercado imobiliário, é fisicamente bastante frágil com suas dunas, mangues, restingas e outras características. No Brasil, a legislação determina que as construções mantenham uma distância de 33 metros da maré alta. O que se observa é que elas avançam e sofrem as consequências, principalmente no período das ressacas.

No Interior, as áreas de maior densidade populacional, tanto urbanas como agrícolas, se expandem ao longo dos rios. Santa Catarina acompanha este modelo de desenvolvimento, como no Vale do Itajaí (região de Blumenau), Vale do Itapocu (região de Guarumirim), do Rio do Peixe e Rio Chapecó (no Oeste), entre outros. As matas ciliares no entorno foram destruídas e a área impermeabilizada.

Nos morros, o desmatamento para as moradias provoca a erosão e os deslizamentos. É mais uma evidência de que o ordenamento na ocupação considerando a questão ambiental é essencial para evitar "desastres" e prejuízos.

## Pressão popular obriga preservar

Um dos grandes desafios atuais das administrações públicas é ordenar a ocupação do espaço territorial considerando a questão ambiental.

Os prejuízos já enfrentados, a legislação mais severa e a maior pressão popular obrigam os governos a incluir em seus planejamentos a preservação do meio ambiente.

Nos municípios, além das iniciativas pontuais, a expectativa é que os planos diretores em reformulação considerem mais o meio ambiente.

A maioria dos planos diretores das cidades catarinenses foi elaborada nas décadas de 70 e 80 e há necessidade de atualizá-los.

## Falta de recursos impede desempenho melhor

Em Santa Catarina, a administração estadual lista dois grandes projetos em andamento neste sentido: o gerenciamento costeiro, que visa disciplinar a ocupação do Litoral, e o Microbacias hidrográficas, para assegurar a preservação dos rios através da contenção de moradias nas suas margens, entre outras medidas.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM) também era responsável pela execução do zoneamento ecológico-econômico, uma espécie de plano diretor estadual, que não existe.

O estudo interrompido foi encomendado pelo governo federal, com a proposta de mapear em todos os estados as potencialidades econômicas e vulnerabilidade ambiental de cada região, explica o técnico da SDM, Jorge Rebollo.

As administrações públicas alegam que os recursos são escassos para estudos técnicos necessários ao planejamento e infraestrutura para fiscalização. Mas para o pesquisador da área habitacional e ambiental e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o arquiteto Lino Peres, o problema é que falta tratar o assunto como prioridade e com maior abrangência.

Ele destaca que a política social e econômica leva a população para os centros urbanos e ao empobrecimento. "Nas cidades é comum ex-agricultores se instalarem em áreas de preservação, como os morros", exemplifica.

Mais otimista, o também professor da UFSC, biólogo João de Deus, diz que graças à sociedade civil organizada as perspectivas são favoráveis.

# Pesquisa mostra críticas ao sistema de saneamento

O esgoto correndo nas ruas e praias das principais cidades receptoras de turistas no Estado ainda é o que mais incomoda os visitantes. O Estudo da Demanda Turística feito pela Santur, com dados da última temporada, mostra que 57,7% dos turistas ouvidos em todo o Estado classificaram o saneamento básico como regular e/ou ruim. Ou seja, mais da metade dos turistas neste período saíram de Santa Catarina reclamando do saneamento. Há cidades onde o problema é mais incisivo, como Balneário Camboriú, onde a percentagem de insatisfeitos foi de 54,1%.

Além de ser lembrada por suas praias belíssimas, Florianópolis ficou na memória dos visitantes pela sujeira. De acordo com o estudo, 59,2% dos turistas reclamaram da limpeza pública. (Em Balneário Camboriú, 39,6%).

Outro serviço que também não agradou aos turistas foi o transporte coletivo. A precariedade das linhas de ônibus, dos horários e do itinerário fez com que o sistema fosse considerado de regular a ruim por 32,9% dos turistas no Estado. (Em Florianópolis 26,3% e em Balneário Camboriú, 33,1%).

## As reclamações

### SERVIÇOS

% de turistas que avaliaram como REGULAR/RUIM em SC

Hotel	★★★	12,9
Restaurantes e bares	☺☺	16,8
Atendimento no comércio	☹	19,1
Informações turísticas	↻	28,4
Agências de viagem	✈	24,9
Locadoras de veículos	🚗	24,9
Limpeza pública	🗑	39,6
Saneamento básico	🚰	57,7
Segurança pública	👮	17,5
Transporte coletivo	🚌	32,9
Táxi	🚕	28,1
Sinalização urbana	➡	28,2

Fonte: Santur

A sinalização urbana, o serviço de táxi e de informações turísticas receberam lugar de destaque na lista de reclamações dos turistas. O primeiro item teve reprovação de 29,8% dos turistas em Florianópolis e 21,7% em Balneário

Camboriú. O mesmo índice em relação ao serviço de táxi foi de 28,1% na capital e 23,7% em Balneário Camboriú. No que diz respeito às informações turísticas, 28,4% dos visitantes do Estado desaprovaram o serviço.

# Empresário pede solução contra poluição em praia

Os empresários do setor turístico de Florianópolis, em especial os hoteleiros, apontam deficiências básicas no turismo da capital. "O primeiro grande problema inadmissível é a poluição das praias (esgoto)", afirma o diretor-presidente do Coetão do Santinho, Fernando Marcondes de Matos. Ele aponta a praia dos Ingleses como exemplo do descaso com a falta de infraestrutura.

A falta de mão-de-obra qualificada. São pessoas que não têm o primeiro grau completo e a produtividade precisaria ser dobrada para se conseguir um atendimento qualificado", diz. "Se tivesse que dar uma nota de zero a dez, daria três para a qualidade da mão-de-obra", acrescenta. Para ele, o volume de dinheiro investido em turismo no Estado também é muito baixo. "Entrando em Cancun (México) são investidos US\$ 8 milhões por ano no setor, em Santa Catarina o montante é de US\$ 80 mil", afirma.

A falta de divulgação das potencialidades turísticas do Estado para o resto do país e para o Exterior é a carência mais grave, na opinião do diretor do hotel Paraíso Palace, na praia de Canasvieiras, Miguel Daux Neto. Ele cansou de esperar que as autoridades governamentais fizessem este trabalho e resolveu colocar a mão na massa. Daux mandou fazer uma fita em VHS, com 11 minutos de duração, mostrando o potencial da Ilha e as instalações do hotel. Já foram feitas 200 cópias da fita.

DIÁRIO CATARINENSE, 12 NOV. 1995

# Peixe está sumindo da costa de SC

Fotos: Diógenes Botelho/FN

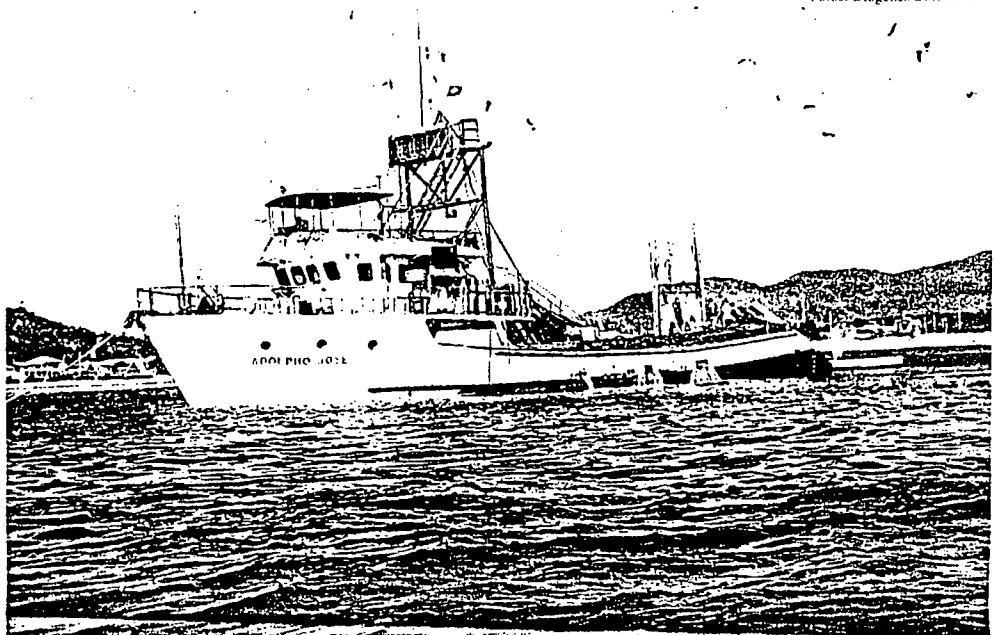
**Exploração predatória do mar, aumento dos níveis de poluição e desmatamentos estão afastando o pescado**

Todo ano é a mesma coisa. O pescador da praia não aceita a aproximação dos barcos atuneiros que, por sua vez, não respeitam os limites impostos pelo IBAMA para a captura de isca viva. Nessa briga de bagrinho com tubarão, as chances dos pescadores artesanais são as mesmas de um peixe ferrado escapar do anzol. As reclamações das Colônias de Pesca de Florianópolis são duras contra os atuneiros, considerados pelos pescadores como o "câncer do mar".

O problema é que essas embarcações usam como isca alevinos de sardinha, comumente chamados de "manjuvas". Elas são guardadas em tanques e libertadas vivas em alto mar para atrair cardumes de atuns. O que irrita os pescadores artesanais é o fato da captura dessas iscas ser feita próxima da costa. Por lei, os barcos industriais não podem pescar em baías ou a menos de 500 metros da praia. Só que na prática eles raramente respeitam esse limite.

Tanto o presidente do Sindicato dos Pescadores, Osvani Gonçalves, como o da Federação dos pescadores, Ivo Silva, afirmam que a captura de manjuva próxima a costa afasta o peixe do litoral e, consequentemente, prejudica muito a pesca artesanal. Ainda hoje, pelo menos três mil pescadores da região da Grande Florianópolis dependem desse tipo de atividade para a subsistência. A pesca artesanal em Santa Catarina corresponde a 5,7% da produção de pescado, enquanto a industrial alcança 94,3%.

O IBAMA tem várias explicações para



Barcos atuneiros são apontados pelos pescadores artesanais como principais responsáveis pelo sumiço do peixe.

a queda na produção de pescado no litoral catarinense. O técnico Norton Luchina, responsável pela área de fiscalização em Santa Catarina, diz que os barcos pesqueiros costumam invadir áreas proibidas para a captura de manjuvas. "É que em alto mar eles não conseguem mais pegar as iscas vivas e acabam se aproximando da costa", admite Luchina. Mas ele acrescenta que o problema da falta de peixe não está apenas relacionado aos barcos atuneiros.

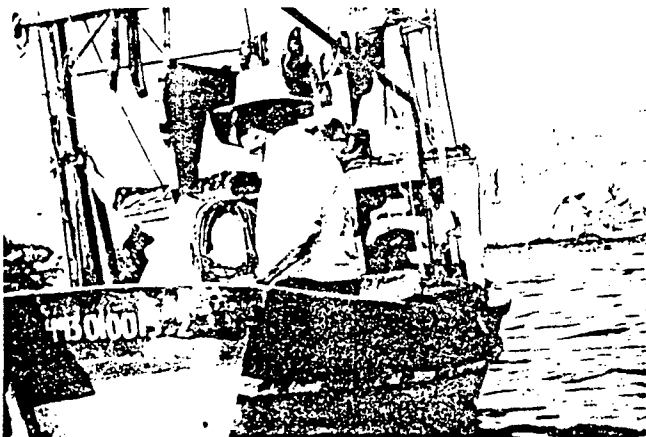
A pesca indiscriminada durante a década de 70 é um dos fatores apontados pelo IBAMA para a diminuição do pescado na costa catarinense. O técnico Davi Carvalho Figueiredo diz que, naquela época, che-

gou a se pescar cerca de 100 mil toneladas de sardinha por ano na região Sul. Ele acredita que os pescadores não conheciam a fragilidade do sistema ambiental que exploravam e não imaginavam que seus recursos poderiam acabar um dia.

Um exemplo da influência dessa atividade predatória é que em 1990 só se capturou 30 mil toneladas de sardinha. "Isso causou uma ociosidade do parque industrial pesqueiro, demissão de trabalhadores e empresas que trabalham com beneficiamento começaram a importar pescado, o que acontece até hoje", explica. Davi ainda aponta uma série de fatores que podem influenciar no equilíbrio das

espécies marinhas.

Ele diz que não é só a pesca que está acabando com o peixe no litoral catarinense. A degradação da área costeira, a poluição, os assoreamentos e os desmatamentos também tem uma parcela de responsabilidade. Mas apesar da gravidade do problema, até hoje o IBAMA não fez nenhum estudo sobre a atividade pesqueira na região da Grande Florianópolis. O instituto vem realizando algumas pesquisas em parceria com universidades e pretende aprimorar o levantamento da costa com o andamento do plano de Gerenciamento costeiro proposto pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.



Com a pesca cada vez mais rara, a solução é comer galinha ensopada em alto mar.

## Números do litoral catarinense

Extensão.....	561 Km
Superfície .....	9.250 Km <sup>2</sup>
População litorânea.....	1.544.803 hab.
Densidade demográfica.....	167 hab/Km <sup>2</sup>
Comunidades pesqueiras.....	160
Número de pescadores.....	30.000
Número de embarcações.....	7.000
Empresas de pesca.....	50
Embarcações industriais.....	300

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



# Água é o problema de São Francisco do Sul

MARIA CRISTINA DIAS

São Francisco do Sul

Apesar de ser uma das mais antigas e belas cidades brasileiras e atrair milhares de turistas todos os anos, São Francisco do Sul enfrenta problemas de infra-estrutura. A falta de água nos balneários e a ausência de mão-de-obra especializada são os dois maiores incômodos enfrentados pelos frequentadores da ilha.

De acordo com o secretário de Turismo de São Fran-

cisco, Oswaldo Zattar, a grande dificuldade reside no fato dos balneários não disporem de rede de abastecimento de água. Toda a captação das residências é artesanal. "Cada casa tem seu poço e retira água para reservatórios particulares", explica. Para tentar solucionar este problema, a prefeitura está construindo um reservatório com capacidade para 1 milhão de litros de água, que deve abastecer o setor continental e as principais praias do município.

A primeira parte das obras (a construção do reservatório) já está concluída, num investimento de US\$ 1,5 milhão.

A próxima etapa é a construção da rede de abastecimento, que levará água tratada do centro da cidade até os balneários. Oswaldo Zattar adianta que 60% da tubulação necessária para a obra já está comprada e até o início de dezembro esta segunda etapa deve ser iniciada. "Agora a prefeitura está solicitando ao governo do

Estado o restante do dinheiro exigido para aumentar a capacidade de distribuição".

**DESPREPARO** Outro problema é a falta de mão-de-obra especializada para atender aos cerca de 754 mil turistas que passam pelo município na temporada de verão. Zattar informa que como a ocupação do litoral é sazonal os estabelecimentos se ressentem da falta de pessoas treinadas para receber o turista. "Estamos ini-

ciando cursos de formação para garçom, recepcionista de hotel, camareira e copeiro", diz. Somente na alta temporada, o turismo gera cerca de 1.100 empregos diretos.

Responsável por cerca de 20% da arrecadação de São Francisco do Sul, o turismo representa a segunda principal fonte de renda do município. De acordo com o secretário de Turismo, os empresários da região já estão conscientes da importância do turismo.

DIÁRIO CATARINENSE, 12 NOV. 1995

# Ongs propõem ação contra Usinor

Associações de moradores e ambientais estão propondo uma ação judicial contra a siderúrgica francesa Usinor. A intenção é conseguir, com isso, maiores informações a respeito do impacto ambiental que o projeto causará no município. A iniciativa da ação é da Associação Movimento Ecológico Carijós (Ameca) que organizou a primeira reunião com simpatizantes da idéia no dia 28 de novembro. A proposta é de que na terça-feira, dia 5 de dezembro, uma nova reunião definirá as associações e organizações não-governamentais (ONGs) que aceitarão subscrever a ação judicial junto com a Ameca.

"A ação não será para impedir as obras, mas para conhecer a Usinor", justifica a ambientalista e advogada Édna Addison Westphalen.

A base da decisão também leva em conta algumas reuniões que a Ameca realizou com alguns membros da Usinor. Numa dessas reuniões houve a confissão de que a empresa vai liberar efluentes tóxicos. Alguns provenientes do próprio aço e outros do processo de laminagem, como por exemplo gases venenosos.

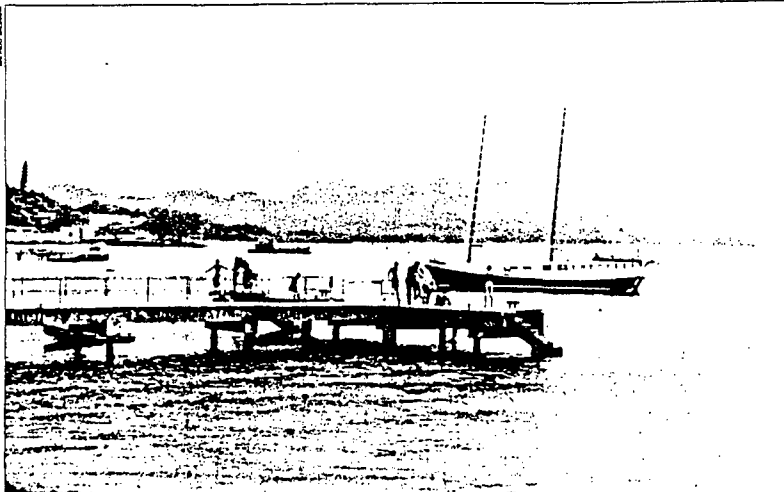
Outra questão em pauta é o local de despejo dos dejetos. A primeira idéia da Usinor era jogá-los no Rio Acaraí (o mesmo que era utilizado pela Petrobras para escoar seus resíduos). A Fatma (Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente) não liberou essa possibilidade. A alternativa encontrada pelo grupo francês foi utilizar a Baía da Babitonga como receptor

dos efluentes. "Se isso acontecer vamos ter que ficar calado para Joinville, que sempre acusamos como responsáveis pela poluição da Baía", observa a ex-presidente da Ameca Ana Paula Cortez.

O principal objetivo da ação jurídica será embargar qualquer obra antes de conhecer o detalhamento do projeto da empresa. "Uma coisa já sabemos pela própria empresa: a Usinor é uma empresa poluidora", reflete a presidente da Ameca, bióloga Marta Cremer.

A Ameca, no processo de audiência pública para terraplenagem do terreno que servirá para as instalações da siderúrgica, encaminhou vários pedidos de informações. Nenhum foi respondido. Outro detalhe criticado pela ONG é a Licença Ambiental Prévia (LAP). A Fatma concedeu a licença com 22 restrições. "Só por não ter respondido aos questionamentos a audiência já pode ser anulada", argumenta Cremer, na tentativa de conseguir o maior número possível de adeptos para subscrever a ação, que deverá ser protocolada na primeira quinzena de dezembro deste ano.

"Se a empresa não tem nada a esconder, porque tanto mistério em torno do projeto?", indaga desconfiada a advogada Édna Westphalen. As entidades também querem questionar o uso da água. A quantidade será quase a mesma utilizada no abastecimento do município. LEIA MAIS NA PÁGINA 6



BAÍA DA BABITONGA está sendo cogitada para receber os resíduos da laminagem

## Estado compra terreno e empresa assume terraplenagem

Na luta para facilitar a construção da siderúrgica francesa Usinor em São Francisco do Sul, o Estado de Santa Catarina se comprometeu em assumir a compra ou desapropriação do terreno onde será construída a unidade da empresa, no Bairro Miranda. Ao todo serão 400 mil metros quadrados pertencentes à 18 proprietários. O anúncio foi feito pelo vice-governador Paulo Bauer (PFL) no dia 24 de novembro, sexta-feira. Bauer representa o governo estadual nas negociações com o grupo francês.

Outra novidade foi a Usinor ter assumido as obras de terraplenagem do terreno onde será construída a siderúrgica. A primeira vantagem foi a redução dos

custos. O Estado previa gastos em torno de R\$ 27 milhões. Ao assumir as obras, a empresa reduziu esse custo para R\$ 12 milhões. A explicação é de que o projeto sofreu modificações e por isso os custos diminuíram 50%.

A Câmara de São Francisco do Sul tem até o dia 15 de dezembro para regulamentar a área onde se localizará a indústria de laminação do aço. Já a Assembleia Legislativa de Santa Catarina tem o mesmo prazo para aprovar projeto de lei que autoriza o governo estadual a desapropriar o imóvel.

Para compensar os custos que a Usinor terá com as obras de terraplenagem o Governo de Santa Catarina propõem a alternativa

de dilatar os prazos dos incentivos fiscais ou participar como sócio do empreendimento.

### MEIO AMBIENTE

Quando lançou o Projeto Vega do Sul, no dia 15 de setembro, a direção da Usinor garantiu que terá como fator predominante de suas obras o respeito ao meio ambiente. Neste dia os empresários representantes da empresa entregaram ao município uma carta de compromisso garantindo suas responsabilidades.

"Aqui poderemos fazer turismo industrial ao lado do cultural e do natural", comentou na época o governador Esperidião Amin (PPB), negando que a atividade seria poluidora.

**PEIXARIA DO PEDRINHO**  
A maior variedade em Frutos do Mar

Rod. Duque de Caxias, s/nº (frente à Igreja Católica) - Iperoba  
Caixa Postal 237 - São Francisco do Sul, SC  
Tel. (047) 442-2054

Anuncie no jornal  
**Atualidade**

Fone/ Fax: (0XX-47)  
**449-0038**

**CHURRASCARIA VIAPIANA**

Oferecendo o melhor rodízio  
c/ 16 tipos de carnes

BR 280 KM 29, PORTO GRANDE - ARAQUARI, SC.  
**FONE: (047) 974-2505**

**Anexo 8:**  
**Comentário sobre o turismo no litoral**

---

## MOACIR PEREIRA

---

E-MAIL: moaciro@intercorp.com.br

### TURISMO DE MOCHILEIROS

**P**esquisa realizada pelo Instituto Mapa, a pedido do Florianópolis Convention Bureau, revelou fatos novos sobre o turismo em Santa Catarina e indicou fatores já de conhecimento público.

O mais negativo, na avaliação do empresário Max Gonçalves: o tipo de turista que veio em janeiro para Florianópolis não é o ideal. Muito ao contrário. A maioria fica mais de 15 dias, aluga casa ou apartamento, compra em supermercados, movimentando pouco a economia. Há os que chegam sem poupança. Grupos de 20 jovens alugam apartamento de dois quartos, pagam 40 dólares, e partem para banhos nus ou pisoteio de carros.

Florianópolis precisa qualificar — e com urgência — seu turismo. Caso contrário, corre o risco de deterioração, o que levará ao abandono até dos "bóias frias do Mercosul". Vai ter de regulamentar muitas atividades, como aluguel de unidades residenciais, comércio ambulante, a instalação de equipamentos noturnos, etc. "É preciso desatar os nós que impedem construção de marinas, de hotéis cinco estrelas, de campos de golfe, de pieres de cruzeiros marítimos, de empreendimentos turísticos de alto padrão", recomendou Norberto Mette, diretor da Santur.

O problema é que o turismo de baixa qualificação decorre do tipo de estrutura existente na Ilha de Santa Catarina, diagnosticou Adolfo dos Santos, do Sinduscom, ao sugerir medidas práticas e a integração do poder público com a iniciativa privada para que se viva melhores dias no futuro.

O convention bureau vive um drama: tem só 80 sócios, há hoteleiros não o prestigiam e até o Shopping Beiramar, maior beneficiário do turismo, o ignora olímpicamente.

Emblemático. Quando Max Gonçalves propunha um novo turismo, a Polícia Rodoviária registrava a passagem de quatro casais de motoqueiros cruzando a SC-401 em direção às praias do Norte da Ilha. Nos Ingleses, a Polícia Civil identificava um Monza com placas de Porto Alegre atolado de mercadorias. E na rodoviária, 30 jovens de mochilas chegavam da Argentina. Todos os beneficiários do turismo mais barato do planeta. O dos mochileiros.